

REVISTA
DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO ESPÍRITO SANTO



76

REVISTA
DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO ESPÍRITO SANTO



REVISTA
DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO ESPÍRITO SANTO



76

© INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESPÍRITO SANTO

Presidente: Getúlio Marcos Pereira Neves

Vice-Presidente: Paulo Stuck Moraes

2º Vice-Presidente: José Paulo Calmon Nogueira da Gama

3º Vice-Presidente: Gelson Loiola

4º Vice-Presidente: Fernando Antonio de Moraes Achiamé

Secretário Geral: Adriana Pereira Campos

Secretário Adjunto: Rubens Libardi Peruzzo

Tesoureiro Geral: Walter de Aguiar Filho

Tesoureiro Adjunto: Vinicius Muline dos Santos

Conselho Fiscal: Anaximandro Oliveira Santos Amorim, Assunta Baliana Zamprogno, Rogério Zanon da Silveira, Marcus Benatti Antonini Rangel Pimentel, Ricardo Brunow Costa, Sylvio Silva Vitali

Conselho Editorial: Getúlio Marcos Pereira Neves, Francisco Aurélio Ribeiro, Karulliny Silverol Siqueira Vianna, Eliana Barbosa de Souza

Orador: Manoel Goes da Silva Neto

Projeto gráfico e editoração: Priscila Guarnier

A revisão dos artigos e as imagens neles contidas são responsabilidade dos respectivos autores.

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)

(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

R454 Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo / Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. – N. 1 (1917)- . - Vitória, ES : O Instituto, 1917-
v. : il.

Anual; inicialmente irregular.

ISSN 1981-9528

1. Espírito Santo (Estado) - História - Periódicos. 2. Espírito Santo (Estado) - Geografia - Periódicos. I. Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

CDU: 94(815.2)(05)

IHGES

Av. República, 374, ed. Domingos Martins, Parque Moscoso

Vitória-ES • CEP: 29.018-310

Contato: (27) 3223-5934 • e-mail: secretaria.ihges@gmail.com

EDITORIAL

Sai a público o septuagésimo sexto número da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*. Fica mantida, portanto, a periodicidade anual que nos propusemos observar desde o início da atual gestão.

Ao longo dos últimos anos o IHGES tem servido de exemplo a outros grupos e instituições que, revestidos dos mesmos propósitos que há cento e três anos norteiam a atuação da casa do Espírito Santo, têm-se dedicado com afinco à preservação da memória espírito-santense. Acresça-se a isso o fato de que em boa hora se percebeu também a necessidade de registro desse labor, e outros periódicos voltados à temática vêm sendo publicados. O que só vem enriquecer o debate.

Como repositório da ideia, e não só dos inúmeros registros ao longo desses cento e dois anos de publicação, nossa *Revista* reveste-se hoje da mesma importância reconhecida à Casa do Espírito Santo: fundada na esteira de movimento contemporâneo de valorização dos assuntos locais, numa época em que não existia formação profissional na área de produção de conhecimento histórico, dela se servem os profissionais contemporâneos, formados também na rica experiência acumulada pelas nossas Casas, para criticar-lhes métodos e produção. O que é natural e é necessário.

A importância desse repositório, que a cada número publicado não nos furtamos de recordar, é mais uma vez reforçada pela presente edição.

Reconhecida a imprescindibilidade da continuação da *Revista*, não medimos esforços para sua publicação. Retrato do estado da arte atual da produção historiográfica, interna e externamente ao IHGES, conta o presente número com vários textos de autoria de associados e de não associados. As temáticas são diversas: da sem-

pre revisitada ocupação do território, desta feita analisando aspectos da imigração, à ultimamente recorrente História da Literatura; do levantamento de traços biográficos e atuação de personalidades relevantes a análise de produtos culturais de importância reconhecida.

Ao chamamento para o presente número acorreram mais textos que os publicados, infelizmente não contemplados alguns por falta de espaço. Reunimos nestas páginas artigos produzidos sob rigor formal, outros sem outro rigorismo que não o objetivo de comunicar a informação histórica que detém o autor. Como deve ser numa revista que, a par de pleitear — e obter — qualificação nos órgãos competentes, não se pode furtar à sua destinação estatutária, que é a de veicular a produção dos associados, conferindo-lhes a oportunidade de publicar independente de outras exigências. Outra não é a filosofia que a perpassa, como entre nós obrigatoriamente deve ser.

Assim, embora se destine também à produção acadêmica, a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo* não se trata de periódico estritamente acadêmico, porque com a Academia, centro de produção de conhecimento formal e rigorosamente científico, não é nosso propósito nos confundirmos.

Afinal, é também essa diversidade, de ideias e de abordagens, de rigorismo e de métodos, que confere à nossa *Revista* o prestígio de que indiscutivelmente desfruta, e que continuará a fazer dela objeto de estudos e de análises. Cumprindo o seu papel junto à inteligência espírito-santense, o presente número vem reunir mais material ao repositório à disposição do público e de estudiosos.

Getúlio Marcos Pereira Neves
Presidente do IHGES

SUMÁRIO

ENSAIOS E ARTIGOS

Reflexão Sobre a Presença Espanhola no Brasil dos Séculos XVI e XVII, Através da Literatura e Outras Artes | 11

Helena Dias dos Santos Lima

A Construção do Coronel: Do Passado Colonial à Guarda Nacional | 41

João Gualberto Vasconcellos

Moniz Freire, 100 anos de “Imortalidade”: História, Historiografia, Política e Imaginário | 77

Leandro do Carmo Quintão

A Polícia Militar do Espírito Santo e o Motim de 1937 | 103

Gelson Loiola

Toponímia Capixaba, Origem e Evolução | 131

Gilber Rubim Rangel

Itapemirim e a Lista Nominal de 1833: Uma Abordagem Sócio-Econômica | 175

Laryssa da Silva Machado e Lucas da Silva Machado

O Desbravamento da Bacia do Rio São José (Narrativa Histórica) | 191

Altair Malacarne

O Pomerano e a Questão Nacional: um Estudo Sobre o Estado do Espírito Santo | 231

Jefferson Ferreira Alvarenga

Empreendimentos Particulares no Contexto da Imigração Estrangeira para o Espírito Santo nos Meados do Século XIX: A Colônia Fransilvânia | 259

Getúlio Marcos Pereira Neves

O Bandes nos Anos 1970: Os “Grandes Projetos de Impacto” e o Auge do Desenvolvimento – Segunda Parte (1975–1979) | 277

Anaximandro Amorim

Roncesvalles, em uma Gesta, Entre a História e a Ficção | 293

Ester Abreu Vieira de Oliveira

Juízes Arranjados em Autores Consagrados | 307

Sylvio Silva Vitali

O Carnaval Fez História no Espírito Santo | 325

José Roberto Santos Neves

Luz del Fuego | 337

Aldo José Barroca

DISCURSOS E PRONUNCIAMENTOS

Elogio aos Associados Falecidos | 353

Manoel Goes da Silva Neto

Centenário do Dr. Sebastião Teixeira Sobreira - Homenagem aos 100 Anos de Nascimento | 359

Assunta Baliana Zamprogno

Discurso de Posse | 363

Tiago de Matos Alves

ARTIGOS

REFLEXÃO SOBRE A PRESENÇA ESPANHOLA NO BRASIL DOS SÉCULOS XVI E XVII, ATRAVÉS DA LITERATURA E OUTRAS ARTES

*Helena Dias dos Santos Lima**

Resumo: Este artigo se baseia, em breve análise historiográfica, literária e pictórica referente ao período que se estendeu de 1580 a 1640 — União Ibérica. Para o Brasil, a União Ibérica significou o recebimento de grandes influências castelhanas e lusitanas, principalmente com a introdução da Companhia de Jesus, com a figura destacada do Padre José de Anchieta. Contudo, não nos propomos explorar o discurso religioso atribuído ao Padre Anchieta e, sim, analisar a presença espanhola no Brasil, contexto no qual o religioso se insere. Desse modo, evidenciamos que o objetivo principal é investigar a presença espanhola no Brasil dos séculos XVI e XVII, através da literatura, e outras artes. O cerne da pesquisa de centrará no teatro de Lope de Vega, com a obra *El Brasil Restituído*.

Palavras chave: Brasil. Presença espanhola. Literatura. História.

Introdução

Este artigo faz parte de uma investigação mais extensa, que delimita os mecanismos de construção da imagem referentes a presença espanhola no Brasil dos séculos XVI e XVII. Para tanto, partimos, inicialmente, de uma análise do espaço dramático do teatro histórico de tema americano de Lope de Vega, especificamente, *El Brasil restituído*, escrito durante o período que se deu a União Ibérica (1580–1640).

Analizamos que o teatro pressupõe uma memória apresentada em cena que desvela um valor coletivo ou individual e que é merece-

* Pós doutora em Literaturas Hispânicas – UFES.

dor de ser recuperado. As imagens, postas em cena, da comédia barroca *El Brasil restituído* assumem a função de espelho, e o espectador, ao assistir, vê sua apresentação diante de si mesmo, imagem de exemplaridade, e nesse paradigma cênico repousa uma ordem legitimada.

Será durante o período em que Felipe IV reinava na Espanha (1621–1665), sob o estigma de crises econômicas que assolaram não somente a Península Ibérica como toda a Europa, que Lope de Vega escreverá sua obra (1625).

Observamos que o período histórico que o drama foi escrito, decorrer do reinado de Felipe IV, foi um período de grande ilusão de prosperidade, tratava-se de um império rico que tinha uma metrópole pobre. Contudo, Lope de Vega constrói o discurso do poder com a finalidade de enaltecer a figura monárquica de Felipe IV, ao mesmo tempo que recupera a memória histórica do período em que governou o monarca e neste momento a monarquia hispânica é posta em cena. Utilizando-se de elementos alegóricos como a Fama, responsável por manter viva a memória dos impérios e dos reis,

Consideramos que recriar a história passada, por meio da literatura, é uma forma de conceber e reviver determinadas ações que se perderiam ao longo do tempo, entendendo, assim, que a história se alimenta de memória e a recuperação dessa memória é o meio de combater o esquecimento.

Importante observar, que quando se trata da presença espanhola no Brasil, é necessário retroceder ao fim do século XV, início do século XVI, quando, hoje, estudos mostram que os primeiros navegadores a reconhecerem parte da costa do que no futuro se chamou Brasil, foram os castelhanos. Alguns cronistas em seus relatos nos apresentam a Vicente Yáñez Pinzón e a Diego de Lepe como os que participaram das primeiras missões exploratórias, inclusive antes da armada de Cabral, em 1500. Os castelhanos costearam o litoral do Ceará, Piauí, Maranhão, Pará e Amapá.

Coube, na atualidade, a João Cabral de Melo Neto que, em sua visão poética, na obra — *A escola das facas*, dedicar um espaço de reconhecimento ao espanhol Vicente Yánes Pinzón, a quem o autor afirma:

Vicente Yáñez Pinzón
Ele o primeiro a vê-lo, e a vir,
(na Barra do Suape) ao Brasil,
não deixou lá quando nem ondes:
só anos depois confessou-se (v 1-4)

Ainda nesse espaço onde a presença espanhola será trabalhada, não podemos deixar de citar os jesuítas e dentre as figuras que mais se destacaram está, sem dúvida, a de Anchieta. Enviado ao Brasil a serviço da Companhia de Jesus, Anchieta destacou-se não somente pelo seu trabalho religioso, como também, por evitar conflitos entre índios e portugueses. Contudo, não comentaremos o discurso religioso atribuído ao Padre Anchieta e, sim, analisaremos através do seu discurso a presença espanhola no Brasil, contexto no qual o religioso se insere.

Anchieta que, apesar de formado em Coimbra, era natural do Tenerife, nas Canárias espanholas, e tinha no castelhano sua língua materna. De sua vasta atividade literária foi no Espírito Santo, em Vitória, nos seus últimos anos de vida, que o religioso apresenta momentos literários mais fecundos.

Anchieta, em nossas pesquisas, constrói uma imagem, forma o mito do ufanismo e exerce a tendência a exaltação lírica da terra ou da paisagem. No entanto, não deixa de enaltecer a imagem monárquica, a quem atribui poder e glórias, como lemos no *Auto da Ingratidão (Na Vila de Vitória)* versos 526-530.

Consideramos que a vida e a criação literária do Padre José de Anchieta no Espírito Santo, basicamente na antiga aldeia de *Reriti-*

ba, aldeia fundada por Anchieta em 1561, para as nossas pesquisas representa um fértil material de estudos.

Toda a trajetória do Padre Anchieta no Espírito Santo, além de estar marcada por sua dedicação à catequese, também teve uma grande atividade literária, ali foram produzidos: oito autos, inclusive o que é considerado sua melhor obra no gênero, o *Auto da vila de Vitória*, e uma infinidade de poemas. Escreveu uma *História da Companhia de Jesus no Brasil*, dessa obra, hoje, temos pouco ou quase nada.

Importante período a ser considerado nas nossas pesquisas deu-se durante a chamada “União Ibérica”, entre 1580 e 1640, a presença espanhola no Brasil foi absolutamente corriqueira e, como afirma Afrânio Coutinho em sua obra: *A Literatura no Brasil – Era Barroca – Era Neoclássica*, a primeira presença espanhola no Brasil, em termos literários, foi o Barroco.

Outra presença espanhola, é a de Fradique de Toledo. No Século XVII, foi a armada comandada pelo castelhano D. Fradique de Toledo que pôs cerco aos holandeses na Bahia, em 1625, expulsando-os da capital. Comandou a armada luso-espanhola enviada para reconquistar Salvador (Bahia) que havia sido tomada por forças holandesas em 1624.

Esse momento histórico da recuperação da Bahia de Todos os Santos nos conduz a análise do quadro de Batalhas de Juan Bautista Maíno — *La recuperación de Bahía del Brasil*, cujo tema é a vitória do exército do rei Felipe IV contra os holandeses.

Sobre a presença espanhola no Brasil dos séculos XVI e XVII, onde se insere a era filipina, também, encontramos relatos baseados na obra *Pérdida y Restauración de la Bahía de Todos Santos* de Juan Antonio Correa, escrita principalmente para celebrar a recaptura em 1625 da Bahía de Todos Santos dos holandeses e seus aliados. Os holandeses a haviam tomado e nesse mesmo ano as tropas espa-

nholas, aliadas com as portuguesas, a recuperaram em uma espetacular operação militar.

Fatores históricos da união ibérica (1580 – 1640)

O Brasil, para a Coroa portuguesa, de antes e durante o domínio Hasbsburgo (Reis de Espanha de 1516 à 1700 — Reis de Portugal de 1580 à 1640) era considerado uma área secundária, conforme narra Pero Magalhães de Gandavo no Prólogo de sua obra em *História da província de Santa Cruz*. Destaca o descaso com o Brasil por parte dos portugueses, após 70 anos de descobrimento.

Da mesma forma Gabriel Soares de Souza em sua obra *Tratado descritivo do Brasil* em 1587, escreve para o rei Felipe II da Espanha com a finalidade de anunciar ao monarca a situação que se encontra a colônia portuguesa e ao mesmo tempo informa sobre as grandezas da terra, as enaltece, relaciona as iguarias ali encontradas e, por fim, as compara com as de Portugal e Espanha.

A União de Portugal com a Espanha, não favoreceu apenas a aquisição de mais um reino aos domínios de Felipe II e, sim a construção do maior império que um monarca europeu havia recebido. Nesse período, juridicamente Portugal mantinha sua autonomia e segundo juramento realizado pelo monarca espanhol nas cortes de Tomar de 1581, os privilégios dos nobres seriam conservados. Segundo alguns historiadores, apenas o rei era comum às duas nações. No entanto, as promessas logo foram esquecidas. Quanto ao Brasil, poucas foram as mudanças no período

Devemos acrescentar que a União das duas coroas peninsulares não impediu a decadência do reino português. Diante das sucessivas guerras que a Espanha mantinha na Europa contra a Inglaterra, que acarreta a destruição da armada luso-espanhola, bem como a

guerra contra a França, a conhecida guerra dos trinta anos e, por fim contra a Holanda, que lutava por sua independência do domínio espanhol. Com todos esses conflitos Portugal dá início à sua insurreição em relação ao domínio espanhol que eclodirá em 1640 com a restauração do domínio português.

Por outro lado, a União monárquica significou para o Brasil a entrada de influências espanholas, referimo-nos ao caráter religioso, com a inserção da Companhia de Jesus, que nos brinda com as destacadas figuras do Padre José de Anchieta e o Padre Aspicuelta Navarro, que nos ofertam significativa participação artística e social, além da religiosa.

Sabemos que durante a dominação espanhola despertou-se para o Brasil o interesse de várias nações inimigas da Espanha, que em consequência se tornaram inimigas de Portugal e do Brasil, como a inglesa, a francesa e a holandesa, todas responsáveis pela pirataria direcionada para as costas brasileiras. Logo no início da união monárquica, a cidade de Salvador da Bahia foi fortificada por ordens do militar espanhol Diego Flores de Valdés e por suas ordens foram construídas várias outras fortalezas no Brasil para proteger o território contra os invasores que vinham para saquear as riquezas brasileiras, como o pau-brasil.

Durante o século XVI, Brasil sofreu vários golpes devido aos conflitos europeus contra a Espanha. Em 1624 os holandeses atacam as possessões portuguesas no Brasil, o que ocasionará a invasão da Bahia, em seguida invadem Pernambuco, Olinda e Recife. Anos mais tarde invadem o Rio Grande do Norte, depois a Paraíba e mais adiante Ceará, Sergipe e Maranhão. A ocupação holandesa desses territórios se deu até o momento em que se desfaz a União Ibérica, e quase todo o território do Nordeste fica em mãos holandesas.

A chegada dos franceses, que desde 1530 percorriam livremente as costas brasileiras, obriga o rei português João III elaborar um

plano de defesa desse território. Tal medida dá origem às capitanias hereditárias que, como sabemos, era um sistema de administração territorial criado pelo rei de Portugal, em 1534. A partir da criação das capitanias ocorre o início do ciclo do açúcar, produto bastante utilizado na Europa, cujos núcleos principais de produção eram Bahia e Pernambuco. A produção açucareira eleva o Brasil à condição de maior produtor mundial, dando origem à exploração da mão de obra escrava, que era trazida das costas africanas. Os conflitos contra os franceses persistem durante o século XVI, no entanto eles se estabelecem e fundam no Maranhão a cidade de Saint Louis (São Luis), sendo totalmente expulsos durante a união monárquica.

Observamos que o Brasil só despertará interesse econômico por parte dos portugueses após a separação das duas coroas, a perda das possessões orientais e o abandono das Índias. As forças militares se unem em resistência aos invasores e acabam por dar início à expulsão holandesa do nordeste brasileiro. Ainda que Brasil tenha vivido um período de grandes conflitos bélicos ocasionados por invasores que vinham extrair nossas riquezas, o período Filipino foi o momento que se realiza a consolidação e expansão territorial do Brasil. A administração colonial se manteve em mãos portuguesas, ao passo que Castela, valendo-se da União Monárquica, reconquistou Nordeste e Norte do Brasil, expulsou os franceses do Maranhão e explorou os estados do Pará e do Amazonas, além de povoar o Sul, principalmente a costa de Santa Catarina.

Assim se dá o início da história do Brasil e quando se trata de documentos de origem administrativo sobre a nossa história durante o período que Brasil ficou, não apenas sob o domínio da coroa espanhola, como também desde seu descobrimento, podem ser encontrados na Espanha, nos arquivos públicos históricos. O *Tratado de Tordesilhas* é considerado peça fundamental da História Diplomática do Brasil, é através desse documento que podemos compre-

ender as circunstâncias históricas que deram origem ao território nacional.

A chegada dos primeiros espanhóis ao Brasil

Uma vez que trataremos da presença espanhola no Brasil, nada mais interessante que começarmos pela presença física dos primeiros espanhóis, que se aventuraram em terras brasileiras. Entretanto, devemos esclarecer que nossa pesquisa não tem o propósito de provar ou defender proposições de que os espanhóis chegaram ao Brasil antes dos portugueses, senão dialogar através de documentos oficiais sobre a presença espanhola, que se deu antes e durante a era filipina.

VICENTE YÁÑEZ PINZÓN

Inicialmente, cabe-nos afirmar que algumas lacunas se encontram abertas quando se trata de pesquisar sobre a presença espanhola no Brasil, principalmente quando nos referimos ao momento do descobrimento do Brasil. Alguns relatos nos apresentam a Vicente Yáñez Pinzón e a Diego de Lepe como os primeiros navegantes que aqui chegaram, inclusive vieram antes da armada de Cabral, em 1500. Esses castelhanos costearam o litoral do Ceará, Piauí, Maranhão, Pará e Amapá e sua entrada se deu através do rio Amazonas.

O rio Amazonas sempre foi objeto de interesse desde que os europeus o avistaram e, será esse grande rio que moverá vários estudos sobre sua conquista e seu descobrimento. O cronista Gonzalo Fernández de Oviedo, em sua narrativa afirma que Vicente Yáñez Pinzón foi “*el primero cristiano y español que dio noticia deste grand río*” e que o denomina Marañón, nome que Las Casas também utiliza.

É importante destacar que daremos início às nossas reflexões sobre a presença espanhola no Brasil, considerando como argumento fontes documentais, como as crônicas de Oviedo, Bartolomé de Las Casas, Pedro Mártir de Anglería entre outras. Não obstante, com base nos documentos que tivemos a oportunidade de analisar, especula-se que a presença espanhola no Brasil, teve início em 1499 a 1500, meses antes da chegada dos portugueses, efetivando-se através das expedições de Vicente Iáñez Pinzón, Diego de Lepe y Alonso Vélez.

Em sua primeira viagem ao Novo Mundo, em 1492, Iáñez Pinzón navegou junto a Cristóvão Colombo, como capitão da caravela La Niña. Em 1498, os reis católicos autorizam a todo e qualquer cidadão que realizasse viagens de descobrimento. Desse modo, Vicente Iáñez Pinzón, o espanhol de Palos, em 19 de novembro de 1499, tomou a iniciativa com financiamento próprio, de comandar quatro caravelas, cuja tripulação era composta de parentes e amigos seus, em sua maioria. Las Casas narra: “*por el mes de diciembre y fin del año de 1499, Vicente Iáñez Pinzón, hermano de Martín Alonso Pinzón, que vinieron con el Almirante al principio del descubrimiento destas Indias*”.

No dia 26 de janeiro de 1500, Vicente Iáñez Pinzón descobre um pontal em território brasileiro, que hoje corresponde ao Estado de Pernambuco, a este cabo deu o nome de Santa María de la Consolación e mais tarde recebe o nome de cabo de Santo Agostinho. Pedro Mártir de Anglería, em sua obra *Décadas del Nuevo Mundo* (1501), relata a chegada de Iáñez Pinzón ao território brasileiro, considerada uma crônica cujo relato se dá através de testemunhos presenciais como o do próprio Iáñez. Também, devemos mencionar a crônica de Gonzalo Fernández de Oviedo *História General y Natural de las Indias*. Oviedo, tal como Anglería, se utiliza do testemunho do próprio Iáñez para construir sua narrativa, os dois eram amigos, importante lembrar que Oviedo não se detém em sua crônica a relatar a viagem de Iáñez Pinzón, como faz Anglería e mais tarde Las Casas.

As lacunas, a que antes comentamos, referem-se ao fato de Iáñez Pinzón haver chegado à ponta do Mucuripe — Fortaleza, ter nomeado o local de Cabo de Santa Maria de la Consolación, como podemos fundamentar através de documentos que comprovam a narrativa da descoberta espanhola. No entanto, ao que parece trata-se de uma historiografia que pouco desperta interesse. Os documentos, que atestam essa presença espanhola no Brasil, podem ser encontrados no Arquivo Nacional, no Arquivo das Índias, em Sevilha e em Portugal, porém pouca importância foi dada ao primeiro encontro de nativos com espanhóis.

A chegada dos espanhóis ao Brasil é um fato que comprovadamente apresenta veracidade, se essa chegada se deu anteriormente ao advento dos portugueses, é outra questão que também denota autenticidade e fundamentada pelos documentos que podem ser encontrados tanto em Portugal como em Espanha. No entanto, interessa-nos salientar que a viagem de Iáñez Pinzón deixou os Reis Católicos bastante entusiasmados a ponto de conferir-lhe os títulos de Governador e Capitão das terras por ele descobertas e o título de Caballero de Santiago.

Apesar do reconhecimento atribuído a viagem de Pinzón, aos méritos pelas descobertas das terras brasileiras e notícias sobre o rio Amazonas, não temos notícias do interesse dos espanhóis pelo título de descobridores do Brasil, sem contestação comprovada por parte de espanhóis é direcionado aos portugueses o atributo de descobridores do Brasil. Caberia a pergunta: por que os espanhóis não questionaram o descobrimento atribuído aos portugueses? Seria por respeito as demarcações de terras estipuladas pelo Tratado de Tordesilhas de 1494? Se assim fosse, a entrada de Iáñez Pinzón em terras brasileiras se deu pelo rio Amazonas território, que segundo tal tratado pertencia a Espanha.

JUAN DE LA COSA

Toda e qualquer consideração que se faça sobre a presença espanhola no Brasil vem esta, em boa medida, marcada por um universo artístico, político, linguístico, literário e não podendo deixar de abordar as questões que envolvem as referências associadas ao espaço geográfico descoberto durante as conquistas ultramarinas. Nesse período, surge a importância de demarcar as especificidades da área geográfica conquistada. Cabe a Juan de la Cosa, navegante espanhol nascido na Cantábria, a responsabilidade de documentar graficamente o território conquistado e em consequência, através de sua carta náutica, não só deixa manifesto e evidente a sua presença em território brasileiro, como também dá testemunho da presença brasileira no cenário cartográfico europeu.

Apontado como o mais antigo e famoso, do ano de 1500, o Mapa-múndi de Juan de La Cosa, que é considerado a primeira representação das costas brasileiras, possivelmente seja o mapa mais importante dos que existem em Espanha, (ver anexo).

Através da sua arte cartográfica, Juan de la Cosa foi o responsável pelo encontro dos dois mundos, e seu legado foi registrado, em 1514, pelo cronista Pedro Mártir.

NAVEGANTES ESPANHÓIS

Muitos navegantes espanhóis durante a colonização aportaram no Brasil, exemplos que podemos mencionar é de Diego Flórez de Valdés, militar e almirante espanhol. Conduziu a expedição de Pedro Sarmiento de Gamboa ao estreito de Magalhães para fundar estabelecimentos espanhóis que inibissem a presença inglesa na região.

Foi ordenada a organização de uma expedição, sob o comando da armada de Flórez de Valdés, conforme Real Ordem, passada em

Lisboa a 20 de agosto de 1581 pela qual nomeava a Sarmiento de Gamboa como Governador e Capitão General de Magalhães. Essa expedição vivenciou inúmeros contratemplos que vão desde grandes tormentas a epidemias quando da travessia do Atlântico. Em 24 de março de 1582 chegam ao Rio de Janeiro, onde os doentes receberam os cuidados do padre José de Anchieta.

Em 9 de maio de 1583 outra expedição espanhola chega ao Rio de Janeiro, ali encontrando quatro navios com provimentos, que o monarca enviara para o estreito, sob o comando de outro espanhol Diego de Alcega. Para cumprir as ordens reais, Valdés deixou no Rio de Janeiro cinco embarcações com provisões e material diverso, e encarregou o almirante Diego de la Ribera e Gregorio de las Alas, que levassem Sarmiento de Gamboa e os povoadores ao estreito.

Devido às invasões, frotas de socorro eram enviadas por ordem de Filipe IV, durante os anos 1633 e 1634, para liberar Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, que acabam por cair sob o domínio holandês. A partir desse momento, temos a presença holandesa no Brasil, trata-se de um período histórico bastante relevante, porém pouco estudado. Período esse que será mais bem explorado nas nossas pesquisas através da obra de Lope de Vega. Brasil restituído.

História, Literatura, Pintura e Religião constroem a imagem do Brasil da era filipina

Entendemos que a História, como disciplina busca reconstruir um passado e aproximar-se a uma experiência social. Várias são as correntes que interpretam o discurso histórico, todas elas assumem o passado como objeto de estudo e, o discurso histórico se impõe como verdade. Por outra parte, a literatura é analisada como um artifício, uma ficção que abre espaço para a criatividade e o desejo de contar.

Consideramos que pesquisar um determinado fato, fenômeno ou acontecimento social é, por excelência, uma tarefa bastante complexa, visto que são muitos os fatores de ordem estrutural, didática e metodológica envolvidos. Desse modo, utilizaremos a História para identificar uma época ou um feito, e através dela traçamos os possíveis diálogos entre História e Literatura. Contudo, ainda que seja um processo desafiante pesquisar sobre a presença espanhola no Brasil e, por tratar-se de um período pouco analisado, teceremos algumas reflexões acerca da relação entre a História, como processo social e a Literatura, como uma forma de expressão artística da sociedade possuidora de historicidade e como fonte documental para a produção do conhecimento histórico.

Sabemos que Lope de Vega se baseia na História para construir sua obra, modificando em alguns momentos, utilizando-se de hipérboles em outros. Sendo a História uma prática social, partimos do pressuposto que os fatos por ela registrados não devam ser ocultados, ainda que seja legítimo observar que a leitura da história do mundo se articula sobre uma vontade de transformá-lo, questão primorosamente utilizada por Lope de Vega.

Afirma o historiador Jacques Le Goff “o caráter único dos eventos históricos e a necessidade do historiador de misturar relato e explicação fizeram da história um gênero literário” (Le GOFF, 2003, p. 12). A palavra história, para Le Goff, tem como um dos seus sentidos o de narração. Para o historiador, uma história é uma narração, verdadeira ou falsa, com base na realidade histórica ou puramente imaginária, a história quer ser objetiva e não pode sê-lo, quer fazer reviver e só pode reconstruir. Refletir sobre reconstruir a história através da literatura e da pintura é o nosso propósito. A reconstrução da memória histórica será a perspectiva que utilizaremos para tecer considerações sobre a presença espanhola no Brasil, com ênfase durante o período filipino.

Logo, tanto a história como a literatura, as situaremos como mecanismos de reflexão, diálogos, perguntas e respostas.

A face literária e artística espanhola no Brasil

Por ser a literatura a arte de criar com as palavras e seus sentidos, por ser uma manifestação artística das palavras, utilizada para transmitir ao outro uma série de emoções, evidencia textos que procuram expressar aspectos artísticos, estéticos, criativos, dentre outros.

Quando pensamos o que se escrevia e como se escrevia sobre a colônia nos remetemos às informações que eram dadas sob a forma de cartas, relações, diários, tratados e crônicas, todos considerados textos informativos. O primeiro texto que temos conhecimento é a *Carta Pero Vaz de Caminha*.

Além das cartas, outros autores, que por aqui passaram, também deixaram seus relatos, durante esse período de descobrimento e conquista, como por exemplo *Duas Viagens ao Brasil* (1557), do alemão Hans Staden, que descreve o modo de vida dos tupinambás, dos quais o autor foi prisioneiro em 1554. Destacamos, também a obra do francês Jean de Léry *Viagem a terra do Brasil*.

Os jesuítas nos legaram obras sobre o período colonial, como as Cartas, de Manuel da Nóbrega e de José de Anchieta, da Companhia de Jesus. O meio de comunicação mais importante que tinha a Companhia com seus missionários eram as cartas, através delas a Ordem recebia relatos contendo as notícias da Colônia. Os diários e cartas entre outros escritos despertam as memórias do passado.

O quadro literário do século XVI da literatura brasileira nos orienta para a obra de José de Anchieta, jesuíta que manteve uma intensa atividade literária. Escreveu autos teatrais, poemas, em por-

tuguês, espanhol, tupi e latim, sem dúvida seus méritos artísticos são reconhecidos pela crítica literária. Nesse momento, optamos por uma abordagem sobre a literatura e suas manifestações. Assim, conduziremos este artigo pelo viés do teatro do século de ouro de tema americano, como antes dito, está inserido o Brasil. Quanto ao teatro de tema português, apontamos a Lope de Vega, considerado o primeiro autor espanhol que se sentiu atraído pelos temas portugueses.

Muitas comédias foram escritas durante a União monárquica, cujo tema, que geralmente envolve personagens portuguesas, girava em torno ao amor, ao enaltecimento às virtudes dos reis e, claro, às epopeias portuguesas. Lope de Vega pelo seu entusiasmo pela Casa de Bragança, que em 1640 retorna ao trono, entre outras obras, escreverá *El Brasil Restituído*, que trata da presença do Brasil no teatro espanhol, representando a reconquista da Bahia (1624) pelas tropas espanholas e portuguesas durante a expulsão dos holandeses.

Quando se trata da temática americana, porém direcionada para a presença do Brasil na literatura espanhola, poucas são as obras que podemos mencionar. Sobre essa temática as obras que se dedicam a inserir Brasil, seja como alegoria ou direcionamento geográfico, sejam autos sacramentais, entremeses ou teatro, que ao longo da nossa pesquisa encontramos. Uma das referências ao Brasil, foi encontrada em uma obra denominada *Entremés de las dos letras* (1657), escrita por Luis Quiñónes de Benavente, onde o personagem Vejete narra para Carmesí suas façanhas como soldado e suas andanças por Índia e América, com menção a Brasil.

Aclaremos que o termo entremés, ou seja, uma peça ou obra teatral cômica em um ato, criada por Lope de Rueda, escrita em prosa ou verso, costumava ser representada entre a primeira e a segunda jornada das comédias do teatro clássico espanhol.

Outro registro que ora abordamos se trata do teatro jesuítico. Um dos documentos mais representativos desse tipo de manifesta-

ção literária do Século de Ouro é o *Códice de Villagarcía o Libro de las tragedias*. Atribuído a Juan Bonifacio, membro da Companhia de Jesus, poeta, dramaturgo e pedagogo (1538-1606).

O caráter discursivo desse teatro gera sua dramaturgia em forma de sermão, motivado por sua condição moralizadora. É raro encontrarmos dramaturgos do teatro jesuítico, que pouco utilizem expressões como “sermão disfarçado” ao referir-se à obra dramática. Um exemplo a ser mencionado é o do Padre Juan Bonifacio que se expressa em seu *Códice de Villagarcia*.

Quando se trata da composição de personagens, uma das características mais marcantes é justamente a abundância de personagens que povoam a obra, destacando-se os personagens alegóricos, como é o caso em que Brasil se apresenta na obra *Danza para el Santísimo Sacramento*, que integra a obra *Códice de Villagarcia*, autoria atribuída a Juan Bonifacio, é um auto sacramental cujos temas são religiosos, de natureza bíblica. Apresenta o Brasil como personagem alegórico na forma indígena. *Danza para el Santísimo Sacramento* exalta a tradicional Festa do Santíssimo Sacramento, composta pelas danças que são representadas no dia se Corpus Cristi.

Na literatura barroca seu caráter alegórico corresponde ao espaço tanto da linguagem, da palavra escrita como também dos eventos históricos. Esta acaba por fundamentar-se na junção entre imagem e palavra, cujos personagens representavam qualidades abstratas provenientes das moralidades. Podemos afirmar que este tipo de personagem é comum do teatro histórico.

Em *Brasil restituído*, Brasil, também se apresenta como uma figura alegórica. Uma vez que entendemos que a alegoria nos oferece um argumento pelo qual nos conta uma história extraída de uma fonte qualquer de inspiração, advertimos que no caso de Brasil restituído a alegoria que representa o Brasil tem um caráter histórico num plano alegórico.

Ainda dentro da questão a presença do Brasil na literatura espanhola, encontramos outras obras escritas, também em 1625, hoje desaparecidas, mas que apresentavam o Brasil inserido na temática americana. São elas *La conquista del Brasil* e *La fregona del Brasil*. Uma terceira obra é mencionada em alguns estudos, titulada: *El Brasil*. Estudos do Professor Miguel de Zugasti apontam que pouco ou quase nada se sabe sobre essas obras, Zugasti afirma, também, que *El Brasil* é a mesma obra que *La conquista del Brasil*.

La fregona de Brasil não aparece atribuída a ninguém em nenhum catálogo, do mesmo modo ocorre com *La conquista del Brasil*, a relação que temos entre essas obras se enquadra nos nossos objetivos de apresentar a presença do Brasil na literatura espanhola. Completando a tríade teatral a única que podemos afirmar autoria é *El Brasil restituído* de Lope de Vega.

A veia artística que coloca o Brasil numa elevada escala literária, também se manifesta na pintura, cujos antagonistas serão os holandeses. Em 1625, Felipe IV encomenda a Juan Bautista Maíno o quadro *La recuperación de La Bahía del Brasil* (ver anexo).

O ano de 1625 foi um marco para os espanhóis, mas de grandes infortúnios para os holandeses, que neste período perde a cidade de Breda e Bahia de Todos os Santos. Considerando que se trata de um momento histórico importante para os espanhóis, observamos que ambos acontecimentos preservam sua memória, não apenas pela literatura ou pela historiografia como, também, pela pintura.

No caso de *La Rendición de Breda o Las Lanzas*, quadro pintado por Velázquez (ver anexo), retrata a entrega das chaves da cidade pelos holandeses.

A representação do triunfo militar espanhol exposta no quadro de Velázquez se repete na pintura de Juan Bautista Maíno: *La recuperación de Bahía de Todos los Santos* (ver anexo), considerado outro grande e glorioso sucesso das armas espanholas, acontecido

no ano de 1625, dramatizado, também, pela obra *Brasil Restituído* de Lope de Vega.

Observamos que a pintura de Maíno, não oferece um cenário exato dos acontecimentos, percebe-se claramente que se trata de um cenário inventado. Contudo, os objetivos principais são alcançados: enaltecer a figura monárquica e glorificar o poder militar espanhol e português.

O pintor dominicano não parece ter como fonte de informação a exata topografia da cidade da Bahia, nem crônicas históricas que relacionam o curso da batalha, afirma o historiador espanhol Rodríguez G. De Ceballos. Por outro lado, é absolutamente certo que ele tinha em mente o texto da comédia de Lope de Vega *El Brasil restituído*. A pintura não oferece um cenário exato dos fatos, mas em grande parte inventado. O ponto de vista selecionado parece ser do sul ao norte, tendo como pano de fundo a ilha de Itaparique e a serra de Brotas. Desta forma, parece olhar para ampla baía de Todos os Santos, pela qual os navios da frota espanhola-portuguesa juntas se aproximam do porto.

A cidade de San Salvador está escondida por uma rocha vertical na frente da qual é colocado o dossel que abriga a tapeçaria com os retratos de Felipe IV e do Conde-Duque de Olivares. Tem-se a sensação de que estamos diante de um cenário de teatro, à direita estão os soldados da guarnição holandesa que solicitam o perdão de Felipe IV, cujo retrato é mostrado a eles por Don Fadrique de Toledo, erguido em uma plataforma.

Fechando a composição acentua-se a semelhança com um cenário teatral, a marinha atuando na imagem como pano de fundo para o palco. Em primeiro plano, à esquerda está um grupo de doze pessoas cujo centro de atenção é o soldado ferido no peito, este é cuidado por uma mulher que limpa o sangue com um pano, enquanto um civil segura a cabeça com as mãos. Na metade direita da

pintura está o vencedor da batalha e conquista da cidade de Bahia, Don Fadrique Alvarez de Toledo, que aparece concedendo perdão à guarnição dos holandeses derrotados, posicionados de joelhos e mãos erguidas diante de Don Fradique. De pé, vestindo calças verde bordada com fios de ouro, traz na mão esquerda o bastão da vitória, e se posiciona diante do retrato do rei Filipe IV.

Para Maino, os protagonistas são Felipe IV e Don Gaspar de Guzman, que são retratados na tapeçaria atrás de Don Fadrique. Porque o rei é aquele que, através de Don Fradique, concede o perdão para os vencidos e o Conde-duque porque era quem, de acordo com sua política da União de Armas, ordenou e preparou as forças navais e terrestres unindo Espanha e Portugal, possibilitando a reconquista da Bahia. O pintor expressa essa ideia na tapeçaria pela coroação de Felipe IV como um rei vitorioso por Minerva, deusa pagã da guerra, e também pelo Conde-Duque de Olivares, que empunha com a mão direita a espada da justiça e oliveira da paz.

Observamos que tanto Felipe IV como Duque Olivares estão pisando uma série de alegorias que são fundamentais para a compreensão da mensagem política subjacente à pintura. O monarca está pisoteando com o pé direito um homem seminu que morde furiosamente o pedaço de uma cruz, enquanto com as mãos contorcidas agarra os fragmentos que ele rasgou. Evidentemente, esse homem simboliza a heresia e, portanto, Felipe IV é representado como o vencedor da heresia por ter reconquistado a cidade da Bahia das mãos dos calvinistas holandeses.

Abaixo da figura de Don Gaspar de Guzman está um personagem de pele pálida e cabelos revoltos, e coberto da cintura para baixo com um manto amarelo, ele espuma pela boca e tem as mãos atadas atrás das costas. É alegoria do Furor, que tem as mãos amarradas, expressando que pode ser dominado pela razão. Maino usou este símbolo para significar que o furor, levando vingança com os

vencidos na guerra, pode ser superado pela misericórdia ditada não só pela razão, mas por conveniência política.

Finalmente, a terceira alegoria é a da Fraude ou Hipocrisia que Olivares remove de si mesmo com o pé esquerdo, a Fraude vem descrita como uma mulher cujas mãos são invertidas.

A presença religiosa espanhola no Brasil

A inserção da cristianização na América portuguesa tem início em 1549 quando Ignacio de Loyola envia, por ordem do rei D. João III, o Padre português Manuel da Nóbrega junto ao primeiro governador do Brasil — Tomé de Souza, para iniciar a missão do Brasil, conforme narra o próprio Manuel da Nóbrega em carta dirigida ao Padre Geral Diogo Laynes, onde afirma que o acompanham o padre Juan de Azpilcueta Navarro, o padre Antônio Pires, o padre Leonardo Nunes e dois irmãos Diogo Jacome e Vicente Rodrigues. Esses primeiros jesuítas que chegaram ao Brasil aportaram em Salvador-Bahia.

Em 1550, chega o segundo grupo composto pelo padre Manuel de Paiva, o padre Afonso Bráz, além do padre Francisco Pires e o padre Salvador Rodrigues.

Em 1553, com o segundo governador Duarte da Costa chegam ao Brasil o Padre Luiz da Grã, o Padre Braz Lourenço, além dos irmãos João Gonçalves, Antonio Blazquez, Gregório Serrão e José de Anchieta.

Entre os três primeiros grupos de jesuítas que aqui chegaram durante os anos 1549 a 1553, apenas três missionários eram espanhóis a grande maioria era de portugueses, mas paradoxalmente, a colônia era portuguesa. Contudo, a maior contribuição no campo linguístico foi dada pelos espanhóis. Três espanhóis deixam uma imensa contribuição durante o processo de evangelização e coloni-

zação. São eles: de Juan de Azpilcueta Navarro, Antonio Blazquez e José de Anchieta.

Aqui estabelecidos, a companhia de Jesus determina como regra que todos os missionários aprendessem a língua dos indígenas, pois consideravam indispensável dominar sua língua para catequizá-los. Pertinente lembrar que os primeiros evangelizadores, vindos de Portugal, que apresentaram maior habilidade com a língua dos índios foram os jesuítas espanhóis Juan de Azpilcueta Navarro, o primeiro a aprender a língua tupi e mais tarde tornando-se tradutor e intérprete, José de Anchieta que escreverá a primeira gramática em língua indígena brasileira *Arte de Gramática da Língua mais Usada na Costa do Brasil*, publicada em Coimbra em 1595 e Antonio Blazquez a quem Juan de Azpilcueta deixa todas as suas orações em língua do Brasil, com os mandamentos e pecados mortais para que siga junto ao Padre português Ambrósio Pires os ensinamentos em língua nativa.

A língua tupi, então, vista como um dos obstáculos que deveriam ser vencidos pelos colonizadores e jesuítas, evidencia a necessidade de fazer-se sua conversão a regras que facilitassem seu aprendizado. A preocupação dos jesuítas propicia, que através do empenho dos primeiros padres surja a Arte gramatical. Em primeiro momento coube ao padre Juan de Azpilcueta Navarro desenvolver esse trabalho por já possuir um grande domínio da língua tupi. Contudo em carta datada de 19 de setembro de 1553 dirigida ao seus Irmãos de Coimbra, o padre Navarro busca conforto e pede consolo, comunica que pela falta de tempo deixa inconcluso esse trabalho.

Em seguida, o irmão José de Anchieta, que já se encontrava no Brasil, adaptando-se com certa facilidade ao tupi, ensinando e aprendendo a língua, em pouco tempo aperfeiçoa os esboços e logo surge *A Arte de Gramática da Língua mais usada na Costa do Brasil* e mais tarde a sua experiência com a de outros a aperfeiçoam e já em 1556, era utilizada no Colégio da Bahia.

Lope de Vega — *El Brasil restituído*

A obra *El Brasil restituído* datada de 23 de outubro de 1625, escrita por Lope de Vega, teve licença para ser representada em 29 de outubro do mesmo ano, produzida em um contexto essencialmente triunfalista da monarquia de Felipe IV.

A data da escritura da comédia é muito próxima da data em que acontece a invasão da Bahia de Todos os Santos pelos holandeses. Essa coincidência temporal entre o acontecimento histórico dramatizado e sua dramatização assinala aspectos de integração não só política, como também, propagandística.

Ao abordarmos questões sobre a situação política e econômica da Espanha dos séculos XVI e XVII nos deparamos diante de um grande paradoxo. Desde o século XVI Espanha vinha marcada pelo estigma de grave crise econômica, política e militar, contudo será durante esse período tão conturbado que assistiremos o seu esplendor cultural, trata-se de um período de grande desenvolvimento artístico, daí ser chamado de Século de Ouro espanhol.

Será nesse contexto que obras como *El Brasil restituído* serão escritas e representadas. Como um todo o teatro se revela como um instrumento para divulgar toda uma ideologia que surge em defesa de seus valores próprios, como a exaltação da religião católica e da Contrarreforma, a compulsão pela limpeza de sangue, ou seja, ser cristão velho sem nenhum antecedente judeu, nem muçulmano, além de reconhecer o poder absoluto e indiscutível do monarca.

Entendemos que a produção artística e literária daquela época está vinculada a esses ideais. Sendo o teatro um espetáculo público e ser de grande aceitação por parte da população, se desvela como um instrumento propagador dos ideais antes mencionados.

Diante do exposto *El Brasil restituído* será por nós analisado como um teatro de propaganda que viabiliza uma ideologia que

propicia a apresentação de uma imagem da sociedade desejada, o que implica sem sempre ser a sociedade real.

Foi durante o governo de Felipe IV (1621–1665) que os holandeses invadem as terras brasileiras. A presença holandesa entre invasão e expulsão pode ser narrada em dois grandes períodos: o primeiro de 1624 à 1625 – Invasão de Salvador, na Bahia; o segundo de 1630 à 1654 – Invasão de Olinda e Recife, em Pernambuco. Contudo, no período de 1630 à 1637, acontece a fase de resistência ao invasor; de 1637 à 1644, a história registra o período de Administração de Maurício de Nassau e finalmente de 1644 à 1654, acontece a Insurreição Pernambucana.

A primeira expulsão dos holandeses, que ocupavam a Bahia desde 1624 se deu em 1625, período monárquico de Felipe IV e nesta data a Espanha enviou, como reforço, uma poderosa armada sob o comando de D. Fadrique de Toledo Osório, marquês de Villanueva de Valduesa, e do general da armada da Costa de Portugal, D. Manuel de Meneses, a maior então enviada aos mares do Sul: a famosa Jornada dos Vassalos. Essa expedição derrotou e expulsou os invasores holandeses em primeiro de maio desse mesmo ano.

Essa primeira expulsão dos holandeses em 1625, foi objeto da obra teatral de Lope de Vega *El Brasil Restituído* escrita, também, em 1625. Quando se trata de comentar as diferentes representações sobre a perda ou recuperação da Bahia de Todos os Santos, ou sobre a Invasão holandesa, encontramos várias obras a respeito desses temas.

Outras historiografias, são reconhecidas pela abordagem temática aqui mencionada, como a de Tomás Tamayo de Vargas — *Restauración de la ciudad de Salvador, i Baía de Todos-Santos, en la Provincia del Brasil. Por las armas de D. Felipe IV...* Madrid, Martín, 1628, Juan de Valencia y Guzman e Duarte de Albuquerque Coelho.

Além das obras já mencionadas, tanto em português como em espanhol, à literatura referente ao Brasil, especificamente a recupe-

ração da Bahia, a título de enriquecimento acrescentamos que ao contrário do que pensam muitos pesquisadores, são inúmeras as obras, sobre esse tema.

Duas obras devem ser comentadas *El Brasil restituído* de Lope de Vega e *Pérdida y restauración de la Bahía de Todos Santos* de Juan Antonio Correa (1670). Comparadas as duas comedias, observamos em *El Brasil restituído* a inexistência de soldados portugueses destemidos, ao passo que em *Pérdida y restauración*, Juan Antonio ressalta as qualidades dos líderes portugueses. *El Brasil restituído* representa o drama histórico de feitos contemporâneos a que se dedica o dramaturgo em seu Teatro do Século de Ouro.

O monarca corrobora a divulgação de seus feitos e enaltecimento de sua imagem, como podemos observar em sua apresentação ao Conselho de Castela em 1627, sobre a reconquista de Salvador: “*con ejército de mar y tierra socorrí las provincias del Brasil, sitié y tomé la plaza de San Salvador que había tomado el año antes y fortificado los rebeldes holandeses*”.

A imagem do poder monárquico de Felipe IV será explorada por Lope em seu teatro, onde a monarquia hispânica é posta em cena, e ali se constrói a imagem espetacular monárquica como instrumento para seu enaltecimento e representação do poder. É a monarquia em cena, na cena do poder, recebendo o monarca a função de personagem principal do espetáculo, a cidade como o cenário ideal e o povo como espectador dessa grandiosa representação.

Será durante o governo de Felipe IV, após várias tentativas sem sucesso à Costa da África, os holandeses investirão sua jornada militar de invasão à costa brasileira — Bahia e Pernambuco. Os holandeses saquearam casas e templos em busca de riquezas que seriam enviadas a seu país em várias embarcações. Para garantir sua permanência ofereceram casas, terras e liberdade de religião a todos que quisessem ficar nas periferias da Bahia, pois a grande maioria preferia ficar na metrópole.

Nessa região da Bahia residia um bom número de cristãos novos, ou seja, judeus conversos que tentavam escapar da Inquisição espanhola, ou que haviam sido expulsos de Portugal, estes povoam a costa brasileira e se uniram aos holandeses, como também alguns indígenas e negros. O momento histórico da invasão e restituição da Bahia é abordado por Lope de Vega, não apenas como movimento de restituição, pensava-se, também, em restaurar “*la verdadera religión de la más excelsa monarquía*” e denunciar os verdadeiros inimigos da fé.

No período de governo do Conde Mauricio de Nassau, considerado um príncipe ilustrado do Renascimento, estavam sob sua proteção: católicos, protestantes e judeus que viviam em relativa paz e tranquilidade, segundo os preceitos de liberdade de consciência e de culto. Essa tolerância religiosa era uma das causas dos conflitos e de deslealdades internas, tão bem assinalados em *El Brasil restituído*.

Na obra dos versos 488 ao 564, Brasil em forma de figura alegórica de: “*una dama índia, con una rueda de plumas y una flecha dorada con un dardo*” entra em cena, nos conta a história de sua dupla conquista: a primeira militar e a segunda religiosa. Nesse plano alegórico, a reação ibérica com respeito a ocupação holandesa é narrada pela figura alegórica do Brasil. Em seguida enaltece a figura de Vasco da Gama como um português de grande valor que deu início à nobre façanha de chegar às terras brasileiras.

O quadro histórico da Espanha, nesse momento, favorece um vínculo de reciprocidade entre o poder monárquico e a construção do personagem em herói mítico. Carlos V, que na dramaturgia será comparado a Hercules, renasce na cena teatral para cumprir a função do herói que resgatará honras e levará para Espanha vitória e poder. A cena do poder gira em torno da criação da sua imagem de herói mítico, e a dramaturgia trabalha a serviço da recuperação da memória histórica, para a estruturação e mitificação do personagem.

Brasil enaltece a união de Portugal com Espanha, através de versos que aclamam a vinda de portugueses e em seguida de espanhóis às terras brasileiras.

Nos versos seguintes, em nome da fé de Cristo, Brasil aceita os ensinamentos dos jesuítas, assumindo que Deus é um único, é banhado nas correntes do batismo e repudia o barbarismo de outras religiões.

Mais adiante a figura alegórica do Brasil não tarda em criticar a permanência dos “bárbaros hebreos” em suas terras, em analogia a tolerância religiosa dos holandeses. Brasil denuncia os verdadeiros inimigos da fé, que foram recebidos pelos holandeses para colonizar as terras brasileiras. Com a permanência dos holandeses em suas terras, momento que já está consagrada a invasão, e em consequência a abertura para novos cultos religiosos, que não católicos, Brasil, enfrenta inquietações e questiona quem levaria a notícia à Corte, deixando claro o estado de abandono que se encontra Brasil, com invasores em suas terras e nenhuma ajuda a receber. Contudo, a dramaturgia oferece uma versão de aceitação do fato, por Brasil, temeroso apenas por não saber como levar a notícia.

A mensageira será a Fama, ou sua representação alegórica, cujo significado para as literaturas romana e grega, representava a “voz pública”. A Fama costuma ser representada por uma figura feminina, com asas de águia, e do alto dos céus toca sua trompeta. Proclama sem distinção a verdade como a mentira em suas mensagens.

Percebe-se que a Fama é a responsável por manter viva a memória dos impérios e dos reis, pede Brasil que aquela vá, rapidamente a Monarquia da Espanha para contar-lhe o mal que se há abtido nas terras brasileiras.

A alegoria da Monarquia de Espanha “*con un mundo a los pies y un cetro con tres coronas de oro*”, (p.268) a recebe. A Fama como interlocutora do Brasil, comunica a Monarquia da tomada da cidade pelos invasores holandeses.

Lope utilizará em diferentes cenas o protagonismo de personagens alegóricos, fato comumente encontrado no teatro de tema histórico e em geral no de tema americano há um predomínio de alegorias cujo contexto está voltado para o religioso, como a Idolatria, e o Demônio, ambos necessários quando se trata do Novo Mundo, pois a questão é a imagem que os espanhóis tinham da América.

Interessante observar que a alegoria da *Religião católica* se apresenta em hábito de uma dama espanhola e a alegoria do Brasil como uma índia.

Como afirma Walter Benjamim, em sua obra: *Origem do drama barroco alemão*, a alegoria é um modo de significação específico, trata-se de uma metáfora contínua, o transporte de um sentido próprio a um sentido figurado. As alegorias presentes em *El Brasil Restituído*, como Apolo, a Fama, a Herejia, a Monarquia, Brasil e a Religião, ocupam em alguns casos função importante de dinamizador da ação dramática. Através do poder da palavra que as alegorias assumem na obra, observamos que a oposição antes conhecida entre índios e espanhóis, na fala da Herejia —, v 1576-1595 — deixa de existir, para encontramos índios batizados que atuam contra os hereges, holandeses e bárbaros hebreus.

A Monarquia envia a armada comandada por D. Fadrique de Toledo para libertar o Brasil de seus invasores, com sucesso a vitória é alcançada. Unem-se as naves portuguesa e espanhola, a espanhola comandada por Don Fadrique Álvarez de Toledo e a portuguesa por Don Manuel de Meneses. E assim se dá o início da segunda jornada de *El Brasil restituído*, onde não apenas soldados espanhóis se unem aos portugueses, a língua espanhola e a portuguesa também se unem em defesa da terra, nas vozes de soldados, pilotos e de comandantes.

Durante o governo de Felipe II de Espanha e I de Portugal, a união monárquica, apesar de algumas reclamações espanholas, é apresentada como uma relação estável entre Madrid e Lisboa, sem

revoltas, porém com a progressiva fragilidade do império espanhol, durante o governo de Felipe III, semeia-se a discórdia entre os nobres portugueses.

Assim, apesar da aparente união, Lope deixa escapar, através da voz de seus personagens, crítica ao comportamento dos portugueses, espanhóis e em consequência dos holandeses. Apresenta os portugueses como arrogantes, os castelhanos como soberbos e os holandeses como bárbaros, nos versos 1063 ao 1068. Nada escapa a pena de Lope de Vega.

Já nas cenas finais, Lope introduz astuciosamente um retrato de Felipe IV, cena que representa a rendição holandesa, já prisioneiros, solicita o perdão do monarca, perdão que será concedido através da figura de seu representante dos Fadrique. Após muito discutir-se sobre as condições de rendição do inimigo holandês, que será rasgada por don Fadrique, que afirma: *“No pienso admitir yo condiciones de paz ni de otros conciertos en hacienda de mi Rey”*

Por suas conquistas a dramaturgia constrói o herói que defendeu a capital do Brasil contra os invasores holandeses, contudo a realidade não divide com a ficção os atos heroicos de Don Fadrique que acaba por ser vítima do autoritarismo do valido de Felipe IV o conde-duque de Olivares

Em 1643, após o afastamento do duque de Olivares, se reconhece os valores e se acrescenta a fama a um dos mais valentes e destacados capitães que teve a armada espanhola.

Referências

ANCHIETA, José de. *O Auto da Ingratidão (“Na Vila de Vitória”)*: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia. São Paulo, 1973.

_____. *Informação do Brasil e de suas capitanias (1584)*. Ed. Obelisco. São Paulo. 1964.

BONIFACIO, J., *Códice de Villagarcía*, en Real Biblioteca de la Academia de la Historia [RBAH], Ms. 9/2565, fol. 137r.

LÈRY, Jean de. *Viagem à Terra do Brasil*. Trad. Sérgio Milliet. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

VEGA, Félix Lope. *El Brasil Restituído in Obras Escogidas*. Teatro, Madrid: Ed. Aguilar. 1987

(Bartolome de Las Casas. *Historia de las Indias*. TOMO I – Ayacucho, pag 684, capt 172. España, 1956).

Vol 7, ano VII, nº 2. 2010

Anexos

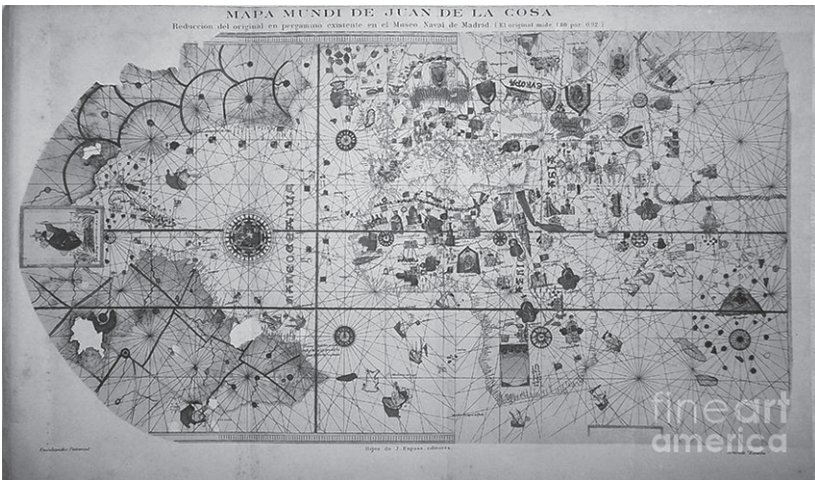
1) QUADRO LA RENDICIÓN DE BRENDA – Velázquez



2) LA RECUPERACIÓN DE BAHIA DE TODOS LOS SANTOS – Juan Bautista Maíno



3) JUAN DE ACOSA – Cartografía



A CONSTRUÇÃO DO CORONEL: DO PASSADO COLONIAL À GUARDA NACIONAL

João Gualberto Vasconcellos*

O coronel — este personagem fundamental na vida passada e presente brasileira — não morreu. Não morreu, sobretudo, porque sua herança é extensa e pode ser percebida ainda hoje em muitas manifestações importantes em nossa sociedade. Entre as heranças que se podem observar, destacam-se as que estão presentes na construção de um fazer na gestão da sociedade brasileira. Mesmo nos dias atuais, os mais expressivos empresários e executivos brasileiros portam em si essa marca do nosso processo social-histórico, ou melhor, são parte dele. São todos, em algum grau, herdeiros do coronel.

João Gualberto

Primeiras Palavras

Escrevi o *A Invenção do Coronel: ensaio sobre as raízes do imaginário político brasileiro* como Tese de Doutorado na *Ecole des Hautes Etudes em Sciences Sociales*, instituição francesa localizada em Paris. A defesa e aprovação se deram em 1992. O trabalho foi feito sob a direção do filósofo político Cornelius Castoriadis. Em 1995 publiquei o texto, com algumas alterações, que a tornaram mais leve ao leitor, como livro pela EDUFES. A abordagem construída, faz uma passa-

* Professor emérito da Universidade Federal do Espírito Santo, Doutor em Sociologia pela *Ecole des Hautes Etudes em Sciences Sociales*, autor de *A Invenção do Coronel*, ex-secretário estadual de cultura do ES e associado do IHGES.

gem da leitura da filosofia política para a realidade que compreende a força do chamado Poder Local na sociedade brasileira.

Nos 25 anos que separam a preparação da primeira edição do livro aos dias atuais, realizei pesquisas e publiquei trabalhos tendo como pano de fundo nossa história política, com foco especial no período republicano e no território capixaba. Mas não apenas, pensei no mundo do trabalho, no mundo das organizações, no universo feminino, enfim nas múltiplas instituições imaginárias sociais em que se pode sentir a presença do coronel.

Achei que havia chegado a hora de reunir tudo isso em uma nova versão do trabalho. Essa nova edição manteve inalterada a visão histórica original, mas agregou outros personagens da Primeira República Capixaba como Afonso Claudio, Muniz Freire, Florentino Avidos, o Coronel Duarte e mesmo empresários nacionais tributários do coronelismo como Delmiro Gouveia.

Além de expandir o universo do Coronel a outros espaços sociais brasileiros como, por exemplo, o coronelismo nas organizações, já que como personagem e instituição imaginárias central dos nossos jogos de poder invade todos os domínios da nossa subjetividade, aprofundei a explanação da construção do imaginário social na obra de Castoriadis. Fiz enfim uma revisão e ampliação que me parece justificam uma nova versão.

O presente artigo está inteiramente estruturado a partir dessa nova versão da obra. Recupera parte do primeiro capítulo para demonstrar a longa trajetória histórica do personagem. Ela inicia-se em nossa fase colonial e se estende até o Império, quando é criada por Feijó a Guarda Nacional que dá materialidade ao personagem que chega pronto ao nosso período republicano.

Castoriadis e o Imaginário Social

Para começar nossa viagem pelo universo do Coronel, penso poder definir o coronelismo como uma das instituições imaginárias centrais da sociedade brasileira. Foi ela que permitiu, durante longo tempo, a existência histórica dos mais diversos personagens políticos, dotando-os de significação. A sobrevivência do coronelismo até hoje deve-se à profunda impregnação das práticas sócio-políticas brasileiras pelo imaginário do coronel. A tal ponto julgo isso profundo que o considero como o *Mestre Coletivo da Significação* (CASTORIADIS, 1986a, p. 43). Os coronéis são, de fato, criadores de códigos de comportamento social bem brasileiros, em uma sociedade fechada à cidadania e centrada nas grandes famílias oligárquicas.

Assim, para entender o Coronel, para entender a nossa política, é preciso entender o que se passa na sociedade brasileira, antes de tudo. É fundamental entendermos quem somos, qual é nossa trajetória. É fundamental reportarmo-nos sempre ao nosso processo histórico. Afinal, não estamos tratando de indivíduos sem história. Estamos, pelo contrário, lidando com indivíduos produzidos socialmente, resultantes que são de toda incorporação complexa de valores.

Desde a primeira palavra que cada um de nós fala, está presente o mundo onde estamos, suas significações sociais e um universo imaginário informado cada vez a cada indivíduo social. Na concepção com a qual trabalharemos, cada indivíduo é um fragmento ambulante de sua sociedade, ou seja, cada brasileiro porta em si o Brasil. Ele é o Brasil quando atua socialmente em cada caso específico. Mas não um Brasil qualquer, e sim um Brasil datado, situado no tempo social-histórico.

Conceitualmente, o conjunto de nosso trabalho trata, antes, de tentar entender a dinâmica da sociedade brasileira, seu imaginário

social central que institui os personagens e que mantém com eles relações profundas, como uma avenida que tem mão e contramão. Passagem para os dois lados. Lugar por onde transitam elementos nos dois sentidos. Assim, nossas lideranças, uma vez instituídas, passam a ter força para instituir práticas e personagens. Eis aí os coronéis como grandes exemplos. Elas são criadas pelo nosso imaginário, mas, ao mesmo tempo, são criadoras também de imaginário no campo político, no campo de construção de padrões de gestão e lideranças.

Em Castoriadis, para fins de nossa análise, é fundamental, em primeiro lugar, entender a noção de tempo. Para ele, toda sociedade existe instituindo o mundo com o seu mundo, ou seu mundo como mundo, e instituindo-se como parte desse mundo. Da instituição do mundo e da sociedade — pela própria sociedade —, a instituição do tempo é sempre componente essencial. Mas sabemos porque o tempo não é instituído como separado tanto do espaço como do que aí se produz. Para Castoriadis, o tempo pressupõe o espaço. Assim, o tempo não é nada ou é criação. O tempo, para ele, é impensável sem criação, entendida como criação autêntica, criação ontológica. Tempo é criação. Assim, uma sociedade como a brasileira foi criada no e pelo social-histórico, sendo o tempo considerado fator explicativo importante. Não podemos elucidar as práticas do presente sem levar em conta de onde elas vieram, como vieram e que desdobramentos no plano imaginário foram tendo no tempo.

Sustenta Castoriadis que a história humana, assim como as diversas formas de sociedade que conhecemos nessa história, é essencialmente definida pela criação imaginária. Imaginário, para ele, não significa evidentemente fictício, ilusório, espetacular, mas posição de novas formas; posição não determinada, mas determinante; posição imotivada, da qual não pode dar conta uma explicação causal, funcional ou mesmo racional.

Sendo assim, todos os fenômenos de sociedade têm relações com o processo central de criação imaginária do todo. Um processo social complexo como o de gestão, por exemplo, seja do aparelho de Estado, seja dos processos produtivos, políticos ou sociais, é evidentemente criação imaginária. Alimenta-se e é alimentada por um mesmo “magma de significações imaginárias”, lugar de origem do imaginário social instituído. Um não existe sem o outro. Um personagem público brasileiro do presente tem, em algum lugar, um vínculo com o coronel, com a velha ordem. Sem esse vínculo, ele não existe no tempo; ele não faz parte da criação imaginária, como obra de um coletivo anônimo.

Outro ponto importante para compreendermos Castoriadis é sua visão do ser. Para ele, o ser não é um sistema, não é um sistema de sistemas. O ser é o caos, o abismo, o sem fundo. Mas caos que comporta certas organizações parciais, sempre específicas. O ser, tomado nesse sentido, não existe simplesmente no tempo, mas pelo tempo, por meio do tempo e em virtude do tempo. Em essência, o ser é tempo e estar essencialmente por ser. Os fatos relativos ao ser, ao tempo e à criação foram encobertos pela determinação como categoria. A determinação leva à negação do tempo, pois, se algo está determinado, está determinado desde sempre e para sempre (CASTORIADIS, 1982, p. 87).

Assim, o homem só existe no tempo, na e pela sociedade, e a sociedade sempre é história. Cada sociedade se constitui de forma singular e particular. Elas adquirem um sentido novo no domínio social-histórico. Aquilo que mantém uma sociedade unida é sua instituição, o complexo total de suas instituições particulares ou a instituição da sociedade como um todo: normas, valores, linguagem, instrumentos, procedimentos e métodos de fazer frente às coisas e de fazer coisas e, ainda, é claro, o próprio indivíduo. As instituições se impõem à vida dos indivíduos mediante a adesão, o apoio, o consenso, a legitimidade,

a crença. Em última análise, por meio da produção da matéria-prima humana em indivíduo social, no qual estão incorporadas tanto as instituições quanto seus mecanismos de perpetuação.

A instituição produz indivíduos conforme suas normas e esses indivíduos, dada a sua construção, são capazes e mesmo obrigados a reproduzir a instituição. Assim, a instituição da sociedade, no sentido geral que o filósofo atribui ao termo, é feita de muitas instituições. Há uma unidade na instituição total da sociedade. Essa unidade é conseguida pela coesão interna do tecido imensamente complexo de significações que impregnam, orientam e dirigem toda a vida daquela sociedade e de todos os indivíduos concretos que a compõem.

Esse tecido complexo é o que Castoriadis chama de “magma de significações imaginárias sociais” trazidas pela instituição da sociedade. Tais significações imaginárias são espíritos, deuses, Deus, *polis*, cidadão, nação, Estado, partidos, mercadoria, dinheiro, taxa de juros, tabu, virtudes, pecado etc. Ele denomina imaginárias essas significações porque elas não correspondem nem se esgotam em elementos racionais ou reais e porque são introduzidas por uma criação. Elas são sociais, pois somente existem enquanto são instituídas e compartilhadas por um coletivo impessoal e anônimo. Toda sociedade cria seu próprio mundo, no qual ela se inclui.

O fator social-histórico não cria apenas um novo tipo ontológico de ordem. Ele faz emergir, pela criação, a própria sociedade: por exemplo, a criação da *polis* democrática na Grécia Antiga ou do coronel na sociedade brasileira do século XIX. Podemos elucidar esses processos e não os explicar, pois a criação não se explica totalmente. Toda ordem em uma sociedade é assim garantida por sua instituição central. Nossos estudos partem do princípio de que a sociedade brasileira instituiu o coronel como “mestre coletivo da significação”, em determinado período histórico, quando esse mestre

instituiu uma certa forma de organizar, controlar e gerir a sociedade. O coronel foi instituição central na produção da lógica de poder, em qualquer espaço onde ele se exerça em uma sociedade. Até porque como criação imaginária ele existe como um só, que informa a todos. Partindo dessa conceituação, podemos dizer facilmente que o período histórico de sua produção não está esgotado: ele está se reconstruindo. A significação do coronel e a instituição imaginária do coronel se enraizaram de tal forma em nosso imaginário que seus traços fundamentais estão vivos até hoje.

A visão castoriadiana nos dá uma dimensão muito ampla e abrangente de uma sociedade, como também de cada instituição que compõe a instituição imaginária da sociedade. Assim, quando compreendemos, no processo social-histórico brasileiro, a força do coronel, podemos admitir que ele foi a instituição-instituente central do campo do poder no capitalismo tal como o vivemos no Brasil. Como tempo é criação, veremos como o tempo foi criando e recriando o nosso velho coronel.

O coronel — personagem fundamental na vida passada e presente brasileira — não morreu. Não morreu sobretudo porque sua herança é extensa e pode ser percebida ainda hoje em muitas manifestações importantes em nossa sociedade. Entre as heranças que se podem observar, destacam-se as que estão presentes na construção de um fazer na gestão da sociedade brasileira. Mesmo nos dias atuais, os mais expressivos empresários e políticos brasileiros portam em si essa marca do nosso processo social-histórico, ou melhor, são parte dele. São todos, em algum grau, herdeiros do coronel. O mecanismo social que permite essa permanência ao longo dos séculos é sua forte presença no imaginário social brasileiro. Melhor, é a consequência de sua inserção privilegiada na instituição imaginária do coronelismo. É disso que trataremos nesse artigo, ou de um fragmento desse processo, aquele que se deu na Colônia e no Império.

A Genealogia de um Personagem na Colônia

Para entender porque o Coronel acabou se transformando no principal personagem da política brasileira, é preciso estudar o seu percurso histórico. Analisar as suas origens. Historiadores como Sérgio Buarque de Holanda são capazes de nos ajudar nesse percurso, sobretudo quando evocam em seus trabalhos explicativos do Brasil uma ética da aventura, contrária à ética do trabalho. Nessa ética de aventura, os valores centrais seriam a audácia, a irresponsabilidade, a improvidência, a instabilidade, a improvisação e uma certa visão expansiva do mundo.

Aqui, nossos colonizadores não trabalhavam bem a expectativa de longo prazo. Foram os primeiros lugares do mundo onde a ganância teve importância definitiva na construção social. Ela permitiu a mobilidade que marcou nossa história. Nesse contexto, era preciso agir rapidamente e os resultados deveriam ser igualmente imediatos. Dessa forma, se os portugueses buscavam riquezas no Brasil, não buscavam a riqueza produzida pelo trabalho constante. Bem ao contrário, buscavam a riqueza produzida pela audácia.

Pensando agora em um novo explicador do Brasil, um dos autores mais importantes na compreensão da importância da formação de um mercado interno no Brasil é Jorge Caldeira, autor de uma extensa lista de bons livros, entre os quais se destaca a *História do Brasil com empreendedores*. O livro tenta explicar o desenvolvimento do Brasil colonial, levando em conta a história de nossas atividades econômicas, produtivas e, porque não, empresariais. É obra fundamental para aqueles que pretendem avançar na compreensão de nossa trajetória social-histórica e tem um caráter inovador em relação à nossa historiografia mais tradicional (CALDEIRA, 2009). Na verdade, tenta o autor elucidar o papel do empreendedor em nosso processo econômico e social. O autor reúne dados e refle-

xões para desconstruir a ideia de que fomos apenas uma sociedade gerada pelo Estado ou um país que viveu somente do produto das exportações para o mercado internacional, sem dinâmica empreendedora própria, portanto.

O mais importante para Caldeira é mostrar que — ao contrário do que toda uma bibliografia tradicional no Brasil tenta explicar — tivemos, sim, um forte mercado interno durante a Colônia e que esse mercado foi sustentado por uma multidão de pequenos, médios e grandes empreendedores. A partir do que o autor nos coloca, podemos pensar como a cultura empreendedora emerge em nosso imaginário social e como o capitalismo se insere em nosso processo social-histórico que continha elementos europeus, a escravidão africana e os indígenas. É disso de que trata a obra. Para atingir o objetivo a que se propõe, o autor analisa de forma muito crítica a obra de Caio Prado Júnior, grande pensador brasileiro da primeira metade do século XX. Isso porque ele foi, para Caldeira, o grande artífice da elaboração de uma interpretação do Brasil que não enxerga nem o mercado interno, nem o papel de seus grandes articuladores, os empreendedores, os empresários e como eles criaram uma espécie de amarração de toda uma teia de significados que deram vida ao nosso mercado interno emergente.

O que Caldeira mostra, com veemência argumentativa e muitos dados históricos, é que o Brasil descrito por Caio Prado e outros autores importantes, como Oliveira Vianna, é apenas uma parte da história: a parte que permitiu a socialização da ideia — sobretudo no pensamento marxista brasileiro — de que fomos economicamente subordinados somente à lógica da colonização imposta pela Coroa portuguesa. A outra parte da história, ainda mal compreendida, é a desse Brasil que ficou em pé, que absorveu entre seus modos a dinâmica social e econômica dos habitantes indígenas e que forjou o imaginário do empreendedor como instituição imaginária na sociedade brasileira.

Para ele, as nações indígenas tinham sua estrutura econômica, sua política de trocas. Como era comum nesses universos, a estrutura econômica não tinha a autonomia que alcançou no capitalismo moderno. Estava, antes, inteiramente imbricada em toda a estrutura social e familiar. As famílias estavam imersas nesse imaginário. Assim, quando os colonos, em seu intuito de enriquecer, começaram a se relacionar com as nações indígenas, promoveram casamentos que viabilizavam as transações desejadas. O Brasil, assim, tupinizou suas estruturas para poder sobreviver e transacionar mercadorias. Um capitalismo muito próprio e com grande força empreendedora. Em termos da elaboração imaginária, fomos construindo uma nação que teve uma convergência indiscutível: a exploração da maioria por uma minoria aristocratizada e que daria origem aos nossos coronéis, artífices do capitalismo à brasileira. Exemplo quase perfeito de desigualdade.

Mas, Caldeira amplia sua crítica ao articular as formulações de Caio Prado às de um outro grande autor, Oliveira Vianna. Embora eles tenham expressado pensamentos distantes ideologicamente, pelo direitismo assumido de Vianna e pelo marxismo de Caio Prado, ao serem cotejados, vê-se claramente a origem de uma certa leitura do Brasil que mutila muitos movimentos internos e elimina totalmente o papel social do empreendedor.

Isso Caldeira demonstra quando, por exemplo, diz que essas análises deixaram de fora o impacto da descoberta do ouro em terras brasileiras. É óbvio que o metal precioso se destinava à exportação, mas sua descoberta provocou enormes transformações em nosso mercado interno. Na verdade, ao utilizar de forma excessiva o conceito de latifundiário e de todo o universo que isso implicou — sobretudo como explicação das causas do subdesenvolvimento brasileiro como se dizia na época —, foi que nossa historiografia matou o papel do empreendedor dos tempos coloniais. Além disso, retirou-

-lhe os aspectos positivos relativos à construção de um certo capitalismo com marcas próprias no Brasil e reduziu a poucas dimensões o coronel como personagem: sua violência e poder de manipulação.

Pior do que isso, deu ao coronel uma gama de marcas negativas no campo da política. Concentrou de forma exagerada e equivocada seu olhar na violência e no controle social das massas, esquecendo sua extensa contribuição à formação de nossa economia e da nossa sociedade. Tirou-lhe, portanto, a dimensão empreendedora. Para ele, apesar das pretensões aristocráticas, o típico senhor de engenho era muito mais um empreendedor que qualquer outra coisa e investia em atividades especulativas, como o comércio de escravos, a coleta de impostos e a abertura de novas terras agrícolas

Além disso, o controle do tráfico de escravos possibilitava enorme lucros aos portugueses e esteve na origem da concorrência e de grandes conflitos entre as potências coloniais. O mercado de seres humanos se transformou, a partir de século XVII, na principal atividade econômica dos prósperos comerciantes lusitanos e também dos brasileiros. Esse mercado teve enorme importância na construção do Brasil como nação da nossa lógica política. O coronelismo, tal como o definimos aqui do ponto de vista social-histórico, é totalmente vinculado a essa lógica econômica e política autoritária e elitista. A escravidão e o tráfico de negros foram os eixos em torno dos quais a vida econômica e social estruturou-se no mundo colonial. A estrutura agrária, baseada em grandes latifúndios, estava muito ligada à escravidão e à economia mercantil europeia

A civilização indígena encontrada no novo continente não tinha nenhuma relação com o sentido que foi dado à Colônia. Os elementos dessa civilização indígena nada diziam ao colonizador, salvo marginalmente e, mesmo assim, dentro de um quadro de adaptação ao europeu e aos seus interesses econômicos. Gilberto Freyre, em *Casa-Grande & Senzala*, trabalho consagrado, em boa parte, ao

choque entre a civilização europeia e ameríndia, estudou o que foi esse choque para o indígena do ponto de vista de sua própria cultura. Um contato destruidor. A degradação moral das populações nativas dominadas pelo colono ou pelo missionário foi completa, como é sempre o caso quando uma civilização *avançada* se opõe a uma mais *atrasada*. Mesmo que Gilberto Freyre não discuta, no livro citado, a noção de avanço e atraso, ele aceita a ideia de que os europeus eram muito mais desenvolvidos no nível técnico e certamente mais capazes de impor sua cultura do que o contrário (FREYRE, 1983).

Segundo Gilberto Freyre, no caso brasileiro, constata-se, já no início, a desarticulação da moral católica, aquela da pequena minoria colonizadora, intoxicada pelo ambiente *imoral* resultante de seu contato com os indígenas. Mas, sob a influência dos jesuítas, a colonização ganhou um aspecto mais puritano, ainda que os cristãos portugueses fossem muito menos severos do que os ingleses na América do Norte. Esse puritanismo foi, todavia, suficiente para sufocar em larga escala a espontaneidade nativa. Os padres substituíram os cantos indígenas, de um sabor agreste, pelos seus cantos, secos e mecânicos. Cantos devotos que só descreviam o amor da Virgem e dos santos.

Eles impuseram uma língua geral, desconhecendo as diversidades linguísticas regionais. Provocaram o desaparecimento, entre indígenas catequizados, das danças e das festas mais instintivas, as mais interessantes e mais impregnadas de suas energias vitais. Deixaram sobreviver esta ou aquela dança graciosa (FREYRE, 1983, p. 116). Essa desconstrução, no entanto, foi fundamental no projeto da colonização. Graças a ela, os antigos habitantes da terra foram coagidos a contribuir no novo projeto. Graças a ela, construímos um outro imaginário social.

Mesmo que, dentro de um sentido dado à colonização no Brasil, não tenha sido criado um lugar positivo para os índios e os

negros, isso não impediu a mestiçagem. Os colonizadores tinham uma atitude de dominação e de miscigenação, o que já lhes era comum, pelas suas experiências anteriores.

Tudo isso estava bem de acordo com a lógica lusitana de colonização. Nesse quadro de mistura, um autor nos chama a atenção com considerações importantes: Roberto DaMatta. Ele observa que, dentro do fenômeno de miscigenação, a sociedade formada por portugueses brancos e aristocráticos era uma sociedade hierarquizada. Ela tinha um quadro rígido de valores discriminatórios. Os portugueses já possuíam uma legislação de discriminação contra os judeus, os mouros e os negros. Falar de democracia racial no Brasil — como ainda é o caso de certas narrativas — é manter um mito que considera as três raças miscigenadas no curso da história, sem considerar as relações existentes no interior dessa mistura (DAMATTA, 1986).

O resultado da combinação, no processo colonial brasileiro, entre a facilidade do português em se relacionar sexualmente com outros povos e a exclusão praticada contra índios e negros foi a destruição associada à miscigenação, produzida sob a lógica da dominação e da hierarquia social. Não constatamos, no caso brasileiro, a formação histórica de cidadãos, com capacidade de dialogar politicamente com colonizadores. Estes últimos impuseram toda uma cultura, baseada na ausência de um povo com demandas políticas. Povos a serem submetidos e destruídos. O sadismo e a utilização sem limites do outro é marca da formação das nossas elites. A história política brasileira é fortemente marcada por esses tipos de traços. A violência, como forma de relação com os dominados, foi preponderante até pelo menos o fim do século XIX e constitui-se, de forma definitiva, como uma das características de nossa sociedade. Não somente do Coronel, mas de todos os personagens com poder.

Não é difícil imaginar as consequências, sobre a psicologia e o comportamento das pessoas, desse tipo de relação, que favorecia o

desenvolvimento de tendências perversas. É igualmente fácil imaginar o tipo de elites que tal processo de socialização foi capaz de gerar. O sadismo, a ausência de respeito por tudo o que era popular, a completa ausência de limites nas relações pessoais, o autoritarismo perfeito: eis aí uma pista da história da formação das elites brasileiras e o quadro no qual se formaram nossos personagens políticos no decorrer do processo de colonização.

Quanto à estrutura econômica, os primeiros engenhos que produziram açúcar eram situados no interior de latifúndios. O latifúndio estava no coração da vida brasileira. As terras eram adquiridas por intermédio de simples doações, por meio das sesmarias, sem qualquer restrição maior, com exceção da obrigação de ocupá-las. Mas a instituição da sesmaria, presente nas ordenações manuelinas e filipinas, proibia, em Portugal, a doação de porções de terra maiores do que a capacidade de exploração do beneficiário. Isso foi modificado na Colônia, em função da imensidão territorial do Brasil e das exigências de produção em grande escala. Dessa realidade perversa seria menos pouco provável que pudéssemos ter apresentado capacidade de construir instituições imaginárias democráticas ou igualitárias. O surgimento da figura do coronel no epicentro de nosso imaginário seria, portanto, produto natural de nosso processo social-histórico e criação típica de nossa sociedade determinada no tempo.

A tendência era conceder uma, duas ou três léguas quadradas seguidas e, frequentemente, dezenas de léguas ao mesmo colono. O fato de alguém se transformar rapidamente em grande fazendeiro era uma boa motivação para os colonizadores. Eles se identificavam com homens de negócios, portadores de uma ganância e um desejo de enriquecimento impensáveis no mundo europeu de onde vinham. A grande extensão das terras era a garantia potencial das possibilidades de grandes culturas e de grandes lucros. A lógica

econômica do Brasil Colônia era aquela da ética da aventura de que nos fala Sérgio Buarque de Holanda. A ética da aventura está no núcleo duro de nosso imaginário e foi responsável pela atração de uma multidão de empreendedores sem limites para a nação que surgia.

A terra era um bem abundante. Não havia pressões econômicas para sua manutenção nem aplicação de novos procedimentos técnicos para melhorar as culturas. À medida que as terras se tornavam menos produtivas, destruíam-se as florestas e transferiam-se as plantações. Nenhuma outra forma de exploração agrícola no Brasil Colônia exprimiu tão bem as características de base da grande propriedade quanto o conjunto produtivo do engenho de açúcar, seja pela elevada necessidade de capital, de trabalho e de técnicas, seja pela capacidade de produzir relações sociais.

Algumas regiões, como São Paulo, construíram uma base econômica mais ampla, construíram um lugar para o empreendedorismo que talvez não tenha sido comum em toda a Colônia. Mas, com toda certeza, seja no mundo da cana-de-açúcar, seja no mundo da mineração de ouro das Minas Gerais, isto é, no capitalismo tupinizado que se iniciara em São Paulo, o nosso personagem vinha sendo gestado. Estavam todos no universo imaginário do coronel. *O Mestre Coletivo da Significação* se impunha a todos.

O senhor de engenho organizava sua unidade produtiva e sua unidade familiar ao mesmo tempo e, da mesma forma, sem fronteiras bem demarcadas. Ele tinha um poder total. Ele não reconhecia fronteiras entre o público e o privado. Essa é, aliás, uma das marcas definitivas da formação da sociedade brasileira. O senhor de engenho não era simplesmente um proprietário que explorava suas terras e empregados, comercialmente. O escravo, negro ou índio, não era somente a mão de obra explorada.

Para aquele que trabalhava para um senhor, mesmo que fosse maltratado, esse mesmo senhor era sobretudo uma referência. Ele

contava com o poderoso para todas as suas necessidades. Tudo se passava, do nascimento à morte, por gerações sucessivas, sob a influência do senhor e de sua dominação. Era um mundo pequeno e fechado, em função do qual se ria ou chorava, se sofria ou gozava.

Um conjunto de relações muito mais amplas do que a propriedade dos escravos ou a exploração econômica foi se constituindo dentro dos grandes domínios. As bases dessas relações eram a dependência econômica, o sincretismo religioso e cultural, a mestiçagem, a ausência de limites entre o público e o privado e o papel central do pai na cultura portuguesa e no Brasil Colônia. Relações humanas muito complexas, cheias de afeto e de sentimentos. Por um lado, as relações afetivas diminuía o poder absoluto e o rigor da autoridade do grande proprietário. De outro lado, elas reforçavam essa mesma autoridade. Os próprios ritos católicos terminaram por sancionar essas relações afetivas especiais. O batismo e os casamentos criaram tanto os padrinhos e os afilhados quanto os compadres. Situado no epicentro da vida social da Colônia, o latifundiário se aristocratizou. Ele era capaz de reunir todos os elementos necessários a isso: riqueza, autoridade, poder. E, a tudo isso, juntava-se a tradição da família patriarcal e o papel de seu chefe, aquele que escolhia amizades, profissões e casamentos. Os latifundiários, é bom que se reforce, formavam uma classe muito especial, privilegiada. Eles despertavam respeito e prestígio e eram reconhecidos por todos como poderosos.

O universo colonial brasileiro era basicamente rural. Em sua maior parte, os centros urbanos não eram mais do que apêndices rurais, um reflexo do campo. Como população fixa, o que havia eram comerciantes; mesmo assim, boa parte deles eram latifundiários, cujo número ia aumentando à medida que aumentavam as atividades econômicas. Mesmo padres eram frequentemente fazendeiros, que dividiam seu tempo entre as duas atividades, ou seja, o

imaginário do coronel tomava o campo e as cidades que iam aos poucos se formando, de uma só vez.

O latifundiário — portador dos elementos-chaves para o surgimento do imaginário do coronel — foi a peça chave da vida política do Brasil. A Metrópole distante e o território imenso impediram Portugal de exercer isolado o controle do poder político. O resultado foi a aliança quase obrigatória das cortes portuguesas com os senhores de engenho do imenso Brasil. Não poderemos compreender a articulação complexa da vida política no Brasil, tanto no período colonial quanto posteriormente, sem levar em conta essa realidade. Assim, com as significações imaginárias centrais do nosso capitalismo centradas no coronelismo, os latifundiários chegaram à ação política efetiva por meio da associação com o Estado português. A tentativa de transplante do Estado metropolitano para a Colônia veio beneficiar a participação desses poderosos, controladores do poder local na Colônia.

O primeiro passo para analisarmos o casamento entre o Estado português e o imaginário do coronel no Brasil colonial é compreender que o Estado onipresente, como foi concebido em Portugal, mostrou-se impotente para dirigir a nova sociedade. Dessa onipresença impotente, nasceu o papel político central dos senhores do campo e sua articulação com a vida social no Brasil. Para compreender a ação desse Estado, não se pode perder de vista que a colonização exigia elevada quantidade de recursos, que não eram fáceis de serem obtidos. Inicialmente os possíveis financiadores retraíram-se. Em função disso, cada nova colônia transformou-se em uma agência de distribuição de terras. O meio encontrado para possibilitar a exploração foi impulsionar o comércio, por meio de privilégios àqueles com espírito de aventura suficiente para a empresa, bem ao nível da ética da aventura portuguesa e de seu imaginário central.

O que interessava a Portugal era a exploração econômica, associada à manutenção e ao controle da integridade política da Colô-

nia. Importantes obstáculos, no entanto, se colocavam contra isso. O maior deles era a distância entre os dois países, que tornava a Colônia bastante autônoma em termos decisórios, como também independentes os empreendimentos econômicos no Brasil. Para vencer essas tendências à desagregação e também para estabelecer uma base física de suporte, os capitães fundavam vilas e cidades. Esses núcleos urbanos passaram a representar um eixo da manutenção das atividades comerciais e estruturaram as atividades fiscais. O controle do pagamento de impostos era atribuição, nas capitâneas menos habitadas, do governador e, segundo os modos rígidos do Reino, aos funcionários de Lisboa nas capitâneas mais importantes. É preciso juntar, a essas atividades, aquelas ligadas à defesa contra piratas e índios.

A organização jurídica e administrativa dos municípios ia sendo criada antes mesmo de eles serem habitados. As novas realidades iam sendo criadas pela lei e pelos regulamentos. A vida econômica e social ia se modelando segundo as leis em vigor em Portugal. Em lugar de adaptações e flexibilidade, o soberano corrigia as distorções por meio da força, pela sentença e pela punição. A América era um reino a se modelar segundo o formato português. Jamais um mundo a ser criado, nenhum espaço para a invenção (FAORO, 1979).

Essa estruturação jurídica e administrativa da nova colônia contribuiria de maneira definitiva para a criação da estrutura fundiária que temos até hoje no Brasil, o que também favorece a longa duração de nossa formação imaginária. Foi essa a organização legal que permitiu a distribuição de terras a poucos colonos que, acumulando várias sesmarias, deram origem aos enormes latifúndios que marcam a economia brasileira. Até o final do século XVII, não havia nenhuma restrição jurídica a esses acúmulos de terras. Esse estatuto jurídico permitiu, na prática, dotar a grande exploração

agrícola de um imenso poder. Criou, para usar uma expressão de Raymundo Faoro, o *potentado rural*. Criou, na nossa visão, as raízes da instituição imaginária do coronel.

Não havia, na sociedade colonial brasileira, lugar para o homem livre sem posses. O grupo que foi se formando de escravos libertos, de índios aculturados, do casamento de ex-escravos com indígenas, de europeus pobres e outros grupos minoritários não deu origem a senhores da terra ou a escravos. Esse grupo foi se reunindo progressivamente em torno do latifundiário. Uma massa de indivíduos cada vez mais numerosa ia se estruturando nas sociedades rurais ou gravitando em volta desse universo. Eram essencialmente os protegidos de um certo latifundiário, para o qual prestavam serviços. Esses agregados cultivavam, na maioria dos casos, terras do grande fazendeiro. Essa situação criou uma camada de agricultores não proprietários. Eles ajudaram a criar o universo do potentado rural, personagem capaz de centralizar a vida de um número imenso de pessoas ligadas a ele por vínculos econômicos, familiares e afetivos. Nascia, assim, o povo brasileiro, como muito bem registrou Darcy Ribeiro (1995).

Todo homem rico e proprietário de escravos tornava-se um representante de seus próprios interesses, que foi se transformando na marca de nosso sistema social. A guerra permanente contra os índios, os escravos fugidos e o trabalho de defesa externa acentuavam essa situação, porque transformavam a autoridade local em uma pequena força militar autônoma.

Os governadores, em função das necessidades e estimulados pela ausência de controle, ampliavam a esfera de suas delegações. Diante disso, era comum os colonos insurgirem-se contra a autoridade dos donatários, já que a autoridade do rei estava longe e inerte, distante do que acontecia na Colônia (FAORO, 1979, p. 144-5). A autonomização desse poder como marca de nosso processo colo-

nial é que vai criando um mundo onde o imaginário do coronel passa a ser responsável pela articulação da vida: o “mestre coletivo da significação”.

Vale chamar a atenção dos leitores para o fato de que penso como Castoriadis: a instituição é imaginária quando é vivida por grande parte dos indivíduos, na maioria do tempo, como real e verdadeira. É isso que a torna importante. Se em determinada sociedade a inferioridade feminina é admitida pela maioria, inclusive das mulheres, estamos diante de uma instituição imaginária. No caso, mesmo que isso seja uma construção social-histórica prenhe de mitos, o resultado prático é o mesmo: mulheres submetidas. Uma construção imaginária cheia de potência vai se firmando no Brasil durante seu processo social; aqui, observa-se como o coronel vai se construindo e se transformando no epicentro da vida social e na instituição imaginária a partir da qual vai se instituindo o nosso sistema social e nosso sistema político.

Assistiu-se então a uma fusão progressiva entre o Estado colonial e os potentados. Com efeito, os latifundiários encarnaram o poder e o Estado. Foi por meio deles que o Estado existiu e o poder se manifestou. Entre escravos e homens livres, agregados aos latifúndios e às esferas estatais, foi interposto um grande personagem: *o potentado rural*. Armado, dispondo de uma milícia, senhor absoluto da vida dos indivíduos, sem noção de limites, ele representava o poder. Era um personagem que personificava a vida política no Brasil, que não existia sem ele. Melhor, não tinha nenhum sentido sem ele.

Os Coronéis da Guarda Nacional

Durante o período colonial, a sociedade brasileira construiu progressivamente, como vimos, seus personagens políticos. Pode-

ríamos antes dizer que construiu seu *Magma de Significações Imaginárias Sociais* — excludente, elitista e banhado em um mundo de violência e de ausência de limites. O personagem central engendrado por esse processo social-histórico foi o latifundiário, o potentado rural, origem real e nexos das relações simbólicas que fizeram surgir o coronel republicano.

O potentado rural, descrito magistralmente em *Os donos do poder*, de Raymundo Faoro, era figura proeminente nesse universo imaginário: proprietário de terras, ordenador de processos econômicos e, ainda, chefe político importante. Mas o poder de tais personagens não se limitava à dimensão econômica. Ele era o núcleo de poder na Colônia, e operava sempre alinhado com a metrópole.

Na ausência das comunidades, como as que havia nos Estados Unidos, o latifúndio estruturou a vida social no Brasil Colônia. Senhor absoluto de seus escravos e vivendo cercado de agregados, entre os quais selecionava os membros de sua milícia privada, ele estabeleceu com os homens do povo relações afetivas e de dominação. Esse núcleo central de nosso imaginário social continha esses elementos: afeto e violência; submissão e favores.

Nosso período colonial se esgotou com chegada ao Brasil no início de 1808 de Dom João VI. Uma nova fase da sociedade começou a se estruturar. Entretanto a construção da independência se fez pelos mesmos personagens que animaram nossa vida colonial, de forma a deixar intocado o imaginário central da sociedade. Os grandes latifúndios e a escravidão, por exemplo, ficaram intocados. O Rei, entretanto, tomou uma série de medidas logo ao chegar, construindo o novo momento. A primeira foi a abertura dos portos brasileiros, em caráter provisório, ao comércio exterior, feito por meio da Carta Régia de 28 de janeiro de 1808.

Várias medidas se seguiram, anulando as restrições impostas à produção e ao comércio colonial, que eram incompatíveis com

a nova situação de sede da monarquia. O Alvará de 1º de abril de 1810 autorizou a livre implantação de fábricas e manufaturas, extinguindo, assim, as antigas limitações. No dia 30 de janeiro de 1810, os dispositivos de 1749 e 1751 foram revogados e todos os vassalos foram autorizados a vender em suas casas ou nas ruas quaisquer mercadorias, desde que tivessem pago impostos e taxas.

O Alvará de 28 de setembro de 1811, prosseguindo com as medidas econômicas liberalizantes, revogou o anterior, datado de 6 de dezembro de 1755, e declarou que toda atividade comercial seria livre, a menos que se tratasse da comercialização de produto ilegal. Anulando medidas anteriores, o Conselho das Fazendas autorizou licenças para cortar o pau-brasil. O Decreto de 18 de julho de 1814 permitiu o livre ingresso de navios estrangeiros nos portos dos Estados portugueses, assim como a saída de navios nacionais em direção ao exterior.

No dia 11 de agosto de 1815, foram suspensas as proibições estabelecidas pela Carta Régia de 20 de julho de 1766, permitindo-se, então, aos ourives trabalhar e negociar livremente seus produtos. Mas a lei mais importante foi a de 16 de setembro de 1815, transformando o Brasil em reino. Numerosas outras medidas foram ainda tomadas, com a finalidade de reorganizar o mercado da Colônia, adaptando-o aos novos tempos, e na prática preparando o país para a emancipação. O grito do Ipiranga foi de fato antecedido por uma série de medidas que o viabilizaram politicamente.

A despeito das medidas liberais, muitos privilégios e restrições foram mantidos. Uma parte deles foi abolida anos mais tarde com a Independência. O desejo de garantir os interesses portugueses e os da Coroa, frequentemente confundidos, colocou obstáculos ao liberalismo. Desde 1808, Dom João VI pendia ora para a liberalização da economia, para acompanhar tanto uma tendência da época quanto as exigências britânicas, ora para a manutenção de exten-

sas limitações protetoras dos interesses portugueses, conservando as antigas disposições. Mas não podemos perder de vista que adotar plenamente os princípios do liberalismo significaria destruir as próprias bases de sustentação da Coroa, a começar pelo regime da escravidão, em boa medida a base econômica mais importante na manutenção do império no Brasil.

Em contrapartida, dada a nova situação, era também impossível manter intacto o sistema colonial. Esse dilema foi a base dos conflitos e das contradições políticas com relação à Colônia. Apesar de todos os esforços de Dom João VI, sua política só poderia tornar incontornáveis as divergências entre a Metrópole e a Colônia, e praticamente inevitável a ruptura.

A monarquia constitucional, saída das eleições legislativas, foi a fórmula encontrada. O poder legislativo encontrava-se nas mãos das oligarquias, fortemente ligadas ao imaginário do senhor rural. Só poderiam ser eleitos deputados e senadores que tivessem rendas monetárias iguais ou superiores a 400\$000 e 800\$000 réis, que fossem católicos, mesmo estando a liberdade de culto assegurada pela Constituição. As forças políticas que chegaram ao poder com a Independência eram as mesmas que perderiam muito com o retorno à situação colonial, existente antes da vinda da Família Real para o Brasil.

Essas forças eram compostas, sobretudo, de senhores da terra e comerciantes, a quem o retorno dos privilégios dos monopólios não interessava, e todo um grupo de burocratas que estariam novamente sujeitos às ordens de Lisboa. Outros setores da sociedade também participaram do processo, mas foram os três comerciantes, burocratas e senhores da terra que definiram a sua direção. Daí a sociedade brasileira ter criado as condições concretas de realizar o processo político de sua independência sem alterar seu imaginário social, repousado que estava no mesmo *Magma de Significações Imaginárias*.

Dentro desse processo, a independência brasileira não rompeu com a ordem social anterior, com seu imaginário social. Preservou seus núcleos centrais: a escravidão, a estrutura agrária dos latifúndios, o sistema político aristocrático e elitista e o alto nível de exclusão da população. O Brasil foi o único país americano a não experimentar experiências republicanas logo após a Independência. Tornou-se um império. Pior, tornou-se um império dirigido pelo mesmo português — Dom Pedro I — que governava anteriormente em nome de Portugal. É certo que houve modernizações e alterações de critérios de gestão social, sobretudo as medidas organizadas por José Bonifácio que deram estrutura ao jovem país. Mas essas alterações não implicaram a destruição dos núcleos imaginários e mesmo centrais do poder. Pelo contrário, eles foram absorvidos. Assim, os velhos latifundiários ganharam força com a independência política e com o fim da submissão a Portugal. Eles viram-se colocados no centro do sistema político, até porque controlavam todo o processo eleitoral, uma das bases de legitimação do Império. Começava a se estruturar de forma mais clara o imaginário social do coronelismo.

É particularmente importante, para se compreender a estruturação do poder no Brasil independente que ampliou o papel político dos latifundiários, uma instituição: a Guarda Nacional. Trata-se de uma instituição estruturante da política brasileira. O historiador francês Frédéric Mauro, descrevendo a vida cotidiana no Brasil imperial, observou a importância que podia representar para um brasileiro, em 1851, o fato de pertencer à Guarda Nacional.

Tratava-se de milícias destinadas a defender a Constituição, a liberdade, a independência e a integridade do Império, a manter a obediência às leis, a conservar e estabelecer a ordem e a tranquilidade pública, a ajudar o Exército na defesa das fronteiras e das costas. Na prática, o papel da Guarda Nacional limitava-se às cidades onde

elas estavam sediadas, ou, no máximo, à sua Província (MAURO, 1980).

Para compreender a história dessa corporação paramilitar, é útil dividi-la em três fases. A primeira abrange, grosso modo, o período que vai de 1831 até a sua reforma de 1850. Nessa fase, a corporação mobilizou-se intensamente na campanha de pacificação nacional. O período seguinte, que engloba o segundo reinado, vai de 1850 a 1889, e caracterizou-se por um princípio de aristocratização de seus quadros dirigentes, o que facilitou seu envolvimento com a corrupção eleitoral e a transformou em uma força de oficiais sem soldados. Por fim, na terceira fase, republicana, pode-se constatar que a milícia civil foi absorvida pelo Exército e relegada a uma função militar secundária, até o seu total desaparecimento, em 1922 (CASTRO, 1982, p. 274)). Três momentos-chave para entender como a Guarda Nacional foi instituída como núcleo simbólico central de nossa vida política.

A Guarda Nacional brasileira inspirou-se em organização similar existente na França. A lei francesa, de 22 de março de 1831, que serviu de base à brasileira, na verdade reorganizou a instituição-modelo e foi, de fato, adotada praticamente na íntegra pelos legisladores brasileiros. O principal objetivo da nova corporação, cujos membros mais importantes haviam sido os responsáveis pela implantação da monarquia, era a defesa desse regime. Assim, a Guarda Nacional, filha dos ideais revolucionários franceses, criada pelos liberais brasileiros, tornou-se a própria encarnação da sua divisa: “A Nação em Armas”. De uma forma bastante original, seus idealizadores defendiam a ideia de que a defesa da nação estava sob a responsabilidade de seus cidadãos. No caso brasileiro, a noção de cidadania era muito particular, pois excluía mulheres e escravos, por exemplo.

A composição regular das forças armadas, em boa parte metropolitana, havia feito nascer um forte sentimento antilusitano, o que permitiu a valorização da Guarda Nacional diante da sociedade. Essa valorização foi ampliada graças aos vínculos que a milícia mantinha com os ideais revolucionários franceses e americanos. Para Castro (1982, p. 293), esse fato explica por que o poder civil absorveu o poder militar na primeira Constituição brasileira. Foi, na verdade, o surgimento de uma milícia cidadã, encarregada de resolver os conflitos internos, o responsável por essa solução. Assim, a Guarda Nacional, como corporação paramilitar, agiu como reforço ao poder civil e tornou-se um dos principais elementos de manutenção do governo.

A formação da Guarda acentuou um traço já existente no Brasil Colônia: a privatização da autoridade pública. Dito de outra forma, aprofundou a ausência de fronteiras entre o público e privado. Isso já vinha de longe. Durante o período colonial, a presença das milícias já era sintoma dessa privatização da autoridade pública. Sobre tudo porque elas atuavam com grande soma de poder e sem controle. Mas, na história brasileira, outros fatores contribuíram para que essa corporação atingisse os níveis de importância que acabou tendo. Um deles foi a ausência de relações sólidas entre o núcleo central da burocracia metropolitana e as administrações locais. Os governos locais no Brasil colonial eram uma espécie de administração formada por *honoratioses*. Essa elite pública ligada à terra respeitava o princípio importante da solidariedade entre parentes. A formidável fatia de poder que os senhores da terra conseguiram acumular a partir dessa estrutura de solidariedade era uma fonte independente de poder face à autoridade pública do Estado.

Outro elemento importante para explicar o poder desses *honoratioses* sempre foi a articulação das forças armadas regulares e as milícias privadas. No período colonial, eram representadas pelas

milícias e ordenanças. As milícias se agrupavam ao exército regular e estavam organizadas em cada distrito, em regimentos, em função da cor da pele e da profissão. Havia regimentos de milicianos mulatos e de sangue miscigenado, de negros libertos, de artesãos e ourives brancos, entre outros. Os oficiais mais graduados em todos os regimentos eram escolhidos entre os membros das classes mais privilegiadas. Diferentemente das ordenanças, as milícias eram fundamentalmente militares, a despeito de sua composição civil.

As ordenanças existiam em cada localidade e eram comandadas por um capitão-mor. Estavam divididas em companhias comandadas por capitães. O recrutamento se fazia segundo a cor da pele e a profissão. Os postos mais elevados estavam reservados aos latifundiários. A função das ordenanças era mais ligada às tarefas policiais, alternada com treinamentos e exercícios militares (URICOECHA, 1978a, p. 43). Caio Prado afirma que foram as ordenanças que instalaram a ordem legal e administrativa no imenso território brasileiro. Território de população dispersa e com funcionários administrativos em pequeno número. É preciso lembrar que, em determinadas províncias, as ordenanças se ocupava também da administração civil.

A tradição que a Guarda Nacional aprofundou já tinha raízes profundas na sociedade brasileira: a participação de militares na administração, a divisão pouco precisa de cargos administrativos, o baixo grau de burocratização da administração pública local e, finalmente, a relativa ineficácia e a insuficiência de funcionários locais para fazer face às necessidades cotidianas do governo. Essa colaboração das ordenanças com a administração dos governos locais data da segunda metade do século XVIII, quando o Marquês de Pombal, primeiro-ministro português à época, remodelou o Estado, transferindo para o Brasil muitos burocratas de alto nível (URICOECHA, 1978a, p. 110). Um dos elementos de base do co-

ronelismo e de seu imaginário estava colocado no campo da gestão pública e que nos marca até os nossos dias.

É bom lembrar a composição elitista dos oficiais das ordenanças. A escolha dos oficiais era feita pelo governador entre os membros de uma lista tríplice apresentada pelo corpo legislativo. Somente aqueles cuja posição econômica permitia desempenhar essas funções, sem serem remunerados, poderiam ocupar esses cargos, que contribuíam para aumentar ainda mais os seus poderes. Eram esses os *honorarios*, base de uma burocracia local não profissional. Seus serviços eram, em tempos normais, complementares às atividades exercidas pelos magistrados, chefes de polícia e outros. Isso se associava aos poderes que já tinham na política local. O acúmulo de tantos papéis na figura do latifundiário — chefe de milícia, chefe político local, membro de uma burocracia não profissional — dá uma ideia do poder que esses homens foram capazes de reunir. Por isso, desde a origem, o potentado rural e, depois, o coronel é figura tão forte na construção da política como instituição imaginária no Brasil.

A inexistência de um centro político nas províncias muito contribuiu, durante o Império, para o papel decisivo desses latifundiários, desses oficiais vindos das milícias e ordenanças. O presidente de uma província era normalmente alguém originário da Corte ou de uma região distante e seu mandato era muito curto. Nas 18 províncias brasileiras submetidas a esse regime desde 1824/1825, o número médio de presidentes para cada província durante os 65 anos do regime imperial foi de 53, ou seja, quase um presidente por ano para cada uma. Por maior que tenha sido a centralização e onipresença do Estado, como podemos compreender da leitura da obra de Raymundo Faoro, em nenhum momento o poder central foi capaz de governar de maneira efetiva sem realizar acordos com os grandes latifundiários. Um grande espaço político sempre ficou reservado para aqueles que detinham o poder local.

Esses eram os oficiais da Guarda Nacional, nos primeiros anos da jovem nação independente. Mais tarde, quando o Império amadurecia politicamente e, sobretudo, com a introdução de partidos políticos nos jogos de poder, a articulação dos interesses foi ficando mais complexa e o sistema político brasileiro foi se organizando em torno de uma série de pactos cada vez mais amplos, dando origem aos futuros pactos coronelistas — ao nosso núcleo do imaginário social.

A Guarda Nacional se estruturou como um lugar de integração e de mediação entre o centro e a periferia do sistema político. Durante os 65 anos de funcionamento do sistema imperial, a Guarda Nacional foi, provavelmente, a experiência mais elaborada, complexa e vasta da política de acomodações e compromissos recíprocos, tão característica do pacto político entre os senhores da terra e o príncipe (URICOECHEA, 1978a, p. 119); por isso, ela deixou marcas tão perenes na nossa política. Por isso, ela contribuiu de forma definitiva para a construção do personagem que estamos estudando e para elucidar seu papel na nossa sociedade. Fez de tal forma parte de nosso imaginário político que sobreviveu a enormes transformações na sociedade brasileira. O simples fato de o Estado imperial ter confiado aos oficiais da Guarda Nacional, por duas gerações, as funções administrativas nos governos locais, foi um fator central para a construção da nação brasileira (URICOECHEA, 1978b). A Guarda Nacional foi capaz de mobilizar, nos primeiros anos de sua formação, 200 mil homens livres, o que dá uma medida de sua importância. No entanto, em 1850, ela só contava com uma força de 15 mil homens.

A integração dessa hierarquia militar na vida cotidiana teve efeitos sociais muito profundos. Ela ajudou, por exemplo, a legitimar, na vida privada, as normas hierarquizadas que a militarização contém. A Guarda Nacional, apoiada nas experiências das milícias e ordenanças, criou a possibilidade de submeter os homens livres a

uma disciplina que favoreceu a subordinação do povo aos latifundiários. Uma tal hierarquização e uma tal disciplina apoiavam-se no sentimento de honra e no espírito corporativo. Uma corporação respeitável deveria ser dirigida por homens respeitáveis.

O desenvolvimento político das democracias liberais do tipo europeu foi baseado na criação de um centro nacional de poder e solidariedade, eliminando fontes intermediárias de solidariedade e de autoridade. De maneira inversa, o desenvolvimento político do Brasil no século XIX avançou pela agregação de solidariedades que se ampliaram do nível local para o nível nacional. Nesse tipo de construção de Estado, o reconhecimento social era obtido essencialmente por meio do poder local. É nesse jogo de construção nacional, na qual as bases eram prisioneiras — no sentido mais forte do termo — dos detentores do poder local e dos coronéis da Guarda Nacional, que podemos encontrar as raízes do imaginário político brasileiro da força do poder local. Os velhos coronéis tinham forte ação nos municípios e, neles, eram tiranos. Em tudo mandavam ou mandam até hoje nas pequenas localidades. Os restos dessa construção histórica nos tangenciam até hoje.

Durante o Império, a Guarda Nacional estruturou o poder local, ampliando o poder dos latifundiários. Uma das formas mais claras de expressão desse enorme poder eram as eleições. Nelas, seus oficiais eram eleitos para os cargos mais importantes. O Império precisava deles para continuar a controlar não somente as eleições, mas toda a vida social. Começamos a ter ação concreta dos coronéis no campo da política. Essa ação só foi possível porque a maior parte dos brasileiros já tinha sido socializada nesse universo simbólico coronelista. Todos já estavam familiarizados com essas práticas. Antes, todos a aceitavam. Os mais poderosos as praticavam claramente, mas em todas as camadas sociais elas estavam presentes. Do coronel ao cabo, havia muitas mentalidades e muitas

histórias de vida no imaginário coronelista que organizou o mundo político brasileiro.

Uma vez consolidado como núcleo central do poder, o coronel iria ainda mais longe. Ele se transformaria na própria representação do poder, e não mais no intermediário da Corte ou do imperador. Isso se daria com o fim do Império e a Proclamação da República. A análise desse processo é reveladora. Nos anos 1880, o Império agonizava. O sistema político articulado em torno dele se deteriorava rapidamente. Havia uma classe média em formação, constituída de funcionários, de profissionais liberais, da burguesia industrial emergente, de pessoas ligadas ao setor de exportação e de pequenos proprietários urbanos. Havia também um setor produtor de café, sobretudo na província de São Paulo, utilizando braços imigrantes europeus. O fim do Império e o início de um sistema político que eliminasse o imperador e colocasse os grandes proprietários agrícolas no centro dos acontecimentos era do interesse desses grupos.

Entretanto, esses mesmos grupos só puderam consolidar sua influência na vida política nacional associados ao Exército que, aliás, tornava-se politicamente cada vez mais importante. Em 1868, o Duque de Caxias, comandante das forças brasileiras na Guerra do Paraguai, conservador moderado e fiel ao Império, tinha um papel muito importante na política devido ao seu *status* militar. Seu reconhecimento social era garantido por sua participação na guerra e por sua posição contra a chamada “guerra das agulhas”, da política clientelista dos partidos que o irritava e incomodava. O mesmo Duque de Caxias tivera dificuldades iniciais para mobilizar as tropas do Sul na Guerra dos Farrapos, até compreender que, para ser chefe militar, era preciso ter acesso aos chefes locais. Por isso, mobilizou a Guarda Nacional, à época mais numerosa que o exército profissional. Os combatentes da Guerra do Paraguai acabaram por associar suas atividades de oficiais militares à política.

Com a chamada questão religiosa, o regime decadente engajou-se numa querela contra o clero, o que provocou muito desgaste e contribuiu para o seu fim. A questão religiosa surgiu no Rio de Janeiro em 1872. A maçonaria promoveu uma grande festa para o seu grão-mestre, o Visconde do Rio Branco, presidente do Conselho de Ministros. O motivo era a aprovação da Lei do Ventre Livre, de 18 de setembro de 1871. Um padre maçom, posição muito encontrada no Brasil depois da Independência, fez um discurso maçônico e foi, por isso, suspenso pelo bispo a que estava ligado. Começou assim a luta que envolveu bispos, maçonaria e governo.

Desse modo, ao mesmo tempo em que o Império entrava em declínio, perdendo suas bases de apoio, setores ligados à grande lavoura começaram a modernizar seus comportamentos políticos. Os filhos dos grandes proprietários foram estudar nas faculdades de Direito do Recife e de São Paulo. Tornaram-se poetas e oradores. Esses futuros dirigentes, filhos e representantes das velhas oligarquias, converteram-se em modernizadores, os coronéis republicanos portadores de um autoritarismo culto, como veremos, uma vez que pretendiam mudar as antigas formas de dominação. Os principais propagandistas republicanos eram os filhos letrados dos latifundiários, alunos das mesmas escolas de Direito do Recife e de São Paulo. Foram eles os responsáveis pela difusão das novas ideias democráticas e também das positivistas e dos nexos simbólicos que havia entre elas. Eram os liberais que, de dentro do regime, propunham sua modernização e não sua destruição (SILVA, 1975). Saldanha Marinho, que pertencia ao Partido Liberal, uniu-se a Quintino Bocaiúva, que chegava dos Estados Unidos, assim como a Salvador de Mendonça, para fundar o primeiro clube e o primeiro jornal republicanos.

No dia 3 de dezembro de 1870, foi lançado o manifesto que formulava as aspirações e as ideias do partido. Mas o manifesto não aprofundava nenhuma questão social ou econômica brasileira, não

tocava fundo em nenhum elemento até então instituído como imaginário das elites. Nem sequer tocava na escravidão (SILVA, 1975, p. 44). Segundo Hélio Silva, o manifesto redigido por Aristides Lobo e aprovado pelos radicais não trouxe nada de novo à vida política brasileira e ao seu núcleo imaginário. Ele continuou apenas um discurso abstrato e sem força. O Partido Republicano nasceu nesse contexto de poucas novidades para o conjunto da população. Seus ideais diziam mais respeito à gestão elitista da sociedade brasileira. O Partido Republicano de São Paulo preparou a Convenção de Itu, a primeira republicana no Brasil, realizada no dia 26 de julho de 1873. Reunidos em São Paulo, discutiram, em termos vagos, a libertação dos escravos como se tivessem medo de tocar nas graves questões sociais brasileiras.

Para uma Breve Conclusão

Como tentamos mostrar ao leitor, o Coronel é produto de um longo processo histórico gestado desde que os europeus aqui chegaram. Quando adquiriram as rédeas definitivas do poder na república, estavam maduros de séculos. Já podiam sobreviver sem a presença de um poder centralizado na figura de um imperador. Já podiam dominar por seu próprio poder as políticas municipais e estaduais. Nessa construção histórica, nesse processo de amadurecimento, estiveram envolvidos quase todos os elementos vivos da sociedade brasileira até o fim do século XIX.

Na verdade, ao refletir sobre a construção — a invenção para usar o termo que dá nome ao livro em que trato do assunto — do coronel temos que pensar na construção do autoritarismo em nosso país. No fundo é disso que se trata. De como as instituições imaginárias sociais surgiram de uma cultura baseada na exclusão, no eli-

tismo, na ausência de limites foram capazes de sustentar um projeto de sociedade em si mesmo desigual.

Materializado no coronel temos toda a carga de violência gerada no processo colonial e imperial, mas temos também o desejo de progresso que a república acabou por portar. Portanto nossa desigualdade social, nosso campo político eivado de projetos de ditadura, são construções sólidas, como são sólidos os fundamentos do nosso capitalismo, que se moderniza sem abandonar o passado. O que se passa nos dias atuais, é portanto, muito mais do que a construção de um mito individual. É a operação para sempre de um imaginário coletivo que garante tais posturas.

Referências

- ALBUQUERQUE, Manoel Maurício de. *Pequena História da Formação Social Brasileira*. 3.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984
- CALDEIRA, Jorge. *História do Brasil com empreendedores*. São Paulo: Mameluco, 2009.
- CANNABRAVA, Alice P. A grande propriedade rural. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. 5. ed. São Paulo: Difel, 1982. p.192-217. Tomo 1, v. 2.
- CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. 2. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1981.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Dos governos militares a Prudente de Moraes Campos Sales. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. 4. ed. São Paulo: Difel, 1985. p. 13-50. Tomo III, v. 1.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Tradução de Guy Reynaud. São Paulo, Paz e Terra, 1982.
- CASTORIADIS, Cornelius. *L'institution imaginaire de la société*. Paris: Editions du Seuil, 1975.

CASTORIADIS, Cornelius. *Psychanalyse et société*. In: _____. *Les carrefours du labyrinthe II: domaines de l'homme*. Paris: Editions du Seuil, 1986a, p. 201-218.

CASTORIADIS, Cornelius. *Psychanalyse et politique*. *Lettre Internationale*, Paris, p. 54-57, 1989.

CASTORIADIS, Cornelius. *Le régime social de la Russie*. In: _____. *Les carrefours du labyrinthe II: domaines de l'homme*. Paris: Editions du Seuil, 1986b. p. 175-200.

CASTRO, Jeanne Berrance de. *A Guarda Nacional*. In *História Geral da Civilização Brasileira*. 3.ed. São Paulo : Difel, 1982. P. 64-125

CUNHA, Pedro Octávio Carneiro da. *A fundação de um império liberal: uma discussão de princípios*. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. 6. ed. São Paulo: Difel, 1985. p. 132-178. Tomo II, v. 1.

DAMATTA, Roberto. *Carnavais, bandidos e heróis*. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983a.

DAMATTA, Roberto. *Dona Flor e seus dois maridos: um romance relacional*. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 74, 1983b.

DAMATTA, Roberto. *O que faz o brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

DAMATTA, Roberto. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

FAORO, RAYMUNDO. *Os Donos do Poder*. 5 ed Porto Alegre: 19.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 19. Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *A Herança Colonial e sua desagregação*. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. 6.ed. São Paulo: Difel, 1985. P.9-39. Tomo II, V. I

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. 5.ed. São Paulo, Alfa-Omega, 1975.

MAURO, Frédéric. *La vie quotidienne au Brésil au temps de Pedro Segundo (1831-1889)*. Paris: Hachette, 1980.

NOVAIS, Fernando A. *O Brasil nos quadros do antigo sistema colonial*. In MOTA, Carlos Guilherme (Org.) *Brasil em Perspectiva*. 13. Ed. São Paulo: Difel, 1982, p. 47-63

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 19. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1986^a

PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. 36. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1986b.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. 4 ed. São Paulo: Difel, 1985. p.153-190. Tomo III, v. 1.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local da política brasileira*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SILVA, Hélio. *Nasce a República: 1888/1894*. São Paulo: Editora Três, 1975.

TAURO, David. *Le Brésil: une société créée par l'Etat (1500-1889)*. 1986. Tese (Doutorado) – École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 1986.

TRINDADE, Helgio. Integralismo: teoria e práxis política nos anos 1930. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. 3. ed. São Paulo: Difel, 1986. p.299-335. Tomo II, v. 3.

URICOECHEA, Fernando. *O minotauro imperial*. São Paulo: Difel, 1978a.

URICOECHEA, Fernando. Coronéis e burocratas no Brasil imperial: crônica analítica da uma síntese histórica. In: NUNES, Edson de Oliveira (Org.). *A aventura sociológica, objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978b.

MONIZ FREIRE, 100 ANOS DE “IMORTALIDADE”: HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA, POLÍTICA E IMAGINÁRIO

*Leandro do Carmo Quintão**

Resumo: O presente artigo tem por objetivo analisar o legado do ex-governador do Estado do Espírito Santo José de Melo Carvalho Moniz Freire (1892-1896) na política capixaba a partir de dois aspectos: o direcionamento econômico do Espírito Santo, voltado para a formação de um corredor de exportações; e a reprodução do sentimento de vitimização do estado enquanto unidade federativa preterida pelo governo federal. Conclui-se que os atuais governantes mantêm a imortalidade desse personagem histórico por meio da reprodução de seus discursos.

Palavras-chave: Espírito Santo; História; Historiografia; Imaginário.

Introdução

Em 3 de abril de 2018 comemoramos o centenário da morte de José de Melo Carvalho Moniz Freire, conhecido popularmente no Espírito Santo pelos dois últimos sobrenomes os quais, adaptados à nova linguagem, transformaram-se em “Muniz Freire”.

Para a maioria dos espírito-santenses, sem dúvida, esse nome remete apenas a uma pequena cidade que dista 173 km da capital do estado, Vitória. Por outro lado, alguns mais instruídos já ouviram falar de um governante que se chamava Muniz Freire, e acreditam que a utilização de seu nome serviu para batizar o local onde pensam ter nascido. Vale ressaltar que essas percepções foram por nós adquiridas mediante conversas informais com o público, sem qualquer tipo de pesquisa sistemática.

Voltando propriamente ao personagem em questão, apresentamos esse presente artigo objetivando realizar uma reflexão sobre a

* Mestre e Doutor em História pela Ufes. Professor do Ifes e associado do IHGES.

suposta “imortalidade” de Moniz Freire no cenário político e econômico do Espírito Santo, cem anos depois de seu falecimento. Tal imortalidade não tem relação com qualquer proposição de glorificar o personagem, embora ele tenha sido objeto de veneração por políticos e estudiosos. Em certos momentos, aliás, trata-se exatamente do contrário, isto é, identificar o legado e as permanências de suas ideias — ou das que mais veementemente defendeu — no modelo econômico e nas práticas políticas do Espírito Santo que avança para o segundo quartel do século XXI.

Para tal fim, dividimos o artigo em três partes: uma pequena apresentação do personagem em questão, sua presença na historiografia regional, seu legado no campo da política e da economia atuais, e por fim, e no imaginário social de políticos, jornais e de estudiosos.

Quem foi Moniz Freire?

O ato de explicar quem foi o personagem em questão pode ser encarado como uma tarefa paradoxal na medida em que, por um lado, apresenta características simples, e, por outro, suscita complexos desafios interpretativos. O primeiro aspecto diz respeito ao domínio público, às informações que continuamente vêm sendo compartilhadas e reproduzidas por jornalistas, intelectuais, escritores, empresários, autoridades políticas, enfim, por uma gama de personalidades que de algum modo buscam conhecer a história do Espírito Santo. Também há aquelas informações tidas como oficiais, que marcam a trajetória política desse ator histórico.

Assim sendo, vejamos quais são elas. Começamos pela trajetória política: Moniz Freire ocupou praticamente todos os cargos eletivos possíveis para um político de região politicamente periférica, caso do seu estado natal. Ele foi vereador, deputado estadual, de-

putado federal, governador (dois mandatos) e senador. Além disso, exerceu o cargo de prefeito da capital à época em que tal função era regularmente exercida pelo presidente da Câmara Municipal. Tal função, ocupou na década de 1880. Em resumo, chegou ao “ápice” da carreira, se levamos em consideração que na Primeira República nenhum membro da elite política capixaba ocupou qualquer ministério (SUETH, 2006, p.74). Isso sem falar em cargos ainda maiores.

Logo, trata-se de uma das mais completas — e complexas — trajetórias políticas entre os personagens do Espírito Santo na Primeira República. Vale ressaltar que poucos governadores do estado — à época, chamados de “presidentes” — alcançaram similar amplitude. Somente a alta cúpula da família Monteiro — os irmãos Jerônimo e Bernardino, e o cunhado, Florentino Avidos. Não por acaso, Jerônimo, Florentino e Moniz Freire são considerados os três governantes mais importantes da Primeira República por diversos estudiosos.

Por sua vez, o segundo ponto, nos leva a mergulhar na historiografia acerca desse personagem histórico. Estudar Moniz Freire não tem sido — e não é — uma tarefa simplória por algumas razões, entre elas sua rica trajetória política. Além dela, vale ressaltar a necessidade de se adentrar ao contexto histórico da Primeira República, o qual já vem sendo continuamente reinterpretado à luz de novos estudos, o que não se encerra no que já está posto. Como bem assinalou Angela Gomes e Martha Abreu (2009, p. 1)

é possível defender e postular uma necessária e urgente revisão historiográfica do período, ou seja, sua retomada de forma inteiramente diversa, assinalando-se sua importância e riqueza para o debate de ideias e a experimentação de ações políticas e culturais no Brasil.

É na confluência entre a busca por novas leituras sobre a Primeira República, em especial nas regiões tidas como periféricas no campo

político e econômico nacional, e a relevante produção historiográfica sobre o Espírito Santo que adequamos os trabalhos acadêmicos e as produções bibliográficas referentes a Moniz Freire. Realizando uma revisão bibliográfica sobre o assunto, Marieta Ferreira e Surama Pinto (2017, *passim*) reforçam essa assertiva, chamando a atenção para as novas interpretações acerca das complexidades do pacto oligárquico sem perder de vista a atuação tanto das oligarquias dominantes quanto daqueles cujo protagonismo político foi mínimo no cenário nacional.

Além da própria complexidade que é estudar o sistema oligárquico na Primeira República, reiteramos o papel relevante — e também complexo — desempenhado por Moniz Freire nesse contexto político. Líder máximo de uma oligarquia que dominou o Espírito Santo por uma década e meia, seu papel começa a ser desvendado pelas recentes obras produzidas tanto em forma de livro, quanto em forma de trabalho acadêmico, em maior quantidade.

Afora trabalhos específicos sobre ele, esse personagem aparece em quase todas as obras que tratam de política e economia no Espírito Santo do século XX. Como dissemos anteriormente, ele se encontra entre os principais governantes do Espírito Santo, mormente na Primeira República, e é caracterizado por vislumbrar um progresso econômico para seu estado, a partir do incremento da produção, da população, dos transportes (especialmente a ligação com a hinterlândia mineira) e da centralização econômica na capital, no que se refere aos comércios importador e exportador.

Evidentemente, ainda há espaço para distintas hipóteses e temas que o tangenciem, embora não se possa perder de vista as contribuições relevantes já existentes. Acerca disso, observando o que já foi produzido, evidenciamos três vertentes interpretativas significativamente marcantes.

A primeira retrata o relevante papel histórico representado por Moniz Freire, forjando representações de um personagem visioná-

rio, acima de tudo bem intencionado, que teria moldado positivamente o Espírito Santo republicano. Essa visão tem como marco inicial a primeira biografia escrita sobre o personagem, por Marcelo Basilio (1961), publicada justamente no seu centenário de nascimento. Autores bem mais qualificados em suas respectivas obras, em recentes publicações, também se apropriaram de visões positivas, de forma idílica se comparada a Basilio. A exemplo, os estudos de Diones Ribeiro (2008) e José Cândido Sueth (2016) interpretam um Moniz Freire compenetrado em um estoico esforço de transformar o estado que governa em uma primeira grandeza na federação brasileira, levando-o a transitar entre “sonhos e mágoas”. A recente bibliografia publicada pelo historiador Estilague dos Santos (2012) completa esse conjunto.

A segunda vertente se refere a Moniz Freire de forma mais distanciada, na medida em que analisa as características que marcam sua liderança bem como seu *modus operandi* no contexto político capixaba. Sob esse prisma, três trabalhos podem ser lembrados: o de Clarkson Diniz (2016), o de Leandro Quintão (2016) e o de Karulliny Siqueira (2016). Em especial o segundo, pois toda sua atenção é devotada à configuração de uma liderança política arquitetada em boa parte sobre um poder simbólico, forjado tanto nos meios de comunicação impressos quanto nos anais do Poder Legislativo estadual. Assim, há um comprometimento menor em justificar as atitudes e a visão do personagem, ato inversamente proporcional à proposta de decifrar os códigos de linguagem por trás da configuração do grupo político e do poder simbólico do seu líder.

Por fim, a terceira vertente, procura desvendar o mito do heroísmo de Moniz Freire concomitantemente à desconstrução de suas representações. Especificamente, no que diz respeito à condição do Espírito Santo enquanto estado preterido pela federação brasileira, tratando os desdobramentos dessa ideia como verdadeira fantasia

persecutória, conforme título que André Pereira (2013) atribui a seu artigo. Não obstante, são os estudos de José Schayder (2017) e Rafael Nascimento (2018) os mais enfáticos; enquanto o primeiro o caracteriza como patrono do mito fundador do Espírito Santo, como principal porta-voz do discurso de vitimização, o segundo o define o personagem histórico como marco de superação do atraso.

Essas três formas de interpretação historiográfica nos ajudam a compreender a complexidade de Moniz Freire no cenário político do estado, durante a Primeira República. Todavia, algumas questões emergem ou não foram problematizadas *in totum* nos estudos acima mencionados. Em alusão a isso, relacionamos as questões por nós levantadas ao objetivo do presente artigo: houve algum tipo de legado de Moniz Freire desde sua morte até hoje? Qual o imaginário constituído sobre esse personagem entre membros da elite política e dos intelectuais? Vale lembrar que ambas as questões estão interligados, mas começaremos pela primeira.

Há um legado de Moniz Freire?

Podemos compreender a palavra “legado” como um conjunto de ideias, valores, práticas ou mesmo bens materiais deixados voluntária ou involuntariamente como herança. A partir desse pressuposto, é possível falar em legado de Moniz Freire?

A resposta que de imediato nos propomos a sustentar naturalmente é positiva. Ela passa pelo sentido da palavra “imortalidade” aqui proposto, o qual não tem a ver, reiteramos, com qualquer espécie de culto ou veneração por alguma espécie de heroísmo daquele personagem. Logo, a questão do legado tem a ver necessariamente com as ideias implementadas ou simplesmente defendidas que produziram algum desdobramento em governos posteriores e que, de

certo modo, ecoaram de maneira positiva ou negativamente durante o percurso do centenário de sua morte (1918–2018).

Basicamente, ficou para a posteridade a imagem de um governante sonhador que ousou realizar para o seu estado natal um projeto político-econômico que considerava inovador e, portanto, inédito, mediante alguns pilares fundamentais.

Embora tenha sido apresentado por diversos estudiosos, volte-mos a ele:

- Estreitar as ligações comerciais com a hinterlândia mineira, sobretudo a parte leste, tornando os portos capixabas — em especial o de Vitória — o ponto de ligação com o exterior para aquela hinterlândia;
- Centralizar as exportações e importações do estado no porto de Vitória, tornando a capital a principal — senão única — praça comercial do estado;
- Expandir a malha ferroviária do Espírito Santo, estreitando a comunicação da capital com as regiões mais produtivas do estado e com Minas Gerais;
- Incrementar a população do Espírito Santo, por meio da importação maciça de imigrantes, mormente europeus;

Vale lembrar que todos esses pontos estavam interligados. Tratava-se de um conjunto de ideias as quais se desenvolveram lentamente ao longo do século XIX, caracterizando-se como um plano de afirmação regional, marcado por algumas realizações — como a instalação de núcleos populacionais — e por anseios — como o planejamento de uma malha ferroviária para o Espírito Santo (SANTOS, 2012, p. 320-323). Embora fosse compartilhado por muitos membros da elite política regional, tal plano encontrou em Moniz Freire seu principal porta-voz, ainda no Império, quando era apenas deputado provincial. Consequentemente, alçado à condição de

presidente do estado, a ideia ganhou mais vigor. Não por acaso, no limiar do novo regime, ela estava presente em diversos artigos escritos em seu jornal — *O Estado do Espírito Santo* —, nos seus discursos, no programa de governo e até mesmo na Constituição Estadual de 1892 (QUINTÃO, 2016, p.221-222).

Tal “ousadia”, tendo em conta as limitações financeiras do Espírito Santo, determinaria como estigma o reforço — de imediato — do modelo agroexportador cafeeiro, embora o plano não tivesse como propósito enfatizar a monocultura cafeeira. A bem da verdade, tal dependência era alvo de preocupações, levando o governante a almejar, sem sucesso, a diversificação agrícola no estado. Ainda não era tudo.

No início do século XX, o Espírito Santo foi mergulhado numa crise financeira sem precedentes, uma vez que houve queda abrupta tanto no preço do café quanto na produção estadual, insignificante esta para alterar o jogo da oferta e da procura em âmbito internacional e assim, fazer o preço retornar a patamares satisfatórios. A situação era grave porque, mesmo o produto estando em baixo valor, as finanças estaduais eram dependentes da exportação do mesmo por intermédio dos impostos de exportação (ESPÍRITO SANTO, 1919, p.34 e p.76; 1932, passim). Junto com elas, vieram água abaixo os planos e o poder simbólico de Moniz Freire, os quais o haviam catapultado à condição de líder máximo do estado, espécie de “oligarca-mor” (QUINTÃO, 2016, p.394). Conseqüentemente, seu poder no grupo foi desafiado e a cisão oligárquica, inevitável, um ano após ter deixado o governo estadual, em 1905. Tal cisão havia aberto um espaço tão grande no conjunto de forças políticas, que tornou viável o despontar de outra liderança, Jerônimo Monteiro.

A entrada desse último personagem marca a debacle do primeiro grande líder do espírito Santo republicano, mas apenas a debacle política. No campo das ideias, ou mesmo no *modus operandi* administrativo, poucas diferenças podem ser notadas entre Moniz Freire

e seus sucessores, no quesito estrutural. Com isso, podemos afirmar que a lógica permaneceu sendo a mesma: reforço do modelo agro-exportador, com centralização comercial em Vitória, e fomento ao comércio com a hinterlândia mineira pelos dois principais troncos ferroviários: pelo sul, passando por Cachoeiro de Itapemirim, e pelo norte, passando por Colatina (QUINTÃO, 2018, p.29).

Os sucessores de Jerônimo Monteiro, todos atrelados à oligarquia do PRES (Partido Republicano Espírito-santense), em quase nada se diferiram da lógica agroexportadora com centralidade econômica em Vitória. Desse modo, sua capitalidade foi afirmada, tendo as obras de aparelhamento e modernização do seu porto, iniciadas e retomadas — após a paralização devido à Primeira Guerra Mundial — sob a mesma lógica centralizadora. Ela foi um desdobramento de esforços do final do oitocentos, à época de Moniz Freire, para a realização das obras, as quais deveriam gerar um terminal que fosse localizado na ilha de Vitória, e não no continente (SIQUEIRA, 1995, p. 106).

Uma lógica inteiramente voltada ao incremento do modelo agroexportador, que não conseguiu se desvencilhar do café, volta e meia protegido por políticas nacionais de valorização. Não atoa, Graciano Neves, testemunho político àquele momento, afirmava que o capital fazia a ordem no Espírito Santo (DINIZ, 2016, p.41). No entanto, há olhares mais complexos para compreendermos a lógica econômica do Espírito Santo na Primeira República. Nesse sentido, Arlindo Vilaschi, Ednilson Felipe e Ueber Oliveira nos dão importante pista. Para eles, “as ações iniciais de Moniz [Freire] tornaram irreversível uma trajetória econômica capixaba em que as questões logísticas cumpriram um papel central nas possibilidades de sua dinamização” (2011, p. 41). Indo além, asseveram que:

É possível dizer que todos os processos posteriores de dotação de uma infraestrutura logística no Espírito Santo, com o discurso de que o Estado

precisava dinamizar suas vantagens locais naturais, são um aprofundamento e derivam daquela visão defendida por Moniz [Freire] ao final do século XIX.

Sob esse aspecto, partilhamos a conclusão a que chegaram os autores supracitados. Moniz Freire deixa como legado o direcionamento econômico pautado no reforço do modelo agroexportador e — alheio à vontade dos governantes — monocultor. A porcentagem do café na exportação geral foi sempre marcante, e assim, não por acaso, o porto que se tornaria o principal do estado nas primeiras décadas do século XX se transformou num terminal eminentemente cafeeiro (SIQUEIRA, 1995, p.123).

Em paralelo, a urbanização da capital. Ela deveria estar à altura da praça comercial tão desejada, conforme pensava Moniz Freire. A “cidade velha e pessimamente construída” deveria dar lugar a outra, idealizada nos traços geométricos do Novo Arrabalde. E os sucessores desse oligarca assimilaram a diretriz. As divergências políticas, sobretudo com Jerônimo Monteiro, não impediram certa comunhão de ideias, daí a expressão “irreversível” para a trajetória econômica do estado, conforme citaram Vilaschi, Felipe e Oliveira (2011a, p.41).

Logo, as diferenças entre os dois oligarcas, Moniz Freire e Jerônimo Monteiro, estavam praticamente restritas ao campo político, tendo em vista o direcionamento econômico deixado como “legado” do primeiro para o segundo. Apesar de algumas nuances, a lógica permanecia a mesma. Pode ser até que extravase o campo econômico, resvalando no simbólico. Ao analisar o lema da bandeira do estado “Trabalha e Confia”, instituído por Monteiro, o historiador José Schayder entende tratar-se de uma “[...] força ao discurso ostensivamente propagado por Muniz Freire (sic) de um Espírito Santo fragilizado e abandonado, mas ansioso por progredir” (2017, p.199).

Ainda em relação à transformação urbana da capital, ela deveria caminhar de mãos dadas com a modernização portuária, de modo a permitir condições de expansão do porto (SIQUEIRA, 2011, p.257–259). Isso nos permite compreender a renhida disputa, já no primeiro governo de Moniz Freire (1892–1896), para que o terminal fosse localizado em Vitória, e não no continente. Atitude similar não foi possível de ser evitada, por exemplo, com as duas principais estações ferroviárias do estado, da *Leopoldina Railway* e da *Estrada de Ferro Vitória a Minas*, responsáveis pela interligação de Porto de Vitória com Minas Gerais, Rio de Janeiro e o interior do Espírito Santo (QUINTÃO, 2018, p.51). Mas com o terminal marítimo, a condição insular da capital não seria um empecilho.

Por isso é simbólico a passagem do trem em cima da primeira ponte ligando Vitória ao continente sul, já nos idos da década de 1940, ao permitir que os trilhos chegassem diretamente à capital, contornando o tradicional bairro da Vila Rubim. A centralização comercial daquela cidade ditava as regras conforme o plano de Moniz Freire, o qual foi sendo encampado pelos governantes elencados como sendo os de maiores destaques, no *hall* dos governadores do estado.

Desse modo, Florentino Avidos (1924–1928) e Punaro Bley (1930–1943) simplesmente não romperam com o direcionamento proposto no limiar da Primeira República. As alterações no sítio urbano e na infraestrutura econômica estiveram voltadas para a lógica agroexportadora, acomodada aos rendimentos da monocultura cafeeira. O direcionamento proposto por Moniz Freire permanecia inquebrantável. No governo Bley (1930–1943) foi empregado até mesmo a valorização artificial do café, mediante o emprego de dinheiro público para a queima do excedente de produção, tutelando assim os produtores (SCHAYDER, 2017, p.235). A velha ideia tantas vezes defendida por Moniz Freire e empregada primeiramente

no Convênio de Taubaté, de 1906, não havia sido deixada de lado três décadas depois.

A criação da Companhia Vale do Rio Doce em 1942, por exemplo, embora tenha concorrido para novas obras no velho porto cafeeiro de Vitória, por causa da crescente exportação do minério de ferro vindo de Minas Gerais, só veio reforçar o modelo exportador mediante o incremento da lógica de corredor de exportações. Seguindo a linha interpretativa de André Pereira (2011, *passim*), algumas considerações são válidas. A rigor, oportunidades vieram, com empregos e complexidade mediante relações da referida empresa com outras, além do surgimento de terceiras ligadas à CVRD, como a CST e a Samarco. Contudo, tratou-se de transformações que passaram ao largo de qualquer planejamento ou projeto regional de desenvolvimento, embora comungasse com o velho anseio de centralização econômica em Vitória. Vale lembrar, conforme o autor, que a estatal não foi agente de transformação consciente, pensando na lógica e na transformação positiva do cenário regional. Além disso, é importante ressaltar o que André Pereira chama de “dialética dos gargalos”, desdobramento do reforço do modelo logístico baseado no esforço dos grandes empreendimentos — especialmente a CVRD — em “maximizar o uso dos meios de transportes por eles utilizados, inclusive com cargas de outras origens, [o que] gera uma *tendência inevitável ao esgotamento dos próprios meios*” (2011, p. 220).

As transformações que vieram a seguir, mais precisamente na década de 60, também estavam correlacionadas a projetos constituídos ao largo dos interesses regionais, ainda oligárquicos e fundamentados no modelo agroexportador, prevalecendo, assim, basicamente o mesmo direcionamento traçado na Primeira República. Sem dúvida, pesou para tanto a crise do café e a política nacional de erradicação dos cafezais, embora não possamos afirmar que esse fator *per se* seja suficiente para explicar a guinada econômica pela

qual passaria o estado na referida década. Tratava-se, pois, “[...] de processos decisórios de agentes econômicos, cuja racionalidade estratégica está muito além das fronteiras do ES” (SILVA, 2004, p. 76). Ou seja, decisões vindas “de fora” iriam nortear as transformações que se iniciavam, embora a agricultura não deixasse de ter relevância na economia (ROCHA; MORANDI, 2012, p. 106).

Apesar da perda de espaço do café na economia, foi reforçada a condição do Espírito Santo enquanto passagem e ponto intermediário, graças à atuação dos conglomerados industriais criados em torno da CVRD, focados no minério de ferro. O reforço do papel de exportador de *commodities* foi inevitável e a “reprimarização” da economia, um efeito direto, à medida em que o Espírito Santo reforçava sua inserção na economia globalizada (PEREIRA, 2011, p.222).

É evidente que, apesar de haver o reforço do modelo ditado pela exportação cafeeira, com a ênfase do estado na condição de grande entreposto — em especial sua capital — do comércio marítimo internacional com uma vasta hinterlândia, ainda sob o auspício de Moniz Freire, o governo estadual, por intermédio de suas elites econômicas e regionais, perdeu a direção do processo de orientação econômica, como no limiar do século XX, por fatores que fogem à nossa alçada discutir (SILVA, 2004, p. 71). Além disso, já no século XXI, não conseguiu que o entreposto criado fosse além dos recursos naturais não-renováveis no que concerne à primazia da pauta de exportações (VILASCHI, FELIPE, OLIVEIRA, 2011b, p.241-244). Em outras palavras, não houve salto qualitativo do modelo, fato agravado pela dificuldade de arrecadação do estado, por exemplo, com a criação da Lei Kandir.

A esse respeito, o exemplo dos transportes mencionado por Vilaschi, Felipe e Oliveira é esclarecedor. Para eles:

Apesar da importância dos transportes para o desenvolvimento econômico capixaba, o setor público não acompanhou em ações a implemen-

tação de investimentos necessários para que se mantivesse a capacidade e atratividade de cargas para/pelo Espírito Santo. Ou seja, pode-se dizer que a precária manutenção e a pouca expansão da malha viária capixaba, ao longo das últimas três décadas, desencadearam um processo de obsolescência e de deterioração da infraestrutura logística. Além disso ter levado — a exemplo do que também acontece no país — a distorções na distribuição de cargas dentro da matriz de transporte, o seu esgotamento tem rebatido em perdas de poder de competição da estrutura logística capixaba perante outras opções e outros Estados bem mais aparelhados (2011b, p. 245-246).

A citação acima nos remete a dois pontos. O primeiro diz respeito à precariedade e limitações das condições logísticas do Espírito Santo, o que remete a pouca capacidade de investimento do Governo do Estado em sucessivos mandatos, e o próprio reforço do modelo (PEREIRA, 2011, p.209), inviabilizando saltos qualitativos na economia, mesmo no campo da exportação de *commodities*. O segundo ponto nos leva a um segundo tipo de “legado” deixado por Moniz Freire e que se fortaleceu ao longo do século XX. Trata-se de queixas acerca da possível periféricidade do Espírito Santo na União brasileira, fenômeno supostamente caracterizado pelo descaso do governo federal em relação aos anseios das elites políticas regionais e dos governantes estaduais, materializado em benesses para o estado.

Dois autores tratam especificamente dessa questão. O primeiro deles, André Pereira (2013, p.142), chama esse processo de “fantasia persecutória”. Ela seria constituída a partir de uma mentalidade obsidional, isto é, um sentimento de cerco, partilhado por políticos e intelectuais do estado, os quais compartilham a ideia de vitimização do Espírito Santo pelo governo federal. De forma sintética, afirma o cientista político que:

A mentalidade obsidional capixaba, quando aplicada a temáticas específicas, principalmente aqueles que envolvem conflitos reais, ajuda a alimentar verdadeiras fantasias persecutórias, ou seja, atribui falsamente a certos atores propósitos malévolos que visam afetar a TODOS os capixabas (2013, p. 142).

Em tempos atuais, os episódios da partilha dos *royalties* do petróleo e a extinção do FUNDAP servem de exemplo na medida em que foram elementos que alimentaram a fantasia persecutória. Ela se fundamenta em sentido histórico e ganha ares de verdade por importantes setores da elite política que agem no sentido de enfrentamento às decisões do governo federal, ocultando possíveis falhas e opções tomadas, como aquelas, nem sempre tão claras, dos governantes em relação às grandes empresas, cujos desdobramentos tornam o governo estadual rico para tais empreendimentos e pobre para a população (PEREIRA, 2012, p. 21).

É, porém, o segundo autor quem melhor aprofunda a questão, a partir da obra *Passado a limpo: o estado capixaba e o seu mito fundador*. Nela, José Schayder (2017, p.154 et seq.) interpreta o fenômeno como um “mito”, tendo em Moniz Freire o seu principal porta-voz, embora não o primeiro. A prática teria se iniciado quando ainda era deputado provincial na longínqua década de 1880, ao questionar o imperador Dom Pedro II acerca da suposta preterição da então província em relação a outras. A questão principal estava em torno do cancelamento da concessão ferroviária a qual estabelecia uma ligação entre Vitória e a hinterlândia oriental mineira.

Evidentemente que esse fenômeno não pararia por aí. Para Schayder, o discurso de vitimização estaria com esse personagem ao longo de sua trajetória política, o que levou o historiador a concluir que “[...] Muniz Freire (sic) fez da vitimização do povo do Espírito Santo seu grande mote discursivo — e o fez fabulosamente

bem, razão pela qual o proclamo patrono do mito fundador capixaba” (2013, p. 154).

Deixamos para o autor o “ônus da prova” quanto à nomenclatura “mito fundador” para o fenômeno de vitimização e a condição de Moniz Freire como seu patrono (SCHAYDER, 2017, p. 154). Porém, levamos em consideração que o autor mapeia a trajetória de uma narrativa do papel de vítima do estado, ao identificar essa visão se reproduzir em discursos de estudiosos, intelectuais, jornalistas e políticos. Indo além, percebe nesse processo a influência direta de Moniz Freire, lembrado em discursos políticos, como o de Paulo Hartung, publicado em obra oficial do governo do estado (MARTINUZZO, 2005, p. 13).

Essa relação entre políticos e personagem (políticos) do passado, nos remete ao último ponto do presente artigo. Compreender a “imortalidade” de Moniz Freire pelo viés do imaginário e dos estereótipos constituídos em torno dele. Para tanto, nos utilizamos da historiografia e dos discursos de jornais e dos próprios membros da elite política para responder de que modo Moniz Freire tem sido representado.

Há um imaginário sobre Moniz Freire?

A última questão a ser respondida nesse artigo nos ajuda a compreender o centenário de imortalidade do personagem aqui abordado. Conhecer e analisar a constituição de um imaginário em torno de Moniz Freire nos ajuda a compreender a forma como ele é tratado pela historiografia regional e como é lembrado pelas autoridades públicas. Indo além, é possível perceber a reprodução de seus discursos por meio da “fantasia persecutória” conforme apontado por André Pereira (2013, *passim*), quer dizer, pelo sentimento de

que o Espírito Santo é um estado preterido pela União, perante os demais entes da federação. Essa lógica tem servido para nortear o discurso de parcela significativa da elite política capixaba.

Recordando o que expomos algumas páginas acima, três vertentes interpretativas podem ser identificadas na historiografia regional acerca desse personagem: uma de tipo contemplativa, embora bastante criteriosa e de valor, e duas mais “independentes”, pautadas pela análise de seu poder político e pela desconstrução do seu mito heroico, esmiuçando o modo como foi erguida uma série de representações positivas em torno dele. As abordagens mais desprezadas do ator histórico emergiram graças ao recente incremento das produções acadêmicas, pelas quais alguns estudiosos tem se debruçado nesse processo. A exemplo, Rafael Nascimento (2018, p. 158) identificou Moniz Freire entre os personagens históricos na narrativa do progresso, ou seja, como um dos símbolos progressistas da elite republicana do início do século, como se ele fizesse parte de uma linha “evolutiva” rumo à industrialização do estado.

Tanto José Schayder (2017) quanto Rafael Nascimento (2018) identificam os discursos políticos que remetem ao personagem em questão. Em um deles, a título ilustrativo, Rafael Nascimento identifica como o então governador Paulo Hartung se projeta como porta-voz de um novo momento na história do Espírito Santo, enquanto marco de superação do atraso, assim como supostamente Moniz Freire teria sido à sua época, visão compartilhada inclusive por muitos estudiosos.

A nossa ênfase em Hartung remete ao peso de seu capital político nas primeiras décadas do século XXI e ao fato de ser um dos governantes que mais se preocupou com o passando no que se refere à expectativa de revisitar os governos progressos ao seu, seja para delimitar o seu mandato — iniciado em 2003 — como um marco, seja para cotejar e criar analogias comparativas com governantes

que se enquadram no panteão dos heróis configurados pela narrativa de superação do atraso (NASCIMENTO, 2018, p.34-40).

Por sua vez, José Schayder (2017, p. 318–320) chama a atenção para a apropriação que o então governador fez do discurso que o historiador chama de “mito fundador” e que tinha em Moniz Freire seu maior porta-voz. O exemplo mencionado, na fonte analisada pelo historiador, diz respeito às menções que Hartung fez às cartas publicadas por Moniz Freire a Dom Pedro II, protestando contra a condição de preterição pela qual entendia ser tratada a província. Tais menções lembram com heroísmo o papel desempenhado pelo seu predecessor, tido como verdadeiro libertador do degredo pelo qual passava Espírito Santo.

A rigor, o que Hartung proporcionou foi interligar o “nome à coisa”, como pode ser dito em gíria popular. Sem mencionar o personagem do início do século XX, diversos políticos e até mesmo a grande imprensa do estado empunharam a bandeira da defesa dos interesses regionais sob o viés da injustiça e perseguição sofrida pelo pequeno território federal. Assim foi no caso dos *royalties* do petróleo e da perda dos recursos do FUNDAP por causa de sua extinção. O discurso de perseguição e vitimização não “colou” perante às autoridades nacionais, perfazendo a mesma estratégia e o mesmo desfecho das cartas escritas por Moniz Freire mais de um século atrás: a negativa ou a indiferença do governo central.

Tal estratégia possui mão dupla, porque ao mesmo tempo em que pouco interfere na indiferença do governo federal, acaba servindo para as elites regionais fundamentarem seus discursos de unidade, pautado na perseguição e vitimização do estado. Assim com Moniz Freire tanto quanto com seus sucessores que “ousaram” questionar as decisões do governo federal. Logo, como diagnosticou José Schayder, esse sentimento de perseguição atua como uma estratégia.

[...] Primeiro, para reforçar as crenças coletivas; segundo, para unir os membros da comunidade capixaba em torno deles [...] por último, os homens públicos insistem em reprisar crenças coletivas com o intuito de *jogar* para a plateia interna, de fazer média com o cidadão-eleitor e — óbvio — permanecer sob os holofotes, receber aplausos e colher dividendos políticos, i.e., votos (2017, p. 354).

A citação faz sentido ao constatarmos a envergadura do poder simbólico adquirido por Moniz Freire ao tempo em que chefiava a oligarquia mais importante do Espírito Santo, na passagem do século XIX para o século XX (QUINTÃO, 2016, p. 240 *et seq.*), embora com isso não se possa garantir pelo sucesso *ad eternum*. A título ilustrativo, a tentativa do então governador Renato Casagrande, em 2012, de mobilizar a população para as demandas do estado referente aos *royalties* não redundou em qualquer prestígio pessoal nem aumento do seu prestígio (PEREIRA, 2013, p. 144-145). Contudo, é importante que se frise a reprodução de uma prática centenária, que pode ser dimensionada nas empolgantes palavras do seu antecessor, Paulo Hartung, ao fazer alusão ao herói vitimado. Isso nos permite defender que o século de falecimento é o também de sua imortalidade, pesando para tanto o imaginário construído.

A questão do imaginário, aliás, nos ajuda a compreender o que se criou em torno do legado de Moniz Freire. Nessa perspectiva, o artigo de Sandra Pesavento (1995, *passim*) a respeito desse assunto é esclarecedor. Para a historiadora, a sociedade forja seus símbolos, os quais são componentes de um imaginário social, juntamente com crenças, representações e até mesmo outros símbolos, apoiado em fatos ou personalidades já existentes. Assim, Sandra Pesavento conclui que:

[...] O imaginário é, pois, representação, evocação, simulação, sentido e significado, jogo de

espelhos onde o “verdadeiro” e o aparente se mesclam, estranha composição onde a metade visível evoca qualquer coisa ausente e difícil de perceber. (1995, p. 24).

Em questão, forjou-se um imaginário em torno da figura de Moniz Freire e de suas diretrizes na configuração de um estado que supostamente se tornou vítima da federação, e que teria como vocação a condição de corredor de exportações entre o exterior e regiões do interior brasileiro. Em outras palavras, o personagem histórico aqui estudado é representado — tanto por políticos, quanto por jornais e até mesmo por competentes estudiosos — como um símbolo de progresso e de luta em defesa do Espírito Santo no cenário nacional.

Para o historiador Estilague dos Santos, o papel desempenhado por esse ator histórico nos rumos do estado o enquadra na condição de “[...] um dos mais importantes personagens de toda a nossa história política” (2012, p.544). Indo além, no epílogo da biografia desse personagem, ele remonta algumas das homenagens recebidas pelo biografado, como um busto em praça de Vitória, o nome de palácio, rua, cidade, e a homenagem realizada pela elite política capixaba na Assembleia legislativa, em 1961, ano do centenário de seu nascimento.

Isso nos permite asseverar que do mesmo modo que Moniz Freire usou do imaginário para forjar sua realidade, comandando o real por meio do imaginário (BALANDIER, 1982, p.6) e se constituiu como um líder defensor dos interesses do estado à sua época, ao longo de um século, outros atores se apropriaram de suas ideias forjando novos — ou alimentando antigos — mitos, símbolos ou crenças, conforme interesse ou contexto propício. Em paralelo, possivelmente pelo que dizia e defendia acerca dos pontos aqui já esboçados, Moniz Freire foi alojado no *hall* dos heróis capixabas, como demonstrou Rafael Nascimento (2018, p.158) e suas práticas, servido de pano de

fundo para a projeção política — ou para seu reforço — de algumas personalidades do século XXI, em especial, Paulo Hartung, o que pode nos ajudar a entender de fato a força de seu capital político.

Considerações finais

O presente artigo procurou responder de que modo podemos interpretar o centenário da “imortalidade” de Moniz Freire (1918-2018). Para tanto, fizemos uso do conceito de imaginário e identificamos alguns requisitos fundamentais para que esse processo, quer dizer, essa “imortalidade”, tenha se dado.

Primeiramente, recordamos a lógica econômica que direciona o estado para a vocação de corredor de exportações. A reboque desse processo ocorreu a tão ansiada transformação de Vitória na mais importante praça comercial do Espírito Santo, e a interligação do complexo portuário que envolve a região metropolitana a Minas Gerais, tanto por meio ferroviário quanto rodoviário. Como vimos, isso não ocorreu sem alguns problemas tais como a “dialética dos gargalos” e a “reprimarização” da economia. Em seguida, tratamos da fantasia persecutória ou o “mito capixaba”, dependendo naturalmente da nuance de cada autor, dentre aqueles que aqui expomos. A construção de um imaginário em torno da vitimização do Espírito Santo perante o governo federal constitui sua própria trajetória, tendo em Moniz Freire grande porta-voz, sendo isso reconhecido e até louvado como ato de heroísmo, em consonância com a reprodução desse sentimento, por parte de governantes, jornalistas e intelectuais.

Desta feita, cremos que Moniz Freire continua “presente”, mesmo involuntariamente, em discursos e na lógica econômica do Espírito Santo. E, se tantas vezes ele é lembrado, quer seja na glorificação ou nas práticas reproduzidas, inclusive com saudosismo,

trata-se do sintoma de que suas ideias não foram superadas nem mesmo um século após sua morte. Assim, norteando o imaginário e o “sentido da economia”, Moniz Freire se perpetuando nos seus sucessores, assegurando sua imortalidade.

Referências

Fontes Primárias

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1916-1920: Monteiro). *Mensagem dirigida pelo presidente do Estado do Espírito Santo, Dr. Bernardino de Souza Monteiro, ao Congresso Legislativo, em sua 1ª sessão ordinária da 10ª legislatura*. Vitória: S/n, 1919.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria da Fazenda. *Estatística de Exportação do Espírito Santo*. 1931. Vitória: Imprensa Oficial, 1932.

Bibliografia de Apoio

BALANDIER, Georges. *O Poder em Cena*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.

BASÍLIO, Marcello A.S. *A vida e a obra de Moniz Freire*. Vitória: [s.n.], 1961.

BITTENCOURT, Gabriel. *História Geral e Econômica do Espírito Santo. Do Engenho Colonial ao complexo fabril-portuário*. Vitória: Multiplicidade, 2006

BUFFON, José Antonio Bof. Jerônimo Monteiro: governador schumpeteriano, precursor de JK. In: GURGEL, Antonio de Pádua; LIMA JÚNIOR, Carlos Benevides. *Jerônimo Monteiro*. Vitória: Contexto Jornalismo & Assessoria Ltda/ Núcleo de Projetos Culturais e Ecológicos, 2005 (Coleção “Grandes Nomes do Espírito Santo”).

CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira. *O Novo Arrabalde*. Vitória: Prefeitura Municipal, 1996.

DINIZ, Clarkson Machado. *O engrossamento, o capital e a ordem: a visão de Graciano Neves na análise da Primeira República (1892-1903)*. 2016. 210 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-gradua-

ção em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

FERREIRA, Marieta de Moraes. PINTO, Surama Conde Sá. Estado e oligarquias na Primeira República: um balanço das principais tendências historiográficas. *Tempo*, Revista do Departamento de História da Uff, v. 23, p. 422-442, 2017.

GOMES, Angela de Castro; ABREU, Martha. A nova “velha” República: um pouco de história e historiografia. *Tempo*, Niterói, v.1 3, n. 26, p. 1-14, 2009.

HARTUNG, Paulo. Prefácio. In: SANTOS, Estilague Ferreira dos. *José de Melo Carvalho Muniz Freire*. Vitória: Espírito Santo em Ação, 2012 (Memória do desenvolvimento do Espírito Santo; Grandes nomes; v.3)

HEES, Regina Rodrigues; FRANCO, Sebastião Pimentel. *A República no Espírito Santo*. 3.ed. Vitória: Multiplicidade, 2012.

MARTINUZZO, José Antonio. Caminhada em Nova Fronteira. Vitória: Governo do Estado do ES, 2005. v. 1.

NASCIMENTO, Rafael Cerqueira do. *A narrativa histórica da superação do atraso: um desafio historiográfico do Espírito Santo*. Serra: Editora Milfontes, 2018.

PEREIRA, André Ricardo Valle Vasco. Mais do mesmo: o reforço da integração subordinada do Espírito Santo no sistema capitalista internacional. *Sinais (UFES)*, v. 1, p. 203-232, 2011.

PEREIRA, André Ricardo Valle Vasco. Entrando em campo para perder: a inserção do Espírito Santo no debate político nacional. In: Gabriel Bittencourt; Luiz Cláudio Ribeiro. (Org.). *Espírito Santo: um painel da nossa história II*. Vitória, ES: SECULT, 2012, p. 15-44.

PEREIRA, André Ricardo Valle Vasco. Fantasias persecutórias na história do Espírito Santo. *Revista Eletrônica Expedições: Teoria da História e Historiografia*, v. 4, p. 140-162, 2013.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma Outra História: imaginando o imaginário. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 15, n. 29, 1995.

QUINTÃO, Leandro do Carmo. Expansão ferroviária em solo capixaba. In: SILVA, Igor Vitorino da; QUINTÃO, Leandro do Carmo. *O Espírito Santo da Primeira República*. 2.ed. Serra: Editora Milfontes, 2018.

QUINTÃO, Leandro do Carmo. *Oligarquia e elites políticas no Espírito Santo: a configuração da liderança de Moniz Freire*. 2016. 421 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

ROSTOLDO, Jadir Peçanha. *A cidade republicana na belle époque capixaba: espaço urbano, poder e sociedade*. Jundiá, SP: Paco Editorial 2014.

RIBEIRO, Diones Augusto. *Busca à “primeira grandeza”: o Espírito Santo e o governo Moniz Freire (1892–1896)*. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas – Universidade Federal do Espírito Santo.

ROCHA, Haroldo Corrêa; MORANDI, Angela Maria. *Cafecultura e grande indústria: a transição no Espírito Santo 1955-1985*. 2.ed. Vitória: Espírito Santo em ação, 2012.

SANTOS, Estilaque Ferreira dos. *José de Melo Carvalho Muniz Freire*. Vitória: Espírito Santo em Ação, 2012 (Memória do desenvolvimento do Espírito Santo; Grandes nomes; v.3)

SANTOS, Estilaque Ferreira dos. Resumo biográfico de Muniz Freire. In: SANTOS, Estilaque Ferreira dos. (org.). *Escritos políticos de Muniz Freire*. Vitória: Pro Texto Comunicação e Cultura, 2013.

SCHAYDER, José Pontes. *Passado a limpo: o estado capixaba e o seu mito fundador*. Cachoeiro de Itapemirim, ES: Edição do autor, 2017.

SCHIMIDT, Benito Bisso. História e Biografia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

SILVA, Marta Zorzal e. Dilemas e perplexidades do modelo. In: VASCONCELLOS, João Gualberto (Org.). *Memórias do desenvolvimento*. Vitória: Multiplicidade, 2004.

SIQUEIRA, Karulliny Silverol. *O Império das Repúblicas: projetos políticos republicanos no Espírito Santo, 1870–1908*. 2016. 313 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. *O desenvolvimento do Porto de Vitória – 1870/1940*. Vitória: CODESA/UFES, 1995.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. A cidade e o porto como fator de desenvolvimento. In. VILASCHI, Arlindo (org.). *Elementos da economia capixaba e trajetórias de seu desenvolvimento*. Vitória: Flor&cultura, 2011.

SUETH, José Cândido Rifan. *Espírito Santo, um Estado “satélite” na Primeira República: de Moniz Freire a Jerônimo Monteiro (1892–1912)*. Vitória: Flor&Cultura, 2006.

SUETH, José Cândido Rifan. *Moniz Freire e a construção de uma identidade política capixaba (1882–1908): entre sonhos e mágoas, o brilho da estrela “intrometida”*. 2016. 300f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

VASCONCELLOS, João Gualberto. PANDOLFI, Ricardo. Elites e gestão do desenvolvimento: uma reflexão sobre o caso do Espírito Santo. In: VASCONCELLOS, João Gualberto (Org.). *Memórias do desenvolvimento*. Vitória: Multiplicidade, 2004.

VILASCHI, Arlindo; FELIPE, Ednilson Silva; OLIVEIRA, Ueber José de. Visões compartilhadas e coalizão de possibilidades: a antessala do processo de industrialização. In. VILASCHI, Arlindo (org.). *Elementos da economia capixaba e trajetórias de seu desenvolvimento*. Vitória: Flor&cultura, 2011a.

VILASCHI, Arlindo; FELIPE, Ednilson Silva; OLIVEIRA, Ueber José de. Ampliação e aprofundamento do segundo ciclo da economia e recuperação da legitimidade do Governo Estadual. In. VILASCHI, Arlindo (org.). *Elementos da economia capixaba e trajetórias de seu desenvolvimento*. Vitória: Flor&cultura, 2011b.

A POLÍCIA MILITAR DO ESPÍRITO SANTO E O MOTIM DE 1937

*Gelson Loiola**

Resumo: O presente artigo tem por finalidade relatar os fatos que ocorreram durante um motim desencadeado na Polícia Militar do Estado Espírito Santo, em 30 de junho de 1937, antes do golpe do Estado Novo e durante a Era Vargas, no governo de João Punaro Bley, revelando os seus principais personagens e as consequências administrativas e jurídicas, que de certa forma, causaram interferências governamentais e por consequência várias mudanças na história da Corporação Policial Militar do Espírito Santo.

Palavras chave: Polícia Militar – Estado do Espírito Santo, motim, personagens, ações, julgamentos, sentenças, recursos, decisões e memória.

Introdução

Durante muitos anos, desde a criação da primeira força pública do Estado do Espírito Santo, a Companhia, e posteriormente, Corpo de Permanentes da Província, em 12 de dezembro de 1831, em Ata lavrada pelo Conselho de Governo, órgão provincial instituído por D. Pedro I em 1823, para exercer as funções legislativas nas províncias, e que seria substituído por Assembleias Legislativas Provinciais em 1834, ocorrerem diversas manifestações reivindicatórias, sendo que a maior crise na Polícia Militar capixaba, ocorreu em 1920, quando houve através do Decreto nº 14.191, de 27.05.1920, a intervenção federal no Estado do Espírito Santo.

Sobre a revolta de 1920, redigi o artigo publicado pelo jornal *A Tribuna* em 15 de junho de 2015, p. 17, detalhando de forma re-

* Coronel da Reserva da PMES, Pesquisador, historiador, bacharel e professor de direito, especialista em ensino superior e associado efetivo do IHGES.

sumida aquele episódio, o qual envolveu os irmãos Jerônimo de Souza Monteiro (Senador do ES) e Bernardino de Souza Monteiro (presidente do ES), Francisco Etienne Dessaune (presidente da Assembleia Legislativa), com apoio da bancada jeromista, e Nestor Gomes, presidente eleito do Estado do Espírito Santo, a quem Francisco Etienne Dessaune decidiu não empossar no cargo, em 23 de maio de 1920.

Diante da decisão do chefe do Legislativo, o presidente do Estado do Espírito Santo, Bernardino de Souza Monteiro, decidiu dar a posse ao presidente eleito, Nestor Gomes no Palácio Anchieta, o que resultou no ataque a sede do governo no momento da posse, por parte do contingente da Polícia Militar rebelado contra a outra parte do contingente da mesma Corporação que apoiava o evento.

Após o tiroteio, todo o episódio chegou ao conhecimento do governo federal que, em 27 de maio de 1920, decretou a intervenção federal no Estado do Espírito Santo.

A decisão final sobre o episódio da “Revolta de 1920” se encerrou com a reforma de quatro oficiais (um major, dois capitães e um 1º tenente), a expulsão de dois oficiais (dois 2º tenentes), e a expulsão de duzentos e trinta e seis praças (quatro 1º sgt, dois 2º sgt, dois 3º sgt, onze cabos, um aspençada e duzentos e dezesseis soldados).

Apesar da “Revolta de 1920” ter se tornado a mais grave já ocorrida na história policial do Estado do Espírito Santo, pois, foi a única até os dias atuais, que exigiu a intervenção federal em nosso Estado, outros movimentos reivindicatórios, também ocorreram e com certa gravidade, e um deles, ocorreu em 1937, o qual é o objeto deste artigo.

O Movimento Reivindicatório de 1937

Em 1937 a Polícia Militar do Estado do Espírito Santo se envolveria em outro movimento reivindicatório, que a princípio se achava que um dos motivos para a eclosão da revolta dos policiais militares, consta do *Boletim* nº 146, de 25.06.1937 em transcrição de circular do governo que diz:

Em recente inspeção procedida pelo serviço de Saúde às praças dos destacamentos recolhidos à sede, o comando teve a oportunidade de verificar a existência de vários casos de tuberculose, atribuindo, a carência de higiene e conforto em que as praças são alojadas no interior.

Porém, na publicação o governa já determinara que se adotassem melhorias em instalações, fornecimento de camas e colchões aos DPM.

Ao que parece este já não era um problema, pois, a medida anunciada pelo governador constitucional, João Punaro Bley, resolvia a reivindicações apresentadas, o fato é que alguns oficiais e praças da Corporação Policial Militar do Estado do Espírito Santo, no dia 30 de junho de 1937, desencadearam o movimento de insatisfação na Polícia Militar do Estado do Espírito Santo, o qual foi denominado de “Motim de 1937”.

Os fatos segundo o que foi apurado tiveram início à meia-noite do dia 29 de junho de 1937, quando o capitão Antônio Vieira de Mello e o 2º tenente Carlos Penna Sobrinho ingressaram no Quartel da Polícia Militar capixaba, situado no Moscoso, no centro da cidade de Vitória, capital do Estado do Espírito Santo, e nas primeiras horas do dia 30 de junho de 1937.

Os amotinados renderam o oficial de dia da PMES, 2º tenente José do Amaral e o oficial de dia ao Corpo de Bombeiros, 2º tenente

Abdon Rodrigues Cavalcanti, em seguida, determinou ao tenente Sobrinho que assumisse o controle de todo armamento existente no quartel, inclusive com arrombamento da Reserva de Armamento e Munição da Corporação, e que o 2º tenente Theotônio Tavares assumisse a função de oficial de dia ao aquartelamento.

Após estas ações, o capitão Antônio Vieira de Mello comunicou aos policiais militares que se encontravam no quartel que estava liderando a revolta apoiado pelo 1º tenente Elysio da Cunha Louzada e 2º tenentes Carlos Penna Sobrinho, Theotônio Tavares e José Alves Macedo, e após expor os motivos, passou a contar com o apoio de vários praças.

Ao amanhecer, dentre os oficiais, e o primeiro a chegar foi o capitão do EB, comissionado no posto de coronel comandante-geral da PMEES, Milton Pio Borges da Cunha, foi recebido e cumprimentado pelo 2º tenente Theotonio e ao dirigir-se ao saguão, foi surpreendido com a ordem do tenente para que os praças o prendessem. O coronel Borges tentou resistir entrando em luta corporal com os amotinados, porém, sob a ameaça de revolver foi rendido pelo tenente Carlos Penna Sobrinho.

O capitão Vieira determinou o recolhimento do coronel comandante-geral a prisão, porém, este permaneceu no Corpo da Guarda, pouco depois, começaram a chegar ao quartel os oficiais para início do expediente, e também, foram sendo detidos, dentre eles o majores Bráulio Dória e Mario Casanova (médico), capitães Sidronílio, Ignácio Gonçalves, Domingos Costa, Affonso Gama (dentista), 1º tenente Augusto Abreu Sodré (farmacêutico), 2º tenentes Emygdio Xavier, Manoel Aquilino, Alcides Vasconcellos e Amphrisio Carvalho.

Imediatamente, a notícia chegou aos ouvidos do interventor federal do Espírito Santo, o capitão do EB, João Punaro Bley, que se dirigiu ao quartel do Moscoso, e ao chegar deu voz de prisão a todos

os amotinados, que diante da situação não opuseram resistência e depuseram as armas.

Segundo relatado, os motivos para a revolta era para que o coronel em comissão e comandante-geral Milton Pio Borges da Cunha (capitão do EB) e o tenente-coronel em comissão e chefe do Estado-Maior da PMES, fossem exonerados dos cargos, uma vez que, segundo os amotinados, faziam exigências incompatíveis com os cargos que por eles eram exercidos, tratavam os seus integrantes com falta de respeito, não mantinham a disciplina da tropa e não demonstravam qualquer interesse em relação à Corporação.

As Primeiras Providências Relacionadas ao Motim

Após a ordem de prisão emanada do interventor federal no Espírito Santo, o capitão do EB, João Punaro Bley, que contava com o apoio do comando do 3º Batalhão de Caçadores do Exército Brasileiro, sediado em Piratininga, no antigo município do Espírito Santo (atual município de Vila Velha-ES), o qual apenas o acompanhou durante a ação no Quartel do Moscoso, e não precisou intervir na ocasião, uma vez que, não houve resistência à ordem de prisão aos amotinados, dada pelo presidente Bley.

A prisão foi confirmada pelo *Boletim Diário* nº 150, do mesmo dia, 30 de julho de 1937, na terceira parte, Justiça e Disciplina, que publicou o seguinte:

1 – PRISÃO DE OFFICIAES – Em consequência do grave acto de rebeldia levado a efeito na manhã de hoje, neste quartel, ficam presos aguardando solução de inquérito, já instaurado pela autoridade competente, os officiaes seguintes: cap. Antonio Vieira de Mello, 1º ten. Elísio Cunha Lousada, 2ºs tenentes Theotônio Tavares, José

Alves Macedo e Carlos Penna Sobrinho. Esses officiaes, por ordem do snr. Governador do estado, foram mandados apresentar presos no 3º B.C. de Piratininga. (BD PMES nº 150, 30.06.1937).

Com relação às praças envolvidas no motim, o mesmo *Boletim Diário* nº 150, do mesmo dia, 30 de julho de 1937, na mesma terceira parte, Justiça e Disciplina, publica o seguinte:

2 – PRISÃO DE SARGENTOS – Pelos motivos expostos no nº acima do presente item, ficam presos, incomunicáveis, aguardando solução de inquérito, já instaurado pela autoridade competente, os sargentos seguintes, do 1º Btl. Cia de Bombeiros e Pel. Cav. nºs. 14–Manoel Padilha de Barros, 4–Aurélio Penna, 1–Salustiano José Pinto, 17–Delphino Gonçalves, 30–Francisco José de Sant’Anna, 31–Alfredo Ricardo dos Santos, 46–Manoel Rodrigues da Rocha, 24–Manoel Mathias, 36–Oliverio da Costa Azevedo, 29–Euclides Tavares de Lyra, 47–José Salles Silva, 41–Domingos Rocha, 56–Aristeu Estevan, 44–Francisco Gonçalves da Silva, 57–João Baptista Martinho, 52–Manoel Ribeiro Sobrinho, 77–Aurélio Pereira de Souza, 61–Pedro Mattos, 55–Sebastião Soares Ferreira, 58–Benedicto Marino de Almeida, 53–Josias Santa Rita, 51–Elysio Penna, 63–Sebastião Gomes Pinheiro, 67–Juvencio Seraphim Pereira e 15–Canuto da Costa Santos. (BD PM nº 150, 30.06.1937).

Permaneceram presos no quartel do Moscoso, os policiais Aurélio Penna, Delphino Gonçalves, Manoel Mathias, Domingos Rocha, Aristeu Estevan, Francisco Gonçalves da Silva, Sebastião Soares Ferreira, Josias Santa Rita, Juvêncio Seraphim Pereira, os demais foram anteriormente relacionados, encaminhados ao quartel do 3º BC EB.

E com relação às demais praças envolvidas no motim, o mesmo *BD* nº 150, Justiça e Disciplina, publicou o seguinte:

3 – PRISÃO DE PRAÇAS – Ficam presos aguardando solução de inquérito, os ansp. da 1ª Cia Mtrs. n. 418–Cyro de Almeida, soldado da mesma sub-unidade n. 638–Gerson Lino Pinto, 835–Waldemiro José Martins, 919–Zamith Patrocínio, 956–Armando Domingos, da 2ª Cia de Fuz. nºs 847–João Moreira, 644–Anafetair Silva, 345–Waldir Gonçalves e da Escolta de Cavalaria, os ansp. Walter Ribeiro da Silva e soldados Rodolpho Francisco Soares e Argemiro Crespo.

E de forma mais branda a respeito da punição aplicada administrativamente em relação às demais praças envolvidas no motim, o mesmo *BD* nº 150, publicou ainda, o seguinte:

4 – DETENÇÃO – Ficam detidos aguardando solução de inquérito, no alojamento da extincta 4ª Cia., os cabos da Cia de Mtr. Nºs. 348–Jorge Baptista de Moura, 640–Valeriano Pinto da Silva, 347–Emilio Francisco dos Santos, 352–Arthur de Azevedo Costa e soldado Eliofelt Balbino Lannes. (*BD* PM nº 150, 30.06.1937).

Estas foram estas, as primeiras medidas administrativas adotadas por determinação do interventor João Punaro do Bley contra os envolvidos no caso conhecido como “o motim de 1937”.

Com relação ao movimento de insatisfação na Corporação, o *Diário da Manhã* de 1º de julho de 1937, publica em sua primeira página, de forma discreta, a nota oficial da Secretaria do Interior que diz: “Comunicam-nos da Secretaria do Interior que, ontem, as 5 e ½ horas da manhã, se verificou, no quartel da Polícia Militar, um movimento de indisciplina, que foi prontamente dominado, voltando à normalidade a reinar naquele quartel”, e, em linhas gerais informou sobre a instauração do inquérito e a prisão em flagrante dos envolvidos.

O fato tem repercussão imediata, tanto que o jornal *A Batalha* do Estado do Rio de Janeiro, em sua edição de 1º de julho de 1937

publica sob a manchete “Sublevação na Força Pública do Espírito Santo”, a seguinte informação:

Em telegrama ao governo federal, o sr. Punaro Bley, governador do Espírito Santo, informa que conseguiu sufocar o movimento, prendendo cinco officiaes e vários sargentos, tendo sido restabelecida a ordem no estado (p.3).

E a resposta dada pelo ministro da Justiça, José Carlos de Macedo Soares, congratulando-se com o governador Bley pela intervenção enérgica e imediata na solução do evento.

O episódio também é noticiado pelo *Correio da Manhã* do Estado do Rio de Janeiro, em sua edição de 1º de julho de 1937, sob a manchete “Sublevação de um batalhão da Polícia do Espírito Santo”, noticia que “com a intervenção directa do governador, a situação foi rapidamente normalizada — Foram presos cinco *officiaies* e diversos inferiores” (p.3), e transcreve-se a comunicação do fato pelo governador Bley ao ministro da Justiça, José Carlos de Macedo Soares, bem como a mesma resposta do citado ministro ao governador.

O fato foi detalhado pelo *Diário de Notícias* do Estado do Rio de Janeiro, na edição de 3 de julho de 1937, sob a manchete “Movimento de indisciplina na Força Pública do Espírito Santo” onde o interventor federal no Espírito Santo esclarece os fatos de forma resumida nos seguintes termos:

O governador Punaro Bley esclarece ao ministro da Guerra como se passaram os factos.

O ministro da Guerra recebeu hontem do governador Punaro Bley, o seguinte telegrama sobre o movimento de indisciplina verificado na Força Pública do Estado do Espírito Santo:

“Informe que o movimento de indisciplina verificado na Força Pública, no dia 30, foi feito contra o seu comandante, o capitão do Exército Milton

Pio Borges da Cunha, nas funções de comandante da Força Pública, e 1º tenente Moacyr Lopes de Resende, comissionado no posto de tenente-coronel, chefe do Estado-Maior.

O movimento chefiado por cinco officiaes desviados do cumprimento do dever, 16 sargentos e algumas praças da guarda do quartel, substituídas pela madrugada, visava evitar a continuação dos referidos officiaes no comando da força, sob pretexto de que a tropa vinha tendo instrução de campo intensiva.

Foi prontamente dominada com a minha presença imediata no quartel, no momento em que os rebelados tentavam recolher preso o comandante já subjugado, de surpresa, pelas praças da guarda, e desarmado pelos officiaes rebelados, sob a ameaça do revolver de um dos officiaes amotinados.

Esclareço que nenhum morto ou ferido existe, porquanto não houve um tiro sequer. O movimento durou apenas uma hora e meia. Prendi em flagrante os officiaes, sargentos e praças envolvidos nos acontecimentos, os quaes acataram imediatamente minhas ordens entregando o armamento e recolhendo-se aos alojamentos, sendo restabelecido, acto contínuo, o comando do coronel Pio Borges.

Os officiaes e sargentos acham-se recolhidos ao quartel do 3º batalhão de caçadores e as demais praças no próprio quartel da Polícia.

O inquérito está sendo feito com todo rigor, e pessoalmente pelo secretário do Interior. Cumpro o dever de esclarecer a v. ex. o apoio prompto e decidido do coronel Filomeno Assis Brandão, comandante do 3º batalhão de caçadores, que, felizmente, não teve oportunidade de intervir.

A prova da disciplina imprimida pelo comandante Pio Borges à tropa, é que a polícia voltou, logo após o ocorrido, imediatamente ao seu labor normal e que hoje formou, afim de prestar as contingências regulamentares, no momento da instala-

ção da sessão ordinária do Congresso. Saudações cordiaes. — (a.) João Bley, governador”.

Visando informar a população capixaba sobre os procedimentos apuradores relacionados ao motim, o *Diário da Manhã* em sua edição de 10 de julho de 1937, publicou em Nota Oficial, o seguinte esclarecimento:

Informam-nos da Secretaria do Interior e Justiça que o inquérito relativo às ocorrências verificadas na manhã de 30 de junho, no quartel de Polícia deste Estado, está correndo regularmente os seus trâmites e que continua no Comando Geral desta Polícia e a merecer a confiança do Governo — o coronel Milton Pio Borges da Cunha. (p. 1).

Conclusa a apuração dos fatos, pude constatar que dentre os nomes relacionados aos praças envolvidos no motim, alguns deles foram excluídos e outros que não constavam nas publicações foram incluídos, e assim, decidiu-se de imediato, pelo Decreto 8.575, de 10 de agosto de 1937, transcrito no *Boletim* nº 116, da Secretaria do Interior e Justiça, em 9 de agosto de 1937, pelas reformas do capitão Antonio Vieira de Mello, 1º tenente Elísio Cunha Louzada e 2º tenentes José Alves Macedo, e a exoneração do 2º tenente Theotonio Tavares e do 2º tenente Carlos Penna Sobrinho, nos seguintes termos:

Em consequência do acima exposto, sejam excluídos do estado effectivo deste Btl., por terem sido exonerados, os snrs. 2ºs. tenentes Theotonio Tavares e do 2º tenente Carlos Penna Sobrinho”. (BD PM nº 185, de 10.08.1937).

No que diz respeito aos praças envolvidos no motim, o mesmo *Boletim Diário* de nº 185, de 10 de agosto de 1937, da Força Policial capixaba ao transcrever o *Boletim* nº 116 da Secretaria do Interior e Justiça, publicou a seguinte decisão:

3 – REBAIXAMENTO DEFINITIVO E EXCLUSÃO – Por Decreto nº 8575 de hoje datado, foram rebaixados definitivamente de posto e excluídos os 1ºs., sargentos Salustiano José Pinto, Manoel Padilha de Barros, Canuto da Costa Santos; 2ºs., sargentos Francisco José de Sant’Anna, Manoel Rodrigues da Rocha, Euclides Tavares de Lyra, João Baptista Martinho, Benedicto Máximo de Almeida, Manoel Ribeiro Sobrinho, Aurélio Pereira de Souza, Pedro Mattos, Elísio Penna e Sebastião Gomes Pinheiro, de acordo com a letra –E– §2º do art. 470 do dec. 411 de 6 de fevereiro de 1931. Em consequência do acima exposto, sejam excluídos do estado effectivo deste Btl., as praças constante do nº acima [...].

4 – REBAIXAMENTO DEFINITIVO E EXCLUSÃO – Por Decreto nº 8575 de hoje datado, foram rebaixados definitivamente de posto, com expulsão a bem da disciplina os cabos Jorge Baptista de Moura, José Maria de Mattos e os anspençadas Cyro de Almeida, Pedro Martins de Lyra, na conformidade da letra –F e G – §5º do art. 480 do dec. 411 de 6 de fevereiro de 1931. Em consequência do acima exposto, sejam expulsos do estado effectivo deste Btl., a bem da disciplina, as praças constante do nº acima [...]. (BD PM nº 185, de 10.08.1937).

Na mesma transcrição do *Boletim* nº 116 da Secretaria do Interior e Justiça, de forma mais severa publicou a seguinte decisão:

5 – EXPULSÃO A BEM DA DISCIPLINA – Por Decreto nº 8575 de hoje datado, foi determinada a expulsão a bem da disciplina dos soldados João Moreira, Waldemiro José Martins, Anaftair Silva, Gerson Lino Pinto, Armando Domingos, Zamith Patrocínio e Waldir Gonçalves, nos termos da letra –E– §IVº do art. 480 do dec. 411 de 6 de fevereiro de 1931, todos da Polícia Militar deste Estado, devendo depois que forem despidos

de todas os característicos do uniforme militar os sargentos e praças, acima referidos, deverão serem apresentados à Polícia Civil, para os fins convenientes. Em consequência [...].

6 – EXPULSÃO – Por terem se portado de modo inconveniente depois do movimento de 30 de junho findo, infringindo assim as disposições da última parte, do item III do art. 62, do R.I.P.M., sejam expulsos a bem da disciplina da Corporação e do 1º Btl. , de Inf., os soldados n.ºs. 499–Manoel Albino dos Santos e 413– Manoel Ferreira Lyra. (BD PM nº 185, de 10.08.1937).

O citado *Boletim da PM* encerrou com a publicação de que todos os oficiais e praças reformados, exonerados, excluídos e expulsos por motivo do movimento do dia 30 de junho de 1937, estavam proibidos de entrar no quartel até segunda ordem.

Após a publicação, imediatamente, o advogado dos acusados Jair Ethienne Dessaune impetrou uma ordem de Habeas Corpus preventivo em favor dos envolvidos, conforme publicou o *Diário da Manhã*, em sua edição de 11 de agosto de 1937, onde noticiou sob a manchete “Côrte de Apelação” a convocação para a realização de uma sessão especial nos seguintes termos:

Está marcada para hoje, 11, às 14 horas, uma sessão especial da Câmara Criminal, para o julgamento de um Habeas-Corpus preventivo — sob o n. 1.241 — desta Capital, impetrado pelo dr. Jair Etienne Dessaune em favor do Capitão Antonio Vieira de Mello e outros — sendo relator o exmo. sr. Desembargador Waldemar Pereira. (p.1).

Na referida sessão especial da Câmara Criminal realizada no dia 11 de agosto de 1937, às 14 horas, relator do pedido de Habeas-Corpus preventivo, desembargador Waldemar Pereira que acolheu ao pedido da defesa, sendo a decisão confirmada pela Corte

de Apelação do Estado do Espírito Santo, suspendendo os atos de reforma, rebaixamento, corte de vencimentos e exclusão de todos os envolvidos até o julgamento final do processo, o que causou a indignação por parte do comando da PMEES.

As Primeiras Consequências Administrativas

A decisão da Corte de Apelação do Estado do Espírito Santo do dia 11 de agosto de 1937 suspendendo todos os atos anteriormente relatados desagradou ao coronel em comissão, Milton Pio Borges da Cunha, comandante-geral da Polícia Militar capixaba, que se manifestou em 12 de agosto de 1937, com indignação contra a decisão da justiça, ao agradecer ao convite do Cmt do 3º BC para participar dos jogos referentes ao Dia do Soldado no dia 25 de agosto daquele ano, sob a alegação de que não havia clima para participação do evento, em razão de decisão da justiça favorável aos “amotinados”, e que a PM não participaria em razão do “*acto* revoltante de disciplina já referido, plenamente *aprovado* pela mais alta Corte de Justiça do Estado” (*Bol./1º Btl*, nº 191, 12.08.1937).

Não bastando à publicação referente à sua indignação pela decisão favorável aos “amotinados”, dois dias depois, em 14 de agosto de 1937, como forma de protesto, ele, Milton Pio Borges da Cunha (capitão do EB), coronel em comissão no cargo de comandante-geral da Polícia Militar ES, e Moacyr Lopes de Rezende (1º tenente EB), o tenente-coronel em comissão no cargo de chefe do Estado Maior da Corporação, solicitaram ao governador João Punaro Bley, a exoneração de seus cargos em caráter irrevogável.

Publicada a exoneração, o governador Bley, de imediato, nomeou o major da PMES, Bráulio Pereira Dória para o cargo de comandante-geral interino da Corporação, até que fosse nomeado outro oficial do EB para o cargo.

O movimento foi fator determinante para que no mês seguinte, o governador Bley sancionasse a Lei nº. 239, em 1º de setembro de 1937, relacionada a promoções na PMEES, em cumprimento a exigência da Lei Federal nº 192, em vigor desde 17.01.1936, que a partir de 1941, para o ingresso no oficialato das Polícias e Corpos de Bombeiros Militares, os sargentos teriam que possuir o Curso de Formação de Oficiais com duração de três anos, para serem declarados aspirantes oficiais, e o seu texto contempla os seguintes capítulos:

Princípios gerais que regem as promoções; Das condições exigidas para as promoções; Das promoções por antiguidade; Das promoções por merecimento; Das promoções por bravura; Das promoções ao primeiro posto; Das autoridades que podem promover; Do processo de promoção; Das comissões de promoções; Das promoções em tempo de guerra; Disposições provisórias (Lei nº. 239, de 1.09.1937).

A lei foi publicada no *Diário Oficial* do dia 7 de setembro de 1937, transcrita pelo *BD* nº. 209, onde se inseriram disposições históricas na evolução da PMES.

Dentre as mudanças que foram introduzidas, uma delas foi a de proibir a concessão de postos hierárquicos mediante título honorífico, ou seja, por agraciamento (art. 2º), quando as promoções aos respectivos postos do quadro de oficiais da Polícia Militar capixaba, eram concedidas apenas por títulos e não por cursos e concursos, evitando assim, a promoção de sargentos aos quadros de oficiais por concessões meramente políticas.

Outra foi a divisão em Quadro de Oficiais Combatentes (QOC) composto por pessoal das armas de infantaria e cavalaria, e Quadro de Oficiais Não Combatentes (QONC) pelo pessoal dos serviços de intendência, saúde, veterinária e rádio comunicações (§1º, 2º, art. 3º).

E ainda, a definição de novas condições para o acesso e evolução na carreira no Quadro de Oficiais da Força Pública do Estado do Espírito Santo, que seriam exigidas a partir do ano de 1938.

A nova lei interviu justamente nos quadros de oficiais e sargentos da Corporação capixaba, os principais envolvidos no “motim” daquele ano de 1937, com uma série de modificações nas exigências não somente para o ingresso dos sargentos no quadro de oficiais, bem como, para os integrantes do quadro de oficiais prosseguirem em suas carreiras.

O Processo e o Julgamento sobre o “Motim” de 1937

Sobre o processo referente ao “Motim de 1937”, ocorrido na Polícia Militar do Estado do Espírito Santo, o *Diário da Manhã* publica em sua edição de 17 de setembro de 1937, sob a manchete “Justiça Militar Federal”, fez constar a organização do Conselho de Justiça Especial para julgar o caso, nos seguintes termos:

Foram sorteados juízes do Conselho de Justiça Especial que vai tomar conhecimento do processo referente ao Capitão Antonio Vieira de Mello e outros oficiais da Força Pública do estado do Espírito Santo os seguintes majores: José Rodrigues da Silva, adjunto do Serviço de Engenharia da 1ª Região Militar; Evergisto Souto Maior, farmacêutico do Instituto Militar de Biologia; dr. José Vieira Peixoto, médico da P.M., e Alberto Ribeiro Salaberry, adjunto do Estado Maior do Exército. (p.1).

Apesar do sorteio do citado Conselho de Justiça Especial para processar e julgar o caso ocorreu uma dissidência em relação à competência para realização do feito processual, e a decisão sobre a

discordância apresentada, foi publicada pelo *Correio da Manhã* do Estado do Rio de Janeiro, em edição de 1º de outubro de 1937, na manchete “O último *Acto* de insubordinação na Polícia do Espírito Santo”, onde consta que:

A Auditoria do D.P.E. julgou-se incompetente. Tendo a Directoria do Departamento de Pessoal do Exército, em sua reunião de hontem, se julgado incompetente para tomar conhecimento do processo instaurado contra o capitão Antonio Vieira de Mello e outros, accusados de terem procurado depor o comandante da Força Pública do Estado do Espírito Santo, foram os autos encaminhados ao Ministério da Guerra para os fins de direito (p.3).

Ainda sobre a incompetência para processar e julgar os envolvidos no motim, a mesma edição do *Correio da Manhã* — RJ, sob a manchete “A Auditoria do D. P. E. não é competente”, além de transcrever o texto anterior, acrescentou que: “O relator, juiz Ranulpho B. Cunha proferiu a respeito longo voto tendo sido acompanhado por todos os demais membros do Conselho” (p. 14).

Em outubro de 1937, ocorreu o novo golpe de Estado dado pelo presidente Getúlio Dorneles Vargas, que mantém a partir de 25 de novembro de 1937, como interventor federal no Estado do Espírito Santo, capitão do EB, João Punaro Bley, o qual em 2 de dezembro do mesmo ano, comissionou no posto de coronel comandante-geral da PMES o capitão do Exército, Carlos Marciano Medeiros, em substituição ao major comandante-geral interino, Bráulio Pereira Dória.

Devido as exigências da legislação vigente o interventor federal no Espírito Santo, João Punaro Bley faz publicar o Decreto n.º 9.056, de 2 de fevereiro de 1938, criando a Escola de Formação de Oficiais (EFO), implantando o Curso de Formação de Oficiais (CFO) em três anos, e ainda, o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO),

e de forma abrangente regulamentou o Ensino Militar na Polícia Militar do Estado do Espírito Santo.

A questão da competência da Justiça Militar para julgar o caso relacionado com o “Motim de 1937”, ocorrido na Polícia Militar do Estado do Espírito Santo, acabou chegando ao Supremo Tribunal Federal, o qual decidiu sobre a questão, conforme publicou o *Correio da Manhã* do Estado do Rio de Janeiro, em sua edição de 17 de julho de 1940, sob a manchete: “Justiça Militar — Ecos da tentativa de sublevação na Força Pública do Espírito Santo” (p.1), onde descreve que o respectivo processo sobre o fato, vai ter somente agora o andamento normal devido à decisão do Supremo Tribunal Federal que julgou a Justiça Militar como competente para processar e julgar os integrantes da Força Pública capixaba, tendo em vista que ela estava legalmente incorporada ao Exército.

Ato contínuo, a reportagem informa que o processo fora distribuído a 3ª Auditoria da 1ª Região Militar, e que a denúncia oferecida pelo promotor de justiça, Paulo Whitacker fora recebida pelo juiz auditor, da respectiva Auditoria Militar, Dr. Ranulpho Bocayuva Cunha, contra os seguintes policiais militares:

Capitão Antonio Vieira de Mello, tenentes Elysio da Cunha Lousada, Theotônio Tavares, Carlos Senna Sobrinho, e José Alves Macedo; sargentos Francisco José de Sant’Anna, Manoel Rodrigues da Rocha, Oliverio da Costa Azevedo, João Baptista Marinho, Manoel Ribeiro Sobrinho, Aurélio Pereira de Souza, Pedro Mattos, Manoel Padilha de Barros, Euclides Tavares de Lira, Benedito Máximo de Almeida, Elysio Penna, Sebastião Gomes Pinheiro, José Salles Pinheiro, Salustiano José Pinto e Canuto da Costa Santos; cabos Jorge Baptista de Moura e José Maria de Mattos; aspençada Cyro de Almeida e soldados João Moreira, Waldemiro José Martins, Anafitair Silva, Gerson Lino Pinto, Mariano Domingos dos Santos, Zami-

th Patrocínio e Waldir Gonçalves, acusados como responsáveis pela tentativa de sublevação. (p.8).

Observem que dos policiais que constam nas listas iniciais de rebaixamento, exclusão e expulsão, anteriormente inserida e posteriormente revogada pelo habeas-corpus concedido pela Corte de Justiça capixaba, foram inclusos na denúncia, os policiais militares Oliverio da Costa Azevedo, José Salles Pinheiro, Gerson Lino Pinto e Mariano Domingos dos Santos, totalizando trinta policiais militares, distribuídos em cinco oficiais, quinze sargentos, dois cabos, um aspençada e sete soldados denunciados, sendo excluídos na denúncia os constantes na citada lista de rebaixamento, exclusão e expulsão, Pedro Martins de Lyra, Armando Domingos, Manoel Albino dos Santos e Manoel Ferreira Lyra.

Ainda na denúncia, consta que foram arroladas como testemunhas os seguintes policiais militares da Corporação capixaba: “Tenente João José Gomes, Aurélio Penna, Wenceslau Tenório da Rocha e 1º sargento Cidrack Barbosa”, e relaciona apenas como informantes no processo, os seguintes militares:

Capitão João Punaro Bley [interventor Federal ES], majores Mario Casanova Ferreira e Bráulio Pereira Dória, capitães Affonso de Carvalho Gama, Sidronílio Firmino, Domingos de Almeida Costa e Ignácio Gonçalves; tenentes Amphrisio Carvalho de Araújo, José Amaral, Jayme Duarte do Nascimento, Manoel Aquilino da Silva, Emilio Xavier, Alcides Gomes de Vasconcellos, Abdon Rodrigues Cavalcanti e Francisco Fernandes de Miranda e sargentos Guilherme Cardoso e Chrispiniano Veiga dos Santos. (p.8).

No dia 15 de dezembro de 1939, o Ministério da Justiça envia um telegrama ao Interventor, João Punaro Bley, e diz:

Tenho a honra de comunicar vossencia Dr. Presidente da república aprovou projeto fixação foscas estadaues com ememda determinando passe a ter a designação de Força Policial [...] Francisco Campos (BD 285/1939).

Assim, a partir de 15.12.1939, a Corporação passa a ter a denominação de Força Policial do Estado do Espírito Santo.

As informações sobre o andamento do processo veio à tona através da publicação feita pelo Correio da Manhã do Estado do Rio de Janeiro, em 7 de março de 1941, com a manchete “ACCUSADOS DE REVOLTA”, onde diz:

O processo instaurado no Espírito Santo, contra *officiaes*, sargentos e praças simples da Força Policial desse Estado, no qual figura como principal *acusado* o capitão Antonio Vieira de Mello, que está sendo formado por um Conselho especial de Justiça, presidido pelo ten. cel. Ignacio Conseiul, comandante do 3º B. C. de Victória, e com assistência jurídica do auditor dr. Lima Torres, encontra-se em *phase* de razões *finaes*, devendo o julgamento ser procedido por esses dias. Estes *officiaes* e praças são acusados do crime de revolta no quartel daquela Força, ocorrido no dia 29 de junho de 1937. Nesse processo funciona o escrivão Froes da Cruz. (p.3).

O processo prosseguiu, e o Conselho de Justiça Militar no Rio de Janeiro, sob a presidência do juiz auditor, Georgenor Acylino de Lima Torres, da 3ª Auditoria de Guerra da 1ª Região Militar – RJ, conforme constou do Aviso nº 21, do secretário do Interior e Justiça do Espírito Santo, Celso Calmon Nogueira da Gama, anteriormente publicado pelo *Correio da Manhã* – RJ, e os acusados, alguns já reformados, sob a escolta comandada pelo capitão Jaime Santos Silva, foram apresentados para o julgamento no dia 31 de março de 1941, sendo os acusados defendidos por quatro advogados.

O resultado do julgamento foi publicado na edição do *Correio da Manhã* – RJ, em 17 de abril de 1941, na coluna: “JUSTIÇA MILITAR”, onde inicialmente consta que foram: “Absolvidos os oficiais e praças da Força Pública do Espírito Santo”, e consta que:

O Conselho de Justiça especialmente sorteado para apurar as responsabilidades pela tentativa de sublevação da Força Pública do estado do espírito santo, que funcionou sob a presidência do major Inácio Conseiul e com a assistência do auditor Lima Torres, que viajou para aquele Estado com esse fim exclusivo, acaba de proclamar o resultado a que chegou, e que foi pela absolvição do capitão Antonio Vieira de Mello e outros oficiais e sargentos da mesma milícia. (p.5).

A confirmação consta da *Revista Capichaba* nº 522, de 19 de abril de 1941, em foto inclusa adiante.



Os participantes da sessão de julgamento da Justiça Militar no Estado do Espírito Santo, em 31.03.1941, relacionado ao “Motim de 1937”

Apesar da decisão absolutória, o episódio não se encerra, uma vez que, conforme publicou o *Correio da Manhã* – RJ, em 29 de

abril de 1941, na coluna, “JUSTIÇA MILITAR”, sob a manchete: “Regressou o auditor Torres Lima”, consta que o promotor de justiça não ficara convencido da absolvição dos acusados, conforme consta da informação de que:

Acompanhado do escrivão Froes da Cruz, regressou de Vitória, Estado do Espírito Santo, onde fora na qualidade de magistrado militar para julgar os oficiais e praças da Força Pública estadual que tentara um levante, já por nós amplamente divulgado oportunamente, o auditor dr. Lima Torres, O respectivo promotor não se conformou com a sentença do Conselho de Justiça que absolveu os acusados e apelou para o Supremo Tribunal Militar. (p.8, grifo nosso).

O recurso encaminhado a Supremo Tribunal Militar e submetido à apreciação do procurador-geral que emitiu o parecer, publicado na edição do *Correio da Manhã* – RJ, em 8 de junho de 1941, sob a manchete “Houve o crime de revolta”, esclarecendo que “O procurador geral pediu a condenação de oficiais e praças da Força Pública do Espírito Santo” (p.3).

E a publicação consta que o chefe do Ministério Público, Waldemiro Gomes Ferreira, emitiu um parecer bem detalhado sobre a responsabilidade de cada um dos envolvidos relacionados na denúncia, e declarou em seu longo parecer que:

Houve crime de revolta, tratando-se de delito, em que a consumação é concomitante com a ação criminal em si mesma, não havendo que distinguir a pura maquinação do estado de revolta — hipóteses que, no caso, se confundem. (p.3).

E a publicação do citado parecer do representante do chefe do Ministério Público, inda consta que:

As queixas que porventura existem entre oficiais e praças em consequência de ordens de serviços emanadas do comando geral deveriam ter sido manifestadas ao então governador do Estado ou o secretário do Interior e Justiça, dentro das normas traçadas em leis e regulamentos e não por meio de protesto coletivo, que assumiu proporções de um crime, dos mais graves previstos na legislação penal militar. (p.3).

E por último, pede a condenação de todos os envolvidos de acordo com a gravidade do crime praticado. E a matéria jornalística finaliza informando que o processo fora encaminhado em 7 de julho de 1941 ao relator do mesmo, o ministro Cardoso de Castro, para os devidos providências de direito.

No dia da publicação, coincidentemente, o tenente-coronel Bráulio Pereira Dória solicita a sua dispensa do cargo de comandante-geral da Força Policial capixaba, sendo imediatamente atendido, e em virtude de sua exoneração, pelo Decreto nº 12.804, de 8 de julho de 1941, foi nomeado e assumiu o cargo de comandante-geral da PMES, o major Sidronílio Firmino, sendo nomeado como subcomandante, o capitão, José da Cruz Miranda do Amaral.

Os Recursos e a Decisão Final sobre o “Motim de 1937”

Após o recebimento do recurso pelo relator da matéria, o desembargador Cardoso Castro, a sessão de deliberação da decisão sobre o “Motim de 1937”, ocorrido na Polícia Militar do Estado do Espírito Santo, foi realizada em votação secreta no dia 23 de julho de 1941.

No dia seguinte, a edição do *Correio da Manhã* do Rio de Janeiro, publicada em 24 de julho de 1941, sob a manchete: “Tentaram

sublevar a Força Pública do Espírito Santo”, e no sub título dispõe que : “Condenados a dois anos o capitão Vieira de Melo e os demais acusados” (p.3), após parecer pelo procurador-geral da Justiça Militar, pela reforma da sentença em 1º grau que os havia absolvido, emitida na penúltima sessão secreta do Supremo Tribunal Militar, em 23 de julho de 1941, onde a Corte Militar decidiu:

a) Dar provimento a apelação interposta pelo M. P. para reformando a sentença apelada no grau mínimo do art. 93, n.3, observada a regra do art. 43, tudo do Código Penal, os seguintes acusados: capitão Antonio Vieira de Mello, tenentes Elísio da Cunha Lousada, Theotonio Tavares, Carlos Senna Sobrinho, e José Alves Macedo; sargentos Francisco José de Sant’Anna, Manoel Rodrigues da Rocha, Manoel Ribeiro Sobrinho, Aurélio Pereira de Souza, Pedro Mattos, Manoel Padilha de Barros, Euclides Tavares de Lira, Benedito Máximo de Almeida, Elísio Penna, Sebastião Gomes Pinheiro, José Salles Pinheiro; cabos Cyro de Almeida e João Moreira e soldados Valdomiro José Martins, Anafitair Silva, Gerson Lino Pinto, Armando Domingos dos Santos, Mariano Domingos dos Santos, Zamith Patrocínio e Valdir Gonçalves; b) negar provimento à apelação do M. P. para confirmar a sentença na parte que absolveu os sargentos João Batista Marinho e Salustiano José Pinto.

Foram votos vencidos os dos ministros Cardoso de Castro e Almerio de Moura, que confirmam a sentença na parte que absolveu os soldados; dos ministros Vaz de Melo e Raul Tavares, que condenavam os oficiais como cabeças, e ministro Raimundo Barbosa que dava provimento para condenar também os sargentos João Batista Marinho e Salustiano José Pinto. O ministro Bulcão Vianna, deu-se por impedido. (p.3).

Observem que dos envolvidos e citados na denúncia, os que possuíam nomes com as letras “y” e “w”, tiveram estas letras substituídas por “i” e “v”, pois, segundo o acordo ortográfico da Língua Portuguesa de 1940, o alfabeto brasileiro possuía 23 letras, e as letras “k”, “w” e “y”, só poderiam ser utilizadas em casos especiais, em síntese, as palavras que contivessem a letra, o “k” seria substituída por “qu” antes de “e” e “i”, e por “c” antes de qualquer outra letra. O “w” seria substituído em palavras portuguesas por “u” ou “v”, conforme o seu valor fonético. O “y”, que é substituído pelo i, exceto em abreviaturas e símbolo de alguns termos técnicos e científicos.

Como exemplo, a mudança também alterou a grafia do nome e sobrenome meu genitor que registrado com o nome de Olintho Loyola, em Mangarary, Santa Leopoldina-ES, onde nasceu.

Ao se alistar para o Exército Brasileiro, em 1942, foi dispensado e recebeu o Certificado de Reservista com o nome de Olinto Loiola, onde foi suprimido o “h” do nome, uma vez que a ortografia de 1940 estabeleceu que a letra “h” não era propriamente uma consoante, e no interior de vocábulo só seria empregado nos casos em que fizesse parte do “ch”, “lh” ou “nh”, e não se escreveria o “h” depois “p”, “r” e “t”.

Também houve alteração no sobrenome, onde houve a substituição do “y” pelo “i”, porém, meus avós, registrados anteriormente e meus tios paternos, mantêm o sobrenome “Loyola”, com “y”. Assim, muitos nomes e sobrenomes familiares foram alterados, um desafio para os genealogistas.

Voltando a sentença sobre o “Motim de 1937”, outro fator a ser observado na mesma, é que não foram citados, e consequentemente, excluídos da sentença, os sargentos Oliveira Costa Azevedo e Canuto da Costa Santos e os cabos Jorge Baptista de Moura e José Maria de Mattos, anteriormente relacionados na denúncia e no respectivo recurso.

O caso não se encerra com a decisão do Supremo Tribunal Militar, uma vez, conforme publicou o *Diário Carioca* – RJ, em 10 de setembro de 1941, o advogado dos acusados, Jair Etienne Dessaune (secretário do IHGES, 1943-45):

Veio a apresentar embargos ao acórdão condenatório e solicitar uma providencia do ministro Cardoso de Castro, relator do feito, no sentido de cessar incomunicabilidade em que se acham os seus constituintes no presidio civil. (p.12).

A decisão sobre os embargos impetrados pelo advogado dos condenados foi publicada pelo mesmo *Diário Carioca* – RJ, em sua edição de 25 de novembro de 1941, na seção “Foro Militar”, sob o título: “Impugnados os embargos dos oficiais da Força Pública do Espírito Santo”, onde o relator do feito, o procurador geral, Waldomiro Gomes Ferreira, depois de acurado exame:

Salientou que a insubmissão consiste na recusa ou omissão de obediência, por parte de um militar, às ordens legítimas de seus superiores, ou na quebra de respeito à pessoa deste, por meio de agressão material ou moral. (p.12),

E encerrou opinando pela rejeição dos embargos, sendo o processo encaminhado a Corte da Justiça Militar, sendo designado como relator, o ministro Cardoso de Castro em face do acórdão de 21 de julho de 1941, informando que como revisor do citado processo funcionava o ministro Pacheco de Oliveira, conforme publicou o *Diário de Notícias* – RJ, em 14 de janeiro de 1942, p. 5.

A decisão final sobre foi publicada no *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro, no dia 25 de janeiro de 1942, e diz: “NO CASO DA FORÇA PÚBLICA DO ESPÍRITO SANTO O DELITO FOI DESCLASSIFICADO DE REVOLTA PARA SEDIÇÃO” (p.4), onde es-

clarece que o processo relatado pelo ministro Cardoso de Castro, o processo fora submetido a julgamento pelo Supremo Tribunal Militar, onde após o acalorado debate entre o procurador-geral e o advogado Jair Etienne Dessaune, foi proferido o seguinte veredito:

Contra os votos dos ministros Cardoso de Castro, Raimundo Barbosa, Castro e Silva e Vaz de Melo, o Tribunal recebeu os embargos para desclassifica-lo o delito de revolta para sedição, reduzir a pena de dez [dois] anos para seis meses a pena imposta ao capitão Antonio Vieira de Melo, tenentes Elísio da Cunha Louzada, Carlos Pena Sobrinho, Pedro Matos e Elísio Pena, cabos Jorge Batista de Moura e José Maria de Matos e os soldados Valdemiro José Martins e Valdir Gonçalves. (p.4).

Com a sentença definitiva, encerrou-se assim, mais um episódio reivindicatório e conturbado que ocorreu na história da briosa Polícia Militar do Espírito Santo (PMES).

A História Sempre se Repetirá

Conforme relatei, ao longo dos seus 188 anos de existência a partir do Corpo de Permanentes de 12 de dezembro de 1831, houve vários conflitos na Corporação Policial Militar capixaba com repercussão nacional.

O mais grave, conforme resumi, ocorreu na “Revolta de 1920”, anteriormente relatada na introdução deste artigo, a única intervenção federal no Estado até os dias de hoje, posteriormente, o “Motim de 1937”, objeto desta pesquisa.

Depois de longo tempo, ocorreu o “Movimento de 1998”, devido a quatro meses de atraso de pagamento, com o aquartelamento

da tropa de PMES, fato publicado na Folha de São Paulo em 21 de novembro de 1998, “Buaiz ameaça pedir intervenção no ES”, porém, esta não ocorreu, e o movimento se encerrou com várias sanções administrativas aplicadas.

E finalmente, a denominada “Crise da Segurança Pública de 2017”, apelidada de “A Revolta das Saias”, com a paralização de 21 dias em fevereiro de 2017 por parte da PMES, devido aos bloqueios realizados nos quartéis da Corporação capixaba pelas esposas dos policiais militares, e que o governador Paulo Hartung adotou diversas sanções administrativas na estrutura da Corporação.

Em 16 de janeiro de 2019, após aprovação da Assembleia Legislativa capixaba, o governador Renato Casagrande sancionou a lei Complementar nº 903, concedendo anistia administrativa a todos os investigados no evento, e que foi criticada pelo ex-governador Paulo Hartung, como “decisão política irresponsável” em reportagem de André Rodrigues e Fábio Linhares, *G1 ES* e *TV Gazeta*, de mesma data.

Com relação à parte processual penal relacionada aos denunciados pela participação no evento, há os projetos de lei nº 6.882-A, do ex-deputado federal, Alberto Fraga, e os substitutivos nº 6.886 de Carlos Manato e 6.891 do capitão Augusto, para concessão de anistia criminal aos integrantes da PMES, já aprovado pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime organizado, em 3 de maio de 2017, ainda em andamento no Congresso Nacional aguardando votação.

Ao conhecermos a história, sempre esperamos que se aprenda alguma coisa e os fatos não se repitam, porém, tratando-se de seres humanos, tudo é possível, e nestes termos, a história que é construída por todos nós, com certeza sempre se repetirá, e o que teremos de fazer e buscar o entendimento e o equilíbrio das negociações, e permito-me discordar de diversos pensadores, pois, na área da se-

gurança pública na minha humilde opinião, a ação jamais será mais persuasiva do que a palavra.

Referências

BRASIL. (Academia Brasileira de Letras). *Formulário ortográfico: 1940*. Disponível em: www.academia.org.br. Acesso em 31 jan.2019.

_____. (Biblioteca Nacional). Hemeroteca Digital. Rio de Janeiro: *A Batalha*, 1937.

_____. (Biblioteca Nacional). Hemeroteca Digital. Rio de Janeiro: *Correio da Manhã*, 1937 - 1941.

_____. (Biblioteca Nacional). Hemeroteca Digital. Rio de Janeiro: *Diário de Notícias*, 1937.

_____. (Biblioteca Nacional). Hemeroteca Digital. Vitória: *Diário da Manhã*, 1937.

_____. (Biblioteca Nacional). Hemeroteca Digital. Vitória: *Revista Vida Capichaba*, 1941.

ESPIRITO SANTO (Estado), *Decreto n.º 9.056, de 2 de fevereiro de 1938*, Cria a Escola de Formação de Oficiais e Regulamenta o Ensino Militar na PMES. Vitória: APE-ES.

_____. (Estado). *Lei n.º 239, de 7 set. 1937*, dispõe sobre as Promoções na Polícia Militar do Estado. Diário Oficial do Estado, Vitória: APE-ES.

_____. (Polícia Militar). *Ordens do Dia e Boletins Diários*, 1937-41. Vitória-ES: Centro de Documentação – CEDOC/PMES, Vitória: Quartel do Comando Geral – QCG/PMES.

LOIOLA, Gelson. *A evolução histórica da PMES no Período Republicano: 1890-2019*. Vitória: [no prelo aguardando patrocínio para publicação], 2019.

RYFF, Luiz Antônio. Crise. *Folha do Estado de São Paulo*. Disponível em: www.folha.uol.com.br/, acesso em: 20 fev. 2019.

TOPONÍMIA CAPIXABA, ORIGEM E EVOLUÇÃO

*Gilber Rubim Rangel**

A toponímia é o estudo dos nomes atribuídos ao espaço habitado pelo ser humano. A palavra é derivada dos termos gregos *τόπος*, “lugar”, e *ὄνομα*, “nome”, significando, portanto, “nome de lugar”.

Para Francisco de Assis Carvalho, em monografia apresentada no I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica,

estudar o processo de nomeação das coisas existentes é viajar no tempo e no espaço para perceber que, no processo de nomeação, inserem-se a sabedoria e o conhecimento das gerações que ficaram cristalizados e eternizados, preservando do esquecimento o instante mágico em que as coisas passaram a ser conhecidas por tal nome e obtiveram a sua existência. Dentro da nomeação ocorre um “nascimento”, uma identificação, uma singularização.

A toponímia é uma área de investigação que se fundamenta na ideia de que a nomeação de um lugar não se dá de maneira aleatória ou despropositada, mas que essa nomeação ao ser investigada, pode revelar importantes informações referentes à língua em uso na região pesquisada e aos costumes e valores preponderantes na conduta dos falantes. Ela também pode revelar os acontecimentos históricos e as influências sofridas através dos contatos com outros grupos étnicos que ali se instalaram.

Estudando os topônimos dos atuais 78 (setenta e oito) municípios do Estado do Espírito Santo tem-se que a língua Tupi prepondera na formação dos mesmos, seguido de nomes provenientes da natureza (rios, montanhas, aves e frutas), bem como nomes de

* Advogado, contador, genealogista, associado efetivo do IHGES.

personagens da história. Na sequência observa-se a influência da religião católica e de outros nomes.

Divisão Toponímica Temática do Espírito Santo		
Origem	Qtd Municípios	%
Indígenas	24	30,77%
Natureza	19	24,36%
Nome de Pessoas	17	21,79%
Religiosos	14	17,95%
Outros	04	5,13%
Total	78	100,00%

A influência indígena na formação dos topônimos capixabas é preponderante (30,77%), o que se constata em: Apiacá, Aracruz, Brejetuba, Cachoeiro de Itapemirim, Cariacica, Ecoporanga, Guaçuí, Guarapari, Ibatiba, Ibiracu, Ibitirama, Iconha, Irupi, Itaguaçu, Itapemirim, Itarana, Iúna, Jaguaré, Marataízes, Mucurici, Muqui, Pancas, Piúma, Sooretama.

Os topônimos provenientes da natureza (24,36%) vêm em segundo lugar:

- [Ave] Águia Branca, Vila Pavão.
- [Rio/Geonímia] Água Doce do Norte, Alegre, Alto Rio Novo, Baixo Guandu, Barra de São Francisco, Bom Jesus do Norte, Fundão, Mimoso do Sul, Rio Bananal, Rio Novo do Sul, Vargem Alta.
- [Montanha/Orônimos] Castelo, Mantenópolis, Montanha, Ponto Belo, Serra. E
- [Fruta] Laranja da Terra.

Os epônimos, nome de pessoas (21,79%), formam o terceiro grande grupo de topônimos capixabas, a saber: Afonso Cláudio, Alfredo Chaves, Anchieta, Atilio Vivacqua, Colatina, Domingos Martins, Governador Lindenberg, Jerônimo Monteiro, João Neiva, Linhares, Marechal Floriano, Muniz Freire, Pedro Canário, Pinheiros, Presidente Kennedy, Viana, Vila Valério.

A influência religiosa [hierônimos] (17,95%) pode-se constatar em: Conceição da Barra, Conceição do Castelo, Divino de São Lourenço, Dores do Rio Preto, Marilândia, Santa Leopoldina, Santa Maria do Jetibá, Santa Teresa, São Domingos do Norte, São Gabriel da Palha, São José dos Calçados, São Mateus, São Roque do Canaã, Vitória.

No grupo outros (5,13%) têm-se os seguintes municípios: Boa Esperança, Nova Venécia, Venda Nova do Imigrante e Vila Velha.

Consigne-se que o Estado do Espírito Santo, no século XX, tinha cinco outros municípios além dos retro citados, cujos topônimos referiam-se a: personagens da história (2), acidentes geográficos/rios (2) e nome indígena (1).

A supressão destes municípios deveu-se ao fato de que parte do território capixaba foi transferido para o Estado de Minas Gerais, notadamente os municípios de Joeirana [atual Ataléia–MG] e Marechal Hermes [atual Mutum–MG], além do distrito de Gabriel Emilio, do município de Barra de São Francisco [atual Mantena–MG]. Também teve dois municípios rebaixados a distritos, ou seja, Ponte de Itabapoa-na [incorporado a Mimoso do Sul] e Riacho [incorporado a Aracruz].

Origem evolutiva dos topônimos

ESPÍRITO SANTO – Nome dado à capitania por seu donatário, Vasco Fernandes Coutinho, aonde chegou em 23 de maio de 1535, domingo de Pentecostes, dedicado ao Espírito Santo.

Alteração Administrativa/Toponímica:

- (1) Capitania do Espírito Santo (Carta Régia de Doação de 1534).
- (2) Província do Espírito Santo, do Reino do Brasil (c. 1821).
- (3) Província do Espírito Santo, do Império do Brasil (c. 1822).
- (4) Estado do Espírito Santo, da República Federativa do Brasil (c. 1899).

AFONSO CLÁUDIO – Homenagem ao primeiro governador (à época, presidente) do Estado do Espírito Santo [1889-1890], o desembargador do TJES e membro fundador da Academia Espírito-santense de Letras, “AFONSO CLÁUDIO de Freitas Rosa” [1859–1934].

Alteração Administrativa/Toponímica:

(1) Arraial de São Sebastião do Alto Guandu de Cima, em Santa Leopoldina. (c. 1851).

(2) Povoado de Alto Guandu, em Santa Leopoldina (c. 1885).

(3) Freguesia do Guandu de Cima, em Santa Leopoldina (Lei Prov. nr. 24, de 17/9/1888).

(4) Município de Afonso Cláudio (Dec. Est. nr. 53, de 11/11/1890).

(5) Vila de Afonso Cláudio, sede no povoado de Santa Joana (Dec. Est. nr. 33, de 21/9/1891).

(6) Vila de Afonso Cláudio, sede no povoado de Afonso Cláudio (Dec. Est. 18/1/1892).

(7) Cidade de Afonso Cláudio (Lei Est. 488, de 22/11/1907).

ÁGUA DOCE DO NORTE – De acordo com a tradição, o nome do município vem de um antigo hábito dos moradores de tomar um cafezinho que, de tão ralo, mais parecia água doce. A posição geográfica Norte é porque o município encontra-se nesta parte do Estado.

Alteração Administrativa/Toponímica:

(1) Povoado de Água Doce, em Barra de São Francisco (c. 1940).

(2) Distrito de Água Doce, em Barra de São Francisco (Lei Est. nr. 265, de 22/10/1949).

(3) Município de Água Doce do Norte (Lei Est. nr. 4.066, de 6/5/1988).

ÁGUIA BRANCA – Os imigrantes poloneses ao chegarem denominaram o lugar com o nome do símbolo que consta do brasão

da república da Polônia, ou seja, Orzel Bialy, que em português significa Águia Branca.

Alteração Administrativa/Toponímica:

(1) Povoado de Águia Branca, em Colatina (c. 1925).

(2) Distrito de Águia Branca, em Colatina (Lei Est nr. 265, de 22/10/1949).

(3) Distrito de Águia Branca, em São Domingos do Norte (Lei Est. nr. 777, de 29/12/1953).

(4) Distrito de Águia Branca, em Colatina (Acórdão Repres. 244 do STF de 4/10/1955).

(5) Distrito de Águia Branca, em São Gabriel da Palha (Lei Est. nr. 1.837, de 21/2/1953).

(6) Município de Águia Branca (Lei Est. nr. 4.070, de 11/5/1988).

ALEGRE – Coube ao alferes João do Monte da Fonseca, a escolha da denominação de Alegre ao riacho que, ainda hoje, corta a cidade, nome que se estendeu, mais tarde, também ao rancho e ao povoado que, às suas margens desenvolveu-se. Por outro lado, há uma versão popular e poética, incorporada a cultura local, que atribui o nome “Alegre” à homenagem prestada por João Teixeira da Conceição, [proprietário do primeiro rancho], a sua cachorrinha que, ao perseguir uma caça, teria perdido a vida ao cair numa cachoeira (BRAVO, pág. 10).

Alteração Administrativa/Toponímica:

(1) Povoado de Alegre, em Cachoeiro de Itapemirim (c. 1811).

(2) Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Alegre, em Cachoeiro de Itapemirim (Dec. Prov. 22, de 24/7/1858).

(3) Freguesia de Nossa Senhora da Penha do Alegre, em Cachoeiro de Itapemirim (Lei Prov. nr.7, de 4/11/1869).

(4) Município de Alegre (Lei Prov. nr. 18, de 3/4/1884).

ALFREDO CHAVES – Homenagem ao engenheiro militar e deputado federal, “Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves”. Ele ocupou os ministérios da Guerra [1885–1886] e da Marinha [1886–1887], e foi Inspetor Geral de Terras e Colonização do Império. “Sua passagem pela região, em 1878, foi marcada pelo esforço para apaziguar conflitos na administração da Colônia, principalmente no trato com os imigrantes” (PESSALI, pág. 29).

Alteração Administrativa/Toponímica:

(1) Povoado de Nossa Senhora da Assumpção, em Benevente, atual Anchieta (c. 1700).

(2) Povoação de Nossa Senhora da Conceição, em Benevente, atual Anchieta (c. 1750).

(3) Povoado de Alto Benevente, em Anchieta (c. 1800).

(4) Vila (município) de Alfredo Chaves (Dec. Est. de 24/1/1891).

ALTO RIO NOVO – Os desbravadores José Marques da Silva e José Ludjério da Silva seguiram a nascente do Rio Bananal e após subir pela Serra da Cangalha no Alto Beija-Flor encontraram um rio que chamaram de Rio Novo. Desta forma a localidade passou a ter o topônimo de Alto Rio Novo.

Alteração Administrativa/Toponímica:

(1) Patrimônio de São José de Alto Rio Novo, em Colatina (c. 1915).

(2) Patrimônio de Alto Rio Novo, em Colatina (c. 1918).

(3) Distrito de Alto Rio Novo, em Colatina (Dec-Lei nr. 9.941, de 11/11/1938).

(4) Distrito de Alto Rio Novo, em Pancas (Lei Est. nr. 777, de 29/12/1953).

(5) Distrito de Alto Rio Novo, em Colatina (Acórdão Repres. 244 do STF de 4/10/1955).

(6) Município de Alto Rio Novo (Lei Est. nr. 1.837, de 21/2/1963).

ANCHIETA – Homenagem a “José de ANCHIETA” [1534–1597], padre jesuíta espanhol, nascido em Tenerife, nas Ilhas Canárias, que viveu boa parte de sua vida na vila de Rerigtiba (atual Anchieta). Ingressou na Companhia de Jesus bem jovem e foi estudar em Portugal. Veio para o Brasil na expedição do segundo Governador-Geral [1523–1558] DUARTE DA COSTA Casemiro [1502–1560], com a missão de catequizar os indígenas. Atualmente, o santo jesuíta, beatificado [1980] e canonizado [2014], é chamado de Apóstolo do Brasil.

Alteração Administrativa/Toponímica:

- (1) Aldeia de Iiritiba ou Rerigtiba (c. 1561).
- (2) Vila de Benevente (Alvará Real de 1/1/1755).
- (3) Cidade de Benevente (Lei Prov. nr. 6, de 12/8/1887).
- (4) Município de Anchieta (Lei Est. nr. 1.307, de 30/12/1921).

APIACÁ – Há várias versões para o topônimo Apiacá, as primeiras, de que a palavra derivada do Tupi *apyá caá* significa: (a) “homem do mata” (CARVALHO, pág. 6); (b) “a floresta do Índio mau”, de *apyá*, contração de *apyabaiba*, “o índio mau”, “o índio selvagem” e *caá*, “o mata”, “a floresta” (DUARTE, pág. 17); (c) “mata marcada” ou “floresta manchada” (DUARTE, pág. 18); ou que Apiacá se refere (d) a um tipo de marimbondo [ou vespa] muito comum em toda a extensão do vale do ribeirão e que atazanava a vida dos primeiros fazendeiros que se aventuraram a derrubar as matas de suas margens (TEIXEIRA, pág. 26 e DUARTE, pág. 18); ou que (e) era o nome de uma tribo de índios da região, do ramo Puri-coroado, ou simplesmente puri (TEIXEIRA, pág. 26); E que também é uma (f) gramínea originária da Ásia, muito comum no interior do Espírito Santo, à época, conhecida como *biurá*, *capia*, *piá* ou *apia*, e popularmente chamada de “conta de milagres” (DUARTE, pg. 18).

Alteração Administrativa/Toponímica:

- (1) Povoado Antônio Caetano, em São Pedro de Itabapoana, atual Mimoso do Sul (c. 1900).

(2) Distrito de Boa Vista, em São Pedro de Itabapoana, atual Mimoso do Sul (c. 1911).

(3) Distrito de Apiacá, em Mimoso do Sul (Dec-Lei nr. 15.177, de 31/12/1943).

(4) Município de Aplacá (Lei Est. nr. 1.405, de 26/8/1958).

ARACRUZ – Palavra derivada do Tupi, que significa: “santa da cruz”.

Alteração Administrativa/Toponímica:

(1) Núcleo de Aldeia Nova (c. 1556).

(2) Povoado de Aldeia Velha (c. 1750).

(3) Freguesia de Aldeia Velha, em Reis Magos, depois Nova Almeida, atual Aracruz (Lei Prov. nr. 5, de 16/12/1837).

(4) Vila (Município) de Santa Cruz (Lei Prov. nr. 2, de 3/4/1848).

(5) Cidade de Santa Cruz (Dec. Est. nr. 19, de 18/3/1891).

(6) Município de Aracruz (Dec.-Lei nr. 15.177, de 31/12/1943).

(7) Município de Aracruz, com sede em Sauaçu (Resolução Municipal nr. 01, de 7/10/1948).

(8) Município de Aracruz, com sede em Aracruz (Lei Est. nr. 779, de 29/12/1953).

ATÍLIO VIVACQUA – Homenagem ao Jurisconsulto e Senador capixaba [1961-1964], Dr. Atílio Vivacqua [1894–1961], irmão da atriz e escritora Dora Vivacqua, a luz *del fuego*.

Alteração Administrativa/Toponímica:

(1) Vendinha (c. 1891).

(2) Povoação Werneck (c. 1900).

(3) Distrito de São Gabriel do Muquí, em Cachoeiro de Itapemirim (Div. Adm. 1911).

(4) Distrito de São Felipe, em Cachoeiro de Itapemirim (Lei Est. nr. 933, de 6/12/1913).

(5) Distrito de Marapé, em Cachoeiro de Itapemirim (Dec.-Lei nr. 15.177, de 31/12/1943).

(6) Município de Atilio Vivacqua (lei Est. nr. 1.916, de 30/12/1963).

BAIXO GUANDU – A palavra indígena “*nandu*” pode ser variante de “*nhandu*” (ema). O “Baixo” foi acrescentado porque a foz do rio Guandu está em área baixa.

Alteração Toponímica:

(1) Núcleo de Baixo Guandu (c. 1875).

(2) Distrito de Baixo Guandu, em Linhares (Lei Est. nr. 1.045, de 9/12/1915).

(3) Distrito de Baixo Guandu, em Colatina (Lei Est. 1.307, de 30/12/1921).

(4) Município de Baixo Guandu (Lei Est. nr. 6.152, de 10/4/1935).

BARRA DE SÃO FRANCISCO – O topônimo refere-se à localização onde o povoado foi construído, ou seja, na foz (barra) do rio São Francisco.

Alteração Administrativa/Toponímica:

(1) Patrimônio de São Sebastião, em São Mateus (c. 1910).

(2) Distrito de Barra de São Francisco, em São Mateus (Lei Est. de 24/6/1935).

(3) Município de Barra de São Francisco (Dec-Lei Est. nr. 15.177, de 31/12/1943).

BOA ESPERANÇA – De acordo com a tradição, o nome do município deve-se ao fato de que os primeiros moradores tinham esperança de uma vida melhor, uma boa esperança quanto à nova localidade.

Alteração Administrativa/Toponímica:

(1) Fazenda Boa Mira (c. 1915).

(2) Povoado de Boa Esperança, no distrito de Nova Venéia, em São Mateus (c. 1920).

(3) Distrito de Boa Esperança, em São Mateus (Lei Est. nr. 265, de 22/10/1949).

(4) Município de Boa Esperança (Lei Est. nr. 1.912, de 23/12/1963).

BOM JESUS DO NORTE – Topônimo curioso, tendo em vista que a cidade localiza-se no extremo sul do estado do Espírito Santo, na divisa com o estado do Rio de Janeiro. Mas o topônimo refere-se ao padroeiro, Bom Jesus, e a posição geográfica da cidade em relação ao rio Itabapoana, que banha a região. A referência à posição norte é para diferenciar da cidade de Bom Jesus do Itabapoana, que está do outro lado da divisa, separada por uma ponte.

Alteração Administrativa/Toponímica:

(1) Povoado de Jardim (c. 1880).

(2) Distrito de Jardim, em São José do Calçado (Lei Municipal de 5/4/1895).

(3) Distrito Bom Jesus do Norte, em São José do Calçado (Lei Est. 9.941, de 11/11/1938).

(4) Município de Bom Jesus do Norte (Lei Est. 1.911, de 13/12/1963).

BREJETUBA – O topônimo deriva da palavra em Tupi: *ybi-rayá-yba*, que significa a Bosque de brejaúvas, lugar onde há muitas brejaúvas. “Árvore de madeira rija”. Palmeira de cuja madeira se serviam os índios para fazer os seus arcos (CARVALHO).

Alteração Administrativa/Toponímica:

(1) Povoado de Brejaúba, em Afonso Cláudio (c. 1880).

(2) Distrito de Brejaúba, em Afonso Cláudio (Lei Est. nr. 1.739, de 13/1/1930);

(3) Distrito de Brejetuba, em Afonso Cláudio (Dec.-Lei nr. 15.177, de 31/12/1943).

(4) Município de Brejetuba (Lei Est. nr. 5.146, de 15/12/1995).

CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM – Depois de quilômetros de águas mansas e navegáveis, o rio Itapemirim chega a um trecho de corredeiras ou cachoeiras.

Alteração Administrativa/Toponímica:

(1) Arraial das Cachoeiras do Itapemirim, em Itapemirim (c. 1812).

(2) Freguesia de São Pedro de Cachoeiro de Itapemirim, em Itapemirim (Dec 11, de 16/7/1856).

(3) Vila de São Pedro do Cachoeiro (Dec. Prov. nr. 9, de 23/11/1864).

(4) Município de Cachoeiro de Itapemirim (Dec. Est. nr. 4, de 26/12/1889).

CARIACICA – Há quatro versões no idioma Tupi para o topônimo Cariacica. (a) Palavra derivada de *acari-assyca*, que significa: “pedaço de acari” ou “‘posta de peixe”. De *Acari*, “peixe de água doce”, “cascudo”, e *assyca*, “pedaço”, “‘posta”. (b) O nome pode ter surgido da expressão “*Cari-jaci-caá*”, utilizada pelos índios para identificar o porto onde desembarcavam os imigrantes. Sua tradução é “chegada do homem branco” (CARVALHO, pág. 25). (c) Há, ainda, o termo *carahy* que significa espécie de símio (*Nyctipithecus vociferans*) (SAMPAIO, pág. 217). (d) Por fim, a palavra *carijó*, alteração de *cari-yó*, por sua vez corruptela de *carahyba*, tem o mesmo significado que cari-boca, que significa descendente do branco, do europeu (SAMPAIO, pág. 218).

Alteração Administrativa/Toponímica:

- (1) Povoado de Cariacica, em Vitória (c. 1720).
- (2) Freguesia de São João de Cariacica, em Vitória (Dec. Prov. nr. 5, de 16/12/1837).
- (3) Vila (Município) de Cariacica (Dec. Est. 57, de 25/11/1890).

CASTELO – Diz à tradição que, o nome é devido ao fato do primeiro povoado ter sido construído junto da montanha granítica do Forno Grande, cuja conformação do pico lembra o de um castelo.

Alteração Administrativa/Toponímica:

- (1) Missões de Montes Castello (c. 1625).
- (2) Colônia de Castelo, em Cachoeiro de Itapemirim (c. 1710).
- (3) Aldeamento Imperial Afonsino, em Cachoeiro de Itapemirim (c. 1845).
- (4) Distrito Estação Castelo, em Cachoeiro de Itapemirim (Lei Est. nr. 1.887, de 31/7/1891).
- (5) Distrito de Castelo, em Cachoeiro de Itapemirim (c. 1911).
- (6) Vila (Município) de Castelo (Lei Est. nr. 1.687, de 25/12/1928).

COLATINA – Homenagem a Sra. “COLATINA Soares de Azevedo” (1864–1945), neta paterna do barão de Paranapanema e esposa de “José de Melo Carvalho MUNIZ FREIRE” [1861–1918], duas vezes governador do Estado do Espírito Santo [1892–1896 e 1900–1904] e senador da república [1907–1915]. O epônimo Colatina deriva do latim *Collatīni* que significa “habitante da cidade romana de Colatia” (FARIA, pág. 204), bem como “deusa das colinas”.

Alteração Administrativa/Toponímica:

- (1) Arraial da Barra de Santa Maria (c. 1840).
- (2) Colônia de Fransilvânia (c. 1857).
- (3) Freguesia de Linhares (Dec. Prov. de 26/8/1818).

(4) Vila de Linhares, com sede na povoação de Linhares (Res. Cons. do Governo de 2/4/1833).

(5) Vila de Linhares, com sede na povoação de Colatina (Lei Est. nr. 488, de 2/11/1907).

(6) Distrito de Colatina, em Linhares (Divisão Adm. De 1911).

(7) Vila (Município) de Colatina (Lei Est. nr. 1.307, de 30/12/1921).

CONCEIÇÃO DA BARRA – Por a cidade ficar na foz (barra) do rio São Mateus, e a padroeira ser Nossa Senhora da Conceição, virou Conceição da Barra.

Alteração Administrativa/Toponímica:

(1) Núcleo populacional Barra, em São Mateus (c. 1537).

(2) Povoado Barra do Rio de São Mateus, em São Mateus (c. 1651).

(3) Freguesia de Conceição da Barra de São Mateus, em São Mateus (Dec Prov, de 11/8/1831).

(4) Vila da Barra de São Mateus (Res. Cons. do Governo de 2/4/1833).

(5) Município Conceição da Barra (Dec. Est. nr. 28, de 19/9/1891).

CONCEIÇÃO DO CASTELO – O topônimo decorre da impressão que os desbravadores, ao chegarem à região, tiveram da montanha do Forno Grande, que se parecia com um castelo, e da homenagem à Padroeira da Paróquia, Nossa Senhora da Conceição. Daí o topônimo “Conceição do Castelo”.

Alteração Administrativa/Toponímica:

(1) Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Minas do Castelo, em Cachoeiro de Itapemirim (c. 1750).

(2) Distrito de Nossa Senhora da Conceição do Aldeamento Imperial Afonsino, em Cachoeiro de Itapemirim (Lei Prov 9, de 15/11/1871).

(3) Distrito de Conceição do Castelo, em Castelo (Lei Est 1.687, de 25/12/1928).

(4) Município de Conceição do Castelo (Lei Est. nr. 1.909, de 6/12/1963).

DIVINO DE SÃO LOURENÇO – O nome é uma junção de “Divino Espírito Santo” (expressão que constava na escritura das terras que formaram a cidade) e “São Lourenço”, o padroeiro da cidade (Divino São Lourenço, *on-line*, História).

Alteração Administrativa/Toponímica:

(1) Distrito de São Tiago, em Guaçuí (Lei Est nr. 1.093, de 5/1/1917).

(2) Distrito de São Lourenço, em Veado, atual Guaçuí (Lei Est. nr. 1.688, de 25/12/1928).

(3) Distrito de Imbuí, em Guaçuí (Dec-Lei Est. 15.177, de 31/12/1943).

(4) Município de Divino de São Lourenço (Lei Est. nr. 1.915, de 30/12/1963).

DOMINGOS MARTINS – Homenagem ao culto industrial e herói Espírito-santense “DOMINGOS José MARTINS” [1781–1817]. Fuzilado na Bahia por ter sido um dos líderes e orientadores do movimento emancipacionista deflagrado em Pernambuco, no episódio conhecido na história brasileira como Revolução Pernambucana de 1817 (VALLE, pág. 116).

Alteração Administrativa/Toponímica:

(1) Colônia de Santa Isabel, em Viana (c. 1830).

(2) Campinhoberg ou Morro do Campinho, em Viana (c. 1847).

(3) Freguesia de Santa Isabel, em Viana (Dec. Prov. nr. 21, de 20/11/1869).

(4) Vila (Município) de Santa Isabel (Dec. Est. nr. 41, de 2/10/1891).

(5) Freguesia de Santa Isabel, em Viana (Dec. Est. 41/1891, revogado em 18/01/1892).

(6) Vila (Município) Campinho (Dec Est nr 29, de 20/10/1893).

(7) Vila (Município) de Campinho, sede em Santa Isabel (Dec. Est. 19, de 20/06/1896).

(8) Município de Domingos Martins (Lei. Est. nr. 1.307, de 30/12/1921).

DORES DO RIO PRETO – O topônimo é formado pelo nome da santa padroeira (Nossa Senhora das Dores) e o nome do acidente geográfico que serve de divisa entre os estados de Minas Gerais e do Espírito Santo (o Rio Preto).

Alteração Administrativa/Toponímica:

(1) Povoado Vila Divisa (c. 1880).

(2) Distrito de Rio Preto, em Alegre (Lei Municipal nr. 713, de 17/6/1896).

(3) Distrito de Rio Preto, em Siqueira Campos, atual Guaçuí (Lei Est. 1.688, de 25/12/1928).

(4) Distrito de Divisa, em Guaçuí (Dec-Lei nr. 15.177, de 31/12/1943).

(5) Município de Dores do Rio Preto (Lei Est. nr. 1.914, 30/12/1963).

ECOPORANGA – Palavra derivada do Tupi *eco*, que significa: “lugar onde se produz a reflexão sonora”, e *poranga*, variação do nome de ave **nahmbu**, devido à existência de muitas aves na região. *Inhambu*, de *y-nhã-bú*, a que sai com estrondo, ou que surge com estrépido” (CARVALHO, pág. 34).

Alteração Administrativa/Toponímica:

(1) Patrimônio do Quinze, em Joeirana (c. 1937).

(2) Povoado Nova Betânia, em Joeirana (c. 1946).

(3) Povoado de Rubinópolis, sede distrito Ribeirãozinho, em Joeirana (Lei 776, de 29/12/1953).

(4) Município de Ecoporanga, sede em Joeirana (Lei Est. nr. 897, de 12/01/1955).

(5) Município de Ecoporanga, Sede passou a denominar-se Ecoporanga (Lei Est. nr. 1.121, de 16/10/1956).

FUNDÃO – A tradição informa que a escolha do nome teria sido motivada pelos inúmeros afogamentos no rio que banha a cidade.

Alteração Administrativa/Toponímica:

(1) Núcleo Nova Almeida (c. 1556).

(2) Freguesia de Nova Almeida (Alvará Real, de 12/11/1757).

(3) Vila de Nova Almeida, sede na Freguesia de Reis Magos (Alvará Real, de 2/1/1759).

(4) Núcleo colonial Timbhy, em Reis Magos (c. 1840).

(5) Vila (município) de Timbuí (Lei Est. nr. 1.005, de 21/10/1915).

(6) Município de Fundão (Lei Est. nr. 1.383, de 5/7/1923).

GOVERNADOR LINDENBERG – Homenagem ao político e governador do Estado do Espírito Santo [1947–1951 e 1959], o advogado capixaba “Carlos Fernando Monteiro LINDENBERG” [1899–1991]. Fundador do Partido Social Democrata –PSD e proprietário de parte do jornal *A Gazeta*.

Alteração Administrativa/Toponímica:

(1) Povoado do 51, em Colatina (c. 1920).

(2) Povoado 15 de Novembro, em Colatina (c. 1940).

(3) Distrito de Governador Lindenberg, em Colatina (Lei Est. nr. 779, de 29/12/1953).

(4) Município de Governador Lindenberg (Lei Est. 5.638, de 11/5/1998).

GUAÇUÍ – Palavra derivada do Tupi do Sul, *Guaçu* “Veado”, e *i* “rio”, que significa “rio do Veado”. No Tupi costeiro diz-se *Suaçu*, aliás, *çoo-açú*, que quer dizer, “a caça grande”, “animal de vulto”. Como adjetivo, exprime “grande”, “grosso”, “largo”, “amplo”. No tupi primitivo, dizia-se *uaçu*; porém com o contato do português, apareceu a letra “g” inicial e se passou a dizer, na língua geral, *guaçu*, como em quase todas as palavras começadas com a letra “u”, da língua primitiva (SAMPAIO, pág. 235). (b) Denominação portuguesa, dada por caçadores, a rios apropriados para a espera de veados (cervos/cervídeos, animais de grande porte). Tanto que no estado de São Paulo, no município de Rio Novo, também há um rio chamado rio dos Veados (ALMEIDA, pág. 265).

Alteração Administrativa/Toponímica:

- (1) Povoado de São Bom Jesus do Livramento, em Cachoeiro de Itapemirim (c. 1810).
- (2) Patrimônio do Veado, em Cachoeiro de Itapemirim (c. 1835).
- (3) Freguesia de São Miguel do Veado, em Cach. Itapemirim (Lei Prov. nr. 9, de 13/7/1866).
- (4) Freguesia de São Miguel do Veado, em Alegre (Lei Prov. 18, de 3/4/1884).
- (5) Distrito do Veado, em Alegre (Divisão Administrativa de 1911).
- (6) Município de Veado (Lei Est. nr. 1.688, de 25/12/1928).
- (7) Cidade de São Miguel do Veado (Lei Est. 1.722, de 30/12/1929).
- (8) Município de Siqueira Campos (Lei Est. nr. 1.543, de 8/8/1931).
- (9) Município de Guaçuí (Dec.-Lei nr. 15.177, de 31/12/1943).

GUARAPARI – Palavra derivada do Tupi *guará*, um tipo garça e *pari*, “curral”. “Curral das garças”. “Armadilha de pegar garças”.

“Bacia onde as garças se reúnem” (CARVALHO, pág. 39). Ave pelecaniforme (*Eudocimus ruber*) também conhecida como íbis-escarlate, guará-vermelho, guará-rubro e guará-pitanga.

Alteração Administrativa/Toponímica:

(1) Vila dos Jesuítas (c. 1569).

(2) Aldeia de Nossa Senhora (c. 1590).

(3) Aldeia do Rio Verde ou de Santa Maria de Guaraparim (c. 1600).

(4) Goaraparim (c. 1650).

(5) Freguesia de Aldeia dos Índios (Alvará Real, de 11/1/1655).

(6) Vila de Guarapari (Provisão de 1/1/1679).

(7) Município de Guarapari (Lei Est. nr. 28, de 19/9/1891).

IBATIBA – Palavra derivada do Tupi *ybá-tyba*, que significa: “o Frutal”, “o pomar”, “o sítio das frutas” (CARVALHO, pág. 271).

Alteração Administrativa/Toponímica:

(1) Povoado Vila do Rosário, em Rio Pardo, atual Iuna (c. 1890).

(2) Distrito de Rosário, em Rio Pardo, atual Iúna (Divisão Administrativa de. 1933).

(3) Distrito de Ibatiba, em Iúna (Dec-Lei nr. 15.177, de 31/12/1943).

(4) Município de Ibatiba (Lei Est. 3.430, de 7/11/1981).

IBIRAÇU – Topônimo derivado do Tupi *ybyra-assu*, que significa: “árvore grande e grossa” (CARVALHO, pág. 25).

Alteração Administrativa/Toponímica:

(1) Núcleo Colonial de Santa Cruz, em Santa Leopoldina (c. 1870).

(2) Núcleo Colonial Conde D’Eu, em Santa Leopoldina (c. 1875).

(3) Núcleo Colonial Bocaiúva, em Santa Leopoldina (c. 1881).

(4) Lauro Müller, em Santa Leopoldina (c. 1887).

(5) Núcleo Colonial de Santa Cruz, em Santa Leopoldina (c. 1888).

(6) Vila (Município) Guaraná (Lei Est. nr 23, de 11/9/1891).

(7) Município de Pau Gigante (Dec. Est. de, 1/3/1892).

(8) Município de Ibraçu (Dec-Lei Est. nr. 15.177, de 31/12/1943).

IBITIRAMA – Palavra derivada do Tupi *ybytyr-am*, que significa: “que será monte, ou ainda não é”. Advém de *Ybytr*, “a altura ou elevação da terra”, “o monte”, “o morro”, “a serra”. E de *am*, que é o mesmo que *rama*, e o seu uso coloca o item no futuro, no sentido de que algo ainda não é, ou o será (CARVALHO, pág. 43 e SAMPAIO, pág. 246). Portanto, o significado de Ibitirama é de “que será monte, ou o que ainda não é” (FERMINO, pág. 810).

Alteração Administrativa/Toponímica:

(1) Fazenda Santa Marta, em Alegre (c. 1820).

(2) Patrimônio de Santa Bárbara, em Alegre (c. 1899).

(3) Povoado de Santa Bárbara do Caparaó, em Alegre (c.1905).

(4) Distrito de Caparaó, sede no povoado de Santa Barbara, em Alegre (Lei 1.093, 5/1/1917).

(5) Distrito de Ibitirama, em Alegre (Dec-Lei nr. 15.177, de 31/12/1943).

(6) Município de Ibitirama (Lei Est. nr. 4.161, de 15/9/1988).

ICONHA – Palavra derivada do Tupi *y-côia*, que significa: “rios unidos”, “rio duplo”, ou “Serra ligada à outra” (CARVALHO, pág. 44). Também pode ser uma corruptela de *Iqué-o-ã*, contraído em *Iqu’-o-ã*, que significa “lados empinados”. De *ique*, “lado”, “costa”, o, recíproco, para exprimir as duas margens, *ã*, “empinar” (ALMEIDA, pág. 110). Há outras explicações (suposições): a) “a de que o padre José de Anchieta, que era espanhol, ao visitar o “Frade e a Freira” teria colocado o nome de *icono*, que em seu idioma pátrio significa: montanhas com aspecto humano, a toda a região entre Anchieta e Rio Novo do Sul. (b) a de que os índios davam o nome de *inconho* a

um morro ligado a outro. Visto que a cidade se localiza entre morros. (c) Outra suposição é a de que os índios que viviam entre Piúma e Iconha denominavam a região de *icoon*, porque a turfa (um tipo de vegetação que fica abaixo do solo), do Vale do Orobó, pegava fogo e fazia a água das várzeas esquentar (CAPRINI, pág. 27/28).

Alteração Administrativa/Toponímica:

- (1) Povoado de Iconha.
- (2) Freguesia Piúma, em Benevente, atual Anchieta (Lei Prov. nr. 14, de 4/5/1883).
- (3) Vila (Município) de Piúma (Dec. Est., de 2/1/1891).
- (4) Município de Iconha (Lei Est. 1.428, de 3/7/1924).

IRUPI – O topônimo derivado do tupi tem três significações bem distintas: (a) a primeira que a palavra Tupi *eirub-y* significa: “rio do enxame de abelhas” (CARVALHO, pág. 49). (b) e as outras duas significam: “amigo belo” e “águas branquinhas pequenas” (IBGE *on-line*. História e Fatos. Irupi).

Alteração Administrativa/Toponímica:

- (1) Arraial Fazenda da Cachoeirinha, em Vitória (c. 1867).
- (2) Povoado Cachoeirinha do Rio Pardo, em Rio Pardo, atual Iuna (c. 1880).
- (3) Distrito de Cachoeira, em Rio Pardo, atual Iúna (Ato Municipal, de 28/12/1903).
- (4) Distrito de Irupi, em Iúna (Dec.-Lei nr. 15.177, de 31/12/1943).
- (5) Município de Irupi (Lei 4.520, de 15/1/1991).

ITAGUAÇU – Palavra derivada do Tupi *ita-guaçu*, que significa: “penedo”, “rochedo”, “pedra grande”, “pedra furada que serve de âncora às embarcações” (CARVALHO, pág. 45).

Alteração Administrativa/Toponímica:

- (1) Povoado de Santa Joana, em Afonso Cláudio (c. 1860).

(2) Distrito de Boa Família, em Afonso Cláudio (Lei Municipal nr. 1, de 16/3/1891).

(3) Vila (Município) de Boa Família (Lei Est. 978, de 28/11/1914).

(4) Município de Itaguaçu (Lei Est. nr. 1.307, de 30/12/1921).

ITAPEMIRIM – Há duas versões para este topônimo. Ambas derivadas do Tupi. A primeira advém de *ita-pé-mirim*, que significa: “a laje pequena, a lajinha; ou, ainda, como preferem alguns, pequeno caminho de pedra. De *ita-pera*, a pedra rasteira, o penedo. De *ita*, pedra, pé, caminho, *mirim*, pequeno. Também definida como: pequena pedra achatada, através da junção dos termos *ita*, “pedra”, *peb*, “achatado”, e *mirim* “pequeno” (CARVALHO, pág. 24). A outra versão é que deriva de *I-tapera-mirim*. Rio das taperas pequenas, espécie de andorinhas (*hirundo tapera*, *Linneaus*) muito comuns nas suas margens, ou também tomando *tapera* por “casa velha”, “abandonada”. (ROCHA).

Alteração Administrativa/Toponímica:

(1) Arraial da Nossa Senhora do Patrocínio, em Guarapari (c. 1539).

(2) Freguesia de Nossa Senhora do Patrocínio, em Guarapari (Carta Régia, de 1771).

(3) Freguesia de Itapemirim (Alvará Régio, de 27/7/1813).

(4) Vila (Município) de Itapemirim (Alvará Régio, de 27/7/1815).

ITARANA– Toponímia derivada do Tupi *ita-rana*, que significa: “parecido com pedra”, “pedra falsa”. De *ita*, “o que é duro”, “a pedra”, “o penedo”, “a rocha”, “o seixo”, “o metal em geral”, “o ferro”. E *rana*, variação fonética de *rama*, produzindo o sentido de o que será pedra, ou o que ainda não é pedra (FERMINO, pág. 814).

Alteração Administrativa/Toponímica:

(1) Povoado de Figueira de Santa Joana, em Afonso Cláudio (c. 1888).

(2) Distrito de Figueira, em Afonso Cláudio (Lei Mun. nr. 1, de 16/3/1891).

(3) Distrito de Figueira, em Boa Família, atual Itaguaçu (Lei Est. nr. 978, de 28/11/1914).

(4) Distrito de Itarana, em Itaguaçu, ex-Boa Família (Dec. Lei Est nr. 15.177, de 31/12/1943).

(5) Município de Itarana (Lei Est. nr. 1.910, de 13/12/1963).

IÚNA – Palavra derivada do Tupi *i-una*, que significa: “água”, “rio preto”. Podendo designar também, “escuro” (CHIARADIA, pág. 346).

Alteração Administrativa/Toponímica:

(1) Povoado de São Pedro de Alcântara do Rio Prado (c. 1814).

(2) Aldeamento Imperial do Rio Pardo (c. 1825).

(3) Freguesia de São Pedro de Alcântara do Rio Pardo, em Cachoeiro de Itapemirim (Dec. Provincial nr. 10, de 14/7/1859).

(4) Vila de Rio Pardo de Rio Pardo (Dec. Estadual de 24/10/1890).

(5) Município de Iúna (Dec-Lei Estadual nr. 15.177, de 31/12/1943).

JAGUARÉ – Palavra derivada do Tupi *jaguaré*, que significa: “homem cruel”, “homem selvagem (entre os índios Tupinambás)” (CARVALHO, pág. 50). O primeiro nome dado ao lugarejo foi ‘Lagoa do Jaguaré’, ligado à existência de um capim que contornava a lagoa na época. Depois que a lagoa secou, o local passou a ser chamado somente de Jaguaré (IBGE *on-line*, Jaguaré).

Alteração Administrativa/Toponímica:

(1) Povoado da Lagoa do Jaguaré, em São Mateus (c. 1946).

(2) Distrito de Jaguaré, em São Mateus (Lei Estadual nr. 1.951, de 13/1/1964).

(3) Município de Jaguaré (Lei Est. nr. 3.445, de 13/12/1981).

JERÔNIMO MONTEIRO – Epônimo em homenagem ao político e 14^a governador do Espírito Santo [1908–1912], o advogado “JERÔNIMO de Souza MONTEIRO” [1870–1933].

Alteração Administrativa/Toponímica:

- (1) Povoado Cachoeira das Flores , em Alegre (c.1823).
- (2) Povoado Vala do Souza ou Sabino Pessoa, em Alegre (c. 1830).
- (3) Distrito Vala do Souza, em Alegre (Lei Est. nr. 715, de 5/12/1910).
- (4) Município Vala do Souza (Lei Est. nr. 777, de 29/12/1953).
- (5) Distrito de Jerônimo Monteiro (Acórdão Repres. 244 do STF de 4/10/1955).
- (6) Município de Jerônimo Monteiro (Lei Est. nr. 1.416, de 15/12/1958).

JOÃO NEIVA – Topônimo em homenagem ao político e Deputado Federal baiano, engenheiro “JOÃO Augusto NEIVA (1847-1909). “No início do século XX, o deputado muito lutou na Câmara Federal para a instalação da Estrada de Ferro Diamantina, que pertencia à Companhia Estrada de Ferro Vitória a Minas. Com a instalação da Estrada de Ferro surge a Estação Ferroviária. O terreno para a realização da obra foi doado pelo Sr. Negri Orestes. Pedro Nolasco, que foi o idealizador da construção da Estrada de Ferro Diamantina, para homenagear o Deputado Baiano, deu à Estação o nome de João Neiva. Foi em torno da Estação que surgiu o povoado de ‘João Neiva’” (IBGE *on-line*. História e Fatos. João Neiva).

Alteração Administrativa/Toponímica:

- (1) Povoado de João Neiva (c. 1877).
- (2) Distrito de João Neiva, em Pau Gigante, atual Ibiracu (Lei Est. nr. 1.305, de 30/12/1921).
- (3) Município de João Neiva (Lei Est. nr. 4.076, de 11/5/1988).

LARANJA DA TERRA – Em 1870, quando o município ainda era um pequeno povoado sob a jurisdição do Porto do Cachoeiro de Santa Leopoldina [atual Santa Leopoldina], ao fazerem a medição de terras e chegando perto de um córrego, depararam-se com um pé de laranja de uma variedade muito rústica. Convencionou-se que se tratava de um pé de laranja da terra. A partir daí o córrego recebeu este nome, mais tarde o povoado, o distrito e, por último, o município (Laranja da Terra, *on-line*, História).

Alteração Administrativa/Toponímica:

(1) Povoado de Laranja da Terra, Porto de Cachoeiro de Santa Leopoldina, atual Santa Leopoldina (c. 1870).

(2) Povoado de São João de Laranja da Terra, em Afonso Cláudio (c. 1890).

(2) Distrito de Laranja da Terra, em Afonso Cláudio (Lei Est. nr. 1.012, de 30/10/1915).

(3) Município de Laranja da Terra (Lei Est. nr. 4.068, de 6/5/1988).

LINHARES – Homenagem ao ministro de estado do governo imperial, o português “Rodrigo Domingos de Sousa Coutinho Teixeira de Andrade Barbosa” [1755-1812], primeiro “conde de LINHARES” [título moderno]. “Que mandou fundar à margem do rio Doce, na distância de 8 léguas [38,62 km] da foz, a povoação, hoje cidade, a que se deu o seu nome”.

Alteração Administrativa/Toponímica:

(1) Povoado de Coutins (c. 1800).

(2) Povoado de Linhares (c. 1809).

(3) Freguesia de Linhares (Dec. Prov. de 26/8/1818).

(4) Vila de Linhares (Res. Conselho do Governo de 2/4/1833).

(5) Distrito de Linhares, em Colatina (Lei Est. nr. 1.317, de 30/12/1921).

(6) Município de Linhares (Dec-Lei Est. nr. 15.177, de 31/12/1943).

MANTENÓPOLIS – O topônimo Mantenópolis vem de: *Mantena* = terra boa, e *Polis* = cidade “cidade de terra boa”.

Alteração Administrativa/Toponímica:

- (1) Povoado de Mantenópolis (c. 1928).
- (2) Distrito de Mantenópolis, em Ametista (Lei Est. nr. 166, de 24/12/1948).
- (3) Sede do município de Ametista (c. 1953).
- (4) Município de Mantenópolis (Lei Est. 776, de 29/12/1953).

MARATAÍZES – Há três versões para o topônimo Marataízes.

(a) O primeiro tem sua origem na palavra derivada do Tupi *mara-tahy*, que significa: “canais do mar”. De *Mará*, *mbra*, *bará*, “mar” e *tahy*, “canal”, “braço de rio”. Para o escoamento para o mar das águas da chuva, o terreno fora sulcado de distância em distância em forma de canais (CARVALHO, pág. 52). (b) A segunda versão “decorre de diversas lendas indígenas, como a da índia Ísis que ao morrer provocou uma euforia e tristeza na tribo, fazendo com que os demais índios gritassem a frase “Mataram Ísis” e, ainda, a da índia Taís, que recebera como presente de seu pai, chefe da tribo, a praia que habitava, daí, “Mar Taís”. (c) A outra versão é de que o nome se origina de uma função da linguagem e da religião utilizada pelos negros que lá habitavam e tinham como dialeto a língua “marata”, das tribos africanas “bantos”, e que veneravam a deusa Ísis, protetora das famílias (IBGE *on-line*. História e Fatos. Marataízes).

Alteração Administrativa/Toponímica:

- (1) Povoado de Marataízes (c. 1539).
- (2) Freguesia de Nossa Senhora do Patrocínio, em Itapemirim (c. 1771).
- (3) Distrito de Marataízes, em Itapemirim.
- (4) Município de Marataízes (Lei Est. nr. 4.619, de 16/1/1992).

MARECHAL FLORIANO – Homenagem do ex-governador [1892–1895 e 1900–1904] do Estado do Espírito Santo, “José de Melo Carvalho MUNIZ FREIRE” [1861–1918], ao 1º Vice-Presidente da República [1891], “MARECHAL FLORIANO Vieira Peixoto” [1835–1895].

Alteração Administrativa/Toponímica:

- (1) Colônia de Santa Izabel (c. 1847).
- (2) Distrito de Marechal Floriano, em Domingos Martins (Lei Est. nr. 1.956, de 13/1/1964).
- (3) Município de Marechal Floriano (Lei Est. nr. 4.571, de 30/10/1991).

MARILÂNDIA – Nome dado pelos padres Salesianos quando em visita ao povoado de Liberdade, e que significa “Terra de Maria”. (IBGE on-line. História e Fatos. Marilândia).

Alteração Administrativa/Toponímica:

- (1) Povoado de Liberdade, em Colatina (c. 1860).
- (2) Povoado de Marilândia, em Colatina (c. 1875).
- (3) Distrito de Marilândia, em Colatina (Lei Est. nr. 779, de 29/12/1953).
- (4) Município de Marilândia (Lei Est. nr. 3.345, de 14/5/1980).

MIMOSO DO SUL – Há várias definições para o topônimo Mimoso do Sul: (a) acredita-se que decorra da extensão de todo o vale onde está localizada a cidade. Um vale gracioso! Belo Mimoso! (b) referente à sua localização geográfica (Hemisfério Sul). Uma constelação localizada em um dos braços da cruz é intitulada “Mimosa”. Quem sabe algum pioneiro sabendo dessa informação pode ter dedicado a este vale uma homenagem à estrela? (c) Árvore da espécie Jacarandá Mimoso (*Jacaranda mimosifolia*), originário da Argentina, Bolívia e Peru em partes do sul do Brasil, e de alguma forma espalhado na região (MOFATTI, Mimoso *on-line*).

Alteração Administrativa/Toponímica:

- (1) Povoado de São Pedro, em Cachoeiro de Itapemirim (c. 1852).
- (2) Povoado de Mimoso, em Cachoeiro de Itapemirim (c. 1858).
- (3) Distrito de São Pedro de Itabapoana, em Cach. Itapemirim (Dec. Prov nr 4, de 26/11/1863).
- (4) Vila (Município) de São Pedro de Itabapoana (Lei Prov. 1, de 29/7/1887).
- (5) Cidade de Monjardim (Dec. Est. 103, de 5/6/1890).
- (6) Vila (Município) de São Pedro de Itabapoana (Dec. Est. de 1/3/1892).
- (7) Município de João Pessoa (Dec. Est. 113, de 26/11/1930).
- (8) Município de Mimoso do Sul (Dec-Lei Est. nr. 15.177, de 31/12/1943).

MONTANHA – O topônimo homenageia o córrego que nasce entre as montanhas de granito, que circundam a cidade.

Alteração Administrativa/Toponímica:

- (1) Povoado Comercinho da Palha, em Mucurici (c. 1949).
- (2) Povoado Governador Jones dos Santos Neves, em Mucurici (c. 1950).
- (3) Povoado de Montanha, em Mucurici (c. 1952).
- (4) Distrito de Montanha, em Mucurici (Lei Est. nr. 767, de 11/12/1953).
- (5) Município de Montanha (Lei Est. nr. 1.913, de 28/12/1963).

MUCURICI – Palavra derivada do Tupi *mucuri-sy*, que significa: “sementes de mucuri”; ou seria: *mucuri-yssy*, “fileiras”, “renque de mucuri”. Também é o nome de uma planta da família das gutíferas. Mucury, de *mocur-y*, “rio das mucuras” ou “gambás” (CARVALHO, pág. 54).

Alteração Administrativa/Toponímica:

- (1) Comercinho, em Conceição da Barra (c. 1905).

- (2) Povoado de Mucurici, em Conceição da Barra (c. 1940).
- (3) Município de Mucurici (Lei Est. nr. 779, de 29/12/1953).

MUNIZ FREIRE – Homenagem ao político e, por duas vezes, governador do Espírito Santo [1892–1896 e 1900–1904], o advogado José de Carvalho Mello MUNIZ FREIRE, [1861–1918], “pelo seu desempenho, junto aos colonos europeus, principalmente italianos, criando mecanismos que favorecessem a migração para o Espírito Santo” (BAZZARELLA, pág. 13).

Alteração Administrativa/Toponímica:

- (1) Arraial ou Patrimônio do Divino Espírito Santo (c. 1846).
- (2) Vila do Espírito Santo do Rio Pardo (Dec. Est. nr. 57, de 30/11/1890).
- (3) Município de Muniz Freire (Lei Est. nr. 213 de 30/11/1896).

MUQUI – Palavra derivada do Tupi *mbiqui*, que significa: “a ponta de lança”, significa também “o uropígio”, “o assento ou traseiro”. Podendo também derivar de *Mycui*, “espécie de pequeno carrapato” (CARVALHO, pág. 56). Outra possibilidade é que derive da junção de *mocoõ*, “fazer”, “arder”, “queimar” e *i* diminutivo *coõ*, “pungir”, “irritar a pele”. Ou da junção de *mu=mo*, “fazer” e *co*, “faz latejar” (CHIARADIA, pág. 462).

Alteração Administrativa/Toponímica:

- (1) Povoado de ribeirão Sumidouro, em Cachoeiro de Itapemirim (c. 1852).
- (2) Arraial dos Lagartos, em Cachoeiro de Itapemirim (c. 1853).
- (3) Povoado de Muquy, em Cachoeiro de Itapemirim (c. 1902).
- (4) Povoado de São João do Muqui, em Cachoeiro de Itapemirim (c. 1906).
- (5) Distrito de São João do Muqui, em Cachoeiro de Itapemirim (c. 1911).
- (6) Vila de São João do Muqui (Lei Estadual nr. 826, de 22/10/1912).

(7) Cidade de São João do Muqui (Lei Estadual nr. 385, de 5/7/1923).

(8) Município de Muqui (Dec-Lei Est. nr. 15.177, de 31/12/1943).

NOVA VENÉCIA – O topônimo tem origem na grande quantidade de imigrantes procedentes de Veneza, cidade no nordeste da Itália. A palavra *Venezia* derivada do dialeto veneto, que em italiano se escreve *Veneza*. A qual tem por significado “onde se venera vênus [a deusa]”.

Alteração Administrativa/Toponímica:

(1) Núcleo Serra dos Aimorés, em São Mateus (c. 1870).

(2) Núcleo de Nova Venécia, em São Mateus (c. 1888).

(3) Distrito de Serra dos Aimorés, em São Mateus (Lei Municipal de 13/8/1896).

(4) Município de Nova Venécia (Lei Est. nr. 767, de 11/12/1953).

PANCAS – Há três versões para o topônimo. (a) Palavra deriva do Tupi *pana-caá*, que significa: “planta da borboleta”. (b) Pedaco de madeira utilizado como alavanca (CHIARADIA, pág. 493). (c) “terra onde a raiz não penetra” (no local há grande concentração de granito). (d) a origem estaria em *palanca*, alavanca para rolar troncos de árvores. (e) Outra possibilidade é que *panca* era uma gíria portuguesa, que significava dificuldade.

Alteração Administrativa/Toponímica:

(1) Povoado de Pancas (c. 1918).

(2) Distrito de Nossa Senhora da Penha, em Colatina (Lei Est. nr. 1.486, de 5/9/1924).

(3) Distrito de Santa Luzia, em Colatina (Lei Est. nr. 9.222, de 31/3/1938).

(4) Município de Pancas (Dec-Lei Est. nr. 15.177, de 31/12/1943).

PEDRO CANÁRIO – O topônimo tem origem na pensão e no pequeno comércio de secos e molhados do senhor “PEDRO CA-

NÁRIO Ribeiro”, aberto em 1949. O local transformou-se em referencial dos caminhoneiros que se dirigiam a Nanuque ficando conhecido como parada Pedro Canário, de onde originou-se o nome do município (IBGE, *on-line*, Pedro Canário).

Alteração Administrativa/Toponímica:

- (1) Povoado de Morro Dantas, em Conceição da Barra (c. 1930).
- (2) Povoado de Morro da Escola, em Conceição da Barra (c. 1932).
- (3) Povoado Parada Pedro Canário, em Conceição da Barra (c. 1943).
- (4) Distrito de Taquaras, em Conceição da Barra (Lei Est. nr. 265, de 22/10/1949).
- (5) Distrito de Pedro Canário, em Conceição da Barra (Lei Est. nr. 3.383, de 27/11/1980).
- (6) Município de Pedro Canário (Lei Est. nr. 3.623, de 23/12/1983).

PINHEIROS – O nome do município é uma homenagem ao primeiro comerciante da região, “José PINHEIRO Gama” [1896-1964]. Não obstante a lei tenha registrado o topônimo Pinheiros.

Alteração Administrativa/Toponímica:

- (1) Povoado do Pinheiro, em Conceição da Barra (c. 1950).
- (2) Povoado do Comercinho do Pinheiro (c. 1952).
- (2) Povoado da Barrinha, em Conceição da Barra (c. 1954).
- (3) Distrito da Barrinha, em Conceição da Barra (Lei Munic. de 30/12/1955).
- (3) Município de Pinheiros (Lei Est. nr. 1917, de 30/12/1963).

PIÚMA – Palavra derivada do Tupi *py-uma*, que significa: “a epiderme” ou “a casca anegrada”, “escura”. Planta da família das mirtáceas cujo fruto é preto e redondo. Também pode derivar *ipiuma*, que significa “água preta”, “água escura” que “é a coloração da água de seu rio” (CARVALHO, pág. 59).

Alteração Administrativa/Toponímica:

- (1) Povoado de Piúma, em Benevente, atual Anchieta (c. 1850).
- (2) Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Piúma, em Benevente, atual Anchieta (Lei Prov. nr. 14, de 4/5/1883).
- (3) Vila (Município) de Piúma (Dec. Est. de 2/1/1891).
- (4) Distrito de Piúma, em Iconha (Dec. Est. nr. 81, de 18/11/1904).
- (5) Município de Piúma (Lei Est. nr. 1.908, de 24/12/1963).

PONTO BELO – O nome dado foi originário de um pequeno estabelecimento por onde passavam pessoas para fazer suas primeiras refeições; este estabelecimento recebeu o nome de Ponto Belo, em virtude da localização e da paisagem oferecidas a seus transeuntes (IBGE *on-line*. História e Fatos. Ponto Belo).

Alteração Administrativa/Toponímica:

- (1) Distrito de Ponto Belo, em Mucurici (Lei Muncip. 1 de 1989).
- (2) Município de Ponto Belo (Lei Est. nr. 4.594, de 30/3/1994).

PRESIDENTE KENNEDY – O município se chamaria Batalha, mas com o assassinato do 35^a presidente norte-americano (no dia 22/11/1963, em Dallas, Texas) ‘John Fitzgerald KENEEDY’ [1917-1963], fato que abalou o mundo, o deputado estadual Adalberto Simão Nader tomou a iniciativa de sugerir que se homenageasse o político que criou a ‘Aliança para o Progresso’, programa de ajuda aos países do 3º Mundo (IBGE *on-line*. História e Fatos. Presidente Kennedy).

Alteração Administrativa/Toponímica:

- (1) Barra do Itabapoana, em Itapemirim (c. 1581).
- (2) Distrito de Barra de Itabapoana, em Itapemirim (Lei Prov. 3, de 7/7/1853).
- (3) Distrito de Batalha, em Itapemirim (Lei Est. nr. 265, de 22/10/1949).

(4) Município de Presidente Kennedy (Lei Est. nr. 1.918, de 30/12/1963).

RIO BANANAL – Nome dado pelos primeiros moradores da região ao rio, que eles seguiram desde Marilândia, pela existência de alguns pés de banana à sua margem.

Alteração Administrativa/Toponímica:

(1) Núcleo de Santo Antônio do Bananal (c. 1929).

(2) Distrito de Rio Bananal, em Linhares (Lei Est. nr. 265, de 22/10/1949).

(3) Município de Rio Bananal (Lei Est. nr. 3.293, de 14/9/1979).

RIO NOVO DO SUL – O rio que serve de limite municipal, ao sul e a sudeste, deu origem ao topônimo, Rio Novo do Sul. Ademais, o município está na parte sul do Estado.

(1) Colônia Imperial do Rio Novo, em Itapemirim (c. 1855).

(2) Freguesia de Santo Antônio do Rio Novo, em Itapemirim (Lei Prov. 5, de 14/4/1883).

(3) Vila (Município) de Rio Novo (Decreto Est. nr. 30, de 23/11/1893).

(4) Município de Itapoama (Decreto-Lei Est. nr. 15.177, de 31/12/1943).

(5) Município de Rio Novo do Sul (Lei Est. nr. 779, de 29/12/1953).

SANTA LEOPOLDINA – O topônimo é uma homenagem à filha do imperador Dom Pedro II [1825–1891], a princesa “LEOPOLDINA Teresa Francisca Carolina Micaela Gabriela Rafaela Gonzaga de Bragança” [1847–1871], que renunciou aos seus títulos ao casar-se [1864] com o príncipe Luís Augusto de Saxe-Coburgo-Gota, assumindo então os títulos de princesa de Saxe-Coburgo-Gota e duquesa de Saxe [1845–1907]. Nas homenagens que se

faziam a família real era costume acrescentar a palavra santa ou santo/são. Assim pode-se observar em Santa Teresa (município), Santa Isabel (distrito de Domingos Martins) e São Pedro de Alcântara (antiga estrada do Rubim).

Alteração Administrativa/Toponímica:

- (1) Colônia de Santa Maria, em Vitória (c. 1831).
- (2) Colônia de Santa Leopoldina (c. 1857).
- (3) Colônia de Porto de Cachoeiro de Santa Leopoldina, em Vitória (c. 1860).
- (4) Distrito de Cachoeiro de Santa Leopoldina, em Vitória (Lei Provincial 21, de 4/4/1884).
- (5) Cidade de Porto Cachoeiro (Dec. Est. nr. 19, de 12/4/1890).
- (6) Município de Cachoeiro de Santa Leopoldina (Recenseamento Geral de 1920).
- (7) Município de Santa Leopoldina (Dec-Lei Est. nr. 15.177, de 31/12/1943).

SANTA MARIA DE JETIBÁ – O topônimo é formado pelo nome do rio Santa Maria [que advém da Virgem Maria] e que tem sua nascente no município, e pela palavra derivada do Tupi *yikí-t-ybá*, que significa: “o fruto do jiqui, isto é, fruto com a forma de covo (côncavo, fundo). O fruto de jequitibá é pequeno e afunilado à semelhança de um jiqui”. Árvore com troncos grandes, tanto em comprimento como em diâmetro, da família das lecitidáceas. As duas espécies mais conhecidas são: (a) *Cariniana legalis*, o jequitibá-rosa e (b) *Cariniana estrellensis*, o jequitibá-branco ou somente jequitibá (CARVALHO, pág. 61).

Alteração Administrativa/Toponímica:

- (1) Distrito de Jequitibá, em Porto de Cachoeiro de Santa Leopoldina, atual Santa Leopoldina (c. 1911).
- (2) Distrito de Jetibá, em Santa Leopoldina (Dec-Lei Est. nr. 15.177, de 31/12/1943).

(3) Município de Santa Maria de Jetibá (Lei Est. nr. 4.067, de 6/5/1986).

SANTA TERESA – O topônimo tem origem no nome da estrada construída em 1846, que homenageava a princesa do reino das Duas Sicílias, esposa de imperador Dom Pedro II [1825–1891], a imperatriz “Teresa Cristina Maria” [1822–1889]. Também tem procedência na religiosidade, só que bem mais tarde, conforme relata a tradição, que uma devota, no início da colonização [1875], possuía um quadro de Santa Teresa de Ávila, em torno do qual os moradores se reuniam para rezar à hora do *Angelus*. (SAMPAIO, in GASPARINI, pág. 73).

Alteração Administrativa/Toponímica:

(1) Núcleo Antônio Prado (c. 1874).

(2) Povoado de Santa Teresa do Timbuhy (c. 1875).

(3) Freguesia de Santa Thereza do Timbuhy, em Porto do Cachoeiro, atual Santa Leopoldina (Lei Prov. nr 24, de 17/9/1888).

(4) Vila (Município) de Santa Teresa (Dec. Est. nr. 57, de 25/11/1890).

(5) Cidade de Santa Teresa (Dec. Est. nr. 3.468, de 17/3/1933).

SÃO DOMINGOS DO NORTE – O dia da chegada de Bertolo e Francisco em São Domingos foi 23 de junho de 1926, uma quarta-feira e não um domingo [conforme a tradição]. Puseram o nome no córrego São Domingos. Mais tarde se verificaria que já tinha o nome de São Gonçalo. Francisco Malacarne botou como padroeiro da primeira igreja o mesmo São Domingos. O povoado surgiu com este nome: São Domingos (MALACARNE).

Alteração Administrativa/Toponímica:

(1) Povoado de São Domingos, em Colatina (c. 1915).

(2) Distrito de São Domingos, em Colatina (Lei Est. nr. 265, de 22/10/1949).

(3) Município de São Domingos (Lei Est. nr. 777, de 29/12/1953).

(4) Distrito de São Domingos, em Colatina (Acórdão Repres. 244 do STF de 4/10/1955).

(5) Município de São Domingos do Norte (Lei Est. nr. 4.347, de 30/3/1990).

SÃO GABRIEL DA PALHA – De acordo com a tradição, o topônimo decorre do nome do padroeiro da localidade e da grande quantidade de casas de folhas de palmeira que foram construídas quando do início da cidade.

Alteração Administrativa/Toponímica:

(1) Povoado de São Gabriel da Palha, no distrito de Alto Rio Novo, em Colatina (c. 1920).

(2) Distrito de São Gabriel, em Colatina (Lei Est. nr. 265, de 22/10/1949).

(3) Município de São Gabriel (Lei Est. nr. 777, de 29/12/1953).

(4) Distrito de São Gabriel, em Colatina (Acórdão Repres. 244 do STF de 4/10/1955).

(5) Município de São Gabriel da Palha (Lei Est. nr. 1.837, de 21/2/1963).

SÃO JOSÉ DO CALÇADO – O topônimo, de acordo com a tradição resultou de a população local ter adquirido [em 1855] na Corte [do Rio de Janeiro] pequena imagem de São José, na qual vieram, justaposta, duas sandálias.

Alteração Administrativa/Toponímica:

(1) Povoado de São José do Calçado, em Mimoso do Sul (c. 1855).

(2) Distrito de São José do Calçado, em Mimoso do Sul (Lei Prov. 11, de 16/11/1871).

(3) Vila de São José do Calçado (Decreto Estadual 53, de 11/11/1890).

(4) Município de Marcondópolis (Lei Est. 980, de 14/12/1915).

(5) Cidade de São José do Calçado (Lei Est. nr. 1.384, de 5/7/1923).

SÃO MATEUS – Em 1596, a povoação do rio Cricaré recebeu a visita do padre José de Anchieta. Seria o dia consagrado a São Mateus.

Alteração Administrativa/Toponímica:

(1) Povoação do Cricaré (c. 1544).

(2) Freguesia de São Mateus (Carta Régia em 23/5/1751).

(3) Vila de São Mateus (Carta Régia em 27/9/1764).

(4) Município de São Mateus (Res. Prov. 1, de 3/4/1848).

SÃO ROQUE DO CANAÃ – Conforme a tradição, e devido a aspectos de cultura dos imigrantes italianos, celebraram o nome do povoado de São Roque, santo protetor das doenças. O nome São Roque do Canaã foi adotado, em homenagem ao Vale do Canaã e, para diferenciar-se de outras cidades que possuem o nome de São Roque (IBGE on line. História e Fatos. São Roque do Canaã).

Alteração Administrativa/Toponímica:

(1) Povoado de São Roque, em Santa Teresa (c. 1837).

(2) Distrito de São Roque, em Santa Teresa (Lei Est. nr. 137, de 2/9/1982).

(3) Município de São Roque do Canaã (Lei Est. nr. 5.147, de 18/12/1995).

SERRA – Em 8 de dezembro de 1556, dia de Nossa Senhora da Conceição da Serra, foi fundada uma capela com o nome da santa, no vilarejo que deu origem à cidade. Outra razão é que esse vilarejo ficava numa serra, onde é hoje Serra-Sede.

Alteração Administrativa/Toponímica:

(1) Aldeia de Nossa Senhora da Conceição da Serra (c. 1556).

(2) Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Serra, em Vitória (Carta Régia de 24/5/1752).

(3) Vila da Serra (Resolução do Conselho do Governo de 2/4/1833).

(4) Município da Serra (Lei Provincial 6 de 6/11/1875).

SOORETAMA – Palavra de origem Tupi *soó-retama*, que significa “a região”, “a pátria dos animais” (CHIARADIA, pág. 593), “o refúgio dos animais silvestres”. O nome do município de Sooretama foi retirado da Reserva Biológica de Sooretama, que abrange 75% do território sooretamense.

Alteração Administrativa/Toponímica:

(1) Povoado de Córrego Manoel Alves, em Linhares (c. 1940).

(2) Povoado de Córrego d’Água (c. 1950).

(3) Distrito de Córrego d’Água, em Linhares (Lei Est. nr. 3.585, de 10/11/1983).

(4) Município de Sooretama (Lei Est. nr. 4.893, de 30/3/1994).

VARGEM ALTA – O topônimo decorre de a região ser um planalto de grande fertilidade, sem ser alagadiço, e que margeia rios e ribeirões.

Alteração Administrativa/Toponímica:

(1) Distrito de Vargem Alta, em Cachoeiro de Itapemirim (Divisão Administrativa de 1933).

(2) Município de Vargem Alta (Lei Est. nr. 4.063, de 10/5/1988).

VENDA NOVA DO IMIGRANTE – De acordo com a tradição, antes da chegada dos imigrantes, havia um antigo casarão que funcionava como armazém. Apesar de velha, era chamado de “venda nova” pois existia uma outra mais antiga em uma comunidade vizinha.

Alteração Administrativa/Toponímica:

(1) Povoado de Venda Nova, em Conceição do Castelo (c. 1892).

(2) Distrito de Venda Nova, em Conceição de Castelo (Lei Est. nr. 1.909, de 6/12/1963).

(3) Município de Venda Nova do Imigrante (Lei Est. nr. 4.069, de 6/5/1988).

VIANA – O povoamento da região foi organizado a pedido do Governador [1812–1816] Francisco Alberto Rubim da Fonseca e Sá Pereira [1768–1842], por “Paulo Fernandes VIANA” [1758–1824], intendente-geral de Polícia da Corte e do Estado do Brasil, com funções equivalentes ao que seria hoje a soma de um prefeito com um secretário de Segurança Pública.

Alteração Administrativa/Toponímica:

(1) Freguesia de Viana, em Vitória (Alvará de 1795).

(2) Vila (Município) de Viana (Dec. Prov. nr. 10, de 23/7/1862).

(3) Município de Jabaeté (Dec-Lei Est. nr. 15.177, de 31/12/1943).

(4) Município de Viana (Lei Est. nr. 779, de 29/12/1953).

VILA PAVÃO – O nome “Vila Pavão” foi colocado por tropeiros que pernoitavam na única casa do “pavão” existente na encruzilhada onde hoje fica o centro da cidade, que tinha em sua varanda o desenho dessa ave (IBGE *on-line*. História e Fatos. Vila Pavão).

Alteração Administrativa/Toponímica:

(1) Povoado de Córrego Grande, em São Mateus (c. 1940).

(2) Distrito de Córrego Grande, em São Mateus (Lei Est. nr. 265, de 22/10/1949).

(3) Distrito de Córrego Grande, em Nova Venécia (Lei Est. nr. 767, de 11/12/1953).

(4) Município de Vila Pavão (Lei Est. nr. 4517, de 16/1/1991).

VILA VALÉRIO – O município surgiu de um loteamento em 1943, feito por uma companhia polonesa [*Towarystwo Kolonizacjsne=TK*]. Vila Valério recebeu esse nome em homenagem ao médico polonês ‘Dr. WALERJAN Koszarowski’, que muito se empenhou em combater a malária (epidemia da época). Como o nome do médico era complicado, o povo da comunidade o chamava de Valério, e assim ficou.

Alteração Administrativa/Toponímica:

- (1) Povoado de Valério, em São Gabriel da Palha (c. 1943).
- (2) Distrito de Valério, em São Gabriel da Palha (Lei Est. nr. 1.919, de 31/12/1963).
- (3) Município de Vila Valério (Lei Est. nr. 4.892, de 28/3/1994).

VILA VELHA – O primeiro nome era Vila do Espírito Santo. Em 1551, a sede da capitania, que era lá, foi transferida para a ilha de Duarte Lemos (Vitória), que passou a se chamar Vila Nova. Daí, a outra ficou conhecida como Vila Velha.

Alteração Administrativa/Toponímica:

- (1) Vila do Espírito Santo (c. 1535).
- (2) Vila Velha (c. 1551).
- (3) Freguesia de Nossa Senhora do Rosário (c. 1750).
- (4) Vila (Município) de Vila Velha (Lei Est. nr. 212, de 30/11/1896).
- (5) Distrito de Vila Velha, em Vitória (Dec. Est. nr. 1.102, de 27/4/1931).
- (6) Município de Espírito Santo (Dec. Est. 5.041, de 11/7/1934).
- (7) Distrito de Espírito Santo de Vitória, em Vitória (Dec-Lei Est. nr. 15.177, de 31/12/1943).
- (8) Município de Vila Velha (Constituição Estadual de 26/7/1947).

VITÓRIA – Os constantes ataques indígenas chegaram ao fim em 8 de setembro de 1551 e a vitória foi atribuída a Nossa Senhora. Daí, Nossa Senhora da Vitória e, depois, simplesmente, Vitória.

Alteração Administrativa/Toponímica:

- (1) Ilha de Santo Antônio (c. 1535).
- (2) Ilha de Duarte Lemos (c. 1540).
- (3) Vila (Município) de Nova de Nossa Senhora da Vitória (c. 1551).
- (4) Cidade de Vitória (Dec. Imperial, de 24/2/1823).

Municípios que deixaram de existir no Espírito Santo no século XX

AMETISTA – O topônimo decorre de, na localidade, ter sido encontrado pedras com esta denominação, que é uma variedade violeta ou púrpura do quartzo, muito usada como ornamento.

Alteração Administrativa/Toponímica:

- (1) Povoado (aglomerado rural) de Vargem Grande, em Barra de São Francisco.
- (2) Distrito de Ametista, em Barra de São Francisco (Dec-Lei Est. nr. 15.177, de 31/12/1943).
- (3) Município de Ametista (Lei Est. nr. 166, de 24/12/1948).
- (4) Distrito de Ametista, em Mantenópolis (Lei Estadual nr. 776, de 29/12/1953).
- (4) **Território transferido para o Estado de Minas Gerais** (Dec. Est. nr. 264, de 15/9/1963).

LIMEIRA

- (1) Distrito de Limeira, em Mantenópolis (conforme divisão territorial de 1/7/1955).

(2) **Território transferido para o Estado de Minas Gerais** (Dec. Est. nr. 264, de 15/9/1963).

GABRIEL EMÍLIO – Epônimo em homenagem ao chefe da Comissão de Colonização, engenheiro “GABRIEL EMÍLIO da Costa” [1848–1904]. Que em 1877, quando era chefe do 5º território da Colônia do Rio Novo, foi nomeado chefe das medições de terrenos devolutos e outros nos distritos das vilas do Cachoeiro, Itapemirim, Benevente, Guarapari e Viana (DAEMON).

Alteração Administrativa/Toponímica:

(1) Povoado de Gabriel Emílio, no distrito Sede, em Barra de São Francisco (c. 1910).

(2) Distrito Gabriel Emílio, em Barra de São Francisco (Dec.-Lei Est. 15.177, de 31/12/1943).

(3) **Território transferido para o Estado de Minas Gerais** (Dec. Est. nr. 264, de 15/9/1963).

(4) Atual Município de Mantena-MG.

JOEIRANA – Palavra derivada do Tupi *juá-rana*, que significa: “o juá falso” ou “semelhante ao juá” (CHIARADIA, pág. 354)

Alteração Administrativa/Toponímica:

(1) Povoado de Santa Cruz, em Conceição da Barra.

(2) Distrito de Joeirana, em Barra de São Francisco (Dec.-Lei Est. nr. 15.177, de 31/12/1943).

(3) Município de Joeirana (Lei Estadual nr. 167, de 24/12/1948).

(4) **Território transferido para o Estado de Minas Gerais** (Dec. Est. 7.166, de 15/9/1963).

(5) Atual Município de Ataléia-MG.

MARECHAL HERMES – Epônimo em homenagem ao 8º presidente do Brasil [1910–1914], “HERMES Rodrigues da Fonseca”

[1855–1923], marechal do exército brasileiro e sobrinho do 1º presidente do Brasil [1889–1891], “Manuel DEODORO DA FONSECA” [1827–1892].

Alteração Administrativa/Toponímica:

(1) Povoado de São Manuel do Mutum, em Rio Pardo, atual Muqui (c. 1890).

(2) Município de Marechal Hermes, com sede na povoação de São Manuel do Mutum (Lei Est. nr. 824, de 10/4/1912).

(3) **Território transferido para o Estado de Minas Gerais** (Dec. Est. 4.304, de 19/1/1915).

(4) Atual município de Mutum-MG.

PONTE DE ITABAPOANA – O topônimo decorre de a localidade ter se formado próximo a uma importante ponte sobre o rio Itabapoana.

Alteração Administrativa/Toponímica:

(1) Povoado Ponte de Itabapoana, em São Pedro de Itabapoana, atual Mimoso do Sul (c.1870).

(2) Distrito Ponte de Itabapoana, em São Pedro de Itabapoana, atual Mimoso do Sul (c. 1890).

(3) Vila (Município) de Ponte de Itabapoana (Dec. Prov. nr. 64 de 1/8/1896).

(4) Distrito de Ponde de Itabapoana, em Mimoso do Sul (Lei Est. nr. 1.726, de 3/1/1930).

RIACHO – Topônimo em homenagem ao rio de idêntico nome.

Alteração Administrativa/Toponímica:

(1) Aldeia do Campo (c. 1557).

(2) Campo do Riacho (c. 1750).

(3) Freguesia de São Benedito do Riacho, em Santa Cruz, atual Aracruz (Lei Est. nr. 25, de 9/12/1864).

(4) Município de Riacho (Dec. Est. nr. 57, de 25/11/1890).

(5) Distrito de Riacho, em Aracruz (Dec. Est. nr. 1.209, de 16/5/1931).

Referências

ASSIS, Eugênio Francisco. *Dicionário Geográfico e Histórico do Estado do Espírito Santo*. 1941. Vitória. 310pp.

BAZZARELLA, Carlos Brahim. *A História de Muniz Freire*.

BRASIL. IBGE. *On-line* (vários municípios). Disponível em www.ibge.gov.br.

BRAVO, Carlos Magno Rodrigues. *Nossas Raízes – O Alegre até o ano de 1920: Fatos e Biografias*. E. do Autor. Alegre. 1998. 216pp.

CAPRINI, Aldieris Braz Amorim, *et ali*. *Nosso Município: Iconha*. Instituto Histórico e Geográfico de Iconha-ES. Iconha-ES. 2004. 88pp.

CARVALHO, Francisco de Assis. “A Memória da Estrada Real e os escritos dos viajantes naturalistas dos séculos XVIII e XIX”, in I Simpósio de Cartografia Histórica. Disponível: www.ufmg.br/rededemuseus/crhc/simposio/CARVALHO_FRANCISCO_DE_ASSIS.pdf.

CARVALHO, J. W. Emery de. *Topônimos e Epônimos capixabas*. Cadernos de História nr 28. Editora Instituto Histórico. Vitória-ES .1999. 77pp.

CHIARADIA, Clóvis. *Dicionário de palavras brasileiras de origem indígena*. 1ª ed. Editora Limiar. São Paulo. 2009.

DUARTE, Samuel Machado. *O Incalistrado - Topônimos Capixabas de Origem Tupi*. 2008.

GASPARINI, Sandra. *Santa Teresa do Espírito Santo. História e Memória*. 3ª Ed. rev. aum. Grafitusa. Vitória-Es. 2015. 484pp.

MALACARNE, Altair. *São Domingos Do Norte, Rumo ao rio São José*. <https://sites.google.com/site/saodomingosdonorte/000---titulo>

PESSALI, Hésio. *Alfredo Chaves – Uma visão histórica e política*. 2ª Ed. Câmara Municipal. Alfredo Chaves – ES. 2015. 230 pp.

ROCHA, Levy. *De Vasco Coutinho aos Contemporâneos*. Vitória. 1977.

RUBIM, Braz da Costa. *Dicionário topográfico da província do Espírito Santo*. 1862.

TEIXEIRA, Pedro. *APIACÁ – A história de um povo e sua terra capixaba*. 1ª Ed. Gráfica e Editora Bom Jesus. Apiacá-ES. 2001.

VALLE, Eurípedes Queiroz do. *O Estado do Espírito Santo e os Espírito-Santenses*. 3ª Ed. 1971. Vitória-ES. 350pp.

ITAPEMIRIM E A LISTA NOMINAL DE 1833: UMA ABORDAGEM SÓCIO-ECONÔMICA

*Laryssa da Silva Machado**

*Lucas da Silva Machado***

Resumo: A Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim em 1833 é um importante documento que abrange dados demográficos de uma vila fundada em 1815 que ganhou relevante destaque econômico ao longo do século XIX no Espírito Santo graças as lavouras de cana de açúcar instaladas na região do Vale do Rio Itapemirim desde o princípio de sua colonização no século XVIII. A Lista apresenta os seguintes aspectos da população: cor, estado civil, idade, profissão, nacionalidade e no campo de observações traz os bens que cada família possuía. Ao todo são 2.937 habitantes divididos em 303 fogos. A Lista Nominal revela a grande quantidade de cativos que havia na região, a presença de grandes fazendas, engenhos e fábricas de açúcar e aguardente, além de grande desigualdade social, uma vez que a maioria da população vivia em casas de palha e as lavouras eram em terras foreiras. Enfim, este artigo pretende apresentar alguns aspectos socioeconômicos presentes na Lista e revelar a importância de Itapemirim no período estudado.

Palavras-Chaves: História de Itapemirim, História do Espírito Santo, aspectos socioeconômicos de Itapemirim.

Introdução

Logo no início da colonização capixaba, no século XVI, se tem notícias acerca da região do Itapemirim, uma vez que, no ano de 1539, estabeleceu-se Pedro da Silveira nas terras que lhe foram doadas, no lu-

* Graduada em história pelo Centro Universitário São Camilo–ES. Mestre em história pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Professora de história da rede municipal de Marataízes–ES.

** Graduado em história pelo Centro Universitário São Camilo–ES. Mestrando em história pela UFES. Professor de história da rede estadual do Espírito Santo.

gar denominado Caxangá. Entretanto, a colonização não foi de fato efetuada, sendo suas terras ocupadas por tribos indígenas, que viviam da pesca, coleta e caça, e negros fugidos do trabalho forçado como escravo.

até o final do século XVII, as regiões que abrangiam o vale do Itapemirim, desde sua nascente na divisa com Minas Gerais até o litoral sul da Capitania do Espírito Santo, eram ocupadas por índios distribuídas basicamente em dois grupos: os Goitacazes, no litoral, que falavam a língua Tupi numa faixa de terra que vinha desde o norte-fluminense, e os puris coroados, de língua Jê, nas serras do interior, até os limites capixabas. Viviam estes modestamente da caça e da pesca, aproveitando a presença do rio e a proximidade com o mar, além da coleta de frutos.

Todavia, durante o século XVII, as proximidades do rio Itapemirim eram percorridas por frades jesuítas que estabeleceram contato entre os aldeamentos formados no Espírito Santo. No ano de 1674, a Capitania foi adquirida por Francisco Gil de Araújo. Motivado pela esperança de encontrar ouro, deu início à colonização das terras ao sul de Vitória, sendo este responsável pela efetiva ocupação do território entre Vila Velha e Reritiba, atual Anchieta. Os sucessores de Francisco Gil de Araújo permaneceram com essa empreitada.

Encorajados pelas propagandas dos donos da capitania, entre o ano de 1700 a 1710, estabeleceu-se, às margens do rio Itapemirim, Domingos de Freitas Bueno Caxangá, Pedro Silveira e alguns agregados, que, devido a ataques indígenas, fundaram uma fazenda, no alto de um morro na margem sul do rio Itapemirim, chamada Caxangá, que, posteriormente, ficaria conhecida como Fazendinha. Iniciaram então o cultivo do açúcar.

A família Freitas Caxangá foi, pois, a proprietária da vasta aldeia, onde fundaram engenho de assu-

car, ali vivendo por muitos anos, passando depois o domínio, (que abrangia as duas margens do rio) a pertencer aos seus sucessores, que o transferiram ao Sargento Mor Ignácio Pedro Cacunda, o qual por sua vez a vendeu a Baltazar Carneiro e Pedro Bueno, estes parentes do Caxangá.

Os descendentes da família Caxangá vendem suas terras para o Sargento Mor Inácio Pedro Cacunda. Nesse período, migrando das minas do Castelo, após frustradas investidas por conta dos constantes ataques indígenas, Baltazar Caetano Carneiro instalou-se na região de Itapemirim e no ano de 1754 prepara seu primeiro engenho de açúcar no local denominado Fazendinha. O frequente contato entre a região de Itapemirim com as Minas do Castelo e até mesmo regiões de Minas Gerais proporcionou a produção de novos gêneros agrícolas.

Desta data principiou o aumento do Itapemirim, e a ser conhecido pela grande comunicação havida com os moradores da freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Minas do Castelo, e mesmo com Minas Gerais, principiando muitos a estabelecer-se com lavouras, trigo, engenhos de cana e outros, e assim dando incremento ao seu desenvolvimento até ser criada paróquia aquela povoação.

No ano de 1771, ocorre um fato preponderante para o povoamento da região de Itapemirim. Um forte ataque indígena nas minas do Castelo forçou os mineiros que ali trabalhavam a fugirem. Oliveira afirma que:

em 1771, os puris atacaram as minas do Castelo, obrigando quantos ali trabalhavam a abandonar a região. A fim de assegurarem às mulheres e crianças retirada mais ou menos segura, homens

monopolizaram a atenção dos atacantes em renhida resistência, destruindo — ao partirem — casas, canais e pontes, outrora construídos com enorme sacrifício. Vieram, os sobreviventes, instalar-se na barra do Rio Itapemirim.

A região passava gradativamente a ter uma elevação no número de fazendas e habitantes brancos, sendo elevada à categoria de Freguesia, em 1776, sob jurisdição de Guarapari. Em 1774, associado a Pedro Bueno, Baltazar Caetano Carneiro adquiriu a propriedade do Sargento Inácio Cacunda. Ele, por volta de 1800, vende a propriedade ao fazendeiro José Tavares de Brum que, para sua maior garantia, requereu e obteve do Governo de Portugal, por sesmarias, as mesmas terras.

Como ficou dito, isto é, antes de 1800, o Itapemirim era uma grande fazenda que pertenceu primeiro ao Sargento Mor Ignácio Pedro Cacunda, que vendeu ao Capitão Baltazar Caetano Carneiro e este ao Capitão José Tavares de Brum (Sogro do Sargento Mor Joaquim Marcelino da Silva Lima mais tarde Barão de Itapemirim).

No início do século XIX, Itapemirim atrai olhares de diversas pessoas em busca de ascensão econômica, pois o rio Itapemirim proporcionava contato entre o litoral e o interior, o solo fértil, a relativa proximidade com o Rio de Janeiro, Vitória, Bahia e Minas Gerais, o que lhe tornava responsável pelo escoamento da produção do interior, abastecimento de produtos importados e outros gêneros. Luciano Retore de Moreno, em seu livro “Itapemirim Como Tudo Começou”, explica que pessoas como José Tavares e Brum; Joaquim Marcelino da Silva Lima, e famílias como os Gomes Bitencourt; Quintaes, Belo, Pessanha, Moreira, Pinheiro, Póvoa, entre outras, foram atraídas por estes motivos para o sul do Espírito Santo.

Existiam diversos engenhos de açúcar na região do Itapemirim, onde sua produção era escoada por meio de pequenos cais existentes em cada uma das propriedades com destino ao Rio de Janeiro. Auguste de Saint-Hilaire, em sua visita a Itapemirim em 1816, descreve elementos este fato;

Saint-Hilaire contou nove engenhos de açúcar nos arredores da Vila de Itapemirim, certamente os mesmos mencionados pelo Governador Rubim, em sua ESTATÍSTICA: AREIA, CARDOSO, CUTIA, BOA-VISTA, BARRA-SECA, PASSO GRANDE, PAINEIRAS E S.GREGÓRIO DE RIBEIRA. Em alguns portos a eles pertencentes, os maiores barcos carregavam uma carga de sessenta caixas de açúcar, consignada ao comércio do Rio de Janeiro, ao preço de dois mil réis a arroba. Açúcar de primeira, chamado REDONDO, alvamento e encaroçado.

Entretanto, a economia de Itapemirim não se resumia apenas às produções de gêneros ligados ao açúcar, podendo se observar a produção de outras mercadorias, tanto para o mercado interno, quanto para o externo.

Os arredores também produziam, para o comércio local, arroz, feijão, mandioca e algodão. Grande área estava reservada ao cultivo de cebolas, muito bem aclimatadas. A produção ia para Campos dos Goitacás, Vitória e a Côrte. Enquanto uma réstia era vendida no Itapemirim por oitenta réis, na capital da província alcançava preço quatro vezes mais.

Dessa maneira, viu-se um crescimento econômico e demográfico na região do Itapemirim, levando-a à emancipação política e administrativa. Esse fato ocorreu em 27 de junho de 1815, pelo Alvará nº 55 de mesma data; porém, a Vila do Itapemirim será inau-

gurada apenas no dia 9 de agosto de 1816. Marin e Silva comentam sobre esse fato, e das novas obrigações da recente vila após sua criação, como as construções de uma cadeia, de um quartel e da Câmara Municipal, órgãos administrativos fundamentais para o bom funcionamento da vila.

O crescimento da região e seu desenvolvimento açucareiro possibilitaram que a povoação se tornasse vila em 27 de julho de 1815, por alvará do Príncipe Regente, deixando de ser conhecida como Caxangá e passando a chamar-se Itapemirim, nome que preserva até os dias atuais. O status de vila trouxe ao Itapemirim novas obrigações, como a construção da cadeia, do quartel e da Câmara, esta última possuidora de légua de terra doada no próprio alvará de criação da vila.

Assumiram então os cargos administrativos na recente vila os seguintes nomes: Tenente Luiz José Moreira e José da Costa Guimarães como Juízes Ordinários, sendo o último presidente da Câmara — ressalta-se que a presidência seria revezada periodicamente entre os juízes; João Guimarães Viana, Manoel Joaquim de Oliveira Costa, José Antônio Pessanha e, como Procurador da Casa, José da Silva Quintaes, assumiram os cargos de vereadores.

Aspectos Econômicos e Sociais de Itapemirim segundo a Lista Nominal de 1833

No ano de 1834, o então Juiz de Paz de Itapemirim, Francisco de Paula Gomes Bittencourt realizou o levantamento da população de Itapemirim batizado de “Lista Nominal da População de Itapemirim em 1833”. A lista traz o nome dos 2.937 habitantes da Vila, que se dividiram em 303 fogos, além das seguintes informações da

população: cor, estado civil, idade, profissão e nacionalidade. No campo das observações são apresentados os bens de cada família. Através do documento se pode ter uma estimativa de como se encontrava a Vila de Itapemirim nas primeiras décadas do século XIX, nos aspectos social e econômico. A tabela a seguir traz os dados populacionais em 1833.

TABELA 1: População de Itapemirim em 1833					
	Homens	Mulheres	Crianças	Total	%
Brancos	230	196	282	708	24
Índios	27	36	41	140	4
Pardos Livres	138	149	190	477	16
Pretos Livres	16	15	4	35	1
Pardos Cativos	26	13	16	55	2
Pretos Cativos	801	545	195	1.541	52
Escravos Sem Identificação	---	---	---	8	---
Ilegível	---	---	---	8	---
Chinês	---	---	---	1	---
Total de Livres	411	396	517	1.360	46
Total de Cativos	827	558	211	1.596	54
Total	1.238	954	728	2.937	100

Fonte: APEES. Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833. Fundo Governadoria. Livro 54.

A tabela acima demonstra que a quantidade de cativos é grande, uma vez que representavam 54% da população. Já a quantidade de brancos não chegava a $\frac{1}{4}$ da população total, com apenas 708 habitantes ou 24% do total. Quanto aos livres de cor, formados por índios, pardos e pretos livres, representavam 22%. Havia quantitativo maior de homens, tanto livres quanto escravos. Estes representavam 42% da população, enquanto as mulheres eram 32% e as crianças eram 26%.

A desproporção entre homens e mulheres era maior entre os cativos do que entre os livres. Os homens livres representavam 31%

e as mulheres 30% da população livre. Já as crianças até 10 anos eram maioria entre os livres, representado 39%. Entre os cativos, a quantidade de homens era superior às mulheres e crianças. Eram 52% de homens cativos e 35% de mulheres cativas. Também havia quantidade pequena de crianças cativas, que representavam 13% do total de escravos.

Quanto ao número de crianças referentes ao ano de 1833, estas representavam quantidade expressiva na população livre, branca ou de cor (38%). Já entre os escravizados, os infantes eram apenas 13%. Pode-se observar a preferência por cativos do sexo masculino, mais utilizados nas lavouras. Segundo Florentino e Góes, “o excesso de homens introduzidos pelo comércio negreiro correspondia ao *quantum* mínimo de indivíduos escravizados que, em tese, permaneceriam para sempre solitários”. A desproporção entre os sexos também pode ser explicação para o baixo índice de crianças cativas.

Boa parte da população de cor chegou a Itapemirim através do comércio transatlântico, outros, porém, migraram junto com seus donos, que se estabeleceram na região em busca de terras férteis. A quantidade de africanos na população cativa sempre foi muito alta. O Porto de Itapemirim recebeu navios que trouxeram cativos desde as primeiras décadas do século XIX, além de exportar artigos produzidos na região para a Corte.

Ainda segundo a lista, dos 303 fogos presentes, 96 possuíam um ou mais escravos, ou seja, 32% das residências. Dessas, 56,2% possuíam de um a cinco escravos. Ou seja, a maioria da população era formada por pequenos proprietários de escravos. Porém, 23,6% possuíam mais de 20 cativos, número elevado, uma vez que em Vitória entre 1850–1859, apenas 5,8% dos proprietários tinham essa estrutura de posse. Desses 23,6% de grandes proprietários, 7 possuíam mais de 50 e outros 2 possuíam mais de 100 cativos. A tabela a seguir apresenta esses grandes proprietários.

TABELA 2: Lista dos Maiores de Proprietários de Escravos em Itapemirim-ES (1833)	
Proprietários	N. de escravos
Joaquim Marcelino da Silva Lima	304
Thomazia da Silva Medella	107
Joaquim José Alves Silva	91
Manoel da Costa Pereira	85
José Bello de Araújo	81
Ignácio de Accioli Vasconcellos	69
Heliodoro Gomes Pinheiro	55
Francisco de Salles	51
Caetano Dias da Silva	50
Josefa Moreira Borges	49

Fonte: APEES, Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833, F. Governadoria, L. 54.

D. Thomazia da Silva Medella, a segunda maior proprietária de escravos com 107 cativos, havia sido casada com o Capitão Tavares Brum, um dos primeiros fazendeiros a migrar para a região. Brum adquiriu a Fazendinha na margem sul do rio Itapemirim e possuía outra fazenda denominada São José, depois chamada de Cutia. Esta última fazenda foi herdada por ela após a morte de seu marido e era uma das maiores propriedades de Itapemirim em 1833. A fazenda possuía fábrica de açúcar e de farinha. Além da Fazenda Cotia, também possuía um sítio, propriedades na Vila e em diferentes lugares.

O principal fazendeiro de Itapemirim, sem dúvidas, foi Joaquim Marcelino da Silva Lima, Sargento Mor que, em 1846, recebeu o título de Barão de Itapemirim. Era paulista e veio para o Espírito Santo, em 1802 ainda menino com seus pais. Casou-se com D. Leocádia, filha do Capitão Tavares Brum. Era dono da célebre fazenda Muqui, adquirida em 1827, serviu como sua residência onde edificou suntuoso palacete e capela dedicada a Santo Antônio. No mapa de 1833 identifica-se que Silva Lima tinha 304 escravos,

caracterizando-o como o maior proprietário de cativos da região. Naquela propriedade havia engenho de açúcar e cachaça, e entre os animais da fazenda encontrava-se um urso panda, provavelmente trazido junto com os chineses que migraram para o Espírito Santo no mesmo período.

Joaquim José Alves Silva era dono da Fazenda Brejo Grande e da Fazenda Ribeira em 1833, e o terceiro maior proprietário de cativos da região, somado os trabalhadores das duas propriedades. Por residir em Campos, a fazenda Brejo Grande era administrada por Francisco José Alves Silva, que possuía além de 51 escravos, engenho de açúcar e aguardente. Já na Fazenda Ribeira, havia 40 cativos e fábrica de açúcar.

Manoel da Costa Pereira, que residia em Campos, era o dono da Fazenda Areia, que era administrada por José Gomes Pinheiro, um dos “moços da Areia”. A propriedade possuía 85 escravos, engenho de açúcar e uma olaria. Outro grande proprietário era Heliodoro Gomes Pinheiro, que não possuía nenhuma fazenda, mas era dono de 55 escravos. Caetano Dias da Silva era o nono maior proprietário com 50 cativos, era dono da Fazenda Limão.

Outros fazendeiros importantes foram D. Anna Tavares e José Bello de Araújo, donos da Fazenda Cardoso, em 1833. Possuíam 81 escravos, engenho de açúcar e fábrica de aguardente. Paineiras, uma das principais situações de terra da região que deu origem à fazenda com mesmo nome anos mais tarde, em 1833, pertencia a Francisco de Salles. Havia engenho de fabricar açúcar e cachaça e 51 escravos.

A Fazenda Barra Seca pertencia à D. Maria Magdalena em 1833. Havia nela engenho de açúcar e 32 escravos. Outra propriedade de destaque em 1833 foi a Fazenda Carreira Comprida, que pertencia a Ignácio de Accioli Vasconcellos, primeiro presidente da província e outro grande proprietário de escravos, com 69 cativos.

Além da fazenda, Acioli também tinha terras aforadas à Câmara Municipal. Também aparece na Lista Nominal de 1833 a Fazenda Colheres, que pertencia à dona Josefa Moreira Borges, com 49 escravos, fábrica de açúcar e cachaça. Outra fazenda que se destacava era a Safra, patrimônio de D. Josepha Souto e seu esposo Joaquim Bello de Araújo. Merece destaque a fazenda Muribeca, terras que pertenceram aos jesuítas no início da colonização até a expulsão dos religiosos, e era propriedade de Antônio José da Silva Tinoco.

As grandiosas fazendas não retratam fielmente a população de Itapemirim do século XIX. A situação de terras e moradia de grande parte da população era precária. De acordo com a Lista Nominal de 1833, 183 moradores (60%) possuíam algum tipo de situação em terras, que podiam ser próprias, de favor ou foreiras. A Tabela 3 apresenta os tipos de propriedade dos moradores itapemirinsense.

TABELA 3: Tipos de Propriedades de Terras de Itapemirim-ES (1833)		
Tipo de Propriedade	Quantidade	%
Lavouras em terras foreiras	90	49,2
Lavouras em terras próprias	38	20,8
Braças de terras, lavouras e cercados sem especificação de posse	31	17
Fazendas e situações de terra	14	7,5
Lavouras em terras de favor	10	5,5
Total de Propriedades	183	100

Fonte: APEES, Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833, F. Governadoria, L. 54.

Quase metade dos proprietários de lavouras em Itapemirim, cerca de 49,2%, não possuía terras próprias e as lavouras estavam em terras foreiras. As fazendas representavam apenas 7,5% das propriedades e as lavouras em terras próprias eram 20,8%. Esses dados revelam a desigualdade na distribuição de terras e sua enorme concentração nas mãos de uma elite, já que, além da maioria da população ocupar terra foreira ou de favor, 5,5% dos moradores possuem

lavouras em terras de favor. Também se consegue perceber essa disparidade social pelo tipo de moradia que os habitantes possuíam.

Sobre as moradias, 78,5% habitavam em casas de palha, que podiam estar em terras próprias, de favor ou foreiras. Além disso, 48 moradores foram designados com residências na Vila e 9 famílias moravam em casas de aluguel. Somando o número das casas de telha, prédios rústicos e casas de vivenda, 20,5% da população viviam nesse tipo de moradia, que, aparentemente, eram casas mais caras e mais seguras.

A desigualdade social existente em Itapemirim fica clara na Lista de 1833: enquanto a elite local desfrutava da maior quantidade de terras e possuía grandes fazendas e número expressivo de escravos, a maioria da população não possuía terras. Cerca de 54,7% dos habitantes tinham lavouras em terras foreiras ou de favor. Também se pode observar aspectos econômicos da região no ano de 1833. Como demonstrado, 60% dos (183) moradores possuíam algum tipo de lavoura ou cercado em terras. Mas, havia outras atividades econômicas na região. A Tabela 4 apresenta as atividades econômicas de Itapemirim presentes na Lista Nominal de 1833, além das lavouras, já analisadas.

TABELA 4: Atividades Econômicas de Itapemirim-ES (1833)		
Atividade Econômica	Quantidade	%
Engenhos/ Fábrica de Açúcar e Aguardente	17	31
Embarcação (viagem e pesca)	6	11
Loja de Fazenda/ Negócio de Fazendas Secas	6	11
Secos e Molhados/ Negócio de Molhados	5	9
Olaria	3	5,5
Negócios com casas de aluguel	3	5,5
Loja de Ofício	3	5,5
Negócio de Varejo	2	3,5
Casa de Negócio	1	1,8

Peixaria	1	1,8
Taberna	1	1,8
Negócio volante	1	1,8
Comércio de adereços chineses	1	1,8
Ferraria	1	1,8
Padaria	1	1,8
Loja de Ferreiro	1	1,8
Loja de Marinheiro	1	1,8
Fábrica de Farinha	1	1,8
Total de Atividades Econômicas	55	100

Fonte: APEES, Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833, F. Governadoria, L. 54.

No total contavam-se 55 empreendimentos econômicos, sendo que 31% (17) dos mesmos eram fábricas de açúcar e aguardente. Além dessas, havia uma fábrica de farinha. Os outros empreendimentos encontrados em maior quantidade foram as embarcações destinadas tanto à pesca quanto ao transporte de passageiros, que representavam 11% (6) e as Lojas de Fazenda e Negócios de Fazenda Seca — 11%. Ao todo foram descritas 21 lojas comerciais (38%) que além das Lojas de Fazenda, contavam com Lojas de Secos e Molhados/ Negócio de Molhados (9%), Negócio de Varejo (3,5%), e outros empreendimentos. Destaque para o comércio de adereços chineses que pertencia a Francisco Dias Carneiro. O grande número de comércios e negócios encontrados demonstra a intensa atividade econômica de Itapemirim.

O predomínio das atividades agrícolas na região, demonstrado pelas fazendas e lavouras (60%) e pelos engenhos e fábricas de açúcar e aguardente comprovam o destaque que Itapemirim possuía no período analisado. De certo, a região sul capixaba abasteceu o Espírito Santo com açúcar e aguardente ao longo do século XIX, além de exportar esses produtos para o Rio de Janeiro.

Considerações Finais

Como se pode perceber, Itapemirim, ao longo da primeira metade do século XIX, foi responsável por grande parte do desenvolvimento econômico capixaba, e a Lista Nominal de 1833 ajuda a ter uma dimensão da importância da região no período. Inúmeras outras análises poderiam ter sido realizadas através desse documento, uma vez que ele esmiúça dados demográficos em um período em que tais informações eram difíceis de serem conseguidos.

O documento demonstra que a população de Itapemirim em 1833 era, em sua maioria, formada por cativos, sendo estes em grande número de origem africana. Também apresenta grandes fazendeiros e suas escravarias com mais de 50 cativos. Destaque para D. Thomázia da Silva Medella com 107 cativos e o Sargento-Mor Joaquim Marcelino da Silva Lima com 304 escravos. A maioria desses grandes fazendeiros possuíam, além dos cativos, maquinário utilizado na produção de açúcar, principal mercadoria exportada no Espírito Santo nessa época.

As grandes fazendas, porém, não representam a realidade da população de Itapemirim. A Lista Nominal demonstra que, a maioria das famílias moravam em casas de palha, bem como a maior parte das lavouras estavam em terras foreiras. Além disso, a lista apresenta engenhos, fábricas de açúcar, aguardente e farinha, alguns estabelecimentos comerciais e de navegação. Enfim, a Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim em 1833 é um documento fundamental para se compreender a composição da população da região sul da província, bem como é parte importante da historiografia capixaba do século XIX.

Referências

- APEES. *Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833*. Fundo Governadoria. Livro 54.
- DAEMON, Basílio Carvalho. *Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística*. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura/ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010.
- FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz nas senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro c. 1790-c. 1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- MARIN, A., SILVA P. M. A História do Escravismo em Itapemirim: Princípio, Meios e Fim. In: MARIN, Andréia et al (Org). *Vestígios da História sul capixaba em 11 narrativas*. Vitória: Flor&Cultura, 2011. p. 64-102.
- MARINS, Antônio. Itapemirim. In: *Minha Terra e Meu Município*. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos, 1920, p.199-231.
- MORENO, Luciano R. *Itapemirim: como tudo começou*. Serra-ES: Formar, 2016.
- OLIVEIRA, José Teixeira. *História do Estado do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2008.
- PEREIRA, Walter Luiz Carneiro de Mattos. A trama do tráfico ilegal de africanos na província do Espírito Santo (1850-1860). *XI Congresso Brasileiro de História Econômica*. Vitória: 14 a 16 de setembro de 2015. Disponível em http://www.abphe.org.br/arquivos/2015_walter_luiz_carneiro_mattos_pereira_a-trama-do-trafico-ilegal-de-africanos-na-provincia-do-espírito-santo-1850_1860.pdf, p. 5-6. Acesso em 09 de dezembro de 2017.
- RIBEIRO, G. L. *Enlaces e Desenlaces: Família escrava e reprodução endógena no Espírito Santo (1790-1871)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.
- ROCHA, Haroldo Corrêa; COSSETTI, Maria da Penha. *Dinâmica cafeeira e constituição de indústrias no Espírito Santo, 1850/1930*. Vitória: Departamento de Economia, NEP/UFES, 1983.
- ROCHA, Levy. *Viagem de Pedro II ao Espírito Santo*. Vitória: Secreta-

ria de Educação; Secretaria de Estado da Cultura; Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008.

TSCHUDI, Johann Jakob von, 1818-1889. *Viagem à província do Espírito Santo: imigração e colonização suíça 1860*. Vitória-ES: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2004.

O DESBRAVAMENTO DA BACIA DO RIO SÃO JOSÉ (NARRATIVA HISTÓRICA)

*Altair Malacarne**

Preâmbulo

Os fatos aqui narrados estão vinculados a 2 eixos, o espaço e o tempo; em relação ao tempo, a diacronia dos fatos estabelece liames que os tornam mais compreensíveis se mencionados recorrentemente nos espaços e tempos em que se concatenam; no transcorrer do texto, algumas datas e lugares são reiterados; a repetição está feita para clareza da narração do devir histórico; como no arrazoado jurídico, pratica-se uma redundância, tautologia quando possível, consciente, no texto, a fim de se obter o grau zero de dúvida e facilitar o grau máximo de assimilação.

I. Isolamento

O rio Doce capixaba tem 2 grandes afluentes do seu lado esquerdo, o Pancas e o São José; aquele sai em Colatina e este em Linhares; ambos captam águas de vários córregos da Região Noroeste do Espírito Santo.

Até 1900, o espaço era denominado no mapa um “sertão desconhecido”; havia mesmo no governo do estado uma intenção não-oficial de criar ali uma reserva natural; a estrada de ferro tinha chegado em Colatina c. 1906 e os índios atravessavam o rio Doce de canoa e frequentavam a vila de Colatina, sem embarço.

* Professor, bancário, pesquisador, escritor. É membro do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

RIO SÃO JOSÉ

Comprimento: 154 km

Nascente: Mantenópolis

Altitude da nascente: 750 m

Foz: Lagoa Juparanã

Altitude da foz: 10 m

Área da bacia: 2407 km²

País(es): Brasil

O rio São José é um curso de água do estado do Espírito Santo, Brasil. É um afluente da margem esquerda do rio Doce.

FONTE:Wikipedia (Rio São José)

II. Cobiça

c. 1910, depois de sofrerem uma caça desde o Império, os índios foram reunidos num aldeamento na confluência dos rios Panquinhas e Pancas; c.1917, os mineiros começaram a formar posses na Serra dos Aimorés, no noroeste capixaba; por volta de 1920 já estava formado o núcleo de Mantena.

Em 1924, toma posse no governo do Espírito Santo, o engenheiro fluminense Florentino Avidos, mais tarde conhecido como “o fazedor de pontes”; e logo em 1925 ele manda abrir uma picada na mata entre Colatina e Nova Venécia, e, c. 1926, lança a pedra fundamental da 1ª ponte sobre o rio Doce em Colatina; por ela deveria passar um trem de ferro ligando Colatina a Nova Venécia, onde já havia chegado outra linha vindo de São Mateus. A ponte de Colatina foi inaugurada em 1928, com apenas c. 7 km do leito da ferrovia prontos; em 1929 veio a quebra da bolsa de Nova Iorque e em 1930 a Revolução Getulista. Aconteceu um estrangulamento geral da economia; mudança de rumo.

III. Contestado

E bem comum nós capixabas reclamarmos perdas na área do CONTESTADO; me parece, no entanto, que dormimos o sono do marasmo; e a sorte não ajuda aos dorminhocos; cochilamos e o cachimbo caiu?

Se em 1917, mineiros de Resplendor atravessaram o Rio Doce de canoa pra explorar a Serra dos aimorés, só em 1928 tínhamos a ponte em Colatina para desbravar nossas matas; já havia mineiros originários de Resplendor em Águia Branca; na HISTÓRIA DE ECOPORANGA, Renato Pacheco e Guilherme Santos Neves informam que pioneiros capixabas, c.1928, se encontraram com gente de Minas na selva do CONTESTADO beira o rio Mantena; no livro CONTESTANDO O CONTESTADO de José Carlos Madureira tem uma foto mostrando veículo em Barra de São Francisco em 1937; pra nossa sorte, o mineiro Bley, andando pela mata, foi a Barra de São Francisco em 1939, e em 1941 levou até lá uma estrada precária e tratou de dominar os espaços; felizmente, já havia lá, desde 1929, desbravadores capixabas descendentes do Barão de Aymorés. O vale do rio São José já tinha colonos capixabas chegados por volta de 1930, além dos imigrantes poloneses de Águia Branca, cuja 1ª leva chegou em 1929.

Pra carimbar um acordo, o esperto Magalhães Pinto, aproveitou que nosso Lacerda de Aguiar era da mesma UDN dele, e conseguiu celebrar o ACORDO DO BANANAL em 1963, pondo um termo nas velhas disputas de territórios; para se avaliar se foi um bom ou um mau acordo deve-se ponderar que, sobre ser uma disputa entre 2 partes com populações numericamente desiguais, do nosso lado, sendo menos indivíduos, certamente houve demora em ocupar os espaços passíveis de posse e domínio.

IV. Os Primeiros

Deve-se enfatizar que foram desbravadores de origem baiana os primeiros a colonizar as terras capixabas da margem esquerda do rio Doce; que foi a barreira impeditiva de um fluxo maior de gente nas matas de nosso norte/noroeste; o rio São Mateus foi o canal de entrada; em 1870 já havia pioneiros em Nova Venécia; c. 1878 vieram braçais cearenses; c.1888 chegaram os primeiros imigrantes italianos; não havia ligação por terra de São Mateus com Vitória; a ligação por rodovia com Linhares só aconteceu na década de 1930.

Não foi só à produção de farinha de mandioca que eles se aplicaram; a fazenda do Barão de Aimorés em Nova Venécia produziu muito café; quando começou o desbravamento das terras de São Gabriel da Palha, as primeiras mudas de café foram buscadas na antiga Fazenda Serra; os primeiros colonos vieram pro norte do rio Doce por uma trilha aberta na mata ligando Colatina a Nova Venécia.

V. A Picada

Florentino Avidos disse em seu *Relatório Final* (Arquivo Público)

ESTRADA DE FERRO RIO DOCE — SÃO MATEUS

Tendo-vos exposto em minha mensagem passada a necessidade da construção dessa estrada, como meio único de se povoar e colonizar todo o norte do Estado, mandei logo abrir um picadão de Collatina a Nova Venécia, transformando-o logo em caminho carroçável, o que está sendo feito, havendo mais de 90 kms em condições de trânsito. Logo que foi possível a travessia de um cavalleiro de um ponto a outro, comissionei o mesmo engenheiro Ceciliano Abel de Almei-

da para fazer o reconhecimento geral e propor o que fosse mais conveniente para o objetivo de servir àquella região.

Com trabalhos e sacrifícios pessoais, que só no amor ao seu torrão natal encontra compensação (Ceciliano era de São Mateus), fez aquelle engenheiro essa travessia, pernoitando em plena floresta, por várias noites consecutivas, e apresentando o seu relatório com a indicação de novos picadões e detalhes a examinar.

Na execução de tão árduos trabalhos, teve o governo na pessoa do Snr. Dr. Carlos Alberto dos Reis Castro um auxiliar corajoso e decidido, que, além desses picadões, está fazendo outro de Nova Venécia a Mayrink, na Estrada de Ferro Bahia e Minas, facultando o conhecimento de toda essa região despovoada e prestando valioso concurso.

Além desse reconhecimento, estão feitos cerca de 30 kms de estudos de exploração; está sendo locado, para ser immediatamente atacado, o primeiro trecho de 5 kms, a partir de Collatina. (A ferrovia não passaria daí.)

Nesse trecho, vae-se ter, pela primeira vez, entre nós, a oportunidade de fazer com a linha um lace completamente fechado, isto é, a linha, ao partir da margem do rio, após um desenvolvimento de 600 metros de comprimento, atravessa o seu próprio leito em viaducto (eu o conheci), depois de ter subido 8 metros. Este dispositivo trouxe um encurtamento de 1.100 metros, em relação aos estudos já feitos.

Como início desses trabalhos, começou-se o estudo da ponte para a travessia do rio Doce, em frente à cidade de Collatina, da Estrada de Ferro Victória a Minas.

Fizeram-se sondagens cuidadosas e estudaram-se outros pontos em que fosse mais curta a ponte, chegando-se, porém, à conclusão de que o primitivo local é o mais conveniente.

Si os nossos recursos orçamentários não decrescerem, por algum motivo imprevisto, penso ser

de grande necessidade que seja feita imediatamente a ponte, de um só impulso, no mais curto prazo passível e executada a construção da estrada por trechos de 15 a 20 kms annuaes.

Penetrando-se em zona despovoada, não se pode esperar receita de tráfego que corresponda aos sacrificios pecuniários a fazer, por isso a construção deverá ser lenta, de modo a não pesar demasiadamente nos nossos orçamentos.

Para a construção da ponte há muito material adquirido e certo aparelhamento de instalação já feito, tendo-se dispendido com tudo quanto se refere a esse empreendimento a quantia de 375.712\$714.

A riqueza que havia imediatamente era a madeira. Depois viria a exploração do solo. O plantio do café..., sempre ele..., até hoje, apesar dos pesares. Esse sertão entre Colatina e São Mateus tinha sido recentemente recomprado pelo Estado. Dizia Nestor Gomes na sua já citada mensagem de 1924, incluindo entre suas realizações:

“30° — Aquisição dos terrenos que pertenciam à Societé Forestère e A Companhia Santa Cruz Barbados, num total de duzentos e cinquenta e um mil hectares” (pegava quase todo o norte do ES). (Parece incrível que houvessem alienado — sem condições — tão grande porção das nossas matas!).

Essas matas seriam entregues em sua maioria à Companhia Territorial (criada em Colatina em 1923), para colonização. Uma faixa de cada lado da sonhada Estrada de Ferro Colatina/São Mateus foi reservada para a própria Estrada-de-Ferro colonizar. Esta faixa estava entre a margem esquerda do rio Pancas até a margem esquerda do rio São José. O Secretário de Agricultura de Florentino Avidos, Benvindo de Novaes, entregou a Bertolo Malacarne para colonizar esses terrenos. Posteriormente, no governo de Aristeu Borges de Aguiar, seria lavrado um contrato entre o Estado e a

firma Costa & Malacarne no dia 15.03.1929 no Cartório dos Feitos de Fazenda Pública Estadual. Este contrato consolidava o que se chamou de nova concessão.

Já antes do malogro da ferrovia, desde 1923, Bertolo trabalhava na venda dos terrenos da velha concessão. Estes terrenos estavam distantes do rio São José, na região de São Pedro de Marilândia, onde “dava febre até em macaco”; os colonos, geralmente vindos da região de Venda Nova do Imigrante, atravessavam o rio Doce de canoa, à altura da estação de Barbados.

O processo de colonização do Norte do rio Doce estava iniciado. Havia fatores circunstanciais que favoreciam a obra. Encontrei, num livro sobre a história de nosso pequeno Grande Estado, o seguinte texto:

Estradas e pontes, construídas nos governos da República Velha, facilitaram o acesso àquela parte do território capixaba. Cabe destacar, em particular, a ponte sobre o Rio Doce, em Colatina, que se transformou no elo de passagem no sentido sul-norte [...] Além dessas hordas constituídas por descendentes de colonos, também dirigiram-se para a região, vindos do oeste, os mineiros e, provenientes do nordeste do Brasil, os baianos.” (SCHAYDER, 98)

VI. Nova Concessão, a Ponte

Entremos na ponte. Sonho antigo. O rio Doce protegeu a floresta do lado Norte das investidas colonizadoras no Espírito Santo por 4 séculos. A mata era desafiadora. Os últimos índios da Capitania se refugiaram nela. Estamos em 1924.

É escolhido Presidente do Estado um viúvo predestinado: FLORENTINO AVIDOS, “um homem à frente de seu tempo”. Ele,

sucedendo a Nestor Gomes, fez uma administração incrível, revolucionando (esta é a palavra) o Estado. Isto numa época em que as poucas estradas eram caminhos e não havia telefones. Passemos a palavra a Marien Calixte, extasiado, bestificado, depois que achou no Arquivo Público do Espírito Santo a MENSAGEM FINAL DO GOVERNO FLORENTINO AVIDOS — 1924 a 1928, numa busca em 1968:

O engenheiro civil Florentino Avidos, nascido no Rio de Janeiro, encontrou tempo para ele próprio organizar um relatório de sua administração. Relato de obra por obra, cada ação, cada projeto, tudo descrito na forma antes-durante-depois. Para aquela época, trata-se de novidade. Mas, se colocarmos a obra nos tempos atuais, verifica-se que Avidos não só inovou como, ainda, não foi devidamente imitado. Incrível! Foi o que me ocorreu dizer à primeira leitura da Mensagem Final. Ali estava o documento de um homem público moldado em honestidade, paixão, idealismo, criatividade e trabalho, muito trabalho. (*FLORENTINO AVIDOS – UM HOMEM À FRENTE DE SEU TEMPO*, “orelha”).

Entre muitas, a 1ª ponte em Nova Venécia (1925) também é obra de Florentino.

Nestor Gomes morreria pobre, mas tinha deixado o Estado em boa situação financeira. Vimos que, em 1923, ele tinha criado a Companhia Territorial de Colonização em Colatina, cuja ocupação tinha começado em 1888 por imigrantes italianos. No sul do Estado havia muitos filhos de imigrantes e outros querendo espaço. Hoje, por aqui, gente nova (e alguns mais errados) mudam para o Sul da Bahia, Rondônia ou Pará com o mesmo fim. No Estado, na época, faltava a ponte em Colatina. Os mais ousados se arriscavam na balsa do rio Doce. O café “queria” novas terras. O café e italianos já exis-

tiam em Nova Venécia (Serra de Baixo), até onde os de origem baiana tinham levado a colonização pelo rio São Mateus (Cricaré), em 1870. A nova Lei nº 4.172 definia “a concessão de terras, disciplinando as propriedades, para evitar as invasões, aluguéis e vendas sem pagamento de imposto por seus donos” (Marien Calixte, pág. 69).

Mas, e as famílias?... Estava montada a cena para a construção da ponte. E Florentino Avidos, recentemente empossado, tinha experiência. Tinha trabalhado no Sul do Estado na construção de estrada-de ferro. O viaduto de Soturno, na antiga Leopoldina, foi levantado sob sua direção. Não perdeu tempo:

1926 — Início da construção da PONTE FLORENTINO AVIDOS sobre o Rio Doce, com mil metros e teve sua inauguração realizada no ano de 1928. Hoje, com 800m., (750) por terem sido retiradas duas de suas longarinas de aço do lado do centro da cidade (Sul). Tecnologia de construção alemã e inglesa. (*REVISTA NOSSA*, outubro/1989, pág.07).

Marien dá uma foto segundo a qual em 1926 ela já dava passagem pela estrutura de madeira. Pode ser que não fosse usada. E Derenzi tem outra foto mostrando o início dela em 1925. Papai falava do enorme bate-estacas. De qualquer forma, o que me espanta é a rapidez com que foi feita, naquele tempo. A 2ª ponte de Colatina foi iniciada em 1986 e até hoje (2.000) não está pronta, nem a construção passando para a esfera federal. Pioramos? O certo é o seguinte:

A vaga atravessou o Rio Doce, subiu pelo do Rio Pancas (Serra do Alto Pancas, onde passa o Rio São José), marchando para o noroeste (Alto Rio Novo foi nossa sede distrital) reproduzindo as mesmas características da exploração em vigor nas regiões Central e Sul (mata-café-pasto). A intensidade da ocupação das terras era tal que

no início da década de 20 o governo estadual projetou a construção de uma ponte sobre o Rio Doce em Colatina. A ponte, inaugurada em 1928, foi dimensionada inclusive para permitir uma futura ligação ferroviária entre São Mateus e a “Estrada de Ferro Vitória-Minas” (por onde veio muita gente do Sul do Estado). Com a ponte, consolidou-se definitivamente Colatina como ponto irradiador das correntes migratórias que atravessavam o Rio Doce e que ganhavam as terras abundantes do Norte. (ESPÍRITO SANTO NORTE, pág. 36).

Está claro que a ponte consolidou um ciclo de ocupação de terras já iniciado antes. Bertolo, mateiro experimentado, pode antes ter subido o Pancas, alcançou o córrego Vargem Alegre e daí o rio São José, pois entre estes dois últimos não há mais que 1000 metros. De lá teria descido até a Cachoeira da Onça. É uma sexta hipótese.

Mas... seis hipóteses. Qual é a verdadeira? Talvez alguém um dia possa dizer com segurança. Na base das seis, está uma verdade única e inegável: O princípio das águas vertentes próximas e contrárias (as “águas emendadas” da Região de Brasília). Elas acontecem nos divisores de água.

Aqui, no Espírito Santo, as nascentes iniciam curso oposto, para depois chegarem ao mesmo rio Doce. Nas bacias da área, muitos imóveis a colonizar. Essas vertentes servirão para estabelecer os limites entre os futuros distritos e municípios da região. Em qualquer ponto de inversão das quebradas de água ocorreu, pela primeira vez, a passagem entre as cabeceiras dos afluentes do rio Doce. Havia certamente trilhas de índios que conduziam a elas.

O andar-a-pé para ele foi costume, comprovado pelo tamanho de seu fêmur, verificado após sua morte. Mas, o certo é que ele chegou por aqui cedo, bem antes da existência da Ponte Florentino Avidos em Colatina. Há um texto que comprova a sua passagem

pelo Norte de Colatina em 1923. É um livro de Máximo Zandonade. Agora a ponte está lá. Majestosa. Histórica.

Mas a ponte sobre o rio Doce transformou Colatina em capital regional, em “boca do sertão”. As entradas para o Norte do ES se multiplicaram nas décadas de -40 e -50. Eu vi muita mudança em cima de caminhões a gasolina que passavam por São Domingos do Norte. Eram colonos. Alguns iam para além de Nova Venécia.

“Quando Egler estêve na região entre 1949-1950 o povoamento continuava para o norte e espriava-se pelos vales dos rios Dois de Setembro e Quinze de Novembro.” (*ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS*, Volume VII, pág. 197)

VII. Penetração

De menos no desbravamento das selvas da margem esquerda do rio Doce capixaba; a ponte abriu uma porteira por onde começou a passar uma avalanche de colonos sem terra; alguns já tinham atravessado o rio Doce de canoa antes da ponte e aberto clareiras na mata; eram originários principalmente da margem sul do rio; a fazenda estadual precisava de novas áreas na produção de riquezas; e elas existiam ao norte do rio Doce; o governo do estado instituiu em Vitória um curso prático de agrimensura para formar gente capaz de tombar os lotes; eles haviam criado em 1923, em Colatina, uma Companhia Territorial com o fim de vender, com facilidades, as denominados colônias; além disso, o governo constituiu agentes particulares para implementar a migração de interessados na aquisição dos minifúndios já com memorial de medição, o que começou a acontecer ainda antes da inauguração da ponte Florentino Avidos.

VIII. As Vertentes

Na picada aberta na mata em 1925, encontraram, perto de São Domingos do norte, o divisor de águas das vertentes dos rios Pancas e São José; ela ficava perto do lugar hoje chamado de Rancho Fundo, vizinho à bifurcação do asfalto que vai de Colatina para São Domingos do Norte e Governador Lindemberg. A partir dessa marca orográfica natural, se estabeleceram limites geográficos para atuação do concessionário na formação de colônias.

IX. A Bacia

No sentido Colatina a Nova Venécia uma extrema sul da bacia do rio São José pode ser estabelecida pela nascente do Córrego Rancho Fundo, que passa em São Domingos do Norte; uma outra extrema norte pode ser encontrada nas nascente do Córrego São Gabriel, que passa em São Gabriel da Palha; no sentido transversal, encontramos a sua nascente perto de uma vila chamada Alto São José e sua barra ao lado de Linhares, depois de formar a Lagoa Juparanã; nessa bacia surgiram os municípios de Mantenópolis, Governador Lindemberg, Águia Branca, São Domingos do Norte, São Gabriel da Palha e Vila Valério; vamos ver como se formaram os inícios dessas 4 últimas células.

X. Sem Dinheiro – I

A capitania do Espírito Santo teve um parto generoso, com terras que pegavam boa parte das terras de Minas Gerais e iam até o interior de São Paulo; com o tempo e por razões diversas, ficou re-

duzida a pequeno espaço e, um pequeno território cortado quase ao meio pelas águas do grande rio Doce, o que, juntado a um espírito de caranguejo de nossos dirigentes condicionou-nos num “curral” ainda menor que o estado de Sergipe; até 1920, o Espírito Santo se resumia ao sul do estado praticamente, sendo o norte um “sertão desconhecido” onde penetravam baianos e mineiros para estabelecimento de suas posses. Possível razão para redução ainda maior de nossas terras.

Então, em 1925, Florentino Avidos (um engenheiro fluminense, casado com uma MONTEIRO de Cachoeiro de Itapemirim, eleito para presidente do estado), aproveitando um momento de boas safras de café no sul do estado, inicia uma ponte sobre o rio Doce em Colatina, de quase mil metros de comprimento; a ponte é inaugurada em 1928, com 6/7 quilômetros de linha férrea construídos do lado norte. Mas aí ocorre o “crack” da bolsa de Nova York; o estado fica sem dinheiro; e para piorar, em 1930, o novo presidente do estado, Aristeu Aguiar, é defenestrado pela revolução getulista de 1930; é nomeado um mineiro como Interventor, o capitão João Punaro Bley.

Bley enfrenta o “inferno verde” do norte e atravessa um “varadouro” entre Colatina e Nova Venécia, onde os Cunha, descendentes do Barão de Aimorés, tinham suas fazendas na Serra de Baixo e Serra de Cima; sem dinheiro para abrir uma frente de penetração, e certamente temendo a ousadia dos poderosos vizinhos mineiros, ele age no princípio do escambo: troca com os madeireiros a abertura de uma estradinha precária pelo aproveitamento da madeira (especialmente a peroba) derrubada pelos colonizadores pioneiros; foi assim que o estado do Espírito Santo, sem gastar um tostão (não tinha recursos), conseguiu abrir, entre 1930 e 1934, uma estradinha carreteira passando por São Domingos até Montes Claros, onde havia um colônia de imigrantes poloneses, introduzidos nas matas do

norte para barrar a penetração mineira. Nesta tarefa de abertura de caminho, alguns nomes de madeireiros podem ser lembrados: Ciro Medeiros (pai do jornalista Rogério Medeiros); Ciro Pitanga; João Frechiani; Pedro Santana (Pedro “Leão”); um tal “Mirandinha”; mas, aí, a madeira de lei ficou distante; não compensava mais. A carretas pararam; os serviços de abertura de estrada para o norte do ES, na hileia capixaba, só iriam recomeçar em 1938.

XI. Sem Dinheiro II

Os madeireiros, a partir dos inícios da ferrovia (projetada para ir a Nova Venécia passando pela ponte Florentino Avidos, sobre o rio Doce em Colatina, inaugurada em 1928), fizeram uma rodoviazinha precária a partir de 1930, a troco da permissão de explorar a rica mata atlântica situada ao norte do estado, “um sertão desconhecido”; em 1934, chegaram a Montes Claros, perto de onde já havia um núcleo de colonização com imigrantes poloneses contratados pelo Espírito Santo; ainda sem dinheiro, e sem mais a penetração dos carreteiros, o estado se via amarrado para dar prosseguimento à colonização.

Embora mineiro, o Interventor Bley, encarou a ideia de garantir o noroeste do estado como um espaço capixaba. Assim, ele enviou Eugênio Neves da Cunha para fiscalizar aquelas selvas seculares; mas este entrou em choque com a gente de Minas e saiu; em 1938, Carlos Lindemberg, então Secretário de Agricultura do Bley, esteve a cavalo nas matas da Serra dos Aimorés, voltando na montaria por Montes Claros, onde encontrou a ponta de uma rodoviazinha. Os poloneses haviam tentado fazê-la chegar a Águia Branca; trouxeram da Polônia o engenheiro Paulowski, mas ele só fez 5 km e foi obrigado a parar por falta de verba.

No mesmo ano de 1938, o governo estadual nomeia como chefe do destacamento de Barra de São Francisco o destemido Capitão Djalma Borges; ele vai de cavalo desde Montes Claros até Barra de São Francisco; e aí o estado recorre a uma atitude corajosa, qual seja, solta os encarcerados para abrir o caminho; Bley não acredita: em 1942 ele vem de Vitória a Barra de São Francisco, estreando um caminho novinho, cercado pela invejada mata desse noroeste; em 1945, já com Jones dos Santos Neves como Interventor, uma companhia reabre aquele tosco varadouro; estava aberta a via por onde entrariam os colonos capixabas na busca por novos espaços, mesmo sem dinheiro.

XII. Sem Dinheiro III

Inaugurada a 1ª ponte de Colatina em 1928, uma avalanche de “sem-terra” penetrou as matas do “sertão desconhecido” da margem esquerda do rio Doce capixaba; inviabilizada a ferrovia até Nova Venécia, em 1930 se iniciou uma rodoviazinha precária; feita por madeireiros, ela parou pouco além de São Domingos (do Norte) em 1934; os imigrantes poloneses de Águia Branca, somados a presos libertados levaram o varadouro até Barra de São Francisco, onde chegou em 1941; em 1943, aquele núcleo passou a município, o que provavelmente reverteu a invasão mineira, já sedimentada em Mantena. O Acordo do Bananal teve seus traços batismais nesse fato.

Faltava fazer a projetada ligação entre Colatina e Nova Venécia, onde a família Cunha do Barão de Aimorés estava desde 1870 e para onde iria (saindo de São Mateus) a linha da ferrovia construída pelo filhos do Barão; fez-se uma forquilha em São Domingos (do Norte) e iniciou-se uma estradinha construída por Bertolo Malacarne, mas paralisada em 1936, por falta de dinheiro, no curso do córrego

Sabiá, conhecido antigamente por “Fim do Trecho” (hoje o lugar é propriedade de Antenor Venturim). Os poloneses de Águia Branca, sob a direção de Valery Korzarowski, Boleslaw Stephan Ruczycki e Eduardo Glazar, a troco de alimentação e pouco mais, encararam a empreitada; em 1942, ela recomeçou no córrego Sabiá; em 1945, ela chegou a São Gabriel da Palha, depois de os poloneses terem feito uma arriscada ponte de madeira sobre o rio São José; em 1947, ela encontrou na Serra de Cima a turma que vinha abrindo o traçado a partir de Nova Venécia; no mesmo ano, Cícero Moraes, o Secretário de Viação do estado, junto com o governador Carlos Fernando Monteiro Lindemberg, foi de carro até aquele endereço; como já se tinha verificado na ponta da forquilha levada até Barra de São Francisco, Nova Venécia virou uma nova “boca-de-sertão”, de onde partiriam novas levas para colonização do extremo norte capixaba.

XIII. “Vale Minha Égua”

No ano de 1945 a estradinha que tinha saído de Colatina em 1930 chegou a São Gabriel da Palha; a madeira da mata atlântica do noroeste capixaba era a tentação que despertava o desejo de muitos; depois era fazer derrubadas e plantar o café para vender e cereais para comer; as terras regurgitando húmus geravam roças exuberantes.

Os poloneses de Águia Branca tinham aberto um caminho até perto da Lagoa Juparanã em 1939; no mesmo ano eles sofreram dois golpes violentos: 1) A febre malária os pegou dentro da mata e ceifou a vida de quase cinquenta; 2) Na Europa, o maluco do Hitler invadiu a pátria-mãe deles; só em 1943, o Dr. Walery, já morando em Águia Branca, mandou o Boleslau Ruczycki, seu preposto em São Gabriel da Palha, promover a abertura de colônias no baixo Rio São José, admitindo o assentamento de colonos nacionais.

De São Gabriel da Palha à derrubada do Valério se ia por uma picada aberta na mata; c.1948, o madeireiro Moacyr Brotas abriu um varadouro de carretas até o Córrego Bley; ali Raulino Costa Filho botou uma farmacinha para atender as urgências dos pioneiros; por volta de 1950, ele botou seus fármacos em balaios e os levou picada a dentro até o Patrimônio do Valério; e abriu lá um posto de socorro médico; já havia muitos corajosos nas clareiras abertas.

C. 1952, ele comprou uma camionete; mas, ela só ia até o Bley; daí até o Valério era ainda uma picada na mata; Eduardo Glazar teve que levar um motor diesel para sua máquina de pilar café em cima de uma zorra puxada por um terno de bois; havia brejos e subidas que dificultavam o transporte; mas ele não desanimou conversou com os colonos para abrirem um varadouro de enxidão, nos fins de semana.

Antônio Rufino não acreditou na empreitada: “vale minha égua” como você não vai conseguir; é muito serviço; até que num sábado chuvoso, a poder de gasolina e feijão, a furreca, depois de muito resfolegar, brotou vitoriosa na rua do Valério; foi tanto foguete, segundo o Jorge Costa (filho do Raulino) que o céu ficou todo esfumado e o estoque da venda do Pirschner zerou; teve pião que dormiu bêbado no meio da rua; e o Rufino perdeu a égua.

XIV. Butim

Parece que o Espírito Santo nasceu com o estigma de servir de pombo-de caça; ser objeto da cobiça de gananciosos; tornar-se um filão farto sonhado por espoliadores; conformar-se com a maldita sina de ser um butim, sem nunca ter entrado em guerra; e a história do Brasil conta fatos eloquentes desse calvário atroz.

Em 1534, para “facilitar” a colonização do Brasil, Portugal dividiu nosso espaço de então, nas chamadas “capitania hereditárias”;

foi um jeito esperto de fazer a primeira privatização de nossa história, com a venda de terras a particulares, interessados em explorá-las. O governo luso disponibilizou ainda presos/condenados que seriam degredados para esse esforço colonial.

O Espírito Santo surgiu abençoado pelo nome e com uma delimitação invejável; não fossem os fatos posteriores, hoje teríamos boa parte o estado de Minas, com domínio até o interior de São Paulo. A fazendona foi logo comprada pelo capitão Vasco Coutinho, um português que tinha ficado rico nas Índias; ele juntou o que pode e rumou para cá.

A Capitania foi um fracasso; Vasco era beerrão e fumante (seria como um cheirador de hoje); para completar nosso azar, nossa topografia acidentada prendia o colonizador no litoral, como se fosse um caranguejo; depois de muita guerra injusta contra os índios, a façanha mais notável dos lusos foi fixar numa ilha litorânea uma cidade a que denominaram equivocadamente Vitória. Isto não evitou que, depois de tempos e datas, a desditada terra fosse devolvida ao reino português e vendida a um fazendeiro baiano para exploração mineral.

O ouro tinha sido descoberto nas Minas Gerais, o que provocou o fechamento do rio Doce à navegação; o fazendeiro nada achou por aqui digno de esforço; a vantagem da castração fluvial do grande Rio, como diz o Claudio Lachini, foi ter resguardado virgens as matas do nosso norte, depois colonizadas por imigrantes italianos, alemães, poloneses e seus filhos, principalmente. Só depois de 1920 é que iríamos garantir a posse e o domínio de boa parte da antiga sesmaria; já havíamos perdido para a Bahia e para Minas Gerais boa parte das terras originais.

XV. A Mata

Para quem mora por aqui, não é difícil imaginar como devia ser a região quando o Brasil começou a ser colonizado entre os séculos XV e XVI. Tudo verde. A floresta densa, fechada. E dentro dela o índio brabo, valente. Mais exatamente, os corajosos aimorés.

Na HISTÓRIA DE SÃO MATEUS de Eliezer Nardoto e Herinéa Lima (São Mateus, 1999) lemos à página 19: “Alguns aimorés eram antropófagos e, diz Acioli de Vasconcelos, desceram da Serra que acompanha a costa e viviam em grupos, sob o governo de um cacique. Não usavam roupa alguma e manejavam o arco e a flexa com muita destreza para a caça e a pesca. Sabiam contar até quatro.”

Outro autor, Rogério Medeiros, se encanta com o vigor deles: “Já no século XVI, eram considerados maiores e mais robustos que os outros índios.” (ESPÍRITO SANTO, Encontro de Raças, pág. 171).

Eles viviam num paraíso. Não é difícil imaginar. Como caçadores e coletores, a floresta lhes fornecia o necessário à sobrevivência. Só as brigas entre os grupos lhes tiravam a paz. O espaço era grande. A felicidade também. Como me disse Ruzschisky, da imigração polonesa, parodiando as Escrituras Sagradas: Eram como “as aves do céu”. Mas, veio o branco.

Garantida a posse e o domínio da terra pelos portugueses, o europeu logo enviou viajantes para conhecer a área. Esses viajantes produziram relatórios, textos que descreviam a mata. Foram muitos no Espírito Santo. Levy Rocha em VIAJANTES ESTRANGEIROS NO ESPÍRITO SANTO cita Jean de Léry (1557), Luiz Dalincourt (1832), Barão von Humboldt (1800), Johann Moritz Rugendas (1821), Maria Graham (1821), Charles Landseer (1825), Coronel Eduardo Jacob Brides (1826), Dr. Johan Julius Linden (1836), Theodor Peckolt (1847), Roberto Wartons e Benjamin Hunter (1870), João de Monlevade (1826), Lourenço Aquiles Lenoir (1827), João

Diogo Sturtz (1841), Dr. Tolsner (1860), Eduardo Wilberfoce (1851) e muitos outros: Wied, Freyreiss, Sellow, Grigory Ivanovitch Langsdorf, Ludwig Riedel, Saint Hilaire (publicou um relatório famoso), Prinz von Wied-Neuwied, João Théodore Descourtilz, Auguste Francois Biard Jean-Jacques de Tschudi, Princesa Teresa da Bavieva.

Como se vê, foram muitos. Todos certamente encantados com nossa mata. Levi Rocha narra tudo com detalhes. No Norte do rio Doce, as matas permaneceram majestosas até o início do século XX Incrível.

Mas tem dois viajantes que nos interessam especialmente.

Primeiramente, trata-se do geólogo canadense naturalizado norte-americano Charles Frederik Hartt. Ele esteve por aqui em 1865/66. É conhecido por ter medido o nível do mar no Penedo existente na entrada do porto de Vitória.

Hartt esteve na lagoa Juparanã e ficou maravilhado com a mata vizinha. Diz Levi Rocha: “Com o seu companheiro Copeland, Hartt, descendo de Linhares, depois de explorar a lagoa Juparanã, recolheu uma grande coleção de peixes no Rio Doce, destinada ao Prof. Agassiz. Na foz do Mutum, pescaram espécimes de peixe-serra”.

A imponência da vegetação mereceu esses comentários, em seu livro: “Em parte alguma do Brasil, nem mesmo no Pará, vi floresta mais exuberante do que a do Rio Doce”. E, continuando: “A floresta forma uma muralha ao longo do rio, tão densa que o olhar não penetra em sua sombra”.

O principal artigo de exportação que notou, não foi o jararandá e, sim, o pau-rosa, que já estava escasseando, devido à procura. Viu abundância da copaíba, do pau-brasil e da supacaieira, cuja castanha, semelhante à do Pará era alimento, “aprenderam a comer com os macacos.” (Levi Rocha, pág. 125)

Vivo neste Norte do Estado desde que nasci. Nunca ouvi falar, mesmo conhecendo de perto nossa mata maravilhosa, em pau-rosa e pau-brasil, por aqui. Devem ter sido procurados até acabar.

Mesmo com a mata em pé. Havia uma proteção natural para ela: o rio Doce de um lado e o rio São Mateus do outro. Os baianos, que chegaram a ser donos da Capitania do Espírito Santo, usaram esses canais para penetrar em nossa terra. Aí estão São Mateus, Nova Venécia e Linhares com seus troncos familiares baianos. Mas a nossa Capitania (Estado) ficou pequena.

Em segundo lugar, temos um viajante que passou por aqui. Passo a palavra a Levi Rocha.

XVI. Steains

O viajante e naturalista William Steains foi outro estrangeiro que andou pelo Rio Doce, segundo documentou o JORNAL DO COMÉRCIO. A 7 de junho de 1885, ele partia do Rio de Janeiro no pacote MAYRINK, rumo a Vitória. Esteve na vila de Linhares, no Guandu, em Figueira e nos afluentes do norte do Rio Doce: São José, Pancas, Suaçu Grande e Tambacuri. Sua viagem foi relatada à Régia Sociedade de Geografia de Londres, que a divulgou no seu Boletim, com um mapa da região explorada. Steains estimou em sete mil o número de botocudos existentes nas matas virgens do norte do Rio Doce. Mencionou o pau-brasil encontrado nas cabeceiras do rio São José e as lavras de ouro que a tradição afirmava ter havido, outrora, na região, bem como o ouro que fora achado nas vizinhanças do Coité; os cristais de rocha, em Onça (Pedra da Onça ou Cachoeira da Onça?), e sinais de minério de ferro observados em alguns locais por onde passou. Ele corrigiu o erro que os mapas, até então conhecidos, cometiam ao representar os rios São Rafael e Preto como desaguando na lagoa Juparanã. Verificou que o único rio tributário da lagoa é o São José, do qual ele se considerou como

o primeiro explorador. Em suas margens, deparei com os índios pojichás, tribo constituída dumas setenta pessoas, com a qual só consegui entrar em contato no Pancas, anotando alguns dos seus aspectos e costumes. (Estes índios tiveram um trinte fim. Veja Rogério Medeiros, obra citada). Observou que se casavam muito novos: um rapaz duns vinte anos havia casado com uma menina de nove anos. Eram longevos; aceitavam a poligamia, mas raro o índio que tinha mais de uma mulher. O explorador estimou a população de Figueira (Governador Valadares ou Itarana?) em setecentos habitantes pobres: observou que o café do Guandu, levado por terra, a Vitória, gastava dez dias de viagem: assinalou que, nessa povoação, ainda existiam uns quatro ou cinco norte-americanos, remanescentes dos colonos imigrados após a Guerra de Secessão. Em janeiro do ano seguinte (1886), ele descia até São Geraldo, estação da Estrada de Ferro Leopoldina, regressando ao Rio de Janeiro (págs.28 e 29).

Muitas e preciosas informações. Sublinhei algumas. Ele estava diante da maior biodiversidade do planeta, da qual só resta uma amostra de 7%. “Foi tudo destruído em 30 anos (1940-1970)” disse Almir Bressan no programa da *TV Gazeta BOM-DIA ES* em 28.12.1999.

Penso que o nome Cachoeira da Onça tenha sido colocado nessa época, por afinidade semântica à denominação que lhe davam os índios: JAGUARYBE

Sobre nossas matas, ele falou em 1886:

Os imensos tractos (regiões) de floresta virgem, estendidos para o lado norte do Rio Doce, até hoje não foram tocados pela mão do homem civilizado, e, ahí, na sua obscuridão, está o respeitoso esconderijo, que oferece seguro refúgio às

numerosas tribos dos selvagens índios Botucudos, que por aqui erram exatamente no mesmo primitivo estado de barbária como aquele no qual os seus antepassados viviam a quasi quatrocentos annos antes. (OS ÍNDIOS DO RIO DOCE, pág. 111).

Eram duas as causas desse isolamento: A difícil navegabilidade do rio Doce acima de Baixo Guandu e a criação por Portugal de uma “zona proibida” a fim de evitar o contrabando do ouro mineiro. Só em 1800 (ou 1878?) Linhares fora fundada com o Quartel de Coutins, por Rodrigo de Souza Coutinho, o Conde de Linhares.

Mas, os índios daqui estavam com os dias contados. Em 1906 o trem de ferro veio de Vitória a Colatina. Lá, em 1928, a ponte sobre o rio Doce foi inaugurada. Em Minas Gerais, a ocupação da margem norte do rio Doce tinha começado a partir de Resplendor em 1916.

Steains viveu, testemunhou um momento raro e decisivo: A entrada do homem branco e a presença do índio em nossas matas.

XVII. As Posses

Como um “sertão desconhecido”, o noroeste do Espírito Santo passou a ser invadido por aventureiros e fugitivos da Justiça a partir do início do século XX, especialmente o espaço que seria conhecido posteriormente como CONTESTADO; os mineiros não tinham saída pro mar e ele não estava longe de onde eles já estavam; na história de ECOPORANGA, Renato Pacheco e Guilherme Santos Neves informam que, por volta de 1928, duas frentes de desbravamento, uma mineira e outra capixaba, se encontraram nas matas da região; eram pioneiros buscando assentamento nas terras ainda despovoadas; essa onda de posseiros penetrou também nas matas

do alto rio São José, atingindo os atuais municípios capixabas de Alto Rio Novo, Mantenópolis e Águia Branca, situados nas cabeceiras dos rios que formam a bacia desse rio; em 1928, foi inaugurada a ponte sobre o rio Doce em Colatina; sem muitos colonos dispostos a se estabelecer no desconhecido, o estado do Espírito Santo buscou fora gente que enfrentasse essa dura tarefa.

XVIII. Águia Branca (ES): A Fênix Polonesa (Resumo da colonização polonesa no norte de Espírito Santo)

Em 1928, era inaugurada a ponte sobre o rio Doce em Colatina; o Governador Florentino Avidos dava um passo certo no sentido de salvar o resto do território ao norte, já ocupado por gente de outros estados, reduzindo sempre mais o espaço da antiga capitania do Espírito Santo; Colatina virou a “boca” do sertão, das matas.

No mesmo ano, o estado assinava com a TOWERYSTWO KOLONIZACJSNE (COMPANHIA DE COLONIZAÇÃO), representada por seu procurador Dr. WALERJAN KORZAROWSKI, um contrato em que concedia 50.000 ha de terras nas cabeceiras do rio São José (afluente da margem esquerda do rio Doce e que tinha sido percorrido em 1883 pelo viajante inglês Willian Steains) para assentamento de 1800 famílias de imigrantes poloneses; o prazo pactuado foi de 8 (oito) anos.

O noroeste do ES não tinha limites de fronteiras estabelecidos; só em 1963 seria feito um tratado provisório com Minas Gerais, relativamente a uma “zona litigiosa”. Premido pelas circunstâncias, o ES agiu com intempestiva temeridade, pois:

1. Não havia essa área disponível.
2. A área existente estava invadida por posseiros e cheia de pedras gnaisses.

3. A parte final do trajeto tinha que ser feita dentro da mata, com as crianças viajando dentro de caixotes.

4. Após o desmate, ocorria um ataque maciço do mosquito anofelino, causador da febre palustre, para cujo enfretamento o estado não se preparara.

5. Não havia sido montada qualquer estrutura para comercialização dos produtos agrícolas.

Malgrado as condições adversas, nas 3 anos seguintes chegaram em torno de 90 famílias, que enfrentaram dificuldades imensas; embora tivessem comprado suas terras desde a Polônia, os imigrantes respeitaram as posses e se tornaram amigos dos invasores; pra aguentar, alguns colonos iam a pé a Colatina vender raízes da mata; dormiam debaixo da ponte e voltam trazendo remédios e víveres; alguns fugiam para outros lugares com a roupa do corpo, a pé, como a família Acsacki depois de matar para comer o único boi que tinha. Os Aniszewski caçavam jacarés no rio Pancas para sobreviver.

Em 1932, não vieram imigrantes; em 1933, a Polônia mandou o ministro plenipotenciário Tadeu Grabowski visitar a colônia, e ele, diante da penúria dos conterrâneos, firmou um pacto de espera com o governo estadual; entrementes o Dr Walerjan conseguiu fortalecer os laços dos seus patrícios com os posseiros nacionais, criando um clima de boa-vontade e entendimento entre os colonos; uns poucos já moradores de outros endereços nacionais chegaram ao núcleo nos anos de 1934 e 1935.

Em 1936, vencido o prazo inicial, o Interventor Bley, considerado amigo próximo dos poloneses, tem um encontro formal com o Dr. Walerjan (ou Walery), e lhe concede novas áreas situadas no médio e baixo rio São José, estendendo por mais 10 anos o tempo para abertura de novas colônias; chegam o padre Francisco Sokul como administrador e o médico recém casado Janus Zak. A TK

abre escritório no córrego Beija-Flor, a 3 km de São Gabriel da Palha e ali passam a morar o médico e Boleslaw Stephan Ruszyczki, um veterinário que viera nos anos iniciais.

Vinham poucos imigrantes agora, certamente porque se espalhara a má-fama; houve o caso do vapor Pulaski, que trazia mais de 40 famílias com destino ao núcleo Orzel Bialy (Águia Branca) e que se desviaram para outros endereços. Apesar disso, os poucos que se dispunham, inclusive alguns vindos de Montes Claros (1º núcleo) e Águia Branca (2º núcleo) juntaram-se em São Gabriel da Palha (3º núcleo) e partiram para abrir WALERJAN (4º núcleo); agora não havia invasores, nem pedras, mas o terrível mosquito anófeles procriava sobre as folhas e poças com alguma água.

Em 1939, ocorrem dois golpes fatídicos, trazendo um desfecho trágico sobre a destemida coragem da águia polonesa na mata capixaba:

- 1) Aqui, a febre do impaludismo ceifa a vida de quase 40 colonos.
- 2) Na Europa, a suástica alemã invade a terra dos bravos colonos.

Dr. Walery (ou Walerjan) se muda do Rio para Águia Branca; curte ali a dor de um drama lancinante. Vila Valério continua mata; São Gabriel da Palha segue crescendo, agora contando com o braço de muitas origens. Águia Branca, onde a estrada prometida em 1928 só chegaria em 1941, entra em compasso de espera, com um desenvolvimento reforçado por gente vinda de vários lados. Padre Francisco Sokul e Janus Zak, foram embora; só em 1943, Ruszyczki voltará a Vila Valério para completar a distribuição de colônias, agora para gente vinda do sul do estado. Lá só existe 1 descendente de polonês.

A colônia de Águia Branca, como diz Rogério Medeiros, foi construída com imigrantes poloneses “seduzidos e abandonados”. Além da atenção do Governo Polonês, desde o Padre Ignacy Pozadzy em 1930, ela contou com certeza com a assistência dos padres

católicos; recentemente vem cuidando dos poloneses e polônicos lá existentes, em especial, o Padre Zidslaw Malczewski; ele é o grande responsável pela construção lá da bela CASA POLONESA; os imigrantes e descendentes sempre mantiveram um grande sentimento para com as raízes, que no passado se comprovou pela arregimentação de voluntários para lutar pela libertação da Terra-Natal na IIª Guerra Mundial e hoje se evidencia na comemoração em Águia Branca, no dia 03.05 — dia nacional da Polônia — do DIA DO IMIGRANTE POLONÊS, conforme Lei estadual 9.093 de 23.12.2008

No dia 02 de maio de 2009, a ASSOCIAÇÃO POLONESA DE ÁGUIA BRANCA promoveu uma solenidade comemorativa dos 80 anos da imigração polonesa para Águia Branca; (<https://picasaweb.google.com/118206413994832289324/OCONVITE#5658453706519817906>); entre muitos, estiveram presentes os religiosos Padre Zdzislaw Malczewski e o bispo da diocese de São Mateus, Dom Zanoni Demettino Castro.

No ano de 2011, ocorreu em Águia Branca, hoje um endereço capixaba, com certeza, um fato auspicioso para o fortalecimento das raízes e sentimentos do povo em geral e dos descendentes dos bravos pioneiros eslavos: no dia 05/05/2011, houve um concerto musical pela ORQUESTRA FILARMONICA DO ESPÍRITO SANTO, quando se fez presente o Sr. Jacek Such, Consul Geral da REPÚBLICA DA POLÔNIA no Brasil, cumprimentado em pessoa pelo Maestro Helder Trefzger; foi um grande momento, uma celebração da prosperidade hoje visível em Águia Branca, em São Gabriel da Palha e em Vila Valério; pode-se dizer que a Águia Polonesa, qual fênix rediviva, pairou nos céus capixabas, para celebrar o feito daqueles heróis imolados que vieram construir conosco o ambiente em que vivemos.

XIX. *Riemigrazione*

PADRE MANOEL SIMON. Sob a sua liderança, um grupo de italianos, dentre os quais muitos trentinos (Bernabè, Libardi, Vettorazzi e outros) abandonaram as terras do IV Território da ex-Colônia de Rio Novo e transferiram-se para a Fazenda do Centro (município de Castelo). Haviam se passado 35 anos da chegada daqueles trentinos ao Espírito Santo. (GROSSELLI, 1987, pág. 401).

O processo de migração interna, a *riemigrazione* apontada nos inícios pelo Grosselli teria continuidade incrementada no estado do Espírito Santo e acabaria por transpor o limite estadual, dentro da antiga saga italiana de desvendar o mundo (*velare il mondo*) de que fala Luigi Barzini; pode-se dizer que a criança italiana nasce “com formiga nos pés”, tamanho é seu calor nômade.

Um índice da importância da imigração italiana para o Espírito Santo — embora hoje não tenhamos aqui um consulado da terra de origem — é a circulação em 1895 em Vitória do jornal *L'IMMIGRATO*, mesmo que tenha tido duração efêmera)

Isto acabou por criar uma *italianità* capixaba, como já registrou Rogério Medeiros:

No mínimo, 60% do sangue que corre na veia dos capixabas são de procedência italiana. Esta é uma constatação que não se encontra entre os escritos dos historiadores, mas na convicção dos estatísticos. Essa quantidade de descendentes de italianos no Espírito Santo resultou na sua presença maciça na vida do estado. Hoje, não há atividade, em que campo for, que não tenha vários netos ou bisnetos de italianos participando. Planejadores de renome no país, como o ex-presidente da companhia Vale do Rio Doce Eliezer

Batista, destacam esse fenômeno étnico como a principal vantagem que o Espírito Santo leva sobre os demais estados brasileiros: “Eles são engenhosos, trabalhadores, e o progresso do Estado, sem dúvida, é levado pelas suas mãos.” Eliezer, um apaixonado pelo Espírito Santo, costuma utilizar-se da predominância do oriundo italiano na sua economia como a melhor garantia para os investidores que atrai para o Estado.

Nos dias atuais ocorre este fenômeno a nível nacional; assistindo-se ao *GLOBO RURAL* matutino, ou ao *PEQUENAS EMPRESAS, GRANDES NEGÓCIOS*, pode-se verificar uma grande quantidade de “oriundi” que se espalham pelas novas fronteiras agrícolas e indústrias que pipocam Brasil afora; os antigos Giovanni e Giuseppe agora se metamorfoseiam em empresários do campo e também da cidade: agora são o “José Rossi” ou o “João Martinelli”.

XX. Como Surgiu São Domingos do Norte

Há 80 anos, entre Colatina e Nova Venécia, a terra era toda coberta por matas com um reino vegetal e animal exuberantes, inclusive uns poucos índios que ainda resistiam. O “Presidente” do Espírito Santo, Florentino Ávidos, mandou abrir uma picada ligando os 2 núcleos. As cachoeiras eram destacadas por uma clareira aberta na mata. Gastou-se em torno de 30 dias para completar a tarefa.

Em 1926, 5 pioneiros saíram da Cachoeira da Cobra (fugindo da febre malária do rio São José) e subiram o córrego Sabiá até onde este recebe o córrego São Gonçalo. Dali, subiram mais e vieram até a cachoeira que está logo abaixo desta cidade. Ali marcaram em um pé de palmito brejaúba a data do dia: 23 de junho de 1926. Os homens eram: Bertolo Malacarne (Colonizador autorizado peio

Estado), Nelson Costa (seu sócio), Francisco Malacarne, meu pai, interessado em comprar terra), José Francisco (trabalhador com foice) e José Mesquita (agrimensor).

Em 1927 começaram a chegar os primeiros colonos. Eles se dirigiram inicialmente para onde o córrego São Gonçalo encontra o córrego Sabiá. Podemos citar Fortunato Taqueti, Sebastião Tomaz, Pedro Silvestre (vuígo Pedro “Polaco”) e o índio Jozino Oliveira (vulgo Josino “Caçador”). Interessante que este índio tinha uma espingarda e não errava um tiro. Meu pai observou que ela tinha o cano torto. Levou para retificar em Colatina. O índio passou a errar. Levaram novamente para entortar. Ele voltou a ser o matador de caça supridor de carne fresca do grupo.

Em 1930, tio Bertolo contrata com Jozino a formação de uma lavoura de café em terras próximas ao atual córrego do Café, que desagua no córrego São Gonçalo (ou São Domingos), no bairro chamado “Niterói”, em São Domingos do Norte. A estrada que vinha de Colatina chegou por volta de 1933. O lugar era conhecido como “CAFÉ”. Começou a formar-se o núcleo. Os lotes eram vendidos pelos Irmãos Próspero e Orlando Bortoloti, que chegaram de Colatina naquele ano e compraram de Bertolo uma colônia na margem esquerda do córrego que passa na cidade. A estrada subiu a serra da Mula e tomou o rumo de Águia Branca. Em 1934 chegou na fazenda de José Novaes (Montes Claros) onde ficou parada até 1940. O lugar e o córrego São Gonçalo passaram a se chamar São Domingos, nome do santo entronizado na recente capeia, construída por volta de 1937, e onde foi colocada uma pequena imagem do santo, doada por meu pai.

Em 1936, segundo minha mãe, São Domingos tinha nove baracas de palha. O lugar passou a receber habitantes que se tornariam emblemáticos na história inicial do lugar. Podemos citar: Os irmãos Bortoloti (já estavam aqui desde 1933), Henrique Rodrigues

Santana, José Mesquita, Manoel Ezequiel, Clério de Alcântara Espíndula e Fioravante Giuberti. E as lavouras de café se multiplicavam nas colônias recém-abertas nas vizinhanças.

O primeiro transporte coletivo para Colatina foi feito com um caminhão adaptado para “pau-de-arara” pelo motorista Arvelo Salaroli, que morava em Marilândia. Em 1943, Fioravanti Giuberti botou um ônibus que fazia o trajeto Colatina–São Domingos–Águia Branca. Estava batizada a grande empresa de transporte coletivo nascida no norte do Estado, a Águia Branca

Podemos e devemos fechar este rápido apanhado histórico com chave de ouro. Foi a criação da primeira escola de São Domingos. Antes da escola, eram dadas aulas particulares peio Domício Falcão, o “Avico”, que era dono de uma pensão por volta de 1936. A escola funcionava na primitiva capela feita pelos pioneiros, que ficava ao lado da atual igreja católica. A professora vinha de Colatina e se chamava Maria José Ferrari. No ano de 1946, a escola estava em prédio novo, localizado onde hoje está o INCAPER. Ali, minhas professoras, entre 1949 e 1952, foram, pela ordem, Nila Romaneli, Ana Maria Scherrer, Elvira Lorencini de Almeida e Aciolina Simões Espíndula. São Domingos do Norte tem, desde seu nascimento, um profundo elo com a educação; de 1949 a 1950, quando mudei para perto da Cachoeirinha do Malacarne (saída para São Gabriel da Palha), saía cedo da barra do Córrego da Mula (encruzilhada para Águia Branca) e ia a pé para a antiga Escola “Esmerino Gonçalves”, que ficava onde hoje é o INCAPER em São Domingos do Norte; ali era o endereço das letas e dos números.

XXI. Como Surgiu São Gabriel da Palha

Até 1920, a terra entre Colatina e Nova Venécia, no noroeste do Espírito Santo, era toda coberta de matas. Minas Gerais estava

invadindo o pouco de área que nos sobrou da antiga Capitania do Espírito Santo. Em nosso Estado, especialmente no Sul, havia colonos, imigrantes e aqui nascidos, com falta de espaço para criar suas famílias com dignidade. O índio já havia, em grande escala, sofrido a continuidade do processo de espoliação iniciado em 1.500. Havia ainda alguns por aqui. Eles não aceitaram se aldear em Pancas. Andavam nômades, coletando e caçando, e se encontravam numa cachoeira a que denominavam Jaguaribe. Jaguar é onça e ibe é cobra. Pode ser uma das duas quedas d'água do rio São José.

Assim, em 1923, o presidente do Estado Nestor Gomes cria em Colatina a Companhia Territorial para gerir a colonização da área. Logo, em 1924, assume como presidente do Estado, a figura histórica de Florentino Avidos. No ano seguinte, Avidos manda uma turma guiada por Cícero Morais abrir uma picada na mata para ligar os dois extremos. E começa a construir sobre o rio Doce uma ponte que deveria iniciar uma estrada de ferro ligando Colatina a São Mateus. Até parece um “repeteco” do sonho da Madeira-Mamoré. Só que aqui a estrada não teve mais que 7 quilômetros partindo de Colatina e chegou a Nova Venécia partindo de São Mateus, graças à família Cunha, do Barão de Aimorés. Mas, em 1928 foi inaugurada em Colatina a ponte sobre o rio Doce.

No mesmo ano de 1928, o Estado firma com a TOWARYS-TWO KOLONIZACJISNE da Polônia um contrato para vinda de 1.800 famílias de colonos para Águia Branca (Orzel Bialy). E, em 1929, firma com a Empresa MALACARNE & COSTA um contrato de colonização do médio rio São José. Bertolo Malacarne já atuara em Marilândia desde 1923 e vinha atuando na Cachoeira da Onça desde 1925, autorizado verbalmente pelo Estado.

O novo presidente do Estado, em 1929, era Aristeu Borges de Aguiar. Ele desistiu de construir a ferrovia (certamente por falta de dinheiro) e deu aos madeireiros esta incumbência. Em 1930, ela

saía de Colatina. Em 1934 ela chegava a São Domingos. Em 1936, ela chegava a São Gabriel. Em 1940, ela chegava a Águia Branca (construída pelos presos). Era uma trilha precária, dentro da mata. Mesmo assim, um madeireiro de Colatina, Heitor Alencar, botou um transporte coletivo ligando Colatina a São Gabriel.

Já havia por aqui muitos colonos. De acordo com os livros da firma MALACARNE & COSTA, em 1925, adquiriram terras Eugênio Malacarne, Francisco Malacarne (meu pai), Antônio d'Agostini, Luiz Marchete, Ettore Curban, João Fregona, Sebastião Thomaz de Alencastro, João e Pedro Cocini, João Ardisson, José Pecin, Pascoal Fuzer, Júlio Fuzer, Pedro Salvador e Pedro Malacarne. Em 1926 compraram Irmãos Bastianelli, José Pilon, Apostólico Venturim, Ettore Dalto, João Feretti, José Roseti Cordeiro e Germano Gerhart. Em 1927, Ângelo Bravim, José Dalto, Baptista Bragatto, Ernesto Bragatto, Victor Bragatto, Pedro Bragatto, José Bragatto, Victorio Breda, Sebastião Breda, Joaquim Liberato, Nelson Pinto Costa, João Perim. Em 1928, José Pilon, Ângelo Pilon, José Dalto, Antônio Pilon, Sebastião Gomes, João Frigini, Jacomo Pezzini, Antônio Pezzini, Áureo Roir Ferraz, João del Pietre, Antônio Suzano, Caetano Vanini, Joaquim Liberato e irmãos, José e João Figueira, Alexandre Moscon, Fortunato Taquetti, Dante Pedro Cocini, Luiz Adrição, Nicola Calabrez, Alexandre Godio, Agenor Perim, João Ferretti, Ponciano Falcão, Reynoldi Gervazio. Em 1929, compraram terras Ernesto Bragatto, Severiano Venturim, Jacomo Lorenzoni. Pedro Machado, Agenor Perim, Antônio Pillon, Francisco João Antônio Bastianello, Antônio Pecin, Francisco Bizio, Ângelo Spadeto, João Pasti, Fidelis Ferrari, José Callegari, Pedro Spadeto, Luiz Colombi, João Colombi, Caetano Spadeto. Em 1930, Antônio Lorenzoni, Telêmaco Scalfoni, Pedro Tartaglia, Francisco Tartaglia, Bernardo Mantovanelli, Serafim Servegnini, Miguel Servegnini, José Guilherme Bermond, Elias Scalfoni, Natal Cossi, Ernesto Catani, Virgínio Baldi, Pedro Colombi, Ernesto Camillo, Antônio Colombi,

Mansuetto Colombi, Vicente Colombi, Baptista Colombi, José Colombi, Caetano Cavatti, Bino Zani. Não há registro de entradas de colonos nos anos de 1931, 1932 e 1933. Muitos não ficaram. Outros nem vieram. Outros ainda compraram mais de uma área. Em 1934, venceu o contrato que MALACARNE & COSTA (Nelson Costa era o guarda-livros da concessionária) tinha com o Estado. Bertolo queria fundar um núcleo na margem direita do rio São José.

Reuniu uns 40 braçais que começaram a abrir picadas na mata desde a Cachoeira da Onça (onde dava febre malária “até em macaco”), no limite sul de sua propriedade até o extremo oposto, ao norte, onde está hoje a sede da Coaabriel. Ali abriu uma clareira na mata e passou a doar lotes a quem fizesse uma “barraca de palha”. Disse-me o Eduardo Glazar que a área deste extremo norte foi trocada por Bertolo por outra infestada de mosquitos anofelinos.

Quando os madeireiros de Colatina chegaram por aqui, em 1936, as barracas ainda existiam. Os poloneses vieram de Águia Branca, descendo o rio São José, por volta de 1937 e deram novo impulso ao esforço de colonização, no rumo de Vila Valério. Encontraram o mesmo panorama no núcleo. Na periferia, os novos colonos chegavam, às vezes a pé, para ocupar as terras ainda virgens; é dessa data, a primeira foto (que conheço) dos inícios de nosso núcleo. As barracas de palha já não existiam mais. Ficaram no nome: SÃO GABRIEL DA PALHA.

XXII. Vila Valério: Fênix Polonesa

Em 1928 só tinha dois municípios no norte capixaba: Colatina e São Mateus; as divisas entre os dois eram incertas e não sabidas; e para complicar, os estados vizinhos penetravam e se empossavam de nosso já exíguo território.

A ponte sobre o rio Doce tinha sido inaugurada pelo grande Florentino Avidos naquele ano; no ano seguinte já chegavam os primeiros poloneses em Águia Branca conduzidos pelo Dr. Walery Korzarowski; lá, muitas terras já estavam invadidas por posseiros, alguns fugitivos da Justiça; o agrimensor polonês era Stephan Ruczicki, que obrigado a trabalhar no meio de “lobos”; mesmo assim, muitos polonos ficaram sem terra.

Em 1936, o Interventor Bley concedeu a eles novas áreas situadas no baixo rio São José; eles vieram abrir um escritório em São Gabriel da Palha, que já tinha sido iniciada em 1925; a casa deles ficava no córrego Beija-Flor, na saída de São Gabriel da Palha para Vila Valério.

O ano de 1939 foi fatídico para os imigrantes; levaram 2 golpes trágicos:

1) Andando pela mata virgem, chegaram a um afluente do rio São José e lhe puseram o nome de Valério, em homenagem a seu líder Walery; mas foram atacados pelo mosquito da malária e morreram mais de 50.

2) Na Europa, o desatinado Hitler invadiu a terra deles.

Abandonaram o médio rio São José.

Em 1943, o agrimensor Ruczicki voltou e passou a vender terras aos pretendentes nacionais, já que não vinham mais poloneses; em 1949, o Patrimônio do Valério já constava do mapa, embora a estrada, feita pelos madeireiros de Colatina, saindo de São Gabriel da Palha só fosse até o Córrego Bley; ela só chegaria em Vila Valério em 1952, quando Ângelo Dalla Bernardina, de Colatina, colocou pra lá uma lotação para transporte coletivo.

De 1949 a 1952, o Patrimônio do Valério, pode-se dizer, foi uma terra sem lei; o banditismo era generalizado; o uso de armas de fogo foi liberado para “enfrentar a sanha dos bichos”; coube a um fotógrafo de Colatina — Américo Gava — que lá chegava andando

pela mata, fazer alguns registros desse tempo pioneiro — nem sempre afinado com os bons princípios.

O dirigente dos assentamentos de colonos no Valério era Boleslau Ruczicki e ele morava em cima de uma pedra, perto da estrada que passa na propriedade dos TIMM hoje; ali ele recebia os pioneiros acometidos pela malária; o povoado do Valério ficava uns 10 km pra frente quem vai pra Linhares; além de colonos lá havia também muitos destemidos; o Dr. Valery Korzarowski tinha destinado, desde 1948, uma área para formação de um aglomerado urbano; por volta de 1950, os tiroteios eram frequentes; num deles, o Zé Paulista matou o Zé Gavião a tiros de espingarda; o povoado vivia um clima de faroeste; não havia policiamento e o ajuntamento de gente ficava dentro da mata; além da febre malária, muitas vidas eram ceifadas pela violência.

Com a fixação de Vila Valério no mapa do médio rio São José, se chegou à constituição das quatro células municipais hoje existentes nesse espaço: Águia Branca, São Domingos do Norte, São Gabriel da Palha e Vila Valério. A bacia do rio São José, miolo do “sertão desconhecido do” norte capixaba passou a ter gente vinculada à capital Vitória; estava consumado o desbravamento de uma região que o Espírito Santo tanto demorara em ter a posse e o domínio.

Referências

1. CADERNOS

Poloneses no ES, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Colatina, 1972

Polônia, A Luta pela Liberdade-Memorial do RGS. Porto Alegre, sem data.

2. INTERNET

<http://gtneves.blogspot.com/2010/11/o-fazedor-de-pontes-noticia-historica.html>

www.ape.es.gov.br/projeto_imigrantes/municipios/

www.cidades.com.br/cgi-bin/cidade.cgi

www.encantoscapixabas.com.br/future/histcid.asp

www.estacaocapixaba.com.br

www.ipes.es.gov.br/institucional/projetos_ipes

www.mj.gov.br

www.oabes.org.br/servicosForuns

www.presidencia.gov.br/estr

www.proinfo.es.gov.br/verbetes/abranca/texto/verbete

www.proinfo.es.gov.br/ntecolatina/abrang/ceierab/

www.seculodiario.com.br/etnias/poloneses

www.tchr.org./braz/socctba/br

www.ui.jor.br/brasoes2

2. LIVROS

ARAÚJO, Alcy. Francisco Braz de et alii. *História de um Povo*. Gráfica Notícia, nnn.

CALIXTE, Marien. *Eu sou do Pancas*. Vitória: Gráfica Espírito Santo Ltda., 2002.

CALIXTE, Marien. *Florentino Avidos – Um homem à frente de seu tempo*. Vitória: Ed. Cidade Alta, 1998

COUTINHO, D. José Caetano da Silva. *O ES em Princípios do Século XIX*. Vitória: Estação Capixaba/ Cultural-ES

DE CAMPOS Jr, Carlos Teixeira. *A Formação da Centralidade de Colatina*. Vitória: IHGES, 2004

DIAGNÓSTICO SÓCIO-ECONÔMICO: *Águia Branca*. Vitória: Sebrae, 1998

ECO, Umberto. *Baudolino*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GLAZAR, Eduardo. *Brava Gente Polonesa*. Vitória: Helvética Prod. Graf. E Editora, 2005

- GOVERNO DO ES. Rio de Janeiro: Typo-Lithografia Pimenta de Mello & Cia, 1912.
- KILL, Miguel A. *Terra Capixaba – Geografia e História*. Vitória: Gráfica Sto. Antônio Ltda., 2002.
- LINS, Augusto Emilio Estellita. *Graça Aranha e o Canaã*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1967.
- MACHADO, Carlos B. *Colatina – Estórias para a História*. Vitória: Gráfica Sta. Maria Ltda., 1994.
- MADUREIRA, Carlos. *Contestando o Contestado*. Editora Cidade e Promoções Ltda., nn, 1993.
- MALACARNE, Altair. *São Gabriel da Palha*. Nova Venécia: Gráfica e Papelaria Cricaré Ltda, 2.000.
- MALACARNE, Altair. *São Domingos do Norte*. São Gabriel da Palha: Gráfica Gumieri, 2002.
- MALACARNE, Altair. *Águia Branca*. São Gabriel da Palha: Gráfica Gumieri, 2.004
- MALACARNE, Altair. *Vila Valério, de mata a Município*. São Gabriel da Palha: Gráfica Gumieri 2006
- MALCZEWSKI, Zdzislaw. *A Presença dos Poloneses e da Comunidade Polônica no Rio de Janeiro*. Varsóvia: Oficina Gráfica da Universidade de Varsóvia, 1998.
- MALCZEWSKI, Zdzislaw e Outros. *Projeções*. Curitiba: Gráfica Vicentina Editora Ltda., 2003.
- MEDEIROS, Rogério. *Espírito Santo – Encontro de Raças*. Rio de Janeiro: Reproarte Gráfica e Editora, 1997.
- MORAES, Ormando. *Por Serras e Vales do Espírito Santo*. Vitória: IHGES, 1989.
- MOREIRA, Thais Helena L. e PERRONE, Adriano. *Espírito Santo – História e Geografia*. Produção Independente, 2001.
- MURARI, Jonas Braz e outros. *História, Geografia. e Organização Social e Política do Município de Nova Venécia*. Vitória: Brasília Editora, 1992.
- NARDOTO, Eliezer. *História, Geografia & Economia de São Mateus*. São Mateus: ed. do autor, 2016

PACHECO, Renato José Costa e IGNATOWSKI, Wieslaw. *Poloneses no Espírito Santo*. Colatina: Imprensa Oficial, 1972.

PACHECO, Renato Jose Costa. *Os dias antigos*. Vitória: Edufes/Gráfica Santo Antônio, s. d.

QUEIRÓZ DO VALLE, Eurípedes. *Pequeno Dicionário Informativo do Espírito Santo*. Vitória: DIO, 1959.

REVISTA NOSSA, nº 25. Colatina: Ed. Princesa do Norte, 1986

RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIGO, Cidinéia Maria Costa. *Antes que o Jogo Comece*. Gráfica Aymorés, s. d.

ROCHA, Levy. *Viajantes Estrangeiros no Espírito Santo*. Brasília: Editora de Brasília Ltda, 1972

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce*. Belo Horizonte: Livraria Itatiaia Editora Ltda, 1974.

SCHAYDER, José P. *História do Espírito Santo*. Campinas: Ed. Companhia da Escola, 2002.

SEBRAE. *Águia Branca: Diagnóstico Sócio-econômico*. Vitória, 1998

SANTOS NEVES, Luiz Guilherme; PACHECO, Renato José Costa. *Ecoporanga – da concepção à vida adulta*. Vitória: Brasília Editora Ltda., 1992.

TEIXEIRA, Fausto. *Colatina Ontem e Hoje*. Colatina: Tipografia Comercial, Colatina, 1974.

VÁRIOS. *Adeus Itália*. Vitória: SECULT-ES, 2013

VÁRIOS. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, Volume VII. Rio de Janeiro: Editora IBGE, 1960.

ZANDONADI, Máximo. *Venda Nova do Imigrante*. Edição do autor, 1990

ZUNTI, Maria Lúcia Grossi. *Panorama Histórico de Linhares*. Vitória: UFES, 1982.

O POMERANO E A QUESTÃO NACIONAL: UM ESTUDO SOBRE O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

*Jefferson Ferreira Alvarenga **

Resumo: Este artigo debate o processo de integração do imigrante pomerano à sociedade brasileira mediante estudo de caso do estado do Espírito Santo. Na primeira parte desse estudo fizemos uma breve contextualização histórica dos pomeranos na história mundial e sua chegada à sociedade brasileira no século XIX, o que resultou em seu estabelecimento em várias regiões do Brasil, como, por exemplo, no estado do Estado do Espírito Santo. Em seguida, trouxemos a luz, os fatores que explicam as dificuldades do processo integração do imigrante pomerano à Nação brasileira, por uma série de variáveis como a religião, o espaço territorial concedido para esses imigrantes e, finalmente, a língua. Na parte final deste artigo, analisamos respectivos problemas de integração nacional até os dias atuais. Portanto, constatamos em nossa análise que os fatores descritos acima, implicaram no isolamento dessa comunidade de imigrantes, além de contribuírem para dificultar a integração do pomerano à sociedade nacional. Por fim, vale ressaltar que a nossa análise restringiu-se ao estado do Espírito Santo, por se tratar de uma região com grande quantidade de imigrantes pomeranos. Assim, procuramos fazer um estudo buscando o quadro teórico com diversos autores, principalmente, Max Weber, Benedict Anderson e Homi Bhabha, uma vez que eles debateram de forma satisfatória a questão do Estado-Nação e nos dão fundamentos para realizar uma análise satisfatória do objeto em questão.

Palavras-Chaves: Imigração. Pomeranos. História. Espírito Santo.

Introdução

De modo geral, o conceito *nação* adquiriu ao longo do tempo diversas formas de definições, assim os debates em busca por uma definição precisa para esse termo nunca foi satisfatório. Todavia,

* Professor, doutorando em História pela Universidade Federal do Espírito Santo.

não é objetivo deste trabalho iniciar uma discussão profunda sobre o conceito nação, porque isso já foi amplamente debatido por muitos estudiosos. Por outro lado, pretendemos neste mesmo trabalho utilizar os estudos de Max Weber (1994), Benedict Anderson (1991) e Homi Bhabha (2003), com o propósito de sustentar nossa análise em relação aos pomeranos.

Max Weber (1994) analisou em seu livro *Economia e Sociedade*, os elementos de uma *nação*. Entre esses elementos encontramos o sentimento de pertencimento a uma “raça”. Segundo Weber (1994, p.268), esse sentimento fortifica o caráter de comunidade e os laços que a compõem, desse modo, qualquer mistura étnica desqualifica qualquer indivíduo que pertença a uma comunidade étnica. Inegavelmente, para Weber (1994, p. 269), uma comunidade nasce a partir da diferença com outro grupo por meio da história do mesmo, ou por meio da questão étnica. Além disso, as diferenças de costumes entre povos podem alimentar um sentimento específico de grupo, ou mesmo de “honra” ou “dignidade”. Em geral, a comunidade em seu sentido profundo, conforme Weber (1994, p. 270) é antes de tudo uma crença concebida na comunhão de indivíduos que imaginam pertencerem a uma raça e é esse sentimento que gera o prestígio do próprio pertencimento comunitário. Disso, nasce uma crença de “honra étnica” dos membros, dos quais pessoas de outros grupos não participam, formando entre os membros uma espécie de estamento (WEBER, 1994, p. 271).

Ademais, uma comunidade nasce pela lembrança de suas próprias raízes históricas ou da lembrança de uma comunidade matriz. Em comunidades onde faltam tais lembranças, geralmente falta a comunhão de grupo (WEBER, 1994, p. 271). Outrossim, os “costumes” proporcionam o desenvolvimento de um sentimento comunitário, essa diferença que se distingue a outras comunidades, desperta uma ideia de “sangue estranho” que aparece em comuni-

dades diferentes. Entretanto, essa ideia de consanguinidade entre os membros da comunidade também é imaginada. Por outro lado, a tribo como subdivisão de uma comunidade política também é artificialmente criada, apesar de atrair todo um simbolismo de comunidade ou mesmo uma crença no pertencimento ao mesmo grupo étnico (WEBER, 1994, p. 274). A comunidade que é carregada de sentimento emotivo gera a noção de “nação”. Ainda por cima, a nacionalidade em seu sentido “étnico” corresponde a povo, termo este, aliás, sem nenhuma teoria. Aquele sentimento desperta uma ideia de língua comum, sentimento nacional e consequentemente uma noção de homogeneidade.

Seguindo a mesma linha de pensamento de Weber, Benedict Anderson (1991) analisa a *nação* como uma comunidade imaginada que cria uma origem em comum para os diferentes povos do mundo. Consoante a Anderson (1991), o capitalismo editorial proporcionou o desenvolvimento das línguas nacionais e consequentemente a um pensamento homogêneo na Europa, desse modo entre os séculos XVI, XVII e XVIII começaram a aparecer academias que oficializavam a gramática. Essa expansão do capitalismo editorial não foi muito diferente nas regiões latino-americanas, onde o mesmo capitalismo proporcionou um sentimento de união entre as comunidades, principalmente as criollas. Também, em ambos os casos, o surgimento do folclore e da história nacional reforçaram o sentimento de nacionalismo. Certamente isso não ficou restrito para as classes populares, pois a circularidade das ideias foi possível na região da Europa e América.

Por fim, Homi Bhabha (2003) defende que a crise nacional na atualidade se expande para o mundo global, em outras palavras, os povos e as nacionalidades estão dispersos pelo globo. Portanto, falar em *Nação* como algo complexo que remete hoje em identidade culturais, ou seja, em minorias sociais, que não estão nas mesmas

temporalidades. As fronteiras que separavam o imigrante de alguns Estados nacionais hoje desapareceram, em seu lugar aparecem fissuras, isto é, cidadanias que ainda não foram conquistadas (BHA-BHA, 2003, p.202).

Assim, o modelo de *nação* que vimos no século XIX praticamente desapareceu, contudo ainda buscamos nesse passado a tentativa de reafirmar aquele modelo. Essa tentativa de reafirmação vem pelo termo povo, todavia a *nação* hoje se constitui de várias identidades sociais, isso implica em afirmar que o povo não é mais uma homogeneidade, pelo contrário, há afirmação de uma pluralidade de identidades dentro de uma *nação*.

Conforme a Bhabha (2003):

[...] As contra narrativas da nação que continuamente evocam e rasuram suas fronteiras totalizadoras — tanto reais quanto conceituais — perturbam aquelas manobras ideológicas através das quais “comunidades imaginadas” recebem identidades essencialistas. Isto porque a unidade política da nação consiste em um deslocamento contínuo da ansiedade do espaço moderno irremediavelmente plural — a representação da territorialidade moderna da nação se transforma na temporalidade arcaica, atávica, do Tradicionalismo. A diferença do espaço retorna como a Mesmice do tempo, convertendo Território em Tradição, convertendo o Povo em Um (BHA-BHA, 2003, p. 211).

Desse modo, o Estado-Nação se concretiza não mais na homogeneidade do povo, mas na sua diferença cultural, contudo o mesmo sobrevive porque sabe do seu possível desaparecimento. Dessa forma, o Estado nacional sempre busca no seu passado e nos rituais cívicos sua própria reafirmação (BHABHA, 2003, p. 214). Além disso, a *nação* pode-se fazer presente no imaginário social

com narrativas democráticas inseridas em diversas minorias sociais que adentram o projeto do Estado nacional. Todavia, Bhabha (2003, p.228) defende que a diferença cultural e social deve existir para resistir à integração nacional, além de produzir significação para que outros segmentos sociais possam perturbar o cálculo de poder e do espaço as minorias subalternas.

Essas teorias acerca da *nação* nos dão fundamentos para pensar a comunidade pomerana e a sua integração histórica à sociedade nacional brasileira.

1. O Pomerano no Espírito Santo

A imigração estrangeira para o Brasil é um reflexo de uma mudança na estrutura da sociedade, ou seja, a mudança do regime de trabalho escravo para o trabalho livre. Ainda mais, conforme Rölke (2016, p. 46) o elemento branco trazido da Europa deveria contribuir para o “branqueamento” da raça brasileira.

No estado do Espírito Santo, a política de trazer imigrante não foi diferente daquela adotada no Brasil, porém essa política teve contornos distintos daqueles adotados por São Paulo. Os objetivos de trazer os imigrantes europeus para o Espírito Santo tinham dois motivos: em primeiro lugar, elevar o contingente populacional (ocupação territorial) e, em segundo lugar, expandir as potencialidades produtivas capixabas. O processo de imigração foi patrocinado pelo Estado, por particulares (os latifundiários) e por empresas colonizadoras que viam a imigração como uma possibilidade de obter lucros.

A conjuntura de guerras e revoltas na Europa contribuiu para o êxodo de pessoas daquele continente para o Brasil, por exemplo, no século XIX, a Alemanha constituía-se confederação de Estados ger-

mânicos, da qual a Prússia era a mais forte do ponto de vista militar. Ainda por cima, conforme Rölke (2016, p. 59) foi da Província da Pomerânia que vieram o maior número de imigrantes alemães que se destinaram ao estado do Espírito Santo. Tais pomeranos vieram primordialmente da área rural, isto é, eles eram sem dúvida, colonos no seu país de origem.

Há dados acerca da Pomerânia desde a Idade Média, nessa região também se praticava o feudalismo e os pomeranos eram conhecidos por sua lealdade e obediência aos senhores feudais. No entanto, a Pomerânia passou a pertencer a Prússia somente a partir de 1720, e no século XIX houve uma intensa racionalização do solo e a inserção da tecnologia no campo, o que resultou em desemprego rural. Dessa forma, o homem rural pomerano tendeu a emigrar de sua região em busca de terras em outros países. Vale ressaltar que o fator religioso é profundamente importante, pois desde a reforma protestante os pomeranos optaram pelo protestantismo, precipuamente pelo luteranismo.

Já em 1807, com a derrota da Prússia para Napoleão, iniciam-se na Universidade de Berlim os primeiros ecos apoiando os discursos sobre a *nação* alemã, que foi protagonizado pelo professor de filosofia Johann Gottlieb Fichte (FEHLBERG; MENANDRO, 2015, p.12).

Ademais, os primeiros pomeranos iniciaram sua emigração a partir de 1839 para os Estado Unidos da América (EUA) em busca de liberdade política, religiosas e também de terras das quais poderiam ser proprietários, pois na Pomerânia esses indivíduos estavam sem emprego, empobrecidos e famintos. Essa emigração foi autorizada pelo governo prussiano, desde que os colonos pudessem manter financeiramente um pastor que poderiam orientá-los nas novas terras. Na pós-Segunda Guerra Mundial houve a divisão da Pomerânia entre os países como União Soviética, Polônia e Alemanha, desse modo a Pomerânia como província desapareceu.

De acordo com Rölke (2016, p. 82), calcula-se que tenham entrado no Brasil, a partir de 1859, aproximadamente 30.000 pomeranos. Deste número, em torno de 15% estabeleceram-se no estado do Espírito Santo. Sob o ponto de vista de Rölke (2016, p. 379), entre 1857 e 1873 chegaram à província do Espírito Santo 2.142 pomeranos. Desse contingente, apenas seis eram artesãos (carpinteiros, ferreiro, pedreiro e sapateiro), os outros haviam deixado os latifúndios como diaristas. Havia, pois, um considerável contingente de analfabetos e semianalfabetos. Portanto, os primeiros pomeranos que chegaram ao Espírito Santo, assim como seus filhos, “possuíam instrução primária, adquirida na Alemanha. No começo da colonização, os mais jovens não tiveram oportunidades regulares de aprender a ler, escrever e contar” (WAGEMANN, 1949 apud FEHLBERG; MENANDRO, 2015, p.39).

Quando esse imigrante chegava ao território brasileiro, era levado à hospedaria para depois seguir em direção às novas terras. Eram os imigrantes que se comprometiam em ressarcir a passagem e a alimentação ou mesmo outros gastos através do trabalho nas lavouras por meio de contrato com as empresas. Sobre a chegada do imigrante Granzow (2009) colheu um relato de um imigrante que chegou ao estado no início do século, que afirma:

[...] Também o sr. Heinrich Dummer não deixou de visitar a mãe dele, que morava perto de Palmeira. Ela já tinha 96 anos de idade e foi uma das poucas crianças que sobreviveu [sic] às dificuldades enfrentadas no navio. Ela ainda se lembrava de quando a irmãzinha faleceu no meio da viagem e que simplesmente foi lançada ao mar. Depois ficaram por um longo tempo em um alojamento de imigrantes, antes de terem recebido a sua colônia de terra demarcada. Quando chegaram para habitar a colônia no meio da mata virgem, não tinham lugar para dormir e final-

mente sua mãe encontrou uma árvore, cuja raiz formava um pequeno abrigo e que usaram para se instalar. Moraram lá por alguns anos, pois ela se lembrava de que a mãe contava ter feito três partos dentro do abrigo formado pelas raízes da árvore, que em pomerano se chamava de “Auck” (GRANZOW, 2009, p. 34-35).

No Espírito Santo foram criadas quatro colônias a fim de receberem os imigrantes alemães: Fransilvânia, Rio Novo do Sul, Santa Leopoldina, Santa Izabel. Vale destacar que as duas últimas regiões receberam considerável número de imigrantes pomeranos durante o século XIX e XX. Esses imigrantes formaram o núcleo colonial de Santa Maria de Jetibá, que possuiu um número considerável de imigrantes pomeranos. De acordo com Bahia (2001 apud FEHLBERG; MENANDRO, 2015, p.40), na comunidade campesina de Santa Maria de Jetibá, no Espírito Santo, existem três línguas faladas cotidianamente: o pomerano (mais familiar e rural), o alemão (em eventos religiosos) e o português (nas instituições oficiais e no comércio). Portanto, os que estavam em tal condição eram cidadãos brasileiros, mas não falavam a língua oficial do país.

De certo modo, essa distribuição de terras contribuiu para que os imigrantes conservassem a língua, as tradições e os costumes trazidos da Alemanha. Por outro lado, fortificou o racismo contra os mestiços e negros, logo era proibido o matrimônio misto. O laço da tradição religiosa também permaneceu, pois apesar do catolicismo ser a religião oficial do Brasil, o pomerano não deixou as suas raízes luteranas, o que contribuiu para o isolamento religioso. A Prússia começou a enviar pastores a partir do ano de 1857 pelo Conselho Superior Eclesiástico da Igreja Territorial da Prússia, e em 1851 a Sociedade Missionária da Basileia começou a enviar pastores para a província do Espírito Santo; em 1891, a “Federação das Associações Luteranas da Caixa de Deus”, na Alemanha, decidiu enviar pastores

para essa região. Dessa forma, os pastores iniciaram as escolas existentes, preocupadas em preparar os alunos para o rito religioso da confirmação, passaram a funcionar duas ou três vezes por semana, com um currículo que incluía a língua alemã, matemática, noções de história e geografia (RÖLKE, 2016, p. 370). Não obstante, foram também os pastores do Gotteskasten da Baviera que se empenharam na construção de uma escola para preparar professores aqui nascidos e que pudessem lecionar na língua portuguesa (RÖLKE, 2016, p. 371). Todavia, com o projeto de nacionalização a partir de 1938, iniciado pelo governo federal, tais escolas como essa foram fechadas, porque toda e qualquer escola deveria ser lecionada por brasileiros.

Em outro caso, as primeiras gerações de imigrantes não sentiram a necessidade de absorver a cultural local, uma vez que eles estavam isolados no interior do estado, Rölke (2016) nos dá a pista disto:

[...] Enfim, deduz-se que, na primeira geração, a manutenção da língua alemã ou o pomerano pouco teve a ver com um determinado senso de germanidade, ou necessidade de manter uma unidade ou demonstrar qualquer tipo de resistência. Simplesmente viviam tão isolados, exigidos e absorvidos para sobreviver que não sentiram a necessidade de aprender a língua portuguesa. Também não havia uma saudade generalizada da antiga pátria. Os colonos, que após os primeiros anos de miséria comum alcançaram certa prosperidade, com certeza não tiveram saudades dos latifúndios da Pomerânia, das poucas terras disponíveis no Hunsrück, ou dos trabalhos em fábricas (RÖLKE, 2016, p. 373).

Indubitavelmente, a crença no pertencimento a germanidade era muito limitada, principalmente para o pomerano, já que consoante Rölke (2016, p.372) ele não era visto como alemão, mas como

um prussiano, apesar de os grupos alemães se unirem para enfrentarem as adversidades. Contudo, os pastores prussianos, enviados em missões para o Brasil, estavam imbuídos do pertencimento a germanidade. Assim, a mesma que era interpretada como pouco importante entre os imigrantes alemães, passou ser uma pauta principal para os pastores que modificaram as perspectivas dos grupos existentes no Espírito Santo. Desde a constituição do Estado alemão, o imperador Guilherme II afirmava: “Não existem mais partidos, mas somente alemães” (SEYFERTH, 1982 apud FEHLBERG; MENANDRO, 2015, p.13). Desse modo foi despertada uma crença de orgulho e pertencimento de ser alemão. Isso ocorreu até mesmo entre os pomeranos. Durante a I e II Guerras Mundiais, a língua portuguesa foi imposta a tais imigrantes, o que resultou na perseguição aos grupos de imigrantes alemães que residiam no Espírito Santo. Quando se encerrou a I Guerra Mundial, novamente foi autorizado a falar a língua alemã, porém durante a II Guerra essa mesma língua foi novamente proibida.

Em outro caso, podemos entender que nos primeiros anos da imigração havia uma preocupação dos imigrantes em fazer que seu filho aprendesse a ler, não como uma forma de cultivar ou preservar a sua cultura, mas para que o filho conseguisse ler a bíblia e os hinários. Entretanto, isso era feito pelos colonos que sabiam ler, escrever e passavam esse conhecimento para os demais colonos, uma vez que não havia professores qualificados nas colônias. Com a chegada de pastores para essas regiões, eles se tornaram os professores das colônias e passaram a ensinar a língua materna, que no caso era o alemão. Em certas situações, os pastores serviam de juízes nos conflitos, muitas vezes evitando os tribunais brasileiros e baseando-se em noções do direito alemão (DROOGERS, 2008, p. 25).

O material trabalhado nas escolas era financiado pelo governo alemão e em 1905, Santa Maria de Jetibá já tinha sua biblioteca e

clube de leitores, com uma centena de livros alemães (ROELKE1928 apud DROOGERS, 2008, p. 25). Fischer achava que somente pastores que defendiam a Deutschtum deveriam ser enviados, mas acrescentava que deveriam aprender o português antes de viajar para o Brasil (DROOGERS, 2008, p.25). Apesar de o português figurar no currículo das escolas que eram criadas, o alto-alemão (língua culta) servia como língua comum e formal, não só nas escolas, mas também na igreja, sendo o dialeto pomerano falado em todas as demais ocasiões (DROOGERS, 2008, p. 20). Isso mudou com o projeto de nacionalização do Governo federal em 1938, que objetivava a homogeneização da etnicidade nacional. Tal projeto obrigava que as escolas das comunidades de imigrantes obtivessem um professor brasileiro, ou naturalizado. Também obrigava o ensino de língua portuguesa, a história da pátria, da geografia, da instrução moral e cívica, da educação física e dos trabalhos manuais. Outrossim, o imigrante era obrigado a não falar alemão, porque em alguns casos eles passaram a ser vistos como inimigos da pátria, dessa maneira, os nativos começaram a ser hostis a sua presença em terras brasileiras. Todavia, o resultado desse processo de nacionalização foi a ampliação do analfabetismo, porque muitos pais preferiam não mandar seus filhos para as escolas. Outro motivo era que os imigrantes, que viviam em localidades rurais, tinham difícil acesso aos meios de comunicação de massa, o que implicava em dificuldades no processo de nacionalização. Dessa maneira, Rölke (2016) nos elucida que:

[...] A nacionalização das escolas teve um caráter policial-repressivo: de uma hora para outra se exigia das crianças — que só falavam a língua pomerana — que passassem a usar a língua portuguesa nas conversações na escola e com os professores. Isto só viria a contribuir para um hiato, em que professores e alunos não se entendiam. Uma geração de crianças, que nem sequer ente-

dia direito o que estava acontecendo, foi tão prejudicada quanto seus pais (RÖLKE, 2016, p. 391).

Em geral, essas escolas não suportaram o processo de nacionalização, assim, as escolas alemãs no Brasil, nas quais o português não era a língua principal, foram fechadas. (DREHER 1984 apud DROOGERS, 2008, p. 28). Enfim, essa integração forçada do imigrante à sociedade brasileira somente foi aceita por uma parcela de colonos. Inegavelmente, o governo federal pretendia integrar esses colonos de duas maneiras rápidas. A primeira por meio da educação nacional e a segunda por meio do alistamento obrigatório, esses métodos forçavam os colonos a se sentirem parte de uma nacionalidade brasileira e que aprender a língua oficial do país era essencial. Entretanto é certo que essas comunidades recebiam muita atenção das autoridades de sua terra natal e isso despertou naquelas comunidades um sentimento de prestígio e uma vontade de manter os costumes e as tradições que tinham trazido da Europa.

De outro lado é certo que houve durante a ascensão do nazismo certa simpatia pelos seus ideais, que logo acabaram por causa da finitude da 2ª Guerra Mundial. Além do mais, nesse período, criou-se um sentimento de pertencimento a raça germânica e, conseqüentemente, a ideia da superioridade alemã. Algumas comunidades recebiam informações e livros acerca da Alemanha, também houve por anos a propaganda alemã nazista nas comunidades eclesiais de descendentes de alemães no Brasil, assim, exibiam-se filmes alemães, e estandartes com a suástica eram içados em festas de igreja (DROOGERS, 2008, p.28). Além disso, inquestionavelmente, a ideologia nazista era um impulso novo para a Deuschtum, isto quer dizer a germanidade, dessa maneira a comunidade de imigrantes reforçou o foco na nação alemã. O Reino de Deus e Das Dritte Reich, (TerceiroReich) associavam-se um ao outro, num laço de sentimento de pertencimento e prestígio.

É claro que esses imigrantes, principalmente os luteranos, eram influenciados por ideias que eram comuns na Alemanha na época, ainda que parecesse também que seu isolamento mantinha essas influências a certa distância. Não obstante, a atitude negativa em relação à sociedade brasileira foi reforçada pelas ideias racistas da Alemanha nazista (DROOGERS, 2008, p. 28). Esses ideais se espalhavam pelas comunidades alemãs no Espírito Santo, desse modo, nesse período, a identificação com a germanidade era bem superior à brasilidade. Portanto, o racismo e a exclusão à cultura brasileira eram ingredientes fundamentais para as comunidades alemãs. Ademais, os sentimentos de superioridade alemã eram encorajados, dessa maneira os casamentos mistos eram vistos com uma degradação, logo era importante manter fiel a identidade alemã. Do ponto de vista de Droogers (2008, p. 24), os imigrantes formavam uma clara cabeça de ponte para as ambições expansionistas do jovem estado alemão.

A organização alemã que enviava pastores era fundamental nessa política, à qual aderiria explicitamente. Outrossim, na visão dos pastores alemães, o Brasil era constituído de uma raça moralmente inferior (DROOGERS, 2008, p. 24). Essas diretrizes do pastorado alemão originou-se no pensamento de Fischer 1922 (apud DROOGERS, 2008, p. 25) que a igreja era “[...] uma fonte de força para conservar os costumes e a disciplina alemã na batalha contra as múltiplas tentações que a terra e o povo da nova pátria contêm em si [...]”. Sobre isso, Rölke (2016) afirmar que:

[...] Tudo isto faz concluir que as medidas de nacionalização, no que tangem à germanidade e à etnia, não atingiram as comunidades de forma ideológica, abasileirando-as, como se pretendia. Estas continuavam vivendo as suas vidas voltadas apenas para si, para a sobrevivência material e conservação dos seus expoentes culturais

e religiosos, enfim, os seus costumes e as suas tradições. A nacionalização atingiu, assim, os pastores, professores e outros alemães do Reino, imigrados após a unificação da Alemanha em 1871. Todas as ideias sobre a superioridade da raça alemã, sobre as simpatias em relação ao regime nazista eram preocupação apenas de pessoas que haviam chegado ao Brasil a partir de 1900 e, principalmente, depois da I Guerra Mundial (RÖLKE, 2016, p. 412).

Essa ligação com a Alemanha levou aos descendentes de alemães a auxiliarem a mesma no final da I Guerra Mundial, implicando as comunidades alemãs do Espírito Santo a se envolverem em tal ajuda. Por outro lado, os ideais do nazismo ou do integralismo brasileiro pouco fizeram efeito entre os imigrantes, somente em alguns rincões essa ideia se tornou forte. Por estarem isolados geograficamente e o comércio ter o vendeiro como principal ator, os imigrantes pomeranos puderam manter suas tradições linguísticas, sociais e religiosas diferentes de outras regiões brasileiras, dessa maneira, formou-se uma comunidade tradicional. Contudo, esses mesmos não trouxeram da sua terra natal um sentimento nacionalista alemão e sim uma nostalgia da terra e dos ritos eclesiásticos. Rölke (2016) nos ajuda pensar isso, quando afirma:

[...] Os primeiros imigrantes capixabas luteranos não trouxeram em sua bagagem um sentimento nacionalista alemão muito aguçado, mas com certeza trouxeram saudades da terra, os ritos eclesiásticos com os quais estavam acostumados. Quando de lá emigraram, poucos falavam de uma Alemanha unificada, pois esta nem existia: existia a Prússia com suas províncias e existiam pequenos estados autônomos. Os imigrantes de Hessen, Saxônia, Schleswig, Holstein, Baden, Prússia e da Pomerânia eram quase em sua to-

talidade protestantes. Os provenientes de Luxemburgo, Tirol, Trento e de parte da Suíça eram católicos. Fora intrigas em Viana e a insistência de padres para “catolizar” os protestantes, não havia conflitos entre as duas maiores confissões dos imigrantes (RÖLKE, 2016, p. 519).

De forma geral, no início da imigração, predominou entre os colonos a devoção pessoal, focada na bíblia, no hinário e nos devocionários trazidos da Alemanha (DROOGERS, 2008, p. 19). É certo que os imigrantes pomeranos desejavam uma vida voltada para a igreja protestante, pois havia uma saudade dos costumes eclesiásticos da antiga pátria, portanto os luteranos faziam cerimônias e instrução religiosas geralmente na língua alemã (FEHLBERG; MENANDRO, 2015, p.42). De certo modo, para o pomerano, a igreja tem um papel fundamental em suas vidas, por isso, eles apoiavam integralmente seu pastor (GRANZOW, 2009, p. 40). Em outras palavras, a relevância da igreja é exatamente criar laços de identidade étnica, por causa disso, um método para unificar a comunidade foi à criação de escolas. Nelas os pastores poderiam atrair os mais jovens e moralizar a comunidade. A princípio, o pastor foi pago pelo governo alemão e posteriormente pelo governo brasileiro e finalmente pelas missões religiosas. Surpreendentemente, após a II Guerra Mundial, e o processo de nacionalização de 1937, houve uma redefinição do papel da igreja luterana, dito de outra forma, ser luterano não mais significava ser alemão. Portanto, a igreja luterana brasileira tomou outro rumo. De acordo com Droogers (2008, p. 30), depois da 2ª Guerra Mundial, uma primeira geração de pastores brasileiros foi trabalhar nas paróquias, sendo geralmente fluentes tanto em português como em alemão. Aliás, a questão da germanidade passou a não ser cogitada dentro das igrejas, assim, esta deveria ser um ambiente onde pudesse transformar a sociedade brasileira em

uma sociedade mais justa. De certa forma, a mudança de postura da igreja luterana ajudou numa pequena integração dos pomeranos à sociedade brasileira.

Entretanto, os primeiros pastores, principalmente de origem prussiana, de certa forma, obtiveram êxito em internalizar nos imigrantes pomeranos a ideia de povo alemão, ou mesmo, a crença no pertencimento ao povo alemão ou o prestígio de pertencer a uma comunidade alemã que tem histórias e tradições. Na visão de Rölke (2016) isso é evidente:

[...] Fato é que, em âmbito alemão, e por tabela também nas comunidades capixabas, iniciou-se um processo de exaltação, glorificação de uma Alemanha “maior”, de um povo “eleito”. Surgiram conceitos como Volkstum (peculiaridade étnica), Volksgeist (espírito étnico peculiar), tomando indiscriminadamente conta dos pastores das diferentes vertentes de formação (RÖLKE, 2016, p. 557).

E continua:

[...] O primeiro ministro Otto Von Bismarck conseguiu criar algo como um sentimento nacionalista religioso. Tratava-se de cultivar a peculiaridade étnica alemã como algo dado por Deus. Nas comunidades capixabas, a Igreja, capitaneada pelos pastores, passou a ser a condutora desse conceito. Na prática, isso assim se expressava: viva em seu novo país, mas nunca perca de vista a sua peculiaridade étnica, ou nunca se esqueça do “sangue dos pais que corre em suas veias”. Para manter viva essa pertença, eram distribuídos cartazes do imperador nas comunidades capixabas e quadros que enfatizavam o heroísmo do povo alemão. Também houve subvenções financeiras em forma de material didático para as escolas por parte da monarquia alemã.

Politicamente, todos eram cidadãos brasileiros, mas emocionalmente, e também através da marginalidade geográfica em que se encontravam, todos eram reféns de uma propagação que visava a ideia da Volkstum, da “peculiaridade étnica” (RÖLKE, 2016, p. 558).

Agora, cabe-nos perguntar como esse modelo de integração do pomerano à nacionalidade brasileira, impactou nesta comunidade tradicional? Como essa comunidade está em nossa sociedade? Dito de outra forma, como uma comunidade tradicional, como os pomeranos, se entende dentro da sociedade brasileira?

De forma geral, as tradições ainda são um importante fator de agregação desta comunidade. Uma pesquisa realizada em 2015 por Jamily Fehlberg e Paulo Rogério Meira Menandro, que deu origem ao livro, *Trabalho, igreja e boteco: identidades em transformação entre descendentes de pomeranos do interior do Espírito Santo*, publicada pela editora da Universidade Federal do Espírito Santo, mostra com clareza que há alguma forma de pressão cultural entre os pomeranos no que diz respeito ao estabelecimento de relações amorosas, principalmente a partir de comentários de seus familiares sobre a adequação de casamento com alguém que também seja descendente de pomeranos (FEHLBERG; MENANDRO, 2015, p.110-111). Apesar das mudanças culturais no mundo global, esse grupo ainda permanece coeso pelo menos no que dizer respeito à etnicidade.

Anteriormente, falava-se no fim da língua pomerana, contudo, atualmente, há uma tentativa de resgate e valorização dessa língua e dos traços culturais que estão em processo nos municípios de população pomerana. Dessa forma, os jovens atualmente estão sendo incentivados ao aprendizado da língua pomerana, inclusive com aulas nas escolas dos municípios. Desde a década de 1970 havia his-

tórias escritas em pomerano, o que de certo modo valoriza a língua materna (GRANZOW, 2009, p. 25).

Enfim, concluímos que anterior a 2ª Guerra Mundial, o quadro de identificação com a nacionalidade alemã era mais forte, isto tanto pelo motivo religioso, quanto pelo motivo da escolaridade que colocavam como primazia a língua pomerana e as suas raízes culturais. Após aquela guerra, o quadro se modificou, porque os mais jovens passaram a querer se identificar com a nacionalidade brasileira, isso por uma série de fatores inclusive as questões de trabalho, bem como, as questões de discriminação social. Contudo, essa nova forma de identificação com a brasilidade resultou em outro problema, o processo de limitação do uso da língua pomerana entre os mais jovens. Granzow (2009) ao visitar as comunidades pomeranas no Espírito Santo relata que:

[...] Também na casa dos Gröner observei uma certa divisão na forma de comunicação. Os mais antigos se sentavam na varanda e falavam em pomerano, enquanto os jovens se encontravam dentro de casa falando português, ouvindo músicas brasileiras e, inclusive, cantavam em português (GRANZOW, 2009, p. 32).

Porém, a língua, que de certa forma se conserva nas comunidades pomeranas, certamente, é um traço cultural de pertencimento a um grupo específico. A maioria desses pomeranos é bilíngue, pois acham necessário o contato com indivíduos fora da comunidade, que somente dominam a língua portuguesa. Esse contato se dá principalmente por causa do comércio (FEHLBERG; MENANDRO, 2015, p.138). Ainda por cima, a língua pomerana cria um traço simbólico de identidade étnica, por causa disso, houve a inclusão do idioma pomerano no currículo das escolas dos municípios onde residem tais comunidades. Isto é, a valorização do idioma

tornou-se uma política pública estadual com a criação do Programa de Educação Escolar Pomerana (PROEPO), que de certo modo originou na comunidade tradicional um sentimento de valorização de sua língua e tradição, tanto entre os mais jovens como nos mais velhos. Vale lembrar ainda que na década de 1970, Klaus Granzow, estudioso de comunidades tradicionais esteve no Espírito Santo fazendo uma pesquisa acerca dos pomeranos, e ele constata que:

[...] Atualmente já existe uma escola primária no local, mas a obrigatoriedade de frequentar as aulas é de somente três ou quatro anos. Muitas famílias que moram distante da escola sequer mandam os filhos para estudar, pois teriam dificuldades físicas para percorrerem a pé o longo caminho de casa até a escola (GRANZOW, 2009, p. 23).

Dessa forma, a política pública torna-se fundamental para a perpetuação das tradições entre essas comunidades, pois, anteriormente, muito desses pomeranos sentiam-se envergonhados de falarem o idioma em público, por não ser uma língua oficial, como o português e o alemão, ou nem mesmo por ser uma língua escrita (GRANZOW, 2009, p. 26).

Outro fator de importância de manutenção da língua pomerana é o fato das mulheres cantarem hinos religiosos dentro de casa, isso fortalece os laços entre as famílias pomeranas. Além disso, a festa de casamento também se constituiu em um fator de agregação entre os indivíduos, bem como, um fator de reafirmação das tradições. Outrossim, as festas religiosas concretizam um fator primordial: a transmissão da língua, dos costumes e rituais sociais. Provavelmente, a mulher pomerana, melhor que o homem, transmite esses bens culturais aos seus descendentes.

Não obstante, os elementos de separação entre os grupos ainda é perceptível, conforme a Fehlberg e Menandro (2015, p.199), o po-

merano ainda é preconceituoso e racista, pouco aberto às mudanças e pouco amorosos. De acordo com Droogers (2008, p. 21) eles [os pomeranos] continuavam reproduzindo esquemas trazidos da Pomerânia em novo contexto, inclusive na vida eclesial. Por outro lado, se encontramos pomeranos em zona urbanas, de certa forma, eles sofrem pressão para a mudança de hábitos. Entretanto, a própria comunidade os vê como brasileiros, exatamente por não mais participarem dos rituais ou mesmo das tradições cotidianas. Aliás, quem não é pomerano também é classificado como brasileiro, como ressaltam Fehlberg e Menandro (2015) em relação a sua pesquisa:

[...] As respostas proporcionam um painel interessante sobre como os descendentes de pomeranos que vivem em dois contextos próximos descrevem características dos integrantes de cada um desses grupos (o que muitas vezes é feito a partir de comparação que os inclui), e como descrevem características de outros grupos com os quais também acabam por se comparar: descendentes que deixaram a região e vivem na capital do estado e “brasileiros” (termo genérico usado na região para designar quem não é descendente de pomeranos) (FEHLBERG; MENANDRO, 2015, p.249).

Por certo, da mesma forma que outras comunidades tradicionais, o pomerano ainda não se sente totalmente integrado à nacionalidade brasileira, ainda há um processo de se tornarem “brasileiros” ou mesmo cidadãos. Apesar de uma rica história e uma trajetória de contribuições culturais, eles permanecem à margem da uma nacionalidade completa. Em geral, o processo de procurar uma nova pátria é doloroso e, em geral, entre os pomeranos isso foi uma experiência de abandono social e geográfico, tanto pela Alemanha como pelo Brasil. Certamente, a inclusão da comunidade pomerana à nacionalidade brasileira ainda esbarra num forte

apreço da comunidade pela língua e tradições. Por outro lado, a valorização dos costumes pomeranos nos demonstra a energia dessa comunidade em resistir a essa inserção homogênea à nacionalidade brasileira. É provável que os pomeranos desejem uma inserção, mas nos seus próprios costumes e tradições.

Também, vale ressaltar que esses pomeranos não têm uma cidadania completa e talvez seja necessário repensá-la sob o foco dos direitos, mas também dos deveres. É provável que a falta de observação com essa comunidade tenha criado uma “baixa-estima” entre os mesmos ao ponto de alguns não quererem falar a própria língua de origem. Inegavelmente essas comunidades também precisam se adaptar aos novos rumos culturais globais.

O desafio parece ainda maior se levamos em consideração que as políticas públicas, principalmente a educacional, não dá a devida atenção a essa comunidade tradicional. Em um artigo, publicado por Erineu Foerste e Gerda Margit Schütz Foerste (2017), observou-se que as dificuldades encontradas em relação à educação do povo tradicional pomerano eram:

a) alto índice de reprovação; b) currículo desvinculado do contexto social; c) contratação de professores que não falam pomerano; d) inexistência de políticas de ensino bilíngue; e) gestores educacionais e equipe pedagógica que desconhecem a realidade local campesina e promovem fechamento de escolas locais; f) subestimação da capacidade de aprendizagem das crianças pomeranas; g) exclusão dos alunos das práticas escolares por não serem compreendidos em sua língua nem compreender a língua portuguesa; h) reprodução do mito de que os pomeranos são tímidos (FOERSTE. E; FOERSTE. G.M.S, 2007, p. 8).

Indubitavelmente, por meio do Programa de Educação Escolar Pomerana (PROEPO) as comunidades tradicionais tentam se

afirmar culturalmente, já que a língua pomerana, segundo a esse grupo, constitui-se como patrimônio cultural imaterial de grande significado e importância para autoafirmação do Povo Tradicional Pomerano (FOERSTE. E; FOERSTE. G.M.S, 2007, p. 10). Ao contrário do que acontecia no passado, atualmente essas comunidades tradicionais optam por estratégias de resistência pela sua cultura, ou seja, resistência a um padrão homogeneizado da sociedade brasileira, assim eles mantêm seus costumes, valores e tradições. Consoante a Erineu Foerste e Gerda Margit Schütz Foerste (2017, p.11), existem relatos de professoras que são orientadas pelo poder público a proibir as crianças de fazerem uso da língua materna pomerana durante os períodos escolares regulares, principalmente na rotina didática de sala de aula, sob a alegação de que a função da escola é ensinar a ler e escrever na língua oficial.

De certa maneira, a escola é o lugar da padronização social e nacional, no qual muitas crianças e adolescentes de origem pomerana apresentam dificuldades de manter seu próprio costume, devido ao processo de homogeneização. Talvez, a busca pela convivência das duas culturas no ambiente escolar seria uma forma de alternativa para essa homogeneização. Em outras palavras, o Programa de Educação Escolar Pomerana é uma alternativa satisfatória ao modelo nacional, porque esse programa busca conciliar ambas as línguas e culturas. Além disso, esse programa visa à valorização das tradições dos imigrantes pomeranos, bem como, fortalecer sua cultura, sua língua oral e sua escrita.

Todavia, atualmente, muitos jovens são bilíngues e preferem o português, por ser uma língua de maior prestígio nas esferas formais e nos meios de comunicação. Ainda por cima, muitos utilizam o português com frequência por causa do sentimento de vergonha e humilhação que vivenciam nas cidades. Alguns jovens chegam a criticar o uso excessivo do alemão no cotidiano (BAHIA, 2001, p.

73). Por último, cabe destacar que o trabalho entre os pomeranos, apesar de não ser uma característica agregadora da comunidade, é muito valorizado, isto quer dizer na visão do deles que o homem vive para trabalhar.

No ano de 2016 foi proposta por intelectuais a criação da Associação Brasileira do Povo Tradicional Pomerano, com a finalidade de divulgar e defender a cultura e a língua pomerana. Além do mais, sabemos que nos dias atuais os grupos de pomeranos vivem em três estados brasileiros, a saber: Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e como resultado de migrações internas, temos uma parcela de pomeranos em Rondônia (SEIBEL et al., 2016, p. 34). Também, a Associação de Cultura Alemã no Espírito Santo (ACAES) busca defender os interesses dos pomeranos no estado do Espírito Santo e Brasil. Decerto, essas associações visam fortalecer as organizações políticas e coletivas, juntamente com outras comunidades tradicionais, como, por exemplo, quilombolas, indígenas, ciganos, ribeirinhos, caiçaras, faxinalenses, pescadores, extrativistas, quebradeiras de coco, etc. Outra forma coletiva de representação foi a Associação Pomerana de Pancas (APOP) que possibilitou a essa comunidade tradicional, os direitos sociais e coletivos diante da ameaça do latifúndio e agronegócio. Na atualidade, se encaminha uma decisão de formar uma Associação Pomerana Nacional que possa representar os pomeranos como um todo. É certo que as Associações são resultado de uma necessidade de organização do grupo, enquanto movimento que cresce entre as comunidades tradicionais.

Ivan Seibel, estudioso do assunto, defende a língua pomerana como uma língua viva. E as tradições e rituais deste povo, mesmo sendo diferente dos outros, ainda sim, se caracterizam como “brasileiros”. Seibel chega afirmar na possibilidade de um “país” chamado “Pomerânia no Brasil”. Nesse sentido, o Programa de Educação

Pomerana (PROEPO) objetiva preservar a língua pomerana, aliás, implementar políticas públicas de ensino bilíngue. Todavia, as políticas públicas de acesso a uma verdadeira cidadania ainda estão longe de ser uma realidade, pois ainda faltam políticas voltadas para a cultura, saneamento básico, meio ambiente, saúde e agricultura. Portanto, as associações pomeranas do ponto de vista de Foerste (2016, p. 77), objetivam um projeto de Nação em favor do bem viver, assim o fundamento é a interculturalidade, a agroecologia e a sustentabilidade. Ainda mais, os indivíduos que pertencem às comunidades tradicionais se sentem brasileiros, mas querem construir outro Brasil, mais justo e digno para todos (FOERSTE, 2016, p. 78). De acordo com Foerste (2016, p. 81), as associações não querem fazer uma Pomerânia no Brasil, o que de fato eles querem é fortalecer um projeto de Nação brasileira que proteja a cultura, a língua e os direitos sociais.

Conclusão

Neste momento, escrever a conclusão deste trabalho tornou-se uma tarefa positiva. Sem dúvida, os pomeranos tornaram-se uma comunidade tradicional única, com tradições e costumes que os distinguem de outras comunidades. Entendemos que há três momentos históricos dessa comunidade no estado do Espírito Santo. O primeiro momento, diz respeito à chegada, na qual esses imigrantes isolados geograficamente despertaram o sentido de comunidade, bem como, se ligaram a ideia e sentimento de germanidade, ou seja, eles se entendiam mais como alemães do que como brasileiros. A postura dos pastores germânicos fortaleceu o sentimento de pertencimento a uma raça, como afirma Max Weber (1994), desse modo como vimos ao longo do texto, os pomeranos não aceitavam

uma mistura étnica, mesmo nos dias atuais essa dificuldade é visível. A noção de pertencimento, por outro lado, resultou em uma poderosa internalização da tradição e dos costumes, os quais foram preservados. Em outras palavras, isso fortificou os ideais de honra, dignidade e prestígio ao pertencer a uma raça germânica. Desse modo, os pomeranos observavam os brasileiros como uma raça inferior, com os quais, os mesmos não queriam uma aproximação, exceto em caso de comércio. Talvez o sentimento de pertencimento também seja consequência daquilo que Weber (1994) entende como ligação das raízes históricas, dito de outra maneira, uma comunidade necessariamente precisa retomar ao passado para compreender-se como uma comunidade. Esses elementos, em geral, unificaram os germânicos e, por consequência, internalizou esse sentimento de pertencimento aos pomeranos, criando, dessa forma, um sentimento de prestígio e uma comunidade fortificada, que não perdeu sua cultura e tradições.

O segundo momento ocorreu como vinda de pastores que fortificaram a ideia de germanidade ou pertencimento a mesma. Isso foi um ideal de uma comunidade imaginada como afirma Anderson (1991) e, de certo modo, a expansão de jornais em alemão entre os pomeranos, como também, materiais didáticos que foram doados às primeiras escolas alemãs possibilitaram a noção de comunidade imaginada. Além disso, a permanência do pomerano como língua falada entre a própria comunidade implicou em laços afetivos mais duradouros entre os mesmos. Somente durante a 1ª Guerra e 2ª Guerra Mundiais que essa língua foi proibida, desse modo, houve uma tentativa de oficialização da língua padrão, isto quer dizer, do português. A grande dificuldade da língua pomerana é que ela não é escrita, mas somente falada.

Por fim, o terceiro momento pode ser caracterizado como a pseudo integração à nacionalidade brasileira e posteriormente a valorização da cultura pomerana. Bhabha (2003) reforça a ideia que

vivemos em um mundo globalizado, no qual há fissuras de cidadania, em outras palavras, as identidades sociais tornam-se mais importantes que as identidades nacionais, disso surgem o contexto da minoria. De certo modo, atualmente, ao reivindicar espaços pela cidadania, os pomeranos, encontram-se nesse contexto social. Apesar de entenderem que pertencem a uma nacionalidade brasileira, também desejam ser reconhecidos como diferentes, assim podemos compreender que vivem numa temporalidade diferente da nação brasileira. Decerto, essa minoria deve existir para romper com a homogeneidade integradora do Estado-Nação. Aliás, as associações pomeranas defendem suas tradições e costumes, certamente buscando em legislações específicas o direito de ser uma comunidade tradicional com seus próprios costumes e tradições, ao mesmo tempo em que desejam políticas públicas capazes de assegurar sua cidadania enquanto brasileiros.

Referências

- ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: Reflexões Sobre a Origem e a Expansão do Nacionalismo*. Edições Lisboa, 1991.
- BAHIA, J. A “*lei da vida*”: *confirmação, evasão escolar e reinvenção da identidade entre os pomeranos*. Educação e pesquisa, São Paulo, v. 27, n.1, p. 69-82, jan./jun. 2001.
- BHABHA, Homi. Disseminação. O tempo, a narrativa e as margens da nação moderna. In: *O local da cultura*. Tradução de Myriam Ávila, Eliane Lourenço e Cláudia Renate. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- DROOGERS, André. *Religião, identidade e segurança entre imigrantes luteranos da Pomerânia, no Espírito Santo (1880-2005)*. Religião e Sociedade, Rio de Janeiro, 28(1): 13-41, 2008.
- FEHLBERG, Jamily; MENANDRO, Paulo Rogério Meira. *Trabalho, igreja e boteco: identidades em transformação entre descendentes de pomeranos do interior do Espírito Santo*. Vitória: EDUFES, 2015.

FOERSTE, E; FOERSTE, G.M.S. *Língua, Cultura e Educação do povo tradicional pomerano*. Educação em Revista, Belo Horizonte, n° 33, p. 1-24, 2017.

FOERSTE, Erineu. Língua Pomerana na atualidade: um diálogo sobre o patrimônio cultural do povo tradicional pomerana. In: SEIBEL, Ivan (Org.). *O povo pomerano no Brasil*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2016.

GRANZOW, Klauz. *Pomeranos sob o Cruzeiro do Sul: Os colonos alemães no Brasil*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2009.

ROCHA, Haroldo Corrêa; COSSETTI, Maria da Penha. *Dinâmica cafeeira e constituição de indústrias no Espírito Santo 1850/1930*. Vitória: UFES/ CCJE/ Dep. Economia/ NEP, 1983.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã no Espírito Santo*. São Paulo: Difel/ USP, 1968.

RÖLKE, Helmar. *Raízes da Imigração Alemã: história e cultura alemã no Estado do Espírito Santo*. Vitória (ES): Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2016.

SALETTTO, Nara. *Trabalhadores nacionais e imigrantes no mercado de trabalho do Espírito Santo (1888–1930)*. Vitória: EDUFES, 1996.

SEIBEL, Ivan (Org.). *O povo pomerano no Brasil*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2016.

SEIBEL, Ivan. Os pomeranos brasileiros. In: SEIBEL, Ivan (Org.). *O povo pomerano no Brasil*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2016.

WEBER, Max. Relações comunitárias étnicas. In: *Economia e Sociedade. Fundamentos de sociologia compreensiva*. Tradução de Regis Barbosa e Karen Barbosa. Brasília: UnB, 1994.

EMPREENDIMENTOS PARTICULARES NO CONTEXTO DA IMIGRAÇÃO ESTRANGEIRA PARA O ESPÍRITO SANTO NOS MEADOS DO SÉCULO XIX: A COLÔNIA FRANSILVÂNIA¹

*Getúlio Marcos Pereira Neves**

Resumo: O presente texto visa a lançar luz sobre empreendimento particular de ocupação de porção a norte do território espírito-santense, aquela situada às margens do rio Doce, localizando-o no âmbito da política imigrantista contemporânea tocada pelo governo imperial. Para tanto situa a colônia fundada por Nicolau Rodrigues dos Santos França Leite, estudando-lhe o contrato constitutivo e comparando-a com exemplo de empreendimento semelhante e que acabou bem-sucedido, a colônia de Rio Novo, examinando brevemente as causas apontadas na historiografia para seu malogro.

Palavras-chave: Ocupação territorial; imigração; colônias particulares; Fransilvânia.

A certa altura a imigração consistiu num campo bastante fértil de investigação para pesquisadores da História do Espírito Santo.² É que, como veio tradicionalmente sendo contada, os estudos sobre nossa História concentravam-se, em sua maior parte, em duas fases:

* Magistrado e escritor; membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e da Academia Espírito-santense de Letras (AEL) e presidente do IHGES.

¹ Texto apresentado na disciplina “História da Imigração no Brasil e no Espírito Santo”, do PPGHIS da UFES, no primeiro semestre de 2019.

² Tive oportunidade de levantar dados a respeito ao examinar a produção historiográfica produzida no Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, onde constato que “neste ponto, quanto à temática, destacam-se aqui em grande quantidade os estudos sobre a imigração europeia no Espírito Santo, principalmente com relação à imigração italiana e alemã — onde se incluem, também, os pomeranos, espalhados por vários municípios da região serrana do Estado. Surgem, então, textos que cuidam desde o exame das iniciativas governamentais para atrair e fixar os colonos estrangeiros até os que retratam as condições materiais de vida desses colonos em seus assentamentos nas Imperiais Colônias” (NEVES, 2014, 51/52).

uma primeira, cuidando dos tempos iniciais de ocupação da terra e conflitos com autóctones e estrangeiros, necessários à consolidação da ocupação. Essa fase em termos temporais estende-se até a descoberta do ouro nas Minas Gerais, no final do século XVII, quando então se considerava ter havido um esvaziamento populacional do espaço territorial da Capitania, acarretando conseqüente esvaziamento econômico que só seria revertido numa próxima fase da história local, justamente aquela que se inicia com a imigração estrangeira em massa a partir de meados do século XIX. O advento da imigração era, assim, considerado como espécie de “refundação” do Espírito Santo, a ponto de o senso comum ainda hoje ter em mente que a maioria da população local seja descendente de imigrantes italianos.³

Ora, se é verdade que o contingente populacional de origem europeia que a partir de meados do século XIX dirigiu-se ao Brasil tendo como destino final o Espírito Santo é deveras considerável em comparação com a população aqui residente no período, no entanto não se pode deixar de considerar a existência anterior de população já fixada à terra e portanto explorando satisfatoriamente meios de produção que lhe garantiam a permanência no território espírito-santense. Essa população foi aquela que recebeu os imigrantes e com eles se misturou para a formação do que vem a ser, hoje, a população capixaba.

É certo que foram muitas as dificuldades enfrentadas no terreno por aqueles que aderiram à propaganda veiculada na Europa e por isto deixaram sua terra natal para emigrar e aqui se estabelecer. De todas as dificuldades práticas historicamente enfrentadas,⁴ de

³ Nara Saleto parte dessa constatação para desmistificar algumas concepções arraigadas, no texto “Sobre a composição étnica da população capixaba” (SALETO, 2009).

⁴ PACHECO (1994, p. 19) aponta, dentre estas: “1) má seleção do imigrante; 2) dificuldades de adaptação; 3) terrenos ruins, medições erradas; 4) conflitos com a administração e com a lei e busca de serviços inexistentes; 5) quebras contratuais, inclusive e principalmente no que concerne a salários”.

se dizer, sem no entanto o escopo de justificar medidas ou procedimentos contemporâneos, que empreendimento dessa natureza era demasiado vultoso para ser realizado até mesmo pelos governos. E, no entanto, contam-se no Espírito Santo alguns casos de iniciativas tocadas por particulares, visando a atrair colonos e com eles povoar lotes de terras para fixá-los no terreno.

É fato que, se a produção sobre a temática da imigração se mostra em termos quantitativos tão expressiva na historiografia espírito-santense, no entanto algumas dessas iniciativas, notadamente as de natureza particular, foram pouco exploradas por pesquisadores — o que se deve, também, à escassez de documentação.

Atento a essa realidade cuidaremos aqui de dois desses empreendimentos de iniciativa particular. Adianta-se, à partida, terem conhecido resultados diferentes, podendo-se dizer que apenas um, a Colônia de Rio Novo, de resto bem estudada, chegou a bom termo, mas somente após ter sido encampado pelo governo. Quanto ao outro, sobre que nos debruçaremos mais detidamente, soçobrou em curto espaço de tempo, o que se deve a fatores que procuraremos citar ao longo do texto.

Para tanto, iniciaremos a exposição referindo a conjuntura, nacional e local, que permitiu que tais tipos de avença pudessem ser entabuladas, para então passarmos ao estudo das cláusulas que regiam particularmente um desses contratos de colonização, conforme cópias existentes no Arquivo Público Estadual. A seguir referiremos brevemente o percurso histórico de cada um, seguido das consequências daí advindas, onde se inclui o resultado prático do empreendimento no âmbito do esforço dispendido na então província visando à ocupação e exploração eficiente das áreas devolutas.

1. As condições da imigração para o Brasil

No Brasil a política de imigração estrangeira, em particular a europeia, atendeu a dois propósitos muito bem definidos e que se teriam sucedido no tempo. Assim, a política imigrantista a partir de certa quadra do século XIX como praticada pelo Império teria como principal escopo o povoamento do país.⁵ A partir de certa altura, e sendo a extinção do elemento servil conjuntura que cada vez mais se apresentava como inevitável, pretendeu-se providenciar a substituição da mão de obra escrava pela assalariada. Ou, como disse ROCHA (2000, p. 23): “é fora de dúvida que a corrente imigratória que se desejava introduzir no país tinha como objetivo preparar o caminho para as transformações das condições de trabalho que naturalmente deveriam ocorrer com a cessação do tráfico negreiro”

Perpassando de maneira mais ou menos velada, conforme as circunstâncias, essa intenção de cunho prático, considere-se também o desejo de promoção do “embranquecimento” da população, ideia lastreada nas correntes doutrinárias contemporâneas que estabeleciam “hierarquias” entre as raças humanas e que tinham como parâmetro, inclusive, uma pretensa maior ou menor inclinação, aptidão e habilidade para o trabalho. Vale dizer, se se deve promover o povoamento do território por quem lhe explore economicamente de maneira condigna, é de providenciar contingentes humanos afeitos a esse tipo de ocupação e reconhecidamente eficientes em seus métodos de trabalho e forma de vida.

Dessa forma, percebe-se que as intenções referidas acima como fundamentos da política imigrantista na verdade se imbricavam uma à outra desde a sua concepção, como decorrência das

⁵ Essa a opinião de Gilda Rocha (2000; p. 22), que refere opinião no mesmo sentido de Emília Viotti da Costa

duas espécies de títulos a que tinha acesso o elemento imigrado: pequeno proprietário e parceiro. Esse arranjo tinha como substrato normativo a Lei de 13 de setembro de 1830, que regulamentava a prestação de serviços por estrangeiros. Essa lei foi modificada pela de 11 de outubro de 1837, sobre que esclarece PACHECO (1994, p. 12): “usando-se nela pela primeira vez a expressão ‘colono’, por extensão aos que viessem a trabalhar em fazendas, geralmente como parceiros”.

Não sendo o escopo, aqui, aprofundar questões econômicas advindas do estatuto jurídico a que se sujeitava o trabalho do estrangeiro, no entanto é de registrar a posição contrária à segunda das condições referidas por parte do titular da Pasta da Agricultura, Luiz Pedreira do Couto Ferraz, que em 1855 defendia os núcleos de pequenos proprietários e atacava o sistema de parcerias (apud ROCHA, 2000, p. 24). Couto Ferraz, o visconde do Bom Retiro, presidira a província do Espírito Santo entre 1846 e 1848, tendo, portanto, instalado a colônia de Santa Isabel, em 1847, a primeira experiência bem-sucedida do gênero em terras capixabas.

2. As particulares condições da imigração para o Espírito Santo

Depois de um século de quase-isolamento forçado, por conta da proibição de abertura de caminhos para o interior, a política da Coroa para o Espírito Santo foi alterada pelo príncipe regente D. João. Antônio Pires da Silva Pontes, nomeado governador no alvorecer do século XIX, teve ordens expressas para promover a ligação entre a região das Minas Gerais e o litoral, para escoamento da produção interiorana. A via natural para tanto seria o Rio Doce, o que acabou não se concretizando a contento por vários motivos.

No entanto persistia a ideia de expandir a fronteira de ocupação para a região do Rio Doce, integrando-o às terras economicamente exploráveis. Já na década de 20 o padre Marcelino Pinto Ribeiro Duarte manifestava-se sobre a necessidade de promover a colonização nas terras da então província. PACHECO (1994, p. 13) explana a respeito:

em sua Memória considera a Província a menor do Império em população, agricultura e comércio, sendo a que oferecia as melhores condições para o estabelecimento de muitas colônias à margem de 14 rios. Sugere como culturas possíveis o café, a cana doce, a mandioca, legumes, algodão, tabaco e anil, além do extrativismo de pau brasil, tatagiba, bálsamo, cedro, jacarandá.

Acrescenta Pacheco que, como medidas práticas

sugeria o padre e político ao Inspetor da Colonização de Estrangeiros a vinda de até 1.000 casais de imigrantes só para as margens do Rio Doce, que chamava de 'paraíso do Brasil' além de 200 a 300 casais para o rio Itapemirim, nas proximidades das extintas minas do Castelo, 200 casais no Piraquê Açu, 100 a 200 casais nos rios Santa Maria e Araçatiba, o que também facilitaria muito o comércio com Minas Gerais (idem).

O fato é que, por conta de condicionantes históricas que não serão aqui melhor explicitadas que a referência no início do tópico, a província do Espírito Santo chegava a meados do século XIX tendo a população distribuída majoritariamente ao longo da costa, faixa original de povoamento durante o período colonial, conservando cobertura vegetal exuberante e ostentando vazios demográficos de expressão. Como causa e como efeito importante de uma tal conformação sócio-geográfica, uma rede incipiente de vias de comunicação. Essa

espécie de círculo vicioso dá bem ideia da magnitude do problema com que se defrontavam os administradores contemporâneos.

Nessas condições, punham-se à administração as questões do povoamento e a necessidade concomitante do melhoramento das vias de escoamento.⁶

Atentando a essa realidade, é ROCHA quem alerta para o fato de que, particularmente no Espírito Santo, a política imigrantista teve por objetivo principal o povoamento (1994, p. 32), já que não se colocava tão fortemente como em outras províncias a necessidade do fornecimento de braços para a grande lavoura. Assim, o modelo de colonização em que o trabalhador se tornaria proprietário do seu prazo de terra para nele produzir foi a tônica da política imigrantista inicialmente implantada.⁷ É o que se vê, por exemplo, das condições de estabelecimento dos trabalhadores na colônia de Santa Isabel, a pioneira.

No entanto a dada altura na própria capital da província passou-se a considerar mais apropriado que a ocupação do território se fizesse ao longo do traçado da estrada aberta por ordem real para ligação do Espírito Santo a Minas Gerais, a estrada São Pedro de Alcântara. Nesse sentido, a própria chegada de colonos açorianos fixados na região de Viana em 1813 já começa a se inserir nessa conjuntura. Essa opção estratégica fica efetivamente clara de deliberação tomada pelo conselho de governo⁸ na sessão de 28 de fevereiro de 1831, respon-

⁶ Essas condições se tornaram numa das dificuldades para a adaptação do imigrante à nova vida. BITTENCOURT (1987, p. 73) assinala que “a introdução e fixação do imigrante europeu não-português no Espírito Santo não se fez sem choques e conflitos. No processo de acomodação do novo elemento introduzido, os imigrantes tiveram de enfrentar o isolamento e a ausência de vias de comunicação nos primeiros tempos e de mercado consumidor.”

⁷ O incremento paulatino da área de cultura do café irá posteriormente alterar essas condições.

⁸ Esclarece SANTOS tratar-se esse conselho de “uma reunião dos líderes mais representativos da comunidade e do poder local, e antecessor das futuras assembleias legislativas que só passaram a existir legalmente em 1834” (2005, p. 55).

dendo ao governo central sobre se convinha aumentar os aldeamentos do Rio Doce pelo envio de mais de duzentos alemães demitidos do serviço militar, sendo a resposta no sentido de que melhor seriam aproveitados no caminho da dita estrada (SANTOS; 2005, p. 55).

Essa verdadeira reviravolta da estratégia que visava a fazer frente aos problemas contemporâneos da província, ou seja, a eleição da área serrana em detrimento da do Rio Doce para se desenvolver o plano concebido para povoamento do território, é enxergada por SANTOS (op. cit.) como a gênese do pensamento político capixaba, elaborado pela então diminuta elite política e econômica que retinha em mãos os negócios locais.

Não eram de desprezar — pelo contrário —, as condições adversas que se ofereciam na região do Rio Doce: as condições de salubridade, estreitamente ligadas ao regime de cheias do caudal, a existência de populações indígenas nômades, capazes por isso mesmo de “surgirem” de inopino em qualquer lugar, as dificuldades naturais de navegação do curso d’água. No entanto, permanecia a vasta região a ser integrada. Agora, e à vista da opção externada pela administração local, já sem o aporte de recursos do governo central.

É nesse contexto que se tentam os empreendimentos de iniciativa particular que a seguir referiremos.

3. As iniciativas particulares

Como é cediço, a política imigrantista do governo imperial previa não só a iniciativa governamental na atração e fixação dos trabalhadores estrangeiros. À luz da legislação, à administração pública era possível firmar contrato com particulares para este fim.

No Espírito Santo após a fundação, em 1847, da Colônia de Santa Isabel, na região centro-serrana, instalou-se mais a sul do ter-

ritório a colônia de Rio Novo, fundada em 1855, autorizada pelo decreto 1.566, de 24 de fevereiro de 1854. Tratou-se essa colônia de uma das três iniciativas particulares empreendidas no Espírito Santo na época.⁹

A iniciativa deveu-se ao Major Caetano Dias da Silva através de uma empresa particular, a “Imperial Associação Colonial do Rio Novo”. Essa empresa adquiriu do governo “20 léguas de terras situadas nos municípios de Itapemirim e Benevente” (ROCHA; 2000, p. 77). Pelo contrato, o Governo Imperial obrigou-se a subvencionar até 3.600 colonos que a Associação estabelecesse na colônia num prazo de cinco anos. Sobre as condições de funcionamento, informa ROCHA (2000) que “durante sua curta existência, a Associação foi constantemente contemplada com os favores dos cofres públicos — empréstimos em dinheiro, contribuições para execução de obras na colônia etc. — o que não foi suficiente para evitar o seu fracasso” (idem).

Em 1860 a colônia recebeu a visita do Imperador Pedro II, quando da viagem às províncias do norte do Império, que incluiu o Espírito Santo. A respeito grafou D. Pedro nos seus diários de viagem: “Os colonos que vi tem quase todos caras de doente, queixando de moléstias, de falta de médico, padre e cemitério. Também ouvi a alguns que o contrato, que aliás não pude examinar, não fora cumprido quanto a princípio de derrubada e casa para morar nos prazos.” (apud ROCHA, 1980, p. 195). Inobstante as condições que constatou *in loco*, fora o Imperador informado que a produção de café da colônia era maior que a de Santa Isabel, que já havia visitado. A terra era de “extraordinária fertilidade” (ROCHA, 1980, p. 195).

No entanto os problemas se sucederam e em 1861 contava 428 habitantes (ROCHA, 2000, p. 85). É ainda a mesma autora quem remata:

⁹ PACHECO (1994, p. 17) lista as colônias de Fransilvânia, Juparanã e Piuma, mas adverte que “não prosperaram”.

o fracasso inicial da colônia de Rio Novo pode ser medido por estes números: dos 929 colonos que haviam sido estabelecidos por conta da Associação restavam, em 1862, apenas 387. Instalados como foreiros uns, e parceiros outros, os primeiros ‘obrigados a um foro um tanto pesado viram acumulare-se suas dívidas e em pouco tempo se tornaram insolváveis, sem ao menos a garantia da propriedade’ (Relatório do presidente Costa Pereira Jr., de 1862).

Era esta a experiência, ainda em curso, de empreendimento particular de atração e fixação de trabalhadores quando em 1857 era instituída, na região do Rio Doce, a colônia Fransilvânia.

4. A colônia de França Leite

Em 17 de dezembro de 1856 Nicolau Rodrigues dos Santos França Leite assinou com o Governo Imperial contrato para introduzir colonos nos terrenos de sua propriedade na região do Rio Doce. Estes terrenos se compunham de uma área de “30 km de frente fluvial — entre as barras dos rios São João e Pancas” (TEIXEIRA, 1974, p. 16).

França Leite era um dos beneméritos fundadores da Sociedade contra o Tráfico e Promotora da Colonização dos Indígenas, sediada no Rio de Janeiro. Essa associação obtivera permissão para trazer colonos estrangeiros — principalmente italianos e alemães — para povoamento do Baixo Rio Doce (TEIXEIRA, *idem*). Tratava-se, assim, de capitalista afinado com as ideias correntes a nível de administração central, ou seja, no sentido de providenciar a substituição da mão de obra cativa pela de trabalhadores europeus, que aqui seriam introduzidos e fixados. As condições gerais do empre-

endimento são aquelas constantes do contrato inicial entabulado entre as partes e cujas disposições principais examinaremos.

Pelas cláusulas contratuais obrigava-se França Leite a trazer para a região “dous mil colonos europeus no prazo de cinco anos”, o que se daria do modo seguinte: “seiscentos no fim de dous annos, que se findarão no dia trinta e hum de Dezembro de mil oitocentos cinquenta e oito, quatrocentos e sessenta e seis no anno de mil oitocentos cinquenta e nove e quatrocentos sessenta e em cada hum dos dous annos seguintes.” Esses colonos seriam estabelecidos como proprietários independentes ou como foreiros.

Quanto ao valor dos lotes, obrigava-se a “vender-lhe terras a preços que não exceda para os colonos, que chegarem no primeiro anno, a dous reaes por braça quadrada, a três para os que chegarem no segundo e quatro para os que chegarem depois.”

Quanto às condições de pagamento, obrigava-se a “dar-lhes o prazo de quatro annos para o pagamento do preço das terras, e das antecipações, se elles não preferirem pagar antes; e só poderá perceber juros até seis por cento do quarto anno em diante por qualquer moratória que o Empresário lhes conceda”.

Ainda, estava obrigado a “antecipar-lhes durante o primeiro anno pellos preços correntes os víveres usados no paiz, e a ferramenta indispensável, bem como um casal de porcos e três galinhas e um galo”.

Para início da empreitada,

O Governo Imperial concede ao Empresario hum empréstimo até a quantia de cento e sessenta contos de reis (R 160.000 \$), o qual se realizará á proporção que for tornando effectiva a introdução de colonos, á razão de oitenta mil reis (R 80\$000) por cada um maior de dez annos e menor de quarenta e cinco, e de trinta mil reis (R 30\$000) por cada menor daquella idade, e maior de cinco annos.

No entanto, o contrato estabelecia a limitação seguinte:

Este emprestimo não será concedido para maior numero de colonos que o de dous mil, fixado na condição 1.^a. Todavia o Empresario poderá receber no princípio do primeiro anno, a quantia de cinquenta contos de reis (R 50.000\$) adiantada, fazendo-se-lhe effectivo o resto do emprestimo na forma da condição acima declarada, depois que houver introduzido o numero de colonos correspondente a quantia recebida.

E quanto a remuneração e garantias do valor do empréstimo: “O emprestimo será feito a prazo de seis annos sem juro algum, entregando o Empresario no Thesouro Nacional letras garantidas com hypotheca de bens de raiz”.

Assim, e baseado nessas cláusulas contratuais, em junho de 1857 subia o Rio Doce barco a vela de 38 toneladas levando 1000 arrobas (15000 kg) de carga e 46 colonos portugueses, franceses e alemães. Por essa ocasião os lotes já estavam demarcados e as famílias instalaram-se no terreno (TEIXEIRA, 1974, p. 16).

No entanto as dificuldades seriam muitas. As condições do local, no que respeita a geografia e clima, eram diferentes daquelas onde erigidas as colônias de Santa Isabel e Rio Novo. Ademais, se nas duas o problema do indígena à altura já não se punha, na região do Rio Doce se tratava de problema sensível. Em setembro de 1857 o Marquês de Olinda oficiou ao governo da província, nos termos seguintes:

Havendo o Dr. Nicolau Rodrigues dos Santos França Leite representado que os selvagens do Panca e do Mutum ameçao as roças dos seus colonos com grande prejuízo para o seu estabelecimento, e para a causa da colonização em geral, convém que V. Ex.^a informe com o que a este respeito se lhe offereceu, bem como sobre a

possibilidade de aldear convenientemente estes indígenas, dando no entretanto as providências, que julgar necessárias, e indicando as que dependerem do Governo Imperial.

A questão se arrastava. Em 24 de dezembro do mesmo ano o Marques de Olinda determinava ao governo provincial:

Intimado das ocorrências havidas entre as duas tribus selvagens e inimigas, que se apresentarão na Fransilvania mostrando desejos de se aldearem, mas que por seo antagonismo, e ódios antigos, não podem permanecer unidas, segundo consta das cartas e informações do Dr. França Leite, annexas ao seu officio N. 48 de 3 do corrente, resolvêo o Governo Imperial que fossem os Indios Mutuns, os mais manços, aldeados junto ao Porto de Sousa, e os Pancas, seos inimigos, em outra localidade mais distante, que torne difficil o contacto ou encontro das duas tribus.

Nessas condições — os encontros entre grupos de indígenas hostis entre si, o isolamento da colônia, eis que a navegação pelo Rio Doce era difficil, as doenças tropicais — o negócio não se desenvolveu conforme planejado. PACHECO, citando José Marcelino, refere disposição do Aviso de 12.04.1859, autorizando trinta famílias de alemães destinadas à colônia a se instalarem na planejada colônia do Guandu, que não chegou a se instalar. (1994, p. 35). Ademais, consta ter havido ao menos mais uma incursão indígena contra a colônia, “pois os colonos sofreram brutal ataque dos indígenas, tendo suas nascentes propriedades devastadas e muitas famílias massacradas” (TEIXEIRA, 1974, p. 16). Segundo o mesmo autor, entre as vítimas fatais desse entrevero contava-se a pessoa de Avelino dos Santos França Leite, sobre quem acrescenta “cujo nome parece indicar parentesco próximo com o fundador da colônia” (idem).

Assim, em 22 de outubro de 1859 era fixada nova avença entre governo e empresário, com o propósito de rescisão do contrato anterior. Estabelecia a cláusula primeira desse acordo:

Fica rescindido o contracto celebrado em 17 de Dezembro de 1856 entre o Governo Imperial e o Dr. Nicolau Rodrigues dos Santos França e Leite, e este desligado das obrigações contrahidas relativamente à colonisação de suas terras no Rio Doce, bem como, fica o mesmo Dr. França e Leite sem direito aos favores que lhe são concedidos para a introdução e estabelecimento dos colonos, quer por aquelle contracto, quer por outro qualquer acto do Governo.

Em vista disso, obrigou-se o governo central a suceder a França Leite nas obrigações contraídas junto aos colonos, os já estabelecidos e os que viessem a chegar:

O Governo toma a si as obrigações a que o Dr. França e Leite se havia ligado para com os colonos, quer os já estabelecidos nas terras que possui no Rio Doce, quer os contractados na Europa até esta data e esperados brevemente; bem como substitui ao mesmo Dr. França e Leite em todos os direitos e acções que tinha sobre os colonos.

O que demonstra que o empreendimento não foi imediatamente liquidado. Pelo contrário, estipulava a cláusula quarta:

A medida que forem chegando, e sendo entregues ao Governo os colonos que forem contractados até esta data pelo Dr. França e Leite, e que devem estar na Província do Espírito Santo dentro de seis meses, se irá fazendo semelhante dedução no restante da dívida dos cinquenta contos, e na razão de 75\$000 por cada um d'aquelles colonos que effectivamente forem entregues.

No entanto o desânimo ante as circunstâncias que se apresentavam deve ter sido grande. Para TEIXEIRA, “como não poderia deixar de acontecer, a notícia do trágico evento [o ataque indígena que noticia] liquidou todo possível entusiasmo reinante entre os imigrantes que porventura desejavam fixar-se nas terras novas das matas do norte do Rio Doce.” (1974, p. 16). Curiosamente o próprio Imperador Pedro II, que na estada no Espírito Santo visitou todas as colônias ativas, esteve em Linhares e nada cogitou com relação à Francilvânia. O que se pode especular dever-se tanto à distância desde Linhares até a colônia quanto ao próprio malogro da iniciativa — provavelmente com o processo de transferência dos colonos já iniciado.

De qualquer sorte, é ainda TEIXEIRA quem deixa provocação que demonstra a necessidade de aprofundamento da questão, ao registrar opinião pessoal no sentido de que “até prova em contrário, não aceitamos que a malograda Francilvânia tenha se extinguido com o tremendo desastre sofrido nos primórdios de sua instalação”, e em seguida dando as razões de sua convicção:

no mapa datado de 1878, publicado na importante obra de Ernest Wagemann, em 1915, ainda figuram duas áreas contíguas, de colônias particulares, ainda com o nome de Francilvânia, e na área que esta ocupava” (1974, p. 16). E especula: “seria o remanescente da antiga colônia, cujos proprietários vivessem longe dela, visitando-a periodicamente?”

Não é o propósito, aqui, aprofundar a questão.

Certo é que as preocupações com a ocupação da região redundariam ainda numa outra iniciativa, desta feita rio abaixo, próximo à lagoa Juparanã: em 1856 o coronel Charles Gunther, de Montgomery, Alabama, foi autorizado a tirar medidas de lotes onde posteriormente se instalariam famílias emigradas dos Estados Unidos da

América, descontentes com o resultado da Guerra Civil. O empreendimento, no entanto, também não durou muito, tendo os proprietários se retirado em 1868 em virtude de uma grande seca.

Conclusão

Detectadas as fragilidades da província, que pelas opiniões sucessivas e quase unânimes de historiadores e analistas chegava ao século XIX com carências de todo tipo, e traçado como plano para atacar o problema a necessidade de povoamento, o Espírito Santo, como não poderia deixar de ser, foi integrado à política imperial de atração e fixação de imigrantes estrangeiros.

Estabelecidas, no entanto, as prioridades, dentro de um planejamento estratégico, os esforços para colonização — notadamente de caráter oficial — passaram a contemplar as necessidades assim definidas. Vale dizer que, à vista disso, a ocupação das terras situadas a norte ficariam para uma etapa posterior, somente se efetuando com a onda pioneira vinda de Santa Tereza até a barra do rio Santa Maria do Rio Doce, anos após a iniciativa de França Leite.

Esta reuniu todas as características dos empreendimentos similares em outros pontos do território capixaba. Embora não se possa afirmar com certeza, a opção pelo povoamento ao longo da via de ligação com a província vizinha em detrimento da região do Rio Doce pode ter redundado na rarefação, ou mesmo na falta de apoio e conseqüentemente de assistência governamental, por parte da administração local, para com a iniciativa. Neste sentido, a trajetória da colônia de França Leite serviu para alertar sobre as dificuldades que estavam postas no processo de expansão da fronteira agrícola para a região norte do Estado, de resto só efetivamente concluída no século XX.

Referências

- BITTENCOURT, Gabriel A. de Mello. *A formação econômica do Espírito Santo: o roteiro da industrialização*. Vitória: DEC, 1987.
- NEVES, Getúlio M. P. “*Para que tantas tradições não passem quase obscuramente*”: *Reflexões sobre o IHGES*. Vitória: IHGES, 2014.
- PACHECO, Renato José Costa. *Estudos espírito-santenses*. Vitória: IHGES, 1994.
- ROCHA, Gilda. *Imigração estrangeira no Espírito Santo: 1847–1896*. Vitória: s.n., 2000.
- ROCHA, Levy. *Viagem de Pedro II ao Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Revista Continente Editorial, 1980.
- SALETO, Nara. Sobre a composição étnica da população capixaba. *Dimensões*, Vitória, vol. 11, p. 99-109, 2000.
- SANTOS, Estilaque Ferreira dos. Vias de comunicação, conquista territorial e colonização estrangeira no Espírito Santo do século XIX: a gênese do pensamento político capixaba. *Dimensões*, Vitória, vol. 17, p. 47-68, 2005.
- TEIXEIRA, Fausto. *Colatina ontem e hoje*. Colatina: PMC, 1974.

O BANDES NOS ANOS 1970: OS “GRANDES PROJETOS DE IMPACTO” E O AUGE DO DESENVOLVIMENTO SEGUNDA PARTE (1975–1979)

*Anaximandro Amorim**

Resumo: O presente artigo vem a ser a continuação de um anterior, de mesmo nome. Este texto, no entanto, abarca o período seguinte da década (1975 a 1979) e como se deram os “Grandes Projetos de Impacto” durante esses cinco anos. O artigo começa discorrendo sobre uma queda no ritmo dos investimentos, no primeiro ano da segunda metade, para uma rápida retomada, nos dois anos seguintes. Os dois anos finais mostram o exaurimento do modelo e a busca de alternativas para a década seguinte. Foi feita uma pesquisa qualitativa, com revisão de bibliografia, sobretudo relatórios de gestão.

Palavras-chave: Banded. Anos 1970. Grandes Projetos de Impacto. Industrialização capixaba.

Introdução

Não é exagero afirmar que, até a metade dos anos 1970, os chamados “Grandes Projetos de Impacto” já se encontravam consolidados. Desde 1972, quando 80% dos contratos do Banded diziam respeito ao setor secundário (AMORIM: 2018), passando pela criação de uma infraestrutura, no Espírito Santo, em 1973 (AMORIM: 2018), até o dito “amadurecimento esboçado”, em 1974 (AMORIM: 2018), a metade daquela década experimenta uma pujança até então não vista na economia capixaba, chancelando a opção das elites por uma industrialização.

* Advogado, professor e escritor. Membro da Academia Espírito-santense de Letras (AEL), do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES). Funcionário de carreira do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Banded).

Ainda naquele 1974, o Brasil se encontrava sob a égide do II PND e o Banes ostentava incríveis números para o período, como um saldo total de 639 operações, no valor de mais de 83 milhões de cruzeiros e um crescimento de mais de 175% com relação ao ano anterior (AMORIM: 2018). No entanto, tal estado de coisas, ao que parece, experimenta uma aparente queda para o ano seguinte.

Em 1975, o relatório de gestão do banco (BANDES: 1975) dá conta de uma “hesitação de alguns grupos empresariais em investir no Espírito Santo, em face do lento processo de concretização dos Grandes Projetos — também como consequência da crise internacional”. Porém, a consolidação dos Grandes Projetos firmou

“[...] uma evolução que vem desde a época passada [1960], evolução esta representada, sobretudo, pelo desenvolvimento extraordinário das atividades de exportação de minério de ferro e de produtos siderúrgicos pelo complexo portuário Vitória/Tubarão. O crescimento dessas atividades ensejou a construção da moderna estrutura econômica em torno da Grande Vitória (modernização portuária, telecomunicações e interligação energética com FURNAS), o que, aliado aos investimentos Federais em transportes nos últimos anos (duplicação ferroviária Vitória-Minas, construção das rodovias BR 262 e BR 101) tem permitido ao Estado fazer valer suas excelentes condições locais, sobretudo para os projetos que se voltam ao mercado externo.” (DIAGNÓSTICO: 1975)

Aliás, o Espírito Santo, no primeiro ano da segunda metade da década de 1970, apresentava um dinamismo posterior ao dito “Milagre Brasileiro”, crescendo mais que o conjunto nacional (PLANO DE AÇÃO: 1975).

Dessa feita, em 1975, a economia capixaba encontrava-se “relativamente diversificada apesar do elevado grau de dependência do

mercado externo e da estrutura familiar das unidades produtivas, concentradas em antieconômicas pequenas e médias empresas” (PLANO DE AÇÃO: 1975).

O setor agrícola ainda se encontrava atrelado ao café, porém, as atividades de pecuária (corte e leite) e a avicultura já mostravam sinais significativos de participação. No setor terciário, destacava-se o que se chamava de “terciário autônomo” (aquele cujas atividades independem do aparelho produtivo e do mercado local) (PLANO DE AÇÃO: 1975). E no setor secundário, o mais significativo do período, observava-se uma presença maior da indústria de transformação, nos setores de beneficiamento de cereais e desdobramento de madeira (com 70% do Valor Bruto Produtivo – VBP), além de laminados, não planos, laticínios, carne bovina e cimentos (30% do VBP) (BANDES: 1975).

Esse notável crescimento, porém, encontrava bastantes limitações (BANDES: 1975) e foi por conta disso que, a partir da segunda metade da década, foi feito todo um esforço para garantir o progresso dos “Grandes Projetos de Impacto”, como, por exemplo, a criação de um “Sistema de Planejamento”, com o advento da lei estadual 2.993, de 30.07.1975, instaurando, a reboque, uma “Secretaria de Planejamento” e, por conseguinte, retirando do Bandes tal prerrogativa; além da aprovação, pela Assembleia Legislativa, do I PDE (Plano Estadual de Desenvolvimento), pela lei estadual 2.981, de 16.06.1975, que harmonizou o planejamento do Estado com o II PND (BANDES: 1975).

O presente artigo tem por objetivo ser a continuação de outro, de mesmo nome. Aqui, porém, abordar-se-á a segunda metade da década de 1970 e, mais precisamente, o papel do Bandes no contexto dos “Grandes Projetos de Impacto” nesse período. Para isso, começaremos uma análise mais pormenorizada do ano de 1975, considerado, como visto acima, um ano de crescimento mais “lento” com relação aos dois seguintes (1976 e 1977), abordados em outro capítulo. Terminamos o nosso texto tratando do exaurimento do

modelo, dos primeiros sinais (1978) até a busca de novos modelos (1979). Por fim, damos nossas conclusões.

Utilizamos como metodologia uma revisão bibliográfica partindo, sobretudo, de fontes primárias, principalmente relatórios de gestão. Tudo estará indicado detalhadamente nas referências ao fim do texto.

1. Um Começo em “Marcha Lenta”

Como visto acima, o relatório de gestão do banco afirma ser 1975 um ano de aparente diminuição no ritmo dos ditos “Grandes Projetos de Impacto”, com a hesitação de alguns grupos em investir no Espírito Santo. Isso, certamente, foi a causa de uma vertiginosa queda de operações, de 639, em 1974, a 157, em 1975, o que, de fato, começa a mostrar os primeiros sinais de esgotamento do modelo (AMORIM: 2018).

Para garantir a retomada do desenvolvimento, o Bandes traçou novas diretrizes, com base no “Plano de Ação 1975–1979” (1975), cujas linhas mestras vinham não apenas a guiar a atuação do banco, mas, também, harmonizar a instituição para com o I PED e o II PND. Essas novas diretrizes, segundo relatório da época, foram as seguintes (BANDES: 1975):

- Abertura no Estado de uma nova frente com programas específicos para agroindústrias integradas, pecuária bovina, reflorestamento de morro, etc.;
- Apropriação local de oportunidades de investimento industrial induzidas pelos Grandes Projetos, convergindo para operações financeiras de certo vulto para implantação de empresas de porte médio, nos ramos de metal-mecânica (sic) e paraquímica;
- Apoio à pequena e média indústria através (sic) de programas setoriais bem fundamentados e conjugados à assistência gerencial, com vistas à sustentação e à modernização do parque existen-

te para fazer frente à competição no mercado de fatores a ser ensejado pelos Grandes Projetos;

- Dinamização do Turismo e de outros segmentos relevantes ao setor terciário do Estado, compreendendo o intercâmbio comercial em trânsito, os serviços de interesse empresarial (sobretudo para o setor agrícola) e de interesse para o desenvolvimento urbano (com ênfase [em] transportes, abastecimento e hospitais);
- Ação supletiva, onde necessário, aos programas prioritários do governo, seja para montagem de infraestrutura, para o desenvolvimento urbano, para qualificação de recursos humanos, para a pesquisa de recursos minerais, etc.

A adoção dessas então novas linhas mestras e sua harmonização com o I PED, este, reputado como um grande esforço do Governo do Estado para a manutenção do ritmo de desenvolvimento, em parceria com o Grupo Executivo para a Recuperação do Estado do Espírito Santo (Geres), parecem ter surtido efeito. O relatório da época aponta algumas conquistas, não apenas do próprio banco, mas, também, do Estado do Espírito Santo (BANDES: 1975):

- Início da construção da Aracruz Celulose S/A, com planta industrial projetada para a produção de 400.000 t/ano de celulose branqueada e investimento total previsto de US\$ 400,0 milhões, no Município de Aracruz;
- Início da construção da Usina de Pelotização da SAMARCO (associação da SAMITRI/UTAH INTERNATIONAL CO.) para a produção de pelotas de minério de ferro com capacidade para 5 milhões de t/ano e investimento total previsto de US\$ 190 milhões, no Município de Anchieta;
- Início da construção do Terminal de Exportação de Ubu, destinado à exportação de pelotas de minério de ferro e minério fino da SAMARCO, com investimento previsto de US\$ 50 milhões, no Município de Anchieta;

- Início da construção das Usinas de Pelotização e Minério de Ferro da ITABRASCO (Associação CVRD/FINSIDER) e NIBRASCO (Associação CVRD/Grupos Japoneses), respectivamente, com capacidade para 3 milhões de t/ano e 6 milhões de t/ano e investimento previsto de US\$ 55 milhões e US\$ 110 milhões em Ponta de Tubarão, Vitória;
- Porto de Vitória recebe guindaste flutuante (cá-brea) com capacidade para 100 toneladas;
- Inauguração de 1.800 terminais do Sistema DDD, ligando o Estado a várias partes do Brasil;
- Inauguração da Rodovia ES-166 (Castelo – Venda Nova).

O setor secundário da economia capixaba se caracterizava, naquela metade de década, por uma quase inexistência de grandes estabelecimentos. O número de microempresas era maior quantitativamente como na geração de empregos e, por conseguinte, no seu impacto na economia. Havia uma nítida dualidade no setor, sendo que as grandes empresas produziam para exportação, enquanto as demais para o mercado interno, sendo as médias para o estadual e as micro e pequenas para o local (PLANO: 1975). Era, assim, esboçado um balanço do número de estabelecimentos industriais, até então:

CONSTITUIÇÃO JURÍDICA	ESTABELECEMENTOS (NÚMERO)
Firmas individuais	2.466
Sociedades de Pessoas	195
Sociedades de Responsabilidade Ltda.	619
Sociedades Anônimas	96
Entidades Públicas	21
Sociedades de Economia Mista	12
Cooperativas	14
Outras	15
TOTAL	3.438

Fonte: Plano de ação 1975-1979 (parcial).

Para concretizar a retomada de crescimento do setor, o apoio maior se deu à execução de empreendimentos nas áreas metalomecânica e paraquímica, com destaque para siderurgia e celulose e conseguinte aceleração dos programas operacionais do banco contemplados no Plano de Ação (BANDES: 1975).

Tais conquistas, fruto direto dessas diretrizes criadas não apenas no âmbito estadual, mas, também, do próprio Bandes, assegurariam um retorno do crescimento para o ano seguinte (1976), porém, não como o do ano anterior.

2. Uma Rápida Retomada

Na qualidade de artífice do desenvolvimento, o Bandes, a fim de salvaguardar o ritmo dos “Grandes Projetos de Impacto”, continuou a tomar, no ano seguinte (1976), uma série de medidas, dessa vez, de cunho interno. Uma delas foi a melhoria do padrão de atendimento ao cliente, como o “permanente aperfeiçoamento dos mecanismos operacionais e revisão periódica dos serviços prestados pelas áreas de apoio administrativo” (BANDES: 1976).

Houve, da mesma forma, uma reforma organizacional, com a criação de gerências que permitissem a agilização dos procedimentos operacionais e práticas administrativas, “dando-se ainda destacada atenção ao contingente de treinamento do pessoal e pela implantação do sistema de avaliação e promoção” (BANDES: 1976).

Mas, indubitavelmente, a elaboração de programas foi um dos maiores fatores de realavancagem dos projetos, sobretudo nas áreas metalomecânica e turismo, tudo inspirado no Plano de Ação 1975-1979, por conta da “privilegiada localização geográfica do Estado” (BANDES: 1976).

O setor industrial, aliás, a “menina dos olhos” da economia da época, também voltou a experimentar uma expansão (BANDES: 1976):

Para o Setor Secundário continua convergindo a maior parte dos recursos aprovados. O subsetor Indústria de Transformação foi o mais contemplado destacando-se os seguintes ramos: Produtos Alimentares (30,6%). Bebidas (23,3%), Madeira e Imobiliário (9,8%), Minerais Não Metálicos (7,6%). Os ramos de Química, Perfumaria e Matéria Plástica, Material Elétrico e de Comunicação, Metalurgia e Mecânica, Papel e Papelão e Têxtil receberam também importante parcela de recursos.

Nos demais setores também houve aumento dos investimentos. O terciário participou com 18,1% do total deferido, com destaque para os “Serviços de Apoio ao Setor Agrícola” (produção e revenda de insumos) e comércio pelo sistema Fundap (BANDES: 1976). O setor primário teve um tímido crescimento, com importância para o setor de lavouras e a implantação e expansão de pecuária de corte, sobretudo após a implantação do Departamento de Desenvolvimento Rural pelo banco (BANDES: 1976).

Além disso,

Importante ressaltar a alocação de recursos para infraestrutura e pré-investimento, destacando-se a aplicação em projetos de transmissão e distribuição de energia elétrica, estradas vicinais, abastecimento urbano, estudos e projetos para o Setor Público e para aprimoramento de recursos humanos de nível superior. (BANDES: 1976)

Tais mudanças surtiram efeito, com aumento do número de operações e, por conseguinte, do investimento:

DISCRIMINAÇÃO	(Cr\$ 1,00)		
	1975	1976	76/75
APOIO FINANCEIRO			
Investimento Total Aprovado	461.232.768	874.986.240	189,7
Financiamentos Contratados	455.269.353	604.322.639	132,7
Desembolso	328.817.831	473.677.172	144,1

Fonte: Bandes, Relatório de Gestão 1976.

Uma das estratégias do Bandes para prolongar o número de projetos, a criação de novas gerências visivelmente organizadas segundo os programas implementados na época, tomou o seguinte delineamento (BANDES: 1977):

Departamento de Desenvolvimento Rural:

Gerência do Programa Agroindustrial

Gerência do Programa Agropecuário

Departamento de Operações Especiais

Gerência do Programa Comércio e Serviços

Gerência do Programa Operações Especiais

Departamento de Desenvolvimento Industrial

Gerência do Programa Madeira, Minerais e Materiais de Construção

Gerência do Programa Metal-Mecânico (sic)

Gerência do Programa Bens de Consumo

Gerência de Miniprogramas

(Grifos do autor)

Da mesma forma, foram estabelecidas algumas linhas de ação, que elegeram programas prioritários (BANDES: 1977):

- a) Abertura de uma nova frente de modernização agrícola em escala empresarial;
- b) Apropriação local de oportunidades de investimentos industriais de porte médio, nos ramos de metal-mecânica (sic) e paraquímica;
- c) Apoio à pequena e média indústria graças a programas setoriais bem fundamentados e conjugados à assistência gerencial;

- d) Dinamização do turismo e de outros segmentos relevantes do Setor Terciário;
- e) Ação supletiva aos programas prioritários do Governo para infraestrutura, desenvolvimento urbano, qualificação de recursos humanos e pesquisa de recursos minerais.

Isso tudo harmonizava a ação do Bandes com seus fins, o Plano de Ação 1975-1979, o I PED e o II PND, além, claro, de garantir a retomada do crescimento e do investimento nos “Grandes Projetos de Impacto”.

No ano de 1977, foram confirmadas as implantações das Companhia Siderúrgica do Tubarão (CST, atual ArcelorMittal) e da Aracruz Celulose (atual Fibria), como base de aceleração do ritmo dos “Grandes Projetos” (BANDES: 1977), ensejando a criação de toda uma infraestrutura em torno da Grande Vitória, com a modernização portuária, a interligação energética com Furnas, a rede de telecomunicações, além da duplicação da ferrovia Vitória-Minas e a pavimentação das BR 262, 101, 482 e 259 (BANDES: 1977).

No setor privado, as seguintes oportunidades foram abertas (BANDES: 1977):

- **Na extração mineral:** uma demanda compatível com os recursos conhecidos de argilas, calcário, feldspato, caulim, quartzo, bauxita, etc.;
- **Na agropecuária:** o ponderável acréscimo à demanda de gêneros alimentícios pelo influxo do crescimento urbano e ainda o amplo mercado para carnes, cereais, açúcar e derivados, aproveitando as facilidades do corredor de exportação;
- **Nos ramos metalmecânico (*sic*) e paraquímico** residem a maior parte das oportunidades induzidas, pois aí se situam as indústrias complementares e satélites, desde a montagem até a fase de operação, daqueles grandes empreendimentos. (Grifos do autor)

A despeito do tom otimista do relatório de 1976 e das conquistas do ano de 1977, o Bandes não experimentaria mais um crescimento como o visto no ano de 1974, se se comparar os números (AMORIM: 2018). Tudo isso enseja observar o começo de um esgotamento, como será visto nos próximos anos, até o final daquela década.

3. Os Primeiros Sinais de Esgotamento

O ano de 1978 demonstra um resultado aquém do esperado, revelando-se um divisor de águas com relação aos outros anos, além de apresentar o começo da exaustão do modelo.

Segundo relatório da época, tal acontecimento se deu pelas mudanças do cálculo contábil a reboque da entrada em vigor da então recente lei 6.404, das Sociedades Anônimas, combinadas com resoluções do Bacen a esse respeito, tendo “computado integralmente a desvalorização monetária do patrimônio líquido” (BANDES: 1978). O resultado patrimonial líquido foi de “apenas” 13,4% acima do ano anterior, considerado baixo por ausência de aporte de novos recursos (BANDES: 1978), renunciando, assim, a agudez da crise econômica que se instauraria no ano seguinte.

Em todo caso, 328 projetos foram aprovados em 1978, sendo que, desses, 64,3% foi destinado ao setor secundário e, desses, 30% para o setor de metalurgia,

destacando-se as operações com a COFAVI (Incentivos Fiscais) e CVRD (equipamentos FINAME) além de projetos novos, como o de NIBCO Industrial e outros; o ramo de papel e papelão participou com 17,2%, sobressaindo-se a concessão de Incentivos Fiscais para a Aracruz Celulose; as Indústrias de Minerais não Metálicos ficam com 16,3% e as de Produtos Alimentares 11,0% (BANDES: 1978).

O setor terciário absorveu 26,2% dos investimentos e o primário, 5% (BANDES: 1978).

Quanto à parte administrativa, o Bandes, praticamente, manteve o mesmo quadro de 1977, havendo destaque, em relatório, para o aluguel de um anexo de três andares no Edifício Valia, para solucionar o problema de espaço físico; o estudo para a criação de um quadro de cargos e salários para o ano seguinte; além da compra de um moderno computador, o B 738, também para 1979 (BANDES: 1978).

A despeito da “frieza” do período (segundo dicção do próprio relatório), as conquistas elencadas foram (BANDES: 1978):

O período que termina, embora frio, registrou acontecimentos de grande vulto, importantes para a vida do Estado, tais como: início das operações em escala industrial, de empreendimentos de grande porte — ARACRUZ CELULOSE, SAMARCO, NIBRASCO, ITABRASCO, HISPANOBRÁS — além da Antártica, esta apoiada inteiramente pelo BANDES; início efetivo das obras físicas da Companhia Siderúrgica de Tubarão; inauguração das primeiras etapas de Capuaba; impulso da Construção da 2ª ponte, deixando-a em fase de conclusão; início da construção da 3ª ponte; e outras.

O segundo “Choque do Petróleo” (de 1979) e a inflação fora de controle que marcaria a década seguinte já começavam a dar sinais, o que ensejou a busca de novas alternativas. Duas delas seriam o “apoio às atividades econômicas tradicionais e identificação de oportunidades de investimentos em segmentos dinâmicos” e “contribuição para melhoria da distribuição espacial e social de renda” (BANDES: 1978).

Atribuindo uma ênfase especial aos setores metalomecânico e paraquímico no quadriênio 1975/1978, o Bandes acompanharia as tendências do Governo Federal (agroindústria, bens de consumo,

materiais de construção, microempresas e estruturas) e, sobretudo, Estadual, com apoio ao intercâmbio em trânsito, mas, especialmente, no turismo, setor que receberia especial atenção, não apenas no ano seguinte, mas, também, na próxima década (BANDES: 1978).

Assim, segundo o mesmo relatório (BANDES: 1978):

Na implementação dessa política, o BANDES concentrará esforços, no biênio 1979/80, no sentido de avaliar as potencialidades agroindustriais, comerciais e de bens de consumo, detalhando estudos e desenvolvendo linhas de ação para captar recursos necessários à apropriação das potencialidades detectadas.

4. O Esgotamento do Modelo e a Busca por Outro

A década de 1970 termina com o Bandes amargando mais um prejuízo seguido. Apontando as mesmas razões (registro, como despesa, do valor correspondente ao desgaste do patrimônio líquido face à inflação, pela dicção da lei 6.404/76), no ano de 1979, o banco registrou prejuízo contábil de Cr\$ 34,2 milhões (BANDES: 1979), pouco menor que o do ano anterior:

EVOLUÇÃO OS RESULTADOS DO EXERCÍCIO		
(Cr\$ mil)		
DISCRIMINAÇÃO	1978	1979
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(45.984,6)	(34.168,3)

Fonte: Bandes, Relatório de Gestão 1979.

Esse prejuízo, certamente, não tinha a ver tão somente com as então novas regras de registro contábil, mas, também, pelo contexto da época. 1979 foi o ano do segundo choque do petróleo, o que prejudicou sobremaneira uma economia que já vinha combatida desde 1973, au-

mentando ainda mais a inflação do período. Houve, também, um quadro de crise energética, tendo subtraído muitos investimentos, além de cortes nos orçamentos das instituições de crédito federais, “da descapitalização das pequenas e médias empresas, do clima de incerteza que envolveu o empresariado” (BANDES: 1979), dentre tantos fatores.

A despeito do clima de pessimismo, o relatório daquele 1979 buscava pautar algumas conquistas, de vulto para a economia do Espírito Santo e, certamente, com protagonismo do Bandes. Uma delas, era a inauguração da “Segunda Ponte” (ou “Ponte do Príncipe”) que, com o incremento das obras da “Terceira Ponte”, concluiriam o anel rodoviário, solucionando “definitivamente o problema de congestionamento urbano provocado pela acelerada expansão urbana da Grande Vitória, além de contribuir para a diminuição do consumo de combustível” (BANDES: 1979).

Com 358 operações aprovadas no total, brindando 26 municípios capixabas, o Bandes contabilizava, naquele ano, grandes plantas, como, por exemplo, a “expansão da Chocolates Garoto e do FRISA – Frigorífico Rio Doce, [a] Implantação do FRINORTE – Frigorífico Norte do Espírito Santo e de projetos hoteleiros de vulto” (BANDES: 1979).

Buscava-se, também, um certo otimismo, dentro do banco. Uma prova disso era a instalação definitiva do computador Burroughs B-738, em agosto daquele ano e, a outra, a regularização de um terreno de 10 mil m², na área do antigo aterro da Comdusa, para a instalação de uma sede própria, coisa que, obviamente, não aconteceu. Também foi implantado, definitivamente, um plano de cargos e salários e a instituição da Cipa (BANDES: 1979).

De acordo com o mesmo relatório (BANDES: 1979):

Assim, o BANDES vê começar, na abertura da década de 80, um período de maior otimismo. Não que as perspectivas sejam róseas. Pelo con-

trário, os próximos anos serão ainda de austeridade e possíveis dificuldades. Mas se, em 1979, contra todas as perspectivas em contrário, o desempenho foi amplamente favorável, tudo leva a crer que, em 1980, com orientação segura e ação persistente, um resultado positivo será alcançado.

Esse otimismo, no entanto, tinha um preço: a busca de novos caminhos. Dessa forma, o mesmo documento dava conta da efetiva implantação do Promicro (Programa de Apoio à Microempresa), com início em Colatina e Cachoeiro, como municípios-piloto, o que já denotava uma significativa mudança de paradigma, com o esgotamento do modelo desenvolvimentista dos “Grandes Projetos de Impacto”; também o setor de comércio, especialmente no ramo de alimentos e, principalmente, o setor hoteleiro, dentro do espírito de incentivo ao turismo como mais uma das apostas para a década seguinte (BANDES: 1979).

Com tudo isso, pela primeira vez no período, o setor terciário cresceu mais que o industrial: 400% com relação ao ano de 1978, graças aos recursos do Fundap, enquanto que o setor primário cresceu menos de 200% (destaque para metalurgia e produtos alimentares) e o primário, 110% (BANDES: 1979).

Era, visivelmente, o fechamento de um ciclo.

Conclusões

O crescente círculo virtuoso dos ditos “Grandes Projetos de Impacto” já vinha mostrando sinais de esgotamento ainda no início da segunda metade da década de 1970. A despeito de uma rápida retomada, em 1976, com o crescimento do investimento no setor industrial, os últimos anos da década marcaram o final de um mo-

delo que, tendo atingido seu ápice, não conseguiu se manter ante aos revezes da economia mundial e nacional e também ao limite de crescimento do Espírito Santo da época.

Tudo isso induz situações, até então, inéditas no âmbito do Bandes: uma delas é a contabilização de dois prejuízos seguidos, pela primeira vez na história do banco, não por coincidência, nos anos finais do período; um aumento do terciário (e, por conseguinte, uma baixa no investimento do secundário); e a busca de novas soluções que, visivelmente, apontavam para o micro e pequeno, para a interiorização e para o turismo.

Essa seria a agenda que pautaria as atividades do Bandes ao longo dos anos 1980, uma década economicamente agitada, marcada pelo descontrole inflacionário. Em uma economia assim, qual o papel de um banco de desenvolvimento? Uma nova década se abria, com outros desafios, fechando, visivelmente, um ciclo de crescimento jamais experimentado de novo na história do banco.

Referências

- AMORIM, Anaximandro. *O Bandes nos anos 1970: os “grandes projetos de impacto” e o auge do desenvolvimento – primeira parte (1970-1974)*. Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo. Vitória: 2018.
- Bandes. *Plano de ação 1975/1979*. Vitória: 1975.
- BANDES. *Relatório Anual da Diretoria 1975*. Vitória: 1976.
- BANDES. *Relatório Anual da Diretoria 1976*. Vitória: 1977.
- BANDES. *Relatório Anual da Diretoria 1977*. Vitória: 1978.
- BANDES. *Relatório Anual da Diretoria 1978*. Vitória: 1979.
- BANDES. *Relatório Anual da Diretoria 1979*. Vitória: 1980.
- Diagnóstico e Perspectivas da Economia do Espírito Santo*. Governo do Estado do Espírito Santo. Secretaria de Planejamento. Vitória: 1975.

RONCESVALLES, EM UMA GESTA, ENTRE A HISTÓRIA E A FICÇÃO

*Ester Abreu Vieira de Oliveira**



aventurasnahistoria.uol.com.br

Amar el pasado es congratularse de que efectivamente haya pasado, y de que las cosas, perdiendo esa rudeza con que al hallarse presentes arañan nuestros ojos, nuestros oídos y nuestras manos, asciendan a la vida más pura y ejemplar que llevan en la reminiscencia.

Ortega y Gasset, J¹

Resumo: Com a leitura de *La Chanson de Roland* (Canção de Rolando), considerado o primeiro poema épico francês, escrito por volta de 1040 e cuja autoria se atribui a Turold, retomam-se os acontecimentos ocorridos na batalha que teve lugar em Roncesvalles, durante o império de Carlos Magno. Num misto de heroísmo, traição e vingança, desenvolve-se a saga de Roland, que, vítima da insídia de seu padrasto Ganelon, cai em uma emboscada, perdendo a vida junto a seus companheiros. O tratamento ficcional dado aos acontecimentos históricos dá à obra o encanto que desperta o interesse de leitores de distintos tempos e lugares.

* Professora Emérita da UFES, membro do Programa de Pós Graduação em Letras, Mestrado e Doutorado, Membro do IHGES, da Academia Espírito-santense de Letras, da Academia Feminina Espírito-santense de Letras e da Associação de Professores de Espanhol do Estado do ES.

¹ ORTEGA Y GASSET, J. *Meditaciones del Quijote*. Madrid: *Revista de Occidente*. 1966, p. 125.

Para falar de Roncesvalles e de acontecimentos ali ocorridos, dirigiremos o nosso foco para *La Chanson de Roland* (*Canção de Rolando*), primeiro poema épico Francês, escrito por volta de 1040, de um possível autor chamado Turolde, com 3998 versos decassílabos, assonânticos, com cesura na quarta sílaba, distribuídos em 291 em longas estrofes ou *laissez*.

O manuscrito, que pertence à Biblioteca da Universidade de Oxford, foi escrito em dialeto anglo-normando, versão insular do normando, um dos dialetos da língua d'oc. Porém, seu texto sofreu várias alterações conforme os anos se passavam, e a maioria dessas mudanças ocorreu em 1098: o ano da Primeira Cruzada. No ano de 1115 foram adicionadas algumas partes à canção. A composição do poema consta de 4 mil linhas, que retratam a época de Carlos Magno, dando um foco romântico para a Batalha da Passagem de Roncesvalles, nos Pirineus, na qual Roland, sobrinho de Carlos Magno, e suposto, por alguns estudiosos, como seu filho, tocou em seu “olifant”² bem forte e ele ecoa além dos montes, a uma longa distância (a trinta e tantas léguas) chegou o seu chamado a seu tio e já estando quase morto. Carlos e todo o seu exército escutaram e percebem o perigo que estão os da retaguarda. (Estrofe 133):

*Rolant ad mis l'olifant a as buche,
Empeint le ben, par grant vertu le sunnet.
1755 Halt sunt li pui et la voiz est mult longe,
Granz XXX liwes l'oïrent il respundre.
Karles l'oït et ses cumpaignes tutes.*

O poeta canta o real e o maravilhoso nessa passagem. Roland, ferido de morte, sopra o seu corno e é ouvido por Carlos Magno que se havia afastado e estava muito longer. Roland sabia que seu rei estava distante e toca não para pedir ajuda, mas para protestar,

² Chifre de elefante, um tipo de berrante.

solicitar por vingança. Quando o rei ouviu a trombeta, voltou de seu caminho, e chegou ao campo de batalha. Ali, encontrou toda a sua retaguarda aniquilada.

Roland, antes do último suspiro, suplica ajuda à Virgem Maria, e procura romper a sua espada Durendal,³ já que com sua morte não tinha mais serventia, pois com ela ganhou muitas batalhas e conquistou países para seu rei. Assim, refletia que não deveria deixar para Pagãos e pede a Deus preservar a França desta desonra (Estrofe 171).

[...] “E!” dist li quens: “Sainte Marie, aiue!
E! Durendal, boné, si maré fustes!
2305 Quant jo mei perd, de vos nen ai mais cure.
Tantes batailles en camps en ai vencues
[...] Mielz voeill murir, qu’entre paiens remaigne
Deus, perre, nen laisser hunir France!

Apesar do esforço sobre-humano que o conde fez para romper Durendal, ela não se rompeu e ele chorou.⁴ No seu lamento descreve sua espada: bela e santificada, em seu pomo dourado havia um dente de são Pedro, sangue de santo Basílio, cabelos de são Dinis e um pedaço da veste de santa Maria e proclama a injustiça que seria ser possuída pelos pagãos.

E o poeta lamenta a perda de um tão bravo cavaleiro que a França nunca teve, e introduz no poema um fato maravilhoso cristão,

³ Durante a cerimônia, aquele que queria ser um cavaleiro medieval, recebia do senhor uma espada e as esporas de prata. A partir de então ele podia acompanhar o seu senhor nas batalhas militares. E sua atividade bélica fazia a sua espada ficar famosa e receber um nome significativo. Assim **Durandal** ou Durendal (provavelmente do francês Durer “suportar”).

⁴ O episódio de a espada não partir, mesmo com as tentativas de Roland batê-la numa pedra e ela se manter intacta, e criar uma enorme fenda no penhasco, ainda hoje é conhecida essa fresta como a Brecha de Roland (situada a 2600 metros de altura nas montanhas pirenaicas)

dentro da crença medieval, para os últimos momentos de Roland. Começa primeiro, colocando o conde, pedindo a Deus perdão por seus pecados (Estrofe 175 : v. 2370 — *De mès pecehez, dès granz et des menuz/ que jo ai fait des l`ure que nez fui*) e, a seguir, descrevendo e narrando a posição de súplica e resultado: estendendo a sua mão direita enluvada para o céu, os anjos descem até ele (Estrofe 176).

2390 *Seint Gabriel de as main l`ad pris;*
Desur sur braz teneit le chef enclin;
Juntes ses mains est aïet a sa fin.
Deus tramist sun angle Cherubin
E seint Michel del Peril ;
2395 *Ensembl`od els sent Gabriel i vin;*
L`anme del cunte portent en pareis.



Batalla de Roncesvalles (778) a morte de Rolando. Canção de Rolando – Enciclopédia Global™ <https://bit.ly/2DtOyXA> em 01 de jun de 2019.

La Chanson de Roland é considerada a mais antiga das canções de gesta escrita em língua românica. Teve enorme influência na Idade Média, por toda a Europa, inspirando muitas outras obras sobre o tema (a chamada “Matéria de França”). Como as outras canções desse gênero na época, era recitado por jograis nas cortes e nas cidades. Também esta gesta influenciou diretamente o espírito das

cruzadas e alimentou um desejo de fazer justiça às perseguições dos muçulmanos contra os cristãos. Ela foi extremamente popular no século XII, traduzida para o latim, médio-alemão, médio-holandês, occitano e veneziano.

La Chanson de Roland, no estilo de poema épico medieval, é um exemplo das canções de gesta, (do latim “gesta” — narrativa em versos que canta a glória de feitos guerreiros heróicos do passado, ou de história de família celebrando os seus altos feitos —), que seguiam o modelo das epopéias.

A epopeia é uma poesia de uma nação, de um lugar e de um tempo inconfundíveis, em um preciso momento histórico. Ela menciona pessoas, acontecimentos e ideal, os quais respondem à verdade particular histórica, e servem de suporte à verdade universal poética.

Para Ortega y Gasset (1996, p. 125), a epopeia “*no es el nombre de una forma poética sino de un fondo poético sustantivo que en el progreso de su expansión o manifestación llega a la plenitud.*”

A epopeia pode estar dividida em cantos ou livros. A tradicional começa com uma invocação à força inspiradora, isto é, às musas, e depois segue para a exposição do assunto, apresentando o herói e os obstáculos pelos quais ele passa, descrevendo o momento em que os bons resultados da empresa correm perigo e, finalmente, narrando o triunfo dos propósitos do herói.

São modelos de epopeia os poemas que nos deixaram os escritores clássicos: de Homero, na Grécia Antiga, a *Ilíada* e a *Odisséia*, e de Virgílio, na Roma de Augusto, a Eneida. Nessas obras destacam-se a ação, o plano, os personagens, a nação e o estilo e a versificação.

A etimologia da palavra épica, que vem do grego “epos” com a significação de relato, justifica o caráter do poema narrativo (canto épico, ou poesia épica, ou, ainda, canto de gesta), uma das subdivisões da poesia, onde o real e o imaginário se mesclam numa narra-

tiva de acontecimentos passados, onde se dá primazia à história de um povo, de uma raça ou de uma civilização. Nesse poema, expõe-se um assunto, apresentando um herói e os empecilhos pelos quais ele vai passando até alcançar o triunfo dos seus objetivos.

Os cantos épicos foi um gênero muito acolhido na Idade Média. Citam-se as obras, como modelos dos cantos épicos medievais: *La Chanson de Roland*, da épica francesa, e o *Cantar de mio Cid*, da épica espanhola. Esses cantos eram uma forma de estimular o espírito de luta, apresentando o herói com qualidades morais exemplares. Ortega y Gasset (p. 125) declara que “*Cada época trae consigo una interpretación radical del hombre. [...] Por eso, cada época prefiere un determinado género*”

São modelos de poemas épicos: *A Divina Comédia*, de Dante Alighieri, *a Jerusalém Libertada*, de Torcuato Tasso, *Os Lusíadas*, de Camões, *O Paraíso Perdido*, de Milton, *A Mesíada*, de Klopstock, *Cristiada*, de Diego Hojeada, *Jerusalém Conquistada*, de Lope de Vega, *Mem de Sá*, de Anchieta, *Araucana*, de Alonso de Ercilla, *Prosopéia*, de Bento Teixeira Pinto, *Tabaré*, de Juan Zorrilla de San Martín, *Martín Fierro*, de José Hernández, *Uruguai*, de Basílio da Gama e *Caramuru*, de Santa Rita Durão.

Os Cantares de Gesta se encontram na origem dos povos europeus. Dos produzidos na Espanha (literatura que conhecemos um pouco mais) existem poucas fontes, uma vez que muitos se perderam e que de alguns deles, como *Los infantes de Larra*, *Fernán González e Bernardo del Carpio*, permaneceram apenas fragmentos, e de *El Cantar de Mío Cid*, o exemplar mais completo de gesta espanhola, faltam-lhe os versos iniciais. Mas pelo conjunto dos versos, pelo estilo, pela espontaneidade métrica, simplicidade expressiva e linguagem, representa a primeira manifestação da literatura espanhola e se tornou um símbolo do espírito combativo de Castela, pois coincide com o nascimento desse Reino, frente à hegemonia

do reino de Leão. Esse poema tem muitos ecos da *Chanson de Roland* em sua forma, ainda que a sua temática responda ao espírito bélico de Castela.

Os responsáveis pela divulgação dos cantares de gestas foram os jograis que cantavam para divertir e alegrar as pessoas e iam de cidade em cidade, de castelo em castelo, fazendo suas próprias leituras, acrescentando ao texto passagens, destacando episódios que permaneciam mais ou menos fixos na memória. Menéndez Pidal os define com estas palavras: “[...] *juglares eran todos los que se ganaban la vida actuando ante un público, para recrearle con la música, o con la literatura, o con charlatanería, o con juegos de mano, de acrobatismo, de mímica, etc.*” (1962, p. 12)

As canções de gestas deram origem aos romances, que floresceram, na Península Ibérica, no século XV. Nessa poesia épico-lírica os temas heróicos se unem a elementos líricos e romanescos para se adaptarem aos gostos da nobreza cavaleiresca e da burguesia individualista e mundana desse século, numa estrutura métrica — versos de redondilha maior, com assonância nos pares — derivada dos dois hemistíquios do verso épico. O “romancero” constitui uma joia da literatura mundial, pela elegância, simplicidade, espontaneidade e variedade, pela riqueza cromática e brilhante fantasia. Como uma variação desses romances, na modernidade, encontra-se *O Romanceiro da Inconfidência*, de Cecília Meireles.

La Chanson de Roland foi descoberta em 1832, por Henri Moinin, em um manuscrito na Biblioteca do rei. Em 1837, foi feita a primeira edição dessa gesta por Francisque Michele, com base em um manuscrito conservado na Biblioteca Bodleienne d’Oxford, na Inglaterra. Depois foram descobertos outros manuscritos em Veneza, Versaille, Lion e Cambridge. Mas considera-se o mais original o manuscrito de Oxford, que parece ser escrito por um anglo-normando cerca de 1170 (CORDIER, 1935, p. 6).

Várias versões de *La Chanson de Roland*, de autoria quase sempre desconhecida, foram compiladas por Charles Marie Joseph Bédier em fins do século XIX.

O cenário da canção é a guerra entre Carlos Magno e os muçulmanos da Espanha. A base histórica do poema é uma batalha real, travada em 15 de agosto de 778 entre a retaguarda do exército de Carlos Magno, que já estava vencendo a guerra, sob o comando de Rolando, e já abandonava a Península Ibérica, quando um grupo de montanheseos bascos a massacraram. Esse acontecimento é histórico, embora seja retratado na canção sem fidelidade histórica: os autores do massacre passaram de bascos a muçulmanos, e tanto essa alteração como o tom geral do poema só se explica pelo contexto das Cruzadas e da Reconquista cristã da península, que se viveu no século XI. Mas o acontecimento em Roncesvalles que a canção transmite é literário e tem mais em comum com a arte que com a ciência, isto é, com a História, daí a inserção deste ensaio entre as duas ciências: História e Literatura. Esclarece HUTCHEON (1988, p.141), com o apoio em Nye, que “[...] antes do advento da ‘história científica’ de Ranke, a literatura e a história eram consideradas como ramos da mesma árvore do saber, uma árvore que buscava ‘interpretar’ a experiência, com o objetivo de orientar e elevar o homem”.

Na época da composição da *Chanson de Roland* muitos fatos importantes ocorreram no ocidente, entre eles:

- A disputa sem sucesso do papa contra os feudos, principalmente contra o duque de Normandia, que se tornou rei da Inglaterra em 1060.
- A cruzada dos cavaleiros da Normandia, da Borgonha e da Provença em socorro de Aragão atacada pelos Sarracenos 1066.
- A vitória de Alphonso VI de Aragão contra os Sarracenos.
- Ataque da Espanha pelos Almoravides, vindos da África (1073-10850).

- Cruzada dos cavaleiros franceses da Borgonha, de Languedoc, na Espanha.
- Façanhas de Rodrigo Diaz de Vivar, o Cid, 1095.
- O papa Urbano II prega a cruzada na Terra Santa no concílio de Clermont, 1099.

Passaremos a resumir as três partes temáticas da *Chanson de Roland*, épica e lírica, que envolvem, na história e na lenda, uma traição, a morte de Roland e o castigo como resultado dessa morte, ilustrando-as com inserções de trechos.

Na parte da canção que trata da traição, destaca o “grande imperador”, isto é, a figura mítica de Carlos Magno, apresentando a expansão de suas fronteiras além do território dos francos. Depois de sete anos na Espanha, conquistou todo o país, segundo o poeta, nem castelos, muros ou cidades lhe faltam conquistar. Contudo, somente lhe faltava uma última cidade que permanecia intocada: era Zaragoza, ocupada pelo emir Marsile, “que não ama a Deus e serve Maomé”, descreve o poeta da canção de gesta. Mas este já havia feito a proposta de render-se, como um estratagema de afastar os franceses e Carlos Magno. Seguindo o falso conselho de seu principal companheiro, Blancandrin, deveria prometer a Carlos Magno servir-lhe, oferecer-lhe leões, cães, 700 camelos 400 mulas carregadas de ouro, e prometer receber a fé cristã. Marsile aceita o conselho de Blancandrin e envia a Carlos Magno um mensageiro com um ramo de oliveira, sinal de paz e de humildade, prometendo-lhe recompensá-lo. A partir desta parte, vamos ver personagens, e situações encaminham-se para o acontecimento trágico de Roncesvalles. Observaremos, a seguir, como o poeta encaminha a situação para mostrar o temperamento forte, orgulhoso, de Roland e o ódio nascente de Ganelon, o traidor.

Carlos Magno aceita o parecer de paz, mas deve enviar um cavaleiro francês levando a sua resposta. É uma missão perigosa. Pede

conselho a seus barões. Eles dizem ao rei para ter cuidado com a proposta do emir Marsile. O conde Roland, um dos doze pares da França, não concorda com a paz e sugere continuar a guerra e sitiar Zaragoza. Carlos Magno se cala e o narrador descreve a sua dúvida: abaixa a cabeça, puxa a barba, torce o bigode. Então Ganelon faz crítica ao conselho de Roland, dizendo que não deveriam rejeitar a oferta, evitando mortes, pois fazer guerra era uma opinião orgulhosa e não sábia. O duque Naimés concorda com Ganelon, de não haver guerra. Então, Carlos pergunta a seus pares, quem deveria ir a Saragoza? Alguns nobres, entre os doze pares, inclusive, o conde Roland, se ofereceram para ir, mas o imperador os rejeitou e pede para indicarem um barão.

Roland, com a intenção de honrar o seu padrasto, Ganelon, o indicou para ir como mensageiro. Os franceses concordaram e disseram que não encontrariam um cavaleiro mais sábio. O rei acedeu ao conselho. Mas Ganelon ficou angustiado. Retirou a pele de marta, e manteve apenas uma curta túnica de seda que se levava sobre o casaco em tempos de paz, e sob a cota de malha em tempos de guerra. Seus olhos embranqueceram-se de raiva, e o rosto apresentava feição feroz. Ele tinha um corpo bem feito e um peito largo, registra o poeta, e era admirado por sua beleza. Enraivecido diz a Roland: “Louco que raiva você tem? Você sabe que eu sou seu padrasto e me indica para ir a uma missão a Marsile! Se Deus me der a graça de voltar vou lhe causar um grande mal que durará toda a sua vida.” Roland respondeu-lhe: “São palavras orgulhosas e loucas. Sabe-se bem que não temo ameaças. Mas é um homem sábio que vai como embaixador. Se o rei consentir, eu posso ir em seu lugar.” Seguem os versos que ilustram, num francês arcaico, a parte que resumimos anteriormente, na estrofe 20.

*Francs chevalers, dit li emperere Carles,
275 Car m'eslisez un barun de ma marche*

*Qu'a Marsiliun ne portast mun message.
Co dist Rollant: « co ert Guenes mis parastre. »
Dient Franceis : « Car il le poet bien faire. »
Se lui lessez, n'i trametrez plus saive”.*
280 *Et li quens Guenes en fut mult anguisables,
De sun col getet ses grandes pels de martre
Et est remes en sus blialt de palie;
Vairs out [les oe ilz] et mult fier lu visage
Gent out le cors et les costez our larges,*
285 *Tant par fut bels tuit si per l'en esgardent.
Dist a Rollant : « Tur fol, pur quei t'esrages?
Co set hom ben que jo sui tis parastes,
Si as juget qu'a Marsiliun en alge.
Se Deus co dunet que jo de la repaire,*
290 *Jo tèn muvra[i] un si grant contr[a]ire
Ki durerat a trestur tun edage,”
Respunt Rollant: “Orgoill oi et folage.
Co set hom ben, n'ai cure de menace.
Mai saives hom, il deit faire message.*
295 *Si li reis voelt, prex sui por vus le face!»*

Ganelon ficou furioso com seu enteado por este encargo perigoso e acreditou que ia ser morto pelas mãos dos muçulmanos. Ele leva a mensagem ao rei, mas como achava que sua missão fora um plano de Roland para matá-lo, combina com Blancadrin uma vingança que prejudicasse seu enteado. Trama uma emboscada em que faria Roland e os outros pares ficarem para trás e avisou aos seus inimigos de uma passagem por trás da posição franca. Como o esperado, Roland, que estava liderando a retaguarda, foi atacado pelos muçulmanos quando atravessava a passagem de Roncesvalles. Toda a elite francesa foi dizimada e Roland, se torna o personagem essencial do poema, pois seu destino ficou ligado a acontecimentos entre pagãos e cristãos. O poeta narra que, depois de morto Roland, Deus leva a sua alma aos céus.

Quando Carlos Magno chegou, não encontrando ninguém vivo, proclamou: “*Dieu [...] j'ai bien sujet de me désoler! Que n'étais-*

-je là au début du combat!” (Estrofe 177). Em sinal de dor o poeta diz que ele puxa sua barba e os seus valentes cavaleiros choram “com seus olhos” e vinte mil caem desmaiados. Acamparam na região para enterrar os franceses mortos na batalha. Mas um aliado do rei Marsile chegou, o emir Baligant da Babilônia, para lutar contra o exército de Carlos Magno. Quando, durante a batalha, Baligant foi morto, todo o seu exército bateu em retirada. O poeta procura narrar uma terrível batalha, exclamando: “O espetáculo é maravilhoso”. Eram quatrocentos mil franceses que se puseram em posição em uma planície. O emir de um lado, com a sua espada Preciosa, e os seus soldados ora uivando como “cães”, e do outro, os do rei dos francos, gritando enraivecidos. Carlos, protegido por São Gabriel, vence. (Estrofes de 214 a 260)

O emir, quando viu que perdera a batalha, morre de desgosto e “os diabos vieram levar a sua alma pecadora”. (Estrofe 264) Carlos entra vitorioso em Zaragoza e volta para a França. A traição de Ganelon foi descoberta, e ele passou por um julgamento por combate, mas seu campeão foi morto com a ajuda da graça divina. Ganelon foi condenado por traição e foi condenado a ser desmembrado com seus braços e pernas atados a cavalos que galopavam em direções diferentes, e outros 30 de seus parentes foram enforcados.

Depois da batalha, quando o rei volta a Aix, há um acontecimento amoroso. Aude, uma bela donzela, pergunta por Roland que lhe havia prometido casamento. Carlos a quer consolar prometendo-lhe dar-lhe em troca qualquer cavaleiro que lhe agrade para substituir Roland. Aude, agradece-lhe e lhe responde que agora só queria a morte: “*Cette parole ne me touche guère; ne plaise à Dieu, a sés saints, à sés anges, qu’après Roland, je reste encore en vie!*” (Estrofe 268), perde a cor cai morta aos pés de Carlos Magno: (v 3721-22) “*Sempre es morte. Deus ait mercit de l’anme !/ Franceis barons en plurent et si la pleignent*”.

Nas gestas medievais, o religioso tem um papel importante na gesta, pois possivelmente foi um monge o copista ou o poeta. Por isso há sempre invocações, orações, e proteções divinas. O aspecto miraculoso fantástico é mais recorrente na gesta francesa, *Chanson de Roland*, que na espanhola, Cantar de Mio Cid.

Segundo os dados históricos, no ano de 778, Carlos Magno fez uma incursão em terras da Espanha então invadidas pelos muçulmanos e a Batalha de Roncesvalles foi uma luta entre bascos e o exército de Carlos Magno. Os bascos reagiram ao ataque de Carlos Magno em seu território. O rei franco, acreditando que a população da região basca era aliada dos mouros, destruiu os muros de Pamplona e saqueou várias vilas locais. Por esse motivo, quando voltava para a França, os bascos atacaram sua retaguarda de surpresa e a destruíram. Sua volta a seu país se devia a que os saxões, que ainda estavam em vias de se converter ao cristianismo, invadiram o reino dos Francos pelo lado do Reno, e Carlos Magno teve que voltar às pressas para defender a fronteira oriental da Cristandade. Foi nessa ocasião que a retaguarda do seu exército sofreu uma emboscada e foi massacrada em Roncesvalles (Pireneus). Na batalha pereceram Roland e os Doze Pares de França.

André Cordier (1935, p. 8) comenta partes em que o poema falseia na história, nos castigos e punições:

[...] Il faut convenir que le contenu du poème dépasse largement le fait historique: les Basques sont transformés en Sarrasin, les ennemis atteignent le nombre de cent mille, Roland est donné comme neveu de Charles, il est entouré des pars, un traître a surgi, les paiens ont été châtiés et anéantis; bref, l'histoire est devenue une imposante légende.

Mas história ou ficção, *La Chanson de Roland* apresenta em Roncesvalle um heroísmo rude e um forte patriotismo. Com a morte do

traidor Ganelon, na parte do Castigo e derrota dos sarracenos, o poeta encerra a questão política do comportamento de Ganelon com a traição à pátria e a vingança pessoal a Roland, anunciada na estrofe 20.

Referências

Canção de Rolando – Enciclopédia Global™ https://www.google.com.br/search?q=morte+de+roland+em+roncesvalles&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwihzKSNmbfjAhU9HbkGHSuwBjsQ_AUIESgC&biw=1280&bih=853#imgsrc=Asflj350xL1xgM:&spf=1563203056141, acesso em: 01 de jun de 2019.

CORDIER, André. *LA CHANSON DE ROLAND (EXTRAITS). Textes et traduction d'après le Manuscrit d'Oxford*. 49ª ed. Paris : Librairie Larousse, 1935.

HUTCHEON, Linda. *Poética do Pós-Modernismo. História. Teoria. Ficção*. Direção Jayme Salomão. Tradução Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1988.

MENÉNDEZ PIDAL, R. *Poesía juglaresca y juglares*. 5ª. ed. Madrid: Espasa-Calpe, 1962. Colección Austral, nº 300,

OLIVEIRA, Ester. *Historia em verso*. Vitória: Centro de Ensino Superior de Vitória, 2004.

ORTEGA Y GASSET, José. *Meditaciones del Quijote*. Revista de Occidente. Alianza Editorial. Madrid: 1996, p. 125.

JUÍZES ARRANJADOS EM AUTORES CONSAGRADOS

*Sylvio Silva Vitali**

Apresentação

Percorrer os caminhos da dramaturgia portuguesa é tarefa atraente, e ao mesmo tempo complexa. Atraente quando se procura investigar o passado — da Idade Média à Renascença —, e quando se descobre a riqueza das fontes de onde promana esse Teatro; complexa quando nos surpreendemos com a pobreza de estudos esclarecedores, principalmente, em língua portuguesa.

Nossa tarefa é, até certo ponto, modesta tentativa acerca de três obras, *O JUIZ DA BEIRA*, *A FARSA DO ALFAIATE* e *O CÍRCULO DE GIZ CAUCASIANO*, respectivamente, de Gil Vicente, maior expressão do iniciar teatral, em Portugal; Henrique da Mota, excelente escritor, também português, contemporâneo do primeiro, e Bertolt Brecht, talvez o maior épico, moderno, alemão.

Pretendemos apresentar considerações a respeito das obras dos autores citados, principalmente, invocando para destaque a figura “intocável” do JUIZ, naquelas, que pelos seus textos, exigiram atenções e cuidados especiais, embora diferentes em alguns pontos, e aproximativos em outros.

Assim, convocando as alterações dos interessados, esperamos que nossa redação, seja mais um contributo, das que sabiamente, manifestaram renomados pesquisadores da cultura portuguesa, de que o teatro constitui, através os tempos, seu maior depositário.

* Educador. Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

Introdução

Na tipologia vicentina, onde pontificam numerosos e variados personagens, trazemos à tona uma figura dominante em todos os seguimentos portugueses: o JUIZ. Independentemente da posição ocupada, se na Corte, nas cidades ou nas vilas, integrantes ou não das nódoas sociais, — A INQUISIÇÃO, A ESCRAVIDÃO E A MARGINALIZAÇÃO SOCIAL —, o JUIZ ocupava, e ocupa, mesmo em nosso tempo, destaque: é o aplicador da JUSTIÇA, que sempre estava a serviço, geralmente, dos poderosos e interesseiros, pois encontrar o “*Judex idoneus*” constituía-se tarefa inglória, ao lado da não menos ação do “*Judex qui litem suam facit*”, obediência aos senhores dignitários reais e similares. Em verdade, ao lado das exceções existentes, como em todos os tempos, inclusive em nossos, o JUIZ que deveria estar acima da suspeição, o “*Judex suspectus*”, no julgamento, independentemente da natureza das causas, exercia a judicatura, muitas vezes, condenatória às partes minoritárias e desfavorecidas.

Nas peças em tela, não registramos a atividade do JUIZ, segundo cânones do verdadeiro JUIZ, acima, embora possamos encontrar reminiscências. Aqui, a figura do JUIZ é, na verdade, uma “metáfora improvisadora”, na ausência de melhor qualificado. De improvisados cidadãos, desqualificados, a “notáveis”, auto-valendo-se do momento e situação, com “improvisadas sabedorias”, vexatórias e controversas sentenças, obstaculizadoras do “*Jus civitatis*”.

Chamam-nos a atenção o “*tonus*” dominante da irresponsabilidade, dos interesses mútuos, dos prazeres contrariados, em que se sobrepõe o exercício dos autores, envolvendo no pano de fundo, para nós, o hilário, a medida certa para deflagrar as situações incomuns, levadas a sério, constituindo-se em momentos prazerosos, escassos à época. Tudo o que encontramos nas referidas peças, em versos,

deve e pode ser aceito como manifestações burlescas mostradas nas simplicidades textuais, em que o JUIZ é a figura dominante. Nele se encontram os motivos e razões do “*modus faciendi*”, e o “*JUS*”.

I. Juiz em Gil Vicente

Gil Vicente apresentou a peça, *FARSA DO JUÍZ DA BEIRA*, em 1525 perante a Corte de D. João III, em Almeirim. O Argumento, diz Gil Vicente:

[...] que este Pero Marques, como foi casado com Inês Pereira, se foram morar onde ele tinha sua fazenda, que era lá na Beira onde o fizeram Juiz. E porque dava algúas sentenças disformes por ser homem simpres, foi chamado à Corte, e mandaram-lhe que fizesse ua audiência diante d' El Rei.

Inicialmente, estamos de acordo com Dr. Marques Braga no seguinte:

[...] esta Farsa é uma crítica dos juízes populares” (sublinhamento nosso) p.XXXIV vol.I. Para Anselmo B. Freire in p. 198: “É uma bufonaria pegada em continuação à Farsa de Inês Pereira, pois que o Juiz da Beira é o seu segundo marido, o Iorpa que o levou às cavalitas para a ermida do namorado. Estão-se a ver as sentenças proferidas por tal JUIZ [...].

São dois conceitos. O primeiro, chama a peça da farsa crítica, e o segundo, uma bufonaria. Para nós, uma farsa em que se critica a presença e ação desse “profissional”, bronco, proferindo chocarices, escolhido “por encomenda”, e sentenciando arbitrariamente.

O que acontece na peça de Gil Vicente, é o JUIZ, que deveria agir seriamente, com competência, apresentando-se reverso, transformado em mero ocupante da cadeira e função, pois “suas sentenças” são decisões burlescas, caricatas. Nunca aje conscientemente, pois a “sua visão, estreita, não lhe dá margem para realizar plenamente, a ‘JUS’”, que deveria existir.

Gil Vicente, na certa, estava trazendo a público a valência da insensatez profissional, que observava no dia-a-dia na Corte e adjacências. Para participar das cenas, agrupa em torno do personagem central, Pero Marques, 11 figuras, a saber: Porteiro, Ferreiro, Vasco Afonso, Ana Dias, Sapateiro, Escudeiro, Moço do Escudeiro, Preguiçoso, Bailador, Amador, Brioso. Alguns tipos de várias profissões, e outros nomeados, todos, geralmente, pertencentes às classes menores da sociedade portuguesa da época.

Para a realização das audiências em número de 5 (cinco), é preparada uma encenação graciosa: O Porteiro “convoca as pessoas que tinham interesses na audiência”; as cadeiras não lhe servem, pois Pero Marques resolve sentar-se numa tribuna e ordenando a retirada das cadeiras, o que é curioso.

Vejamos, agora, como se processam as audiências, e, sinceramente, o acontecido. Na primeira audiência, tendo como participante / ANA DIAS, a alcoviteira, através a queixa ao filho de Pero Amado, “que o acabei emburilhado/ com minha Beatriz (filha)”; a violação se deu. “Foram ambos a mondar (arrancar ervas daninhas), / trigo era creçudo/ e foi-se a ela”. E qual foi a sentença? PERO — “Já eu tive cuidando nisso, / porque eu não abastema (fantasma)/ Mas que eu sei sêla mesma deu ocasião pera isso?/ E perem tudo assi visto, / eu mando per meu mandado/ que até esse pão ser segado/ que se não fale mais nisso.” Resalvando-se outro juízo: a Beatriz foi conivente, é o que se depreende textualmente. Na segunda audiência, temos a acusação de “um Sapateiro, cristão-novo” (judeu convertido ao Cristianismo) a alcoviteira, Ana

Dias, já citada, de ter desencaminhado a filha (Ana Dias), no que, ele Pero Marques “Julgo que esta dona honrada/ sabe isso tão bem fazer/ (deveria ser recompensada) por seu ofício (fazer alcoviteira) não tendo culpa, sentenciando se o deixar esquecer, /seja por isso açoutada”. Isto é: se ela sabe agir desta maneira, deverá ser açoutada se deixar de ser assim: “alcoviteira”. Pergunta-se: estaria Pero Vaz conivente com Ana Dias? Na terceira audiência, também Ana Dias, alcoviteira, é acusada pelo escudeiro de “prometer favores” da Moura, estorquindo-lhe dinheiro (do Escudeiro) e nada conseguindo (arranjar-lhe os favores da Moura). O escudeiro finaliza a acusação: “Senhor Juiz, conhecida/ é a bulra. Dê-me o meu. / Pero Vaz setencia: ‘Desde aqui sentencio eu/ a moeda por perdía (o que o Escudeiro pagou à Ana Dias), como a alma de judeu’”, sendo ainda, também culpado por ter-se exposto à venda. Na quarta audiência, retorna o mesmo Escudeiro, agora para acusar: “Outro caso trago eu”/ em que foi prejudicado pelo seu criado (Moço) que abandonara o serviço sem restituir-lhe os bens recebidos em roupas e tendo estragado a cama: “PERO-Digo mais, senhor Juiz, / este moço, o pecador, /é néscio, quer-se ir de mim/ agora que está na fim, / que lhe havia d’ir melhor./ Ora pois que se quer ir/ sem pancada, nem arruído,/ muito farto e conhecido,/ dei-lhe agora de vestir, / torne-me cá o meu vestido./ E mais lançou-me a perder/ uma cama em que jazia/ ele mesmo até o meio-dia, /boa e de receber”. Sentença: o ESCUDEIRO explorara o Moço e deve indenizá-lo, porém (o Moço) deve continuar a servir o ESCUDEIRO. Para a quinta audiência, Gil Vicente nos oferece quadro bem sugestivo, quem sabe próprio da atualidade: quatro irmãos: um preguiçoso, outro bailador, o terceiro, o espadachim e o quarto, o namorador. O pai dos mesmos, ao morrer deixou-lhes um asno, não indicando o escolhido. O caso, que agora, Pero Vaz tem a ouvir e decidir, difere em muito dos anteriores. Trata-se de herança de único bem a quatro pessoas. Cada filho apresenta ao Juiz as suas razões. Sem que se espere, PERO MARQUES, o JUIZ, diz: “Julgo, per

minha sentença,/ que o asno seja citado/ pera primeira audiência”. E saem todos cantando.

As considerações expendidas, em que as figuras se destacam como motivadores das audiências com PERO MARQUES, o “JUIZ”, são, na verdade, desfile burlesco, variado e solto, sem enredo, e sendo a Justiça satirizada comicamente, apesar da seriedade investida: olhos vendados, aplicando justiça. PERO MARQUES, protótipo do mofino Juiz, pois suas sentenças não se ajustam. São decisões “por decisões”, pouco sérias, e esdrúxulas. Ambas as partes, acusadores e vítimas, são devedores, isto é, têm a pagar à Justiça, porém não acontece assim. O absurdo burlesco que perpassa as decisões de PERO MARQUES cria certos aspectos de difícil interpretação.

Dr. Mário Gonçalves Vianna in o.c.p.105, diz que (PERO MARQUES) “este, uma vez arvorado em Juiz, começa a distinguir-se pelas suas sentenças extravagantes, simplistas e ingênuas, mas com o seu quê de justiceiras. Dr. Neil Miller in o.c.p.113, diz que as sentenças de Pero Marques “são verdadeiras pilhérias” e que “O nosso protagonista (Pero Marques) mostra simplicidade de espírito, aliada a certa astúcia rústica”, que “o efeito cômico nasce com o contraste entre o rústico e o elemento dum nível mais alto”; e referindo-se à peça, em tela, “onde o rústico pretende dominar o ambiente da Corte”.

Já o Dr. Mendes dos Remédios in o.c.p.11, ressalta, da última audiência da Pero Marques com os quatro irmãos, quanto à criatividade vicentina, o seguinte: “O que me parece dar a superioridade a Gil Vicente é o realismo descritivo, dentro de um plano, que abrangemos totalmente, sob todas as cores, polvilhadas de graças e de espírito”.

Para Dr. Teófilo Braga in o.c.p.66, “...continua a Farsa de Inês Pereira no tipo lorpa e jovial do Juiz da Beira (PERO MARQUES) em que caricatura a magistratura pedânea”...

Com relação às de suas peças, diz-nos Dr. Stephen Becker/ in o.c.p. 24: “...e duas as duas mais sazoadas farsa: Inês Pereira delei-

ta em socavar, com fingida ingenuidade, uma série de *idées reçues* acerca da moralidade pública e privada, da hierarquia sócio-econômica e dos direitos de propriedade”.

Por essas e outras razões, é que nas informações de José Augusto C. Bernardes, Francisco Maciel Silveira e Pires Laranjeiras, ilustres estudiosos da cultura portuguesa, percebemos a importância e significação da Sátira, in o.c.p. 1169:

Mas se a Poesia e a narrativa podem acolher a Sátira em diferentes graus de atração e intensidade, é no teatro que ela atinge uma expressão desenvolvida e consistente. Não se estranha, por isso, que a obra de Gil Vicente ocupe, a este nível, um papel de particular destaque. Como se sabe, são muitos e variados os gêneros cultivados pelo autor e praticamente nenhum está isento de intromissões satíricas; mas é sobretudo na farsa que a sátira se revela de forma marcante. Lidas muitas vezes como testemunhos realistas de situações e personagens tipificadas, as farsas vicentinas parecem conter, no seu todo, uma repreensão articulada dos desconcertos que afetavam o português do primeiro terço de Quinhentos, ocioso e perigosamente deslumbrado com cheiro de canela. Apesar de vinculada a modelos de representação realista, convém contudo não esquecer que a Sátira vicentina se aproxima mais da caricatura do que o retrato, induzindo muitas vezes em erro quem nela procura uma imagem fiel das circunstâncias da época.

II. O Juiz em Henrique da Mota

Nossas atenções estão voltadas, agora, à presença do Juiz, na obra, a *FARSA DO ALFAIATE DE HENRIQUE DA MOTA*.

Contemporâneo de Gil Vicente, também português como este, nascera, segundo Dra. Maria Leonor C. Buescu in o.c.pp. 963, 4, “en-

tre 1470 e 1480, em Bombarral, falecido em data incerta por volta de 1545”. Com produções literárias inseridas no Cancioneiro Geral, líricas, principalmente, HENRIQUE DA MOTA tem relevo quando participa do teatro popular escrito, sendo considerado por alguns estudiosos como precursor de Gil Vicente, fato este que está a merecer mais atenção e elevado profissionalismo, pois ainda não se comprovou tal assertiva, embora Dra. Leonor, faça tal menção, apoiando-se em André C. Rocha in *Ébauches dramatiques dans le Cancioneiro Geral – Bulletin d’Histoire du Théâtre Portugais*, n.º. 2, 1, 1951, pp. 113-150.

Independentemente de quaisquer julgamentos, parece-nos precipitada a assertiva “precursor do teatro popular escrito”, pois na história do teatro, em Portugal, antes de Gil Vicente inexistia “teatro popular”, o que veio acontecer com “o Plauto do teatro português”, assim mesmo, na segunda fase de sua variada produção literária, o que não obsta, levarmos em consideração, os doutos juízos expendidos.

De HENRIQUE DA MOTA, no campo do teatro, como de relevo, são as quatro produções: *O Pranto do Clérigo*, *A Farsa do Hortelão*, *A Lamentação da Mula* e *A Farsa do Alfaiate*, esta, objeto de nossas observações.

Das peças citadas, embora tenhamos feito considerações sobre o *Pranto do Clérigo*, qualitativamente, cremos que é na *Farsa do Alfaiate* que a capacidade inventiva de HENRIQUE DA MOTA se destaca, pois a “teatralização é mais avançada: estão presentes os elementos formais e estruturais que permitem a representação do texto, i.e. o cenário, e mudança do cenário, movimentação em cena, indicações didascálicas quanto à postura e expressão textual e, enfim intervenção de personagens: O tema, em que pode ver-se um certo anti-semitismo, ainda que atenuado, trata de um judeu, Manuel alfaiate (sublinhamento nosso), (profissão adstrita aos judeus), que perdeu um cruzado, o que lhe parece um enorme desastre. Assim, instigado por D. João, vai orar ao Espírito Santo, “posto que

t'eu nam conheça” e, em desespero de causa, vai apresentar queixa ao juiz, Gonçalo da Mota. Notaremos que o julgamento aberrante e a sentença absurda se inserem na tradição de que Gil Vicente não desdenhou (p.ex. em *O Juiz da Beira*, in.o.c.p. 964).

Parece-nos bem esclarecedoras as notas da Dra. Maria Leonor C. Buescu in o.c., entretanto pela natureza desta redação, somos forçados a não estendermos as considerações, embora saibamos úteis, como as do eminente gilvicentista, Dr. José Leite de Vasconcellos, o melhor estudo crítico, que “apercebeu-se das verdadeiras qualidades dramáticas e o tom burlesco deste diálogo, e, em conseqüência, editou o seu valioso estudo — *A Farsa do Alfaiate: Uma das mais antigas Peças do Teatro Português* (Lisboa 1921).” in o.c.p. 251 .

Da peça em si já registramos considerações, o que nos leva, agora, trazê-la ao nosso olhar: há, nesta, uma distribuição em esquetes, de caráter cômico, e em 4 momentos: no primeiro, localiza-se no início do texto, quando o personagem, Manuel, cristão-novo, lamenta-se no início a perda de um cruzado (antiga moeda portuguesa, de ouro ou de prata. Moeda de quatrocentos réis). É o seguinte, o texto inicial: “Goias, que sou destroçado,/ ai, adonai, que farei? pois que quis o meu pecado/ que perdi o meu cruzado,/ que por más noites ganhei/ Goai de mim, onde me irei/ que receba algum conforto?/ se o calo, abafarei,/ juro em Deus, não calarei/ porque nessa hora sou morto”. (GOAIAS = zombas; ADONAI = Senhor: são nossas informações para compreensão textual, salvo engano). No segundo, o personagem, Manuel, por sugestão de D. João, ora ao Espírito Santo: pedindo-lhe ajuda: “Ó, tu, Senhor Santo Espírito/ posto que te eu não conheça,/ de ti Senhor, me é dito/ que És um Deus infinito,/ e mo metem em cabeça;/ E dizem que me ofereça/ a TI em minha paixão,/ e posto que me não creça/ devoção quanta mereça,/ não me ponhas culpa não”. No terceiro, Manuel regressando do Santuário onde orara, encontra João de Belas que lhe conta

notícias sobre o dinheiro perdido: “Tu saberás que eu ouvi/ dizer que um homem dissera,/ o qual eu não conheci,/ que passara por aqui/ outro não sei de onde era./ E aquele soubera/ dum seu amigo chegado,/ que um dia desta era/ um seu filho lhe trouxera.../Manuel — Esse é o meu cruzado”. Alvorça-se Manuel, e, sem mais delongas, procura o Juiz na tentativa de resolver a questão, Chamava-se o Juiz, Gonçalo da Mota. É no quarto, que se verifica o peditório de Manuel ao Juiz, que após ouvi-lo, sentencia: “Visto bem por mim, juiz,/ este feito é má açã/ e o que eu sobre isto fiz,/ e o que eu sobre isto fiz,/ e o que este homem diz/ em sua má conclusão./ Digo por boa razão/ que se ele perdeu o cruzado,/ as Epístolas de Catão,/ que quarenta e oito são,/ hão culpa neste pecado./”. Em suma, Manuel é culpado. O Juiz referindo-se às Epístolas de Catão, assim entende o pleito do alfaiate, pois o dinheiro ganho por este “não tinha sido ganho por homem sem temor de Deus nem medo”, deveria ser considerado desde o início como roubado, escondido, talvez.

Há, principalmente, neste final da peça, a presença de sátira, atenuada, é bem verdade, entendemos, pois o tratamento do Juiz não se processa eticamente em relação ao fato verificado. “Juiz- Bem será já que acabeis,/ não cureis mais de falar, e/ pois vós tanto sabeis,/ esperai e ouvireis/ a sentença que hei de dar”, como vimos, acima. Entretanto, há ao final do quarto momento, algo que nos chamou atenção: a palavra “embaçastes” (iludir-vos, enganar-vos). Vejamos o texto: “Mas porém porque alegais/ sinais com que me embaçastes (furtastes), por estes mesmos sinais,/ eu julgo que vós percais/ o cruzado que furtastes”.

De monólogo inicial, longo, ao diálogo com D. João, a oração de Manuel ao Santo Espírito, espriando-se a João de Belas e ao Juiz, Gonçalo da Mota, em diálogo, fixa-se nos nunciamentos deste, incluindo-se a sentença, em 33 versos, sendo o processo rimático de maneira emparelhada e entrelaçada.

A fim de melhor orientar os interessados, para maior conhecimento da época, e das situações semelhantes, vejam-se as pp.263-273, onde obterão esclarecimentos importantes.

III. O Juiz em Bertolt Brecht

Vistas as obras anteriores, *O Juiz da Beira* de Gil Vicente, e a *Farsa do Alfaiate* de Henrique da Mota, é chegado o momento, talvez alentado, contemporaneamente: conhecer a obra — uma delas — *O Círculo de Giz Caucásiano* de Bertolt Brecht, também uma das maiores vozes do século 20, nascido em 1898 e falecido em 1956.

Como era Bertolt Brecht? Qual a visão do Teatro? Do Drama? Do Cenário? Do Público? e o Épico? Tem o Teatro papel? São perguntas que indagamos com relação ao “*modus operandi e faciendi*”.

Diz-nos Salvatore D’Onofrio in o.c.pp. 497-501:

Homem profundamente polêmico na vida e na arte, precisou fugir da Alemanha, sua terra natal, por não aceitar a ideologia nazista, vagando por vários países da Europa e das Américas, Além de grande dramaturgo, foi também teórico da arte literária, discorrendo da tese de Lukacs sobre o Realismo estético, ao mesmo tempo que critica a moda expressionista, considerando-a uma forma alienação social.

Sua concepção de teatro se afasta da dramaturgia clássica, que tinha por finalidade representar uma problemática existencial da forma verossímil possível, dando a ilusão de que o que se passa no palco é realmente o que acontece na vida. O Drama nunca deve ocultar que é arte, é pura ficção. O Cenário não deverá construir o ambiente histórico em que se supõe que os fatos tenham acontecido; o mesmo se diga das vestimentas e linguagens dos personagens.

Quanto ao Público? “O Público em momento algum deve perder a consciência de que está num espaço onde reina a imaginação.” E, quanto ao Épico (Teatro)? O Teatro que ele propõe, denominado de “épico” porque essencialmente narrativo e dialético, tem por finalidade fazer refletir sobre a realidade e estimular as mudanças sociais. O Homem tem que se convencer de que ele mesmo é o sujeito da história, não precisando de heróis ou taumaturgos. Portanto, o assunto dramático não deve verter sobre a problemática existencial de um indivíduo, mas sobre as relações que os homens mantêm entre si. Explicações claras e incisivas, porém falta-nos o que ele diz do papel do teatro. “O papel do teatro, [...] não é apenas apontar os costumes falsos e degradados, mas estimular o público a lutar pela mudança do status quo, pois o processo dialético que a leva ao melhoramento cívico não é obra de um indivíduo, mas da coletividade [...]” Ex: “Andrea Sarti — Desgraçado o país que tem heróis”, “Galileu — Desgraçado país que necessita de heróis.”

Assunto instigante e polêmico, o teatro épico não é, infelizmente, parte dos objetivos propostos aqui. Nem por isto, deixaremos de mencionar as obras *O Teatro Épico* de Anatol Rosenfel, da Editora Perspectiva S/A. S.Paulo.2004; como também valiosos, *O que é Teatro Épico — Um Estudo sobre Brecht* — de 1966 de Walter Benjamin in *Obras Escolhidas* — Editora Brasiliense.S.Paulo.1985.78-90.

Agora, o assunto é a peça, *O CÍRCULO DE GIZ CACAUSIANO* de Bertolt Brecht. Inicialmente, temos dois pontos a considerar. O primeiro, quando da peça chinesa, *O Círculo de Giz*, Max Reinhardt parceiro de Brecht produziu em 1925 uma versão dessa peça, elaborada por Klabund. Não obstante, Brecht havia escrito em 1941 um conto *O Círculo de Giz de Augsburg*, publicado no jornal comunista de *International Literatur*. Os trabalhos literários de Klabund e de Brecht igualam-se “pela beleza e sensibilidade, embora fundamentalmente diferente na visão geral”. Em *Círculo de Giz*, versão de

Klabund, há uma história da personagem Haitang, integrante da prostituição à qual fora compelida, pelas dificuldades e drama vividos, os relacionamentos com o marido Ma, esposo, com o qual tivera um filho, que a conheceu e amara. O marido morre envenenado pela primeira esposa, estéril, Haitang é indiciada e julgada pelo juiz corrupto e condenada à morte. Entretanto, a morte do velho imperador e ascensão do novo — o Príncipe PAO — que adota “novo papel de juiz”: é criterioso e zela pela justiça, “coloca o menino centro do círculo à fértil, que puxem o filho para fora, e como Haitang, a fértil, hesitara asperamente com a criança, é declarada vencedora.”

Pelos ingredientes constitutivos da peça, na versão de Klabund, que por motivos óbvios não foram mostrados, é uma crítica à realidade social e, dentre outros aspectos, a corrupção dos maus juízes, pois o juiz que julgara Haitang era corrupto, logo...

Esse relato, leva-nos à reflexão do que se insere no *Círculo de Giz Caucasiano* de Brecht, onde há as disputas acirradas “entre duas fazendas coletivas soviéticas”. Divide-se o *Círculo* em dois momentos: a cena situa-se numa cidade do antigo Cáucaso, pano de fundo dos momentos. No primeiro, a escolha do juiz, o personagem, vagabundo Azdak, por salvar um grão-duque, transformar-se-á em Juiz, e ditará sentenças absurdas, raiando ao sério-cômico; o antigo vagabundo, crítico acerbo do regime, agora transforma-se no poderoso juiz local.

Entendemos, salvo melhor juízo, que o *Círculo de Giz Caucasiano* de Brecht nos revela o “*modus faciendi*” da “*Jus*”, naqueles tempos comunistas. E mais, adota Brecht os mesmos procedimentos na versão do Klabund, quando lançando do círculo de giz, no chão, para decidir qual é a mãe verdadeira: é o juiz atuando humanitariamente, em “tempos de revolta”, de lutas regionais e de classes.

Com relação a atuação dos personagens há dois destaques. Não marginalizando os demais: o CANTOR, que a nós, é o narrador dos fatos circunstanciais, promovendo permanente “suspense”, e

AZDAK, vagabundo, no primeiro momento; salvador, no segundo, e no terceiro, JUIZ, árbitro aceito popularmente. Sua atuação corre paralela aos fatos, a partir do esquete 5-História de um JUIZ, em 43 páginas, principiando “sua história” na página 253 e terminando na página 296, segundo nos relata o CANTOR, quando então se verifica

CANTOR Foi nessa noite que ASDAK sumiu/ e não foi visto mais/ O povo da Grusínia, todavia,/ não o esquece jamais:/ por muitos anos as sentenças dele/ ficaram na lembrança/ como marcos de uma Idade de Ouro/ em que a justiça era quase perfeita.....E vocês, que escutaram bem a história do círculo de giz,/ escutem sempre com todo respeito/ o que o mais velho diz: as coisas devem antes pertencer/ a quem cuidar bem delas, as crianças às mulheres mais ternas/ para crescerem belas,/ a carruagem ao melhor cocheiro/ para bem viajar,/ e o vale aos que souberam irrigar para bons frutos dar.

Conclusão

Nossa iniciativa em apresentar as três peças — *O JUIZ DA BEIRA* de Gil Vicente, *A FARSA DO ALFAIATE* de Henrique de Mota, e *O CÍRCULO DE GIZ CAUCASIANO* de Bertolt Brecht — tem justificativas: Os dois primeiros, portugueses, e o terceiro, alemão, repetimos, puseram em destaque, dentre outros elementos constitutivos de suas peças, a vertente procurada, não sabemos se justa, do personagem JUIZ, seja Pero Marques, Gonçalo da Mota e Azdak, ridículo, como o primeiro, sério como o segundo, e aproveitador, “humanitarista” como o terceiro. A prática da “JUS”, exercida pelos três nem sempre se efetiva e as partes envolvidas frustradas; o despreparo do primeiro e do terceiro juízes — em *Juiz da Beira* e no

Círculo de Giz Caucasiano — respectivamente, nos mostram as insipientes sentenças. O Juiz “atuante” em *Juiz da Beira* e no *Círculo de Giz Caucasiano*, amalucados: procuram fazer justiça num mundo mais louco e injusto, são assim Pero Marques e Azdak.

Assim, o personagem JUIZ, independentemente, de seus criadores, estão representando os interesses próprios e de suas comunidades, agindo inescrupolosamente e procurando se ajustar às pressões, internas e externas, em que nem sempre o livre arbítrio decisório é fruto dos fatos apresentados.

Por isso, as obras em tela mantêm, resguardando-se os limites da análise ética, mútuas convergências temáticas e cênicas, dando-nos permanente amostra dos porquês de suas feitura. Seus autores merecem nossas atenções pelas implícitas mensagens, no que se referem ao papel do JUIZ em qualquer situação, e em qualquer época.

Referências

Copilaçam de Todalas Obra de Gil Vicente – Introdução e Normalização do Texto de Maria Leonor C. Buescu. INCMoeda. Lisboa. 1983.20 Volume.

Gil Vicente - Prefácio e Notas por Marques Braga. Vol. V. pp. 263. Obras Completas.

Livraria Sá da Costa. Lisboa. 1978 317

Gil Vicente – *O Autor e a Obra* por Paul Teyssier ICLPortuguesa. Lisboa. 1982.

Estudos Vicentinos por Aubrey F. G . Bell. l. Nacional. Lisboa. 1940.

Notas Vicentinas por Carolina M. de Vasconcelos. Imprensa da Universidade. Coimbra. 1912.

Vida e Obras de Gil Vicente por Anselmo B. Freire. 2a edição Corrigida. Rev. Ocidente: Lisboa. 1944.

Elemento Pastoril ao Teatro de Gil Vicente por Neil Miller. Editorial Inova. Porto. S/ Data.

Conferências sobre os Autos de Gil Vicente por Mendes dos Remédios. Tipografia da Coimbra Editora. Ita. Coimbra. S/ Data.

História da Literatura Portuguesa Renascença por Teófilo Braga INC-Moeda. Lisboa. 28 Volume. 1984.

Espírito e Letra de Gil Vicente por Stephen Reckert. INCMoeda. Lisboa. 1983.

O Teatro de Gil Vicente na Corte por Laurence Keates. Editorial Teorema. Lisboa. 1962.

Do Essencial e do Supérfluo por Maria José Palla. Imprensa Universitária. Editorial Estampa. Lisboa. 1992.

O Primitivo Teatro Português por Luíz Francisco Rebello. ICPortuguesa. Lisboa. 1977.

Introdução à História do Teatro Português por Duarte Ivo da Cruz Guimarães Editores. Lisboa. 1983.

Gil Vicente por Mário Gonçalves Viana. Editora Educação Nacional. 1937.

Obras de Henrique da Mota. Apresentação e Estudo por Neil T. Miller Livro. Sá da Costa. Lisboa. 1982.

Biblos. Vol. 2. pp. 305-314. Editorial Verbo. Lisboa. S. Paulo. 1997

O Teatro Épico por Anatol Rosenfeld Ed. Perspectiva. S. Paulo. 2004. 4a edição 2a Impressão.

Biblos. Editorial Verbo- Lisboa -S. Paulo. vol 4. 1995. pp. 1159-1184.

Bertolt Brecht por Frederic Ewen. Ed. Globo. RJ. 1991

Bertolt Brecht por Geir Campos (Tradução). Paz e Terra. S. Paulo. 1992.

A Personagem Dramática por Rubem Rocha Filho. INACEN, RJ. 1986
Estudos sobre Teatro Bertolt Brecht. Apresentação Aderbal F. Filho. Editora Nova Fronteira. RJ. 2005.

Walter Benjamin – Obras Escolhidas. Edit. Brasiliense S/ A. S. Paulo. 1985.

Dicionário de Latim Jurídico e Frases Latinas por José Antonio M. Alonso. IHGES. Vitória. ES. 1998.

Literatura Ocidental por Salvatore D' Onófrio. Edit. Ática. S. Paulo. 1990.

Biologia do Conto por Armando Moreno. Livr. Almedina. Coimbra. 1987. p, 413.

Ah, a justiça dos homens...
Porém a justiça do Deus é perfeita.
O Autor

Cada uma das coisas que faz,
mesmo que os outros as
tenham feito muitas vezes,
parece a quem a lê,
que a encontra pela primeira vez
Asensio, E.

HOMENAGENS

Dr. Antônio Carlos Antolini

Dr. Antônio João Feu Rosa (IM)

Dr. Augusto K. Filho

Dr. Edson Furtado

Dr. Jeferson da Silva

Dr. Jocy Antônio Zanotelli

Dr. Kleber B. Pereira

Dra Marlene Vieira

Dr. Miguel A Dalcomo

Dr. Pedro Motta Dutra

Dra Rosângela R. Maia

Dra Sandra Pessanha

Dr. Vagner Corradi

O CARNAVAL FEZ HISTÓRIA NO ESPÍRITO SANTO

*José Roberto Santos Neves**

Em 1885, o Brasil vivia os últimos suspiros da Monarquia, a Princesa Isabel ainda não havia assinado a Lei Áurea e o Barão de Monjardim, bisavô da cantora Maysa, iniciava seu sexto mandato como presidente da província do Espírito Santo. Naquele ano o *Jornal O Cachoeirano*, de Cachoeiro de Itapemirim, noticiou aquele que é considerado o primeiro registro oficial de uma festa carnavalesca em solo capixaba, convidando a população a participar dos festejos do “deus Momo”.

A nota do periódico, reproduzida no livro *Carnaval Capixaba – Histórias, Honras e Glórias*, de Lucas Monteiro, traz a seguinte mensagem: “O *Cachoeirano* pede ao povo para, neste ano de 1885, saudar a chegada do deus Momo com todas as alegrias e com todo o buliço dignos de deus infernal. Haverá bando desfilante acompanhado de música e um salão adredemente pronto.”

Numa sociedade escravocrata, na qual os costumes negros eram marginalizados, a citação do Carnaval na imprensa capixaba representou a primeira tentativa de reconhecimento da manifestação popular por parte da elite estadual. E lembremo-nos de que, naquele momento, o samba ainda estava em fase de gestação, a partir da mistura da polca e do maxixe com os antigos batuques africanos trazidos pelos escravos ao Brasil. O samba só ganharia corpo de fato no final do século XIX, quando uma leva de negros veio da Bahia para o Rio de Janeiro, trazendo consigo o ritmo que iria se popularizar na região central da cidade, especialmente na Praça Onze, onde aconteciam as lendárias rodas de samba de Tia Ciata.

* Jornalista, escritor e gestor cultural. Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo e da Academia Espírito-Santense de Letras.

Embora o desenvolvimento do samba no Espírito Santo não tenha se dado com a mesma velocidade do Rio de Janeiro, os sambistas capixabas também fizeram história. Um de seus feitos notáveis foi a gravação do LP *100 Anos de Carnaval – Sambas-Enredos das Escolas de Samba do Espírito Santo*, lançado em 1985 por meio de um esforço conjunto entre o Governo do Estado, a Prefeitura de Vitória, empresários e escolas de samba capixabas, representadas pela Associação Capixaba das Escolas de Samba (ACES), fundada em substituição à pioneira União das Batucadas e Escolas de Samba (Ubes), instituída em 1948.

Gravado no verão de 1984, no Estúdio Hawaii, no Rio — por onde passaram ícones do samba como Cartola, Elza Soares e Jame-lão —, o álbum registra a efervescência do país num momento em que a ditadura militar dava sinais de arrefecimento. A campanha pelas Diretas arrastava multidões para as ruas, a inflação estava fora de controle — chegaria a 225,9% ao ano em fevereiro de 1985 —, a dívida externa ultrapassara a casa dos US\$ 100 bilhões e a crise econômica se refletia no empobrecimento da população. Paralelamente o samba vivia dias de euforia com a inauguração do Sambódromo da Avenida Marquês de Sapucaí, que marca o início da era empresarial nos desfiles das escolas de samba do Rio de Janeiro.

Atentos ao caldeirão político e comportamental do país, os sambistas capixabas fizeram bonito nos enredos e interpretações do LP, que contou com direção artística de Valter Pereira, o Gibi. Para facilitar o processo de produção, os sambas foram enviados em registros caseiros para os arranjadores e músicos cariocas, que cuidaram das gravações oficiais. Os arranjos ficaram por conta do cavaquinista Wanderson Martins, conhecido por acompanhar Martinho da Vila, e o violonista Jorge Maluco; também participaram das gravações Cidinho (bateria), Macalé, Marquinhos, Felipe, Bira e Alvinho (ritmo) e o coro formado pelo Grupo Mensagem, Bira,

Ney Vianna, Zé Carlos e Cavaló. Dos sambistas capixabas, apenas os intérpretes das escolas participaram das gravações.

Ao longo dos sambas-enredos selecionados para o LP, desfilam temas diversos como a inflação, as homenagens à história e às personalidades do Estado, o jogo do bicho, a exaltação dos orixás, a luta pela democracia, o futebol capixaba e a riqueza cultural da Bahia. E, diga-se de passagem, boa parte das letras trazem humor e certo romantismo necessários para um samba-enredo que se preze — afinal, por mais que o carnaval tenha se tornado um negócio lucrativo, nunca se deve perder de vista a alegria e a malícia que sempre foram marcas dos compositores de tempos idos.

É o caso da Mocidade da Praia, que não deixa barato logo nos primeiros versos do enredo “Deu Bola na Rede, Dá no Samba no Pé”: antes de cantar a glória do futebol capixaba, o samba pede passagem para o desabafo que devia estar preso na garganta do brasileiro, com direito a uma referência sutil ao então ministro do Planejamento, Delfim Netto:

“Apesar de tudo/Eu não posso ficar mudo/Vou descendo com meu surdo, meu tamborim/Dei duro o ano inteiro/Cadê meu dinheiro que você deu fim? (Você deu fim)”

Após a alfinetada política, o samba se desenvolve com harmonia, citando os times capixabas e craques que se destacaram nos gramados do Espírito Santo, como Fontana, Zé da Bola, Baiano, Sarcinelli, Adjalma e a revelação Geovani, “o herói desta cidade”. Quem prestar a devida atenção encontrará referências ao samba “Apesar de Você”, de Chico Buarque, e “Na Cadência do Samba”, de Luiz Bandeira, usado na abertura da programação do Canal 100.

A Unidos da Piedade, por sua vez, descreve a trajetória do radialista e deputado Castello de Mendonça (1936–1982), que anos depois deu nome à Terceira Ponte — oficialmente intitulada Ponte Deputado Darcy Castello de Mendonça. Carismático e popular,

Mendonça comandou durante anos o programa “Alegria Alegria”, na Rádio Vitória, fato lembrado na letra do empolgante samba-enredo cantado por Edson Papo Furado (detalhe: no encarte do disco, os cantores são identificados como “puxadores”, contrariando o mestre Jamelão, que repudiava esse termo — “Não puxo carro, não puxo droga, não puxo nada. Sou um intérprete de samba-enredo”, dizia).

A Pega no Samba se apresenta cheia de estilo, com o tema “Belezas e Riquezas do Espírito Santo”, que se destaca pela bateria cadenciada e a interpretação segura de Lajota e Nei do Cavaco. Os coros embelezam a melodia arredondada, porém a letra deixa a desejar — na tentativa de incensar as belezas capixabas, acaba citando o cais de Tubarão sem mencionar a poluição provocada pelo complexo portuário.

Direto de Cariacica, a Independentes de Boa Vista reforça a antiga associação entre os desfiles carnavalescos e a contravenção no samba “O Carnaval é um Jogo de Bicho”, recheado de recados aos donos do poder: “Já não aguento mais essa inflação/Seu doutor, cê tem que liberar/O famoso jogo de bicho/Para o meu povão se alegrar”. Apesar da criatividade da letra, musicalmente o samba se revela frágil e deixa a impressão de que poderia ter sido mais bem trabalhado em termos de arranjo e execução.

Fundada em 1980, a Mocidade Unida da Glória também deixa a desejar no enredo “Raízes – A História de uma Civilização”, que lhe rendeu o penúltimo lugar no carnaval daquele ano. O samba se propõe a contar a história do Brasil por meio da riqueza das tradições indígena e africana, mas a letra não se aprofunda nos temas selecionados e acaba soando como uma caricatura de outras composições que optaram pelo mesmo caminho em carnavais anteriores.

Campeã do carnaval de 1985, a Novo Império faz uma crítica contundente à história de exploração do Brasil no tema “De lá pra cá”, fazendo o que um bom samba carnavalesco deve sempre ele-

ger como foco: a defesa do povo sofrido e trabalhador, oprimido pelo poder econômico e esquecido pelas políticas públicas. “Desde os tempos de outrora, até os tempos de agora/Meu país só teve espartalhões/Riquezas minerais e vegetais/Vão pra fora e não voltam mais”, afirma uma das estrofes do samba, para em seguida explodir no refrão: “O povo está com a mão no coração/E pede ao poderoso pra acabar com a inflação”. Deve-se destacar que o então presidente da escola, Luiz Carlos Santiago, integrou o setor de Harmonia da Estação Primeira de Mangueira, de onde trouxe informações preciosas que foram devidamente agregadas ao desfile da Novo Império.

Tendo à frente o experiente intérprete Alvimar Guimarães, a Independente de São Torquato se diferenciou das demais escolas com o enredo “Exaltação aos 7 (Sete) Poderes e às 7 (Sete) Forças”, abrilhantado pelo ritmo inspirado no candomblé e pela letra sobre o rico universo dos orixás, repleta de menções às forças da natureza e à filiação espiritual do Brasil à África. A cadência da bateria, diferenciada das demais pelo uso de atabaques, valorizou o desenvolvimento da melodia, que estabelece um vínculo direto com o Olodum e os blocos afros da Bahia.

A terra de Dorival Caymmi e Jorge Amado inspirou diretamente a agremiação Chegou o que Faltava, no enredo “Na Terra dos Balangandãs Quem Tem Olho é Rei”, composto e interpretado por Manoel do Carmo. Ainda que a exuberante tradição cultural baiana esteja presente na letra — com alusão a Rui Barbosa, Castro Alves, Carmen Miranda, à capoeira e à lavagem do Bonfim -, a melodia e a interpretação soam burocráticas, e o samba não se impõe frente aos demais.

Fundada em 1976, a União Jovem de Itacibá compareceu no disco e no Carnaval de 1985 com o enredo “É Tempo de Brasil Colonial”, tema bastante explorado pelas escolas de samba, com letra e interpretação de Alexandre Souza Neto (Brocal). A ausência de ine-

ditismo do enredo é compensada pela potência do samba, tocado com garra, um retrato fiel da agremiação cariaca que desfilou no Carnaval de Vitória até o ano de 1992. Desde então, esboça um retorno que até 2019 ainda não havia sido concretizado.

A celebração dos 100 anos de Carnaval Capixaba se encerra com a Imperatriz do Forte, escola do Forte São João que acumula altos e baixos ao longo da sua trajetória, iniciada oficialmente em 15 de dezembro de 1972. O tema “Serpente da Chuva, Acima da Coroa do Rei só Deus” coloca em destaque os símbolos da agremiação — a águia e a coroa imperial — juntamente com a exaltação das divindades do candomblé, as entidades da umbanda e os personagens clássicos do carnaval, incluindo o Pierrot e o Arlequim, originados da Comedia dell’Arte, estilo teatral nascido na Itália no século XVI. A composição de Abel do Nascimento Filho (Choroça) e Denilto José Antonio da Silva (Tatu) tenta abraçar o mundo, e no final acaba soando confusa até mesmo para os estudiosos das religiões afro-brasileiras.

Mais do que documento de uma época, o LP “100 anos de Carnaval Capixaba” registra um tempo em que os compositores gozavam de liberdade para se expressar sem ter a obrigação de atender às demandas empresariais dos carnavais patrocinados. A censura política, como se vê, foi substituída pela censura mercadológica. Mas o samba hei de sobreviver, sempre, como símbolo maior da identidade do nosso povo.

Cem anos de folia em disco e livro

O LP *100 Anos de Carnaval* está diretamente ligado a uma iniciativa do Governo do Estado do Espírito Santo, que teve como base o levantamento vigoroso de Anselmo Gonçalves, então chefe do Setor de Pesquisa de Mercado da Secretaria de Indústria e Comér-

cio. Apaixonado pelo Carnaval, em meados de dezembro de 1984, Anselmo recebeu do então secretário Hermes Laranja a missão de produzir um trabalho “rápido e urgente” sobre os cem anos do Carnaval de Vitória, reunindo informações e fatos essenciais sobre a história dos festejos de Momo em solo capixaba. A efeméride coincide com a primeira publicação referente ao Carnaval na imprensa estadual, datada de janeiro de 1885, no periódico *O Cachoeirano*. Anselmo levou o desafio a sério e coletou um material vasto, editado no livro *Carnaval 100 Anos*, hoje fora de catálogo e difícil de encontrar até mesmo em sebos.

Havia uma atmosfera favorável para a valorização do carnaval, a começar pela abertura democrática e pela modernização proporcionada pelo Governo Gerson Camata, primeiro governador eleito no período da redemocratização. Hermes Laranja, por sua vez, era um entusiasta da causa. Em 1986 ele seria eleito prefeito de Vitória, e a inauguração do Sambão do Povo, em Santo Antônio, foi uma das marcas da sua gestão. Após um período de turbulências, o diálogo entre governo e sambistas fora restabelecido, com os carnavalescos sendo representados pela ACES (Associação Capixaba das Escolas de Samba). Foi neste cenário que Anselmo Gonçalves fez um levantamento criterioso de informações que resultou no livro supracitado, repleto de dados históricos, crônicas, fotos e depoimentos de personagens como o escritor Elmo Elton, Mestre Antônio Flores e o carnavalesco Lord Coelho, que participou da fundação da primeira escola de samba de Vitória, a Unidos da Piedade, em 1955.

Há de se ressaltar que o livro em questão merece uma reedição à altura de seu conteúdo — a obra original carece, por exemplo, de ficha catalográfica, ISBN, ficha técnica e revisão, e até mesmo de uma identificação detalhada do autor. Mas o esforço pioneiro de Anselmo Gonçalves deve ser louvado e, principalmente, disponibilizado para as novas gerações, visando a uma compreensão históri-

ca do Carnaval capixaba. Ali há informações preciosas, como o depoimento de sua tia Amélia Mirabeau Bastos, que descreve como se dava a folia de Momo em Vitória antes de 1885, na Rua do Rosário, no tempo em que as fantasias eram importadas de Paris e vendidas à elite vitoriense em lojas abastadas na Rua da Alfândega e na Rua Duque de Caxias:

E era assim, os moradores da rua passeavam para lá e para cá, acompanhados por diversos violinistas. E todos muito bem vestidos com raras fantasias vindas de Paris, a Paris nova, a Paris buliçosa, a Paris ardente. E não a velha, fria e sem vibração e sem grandes movimentos. Nosso povo sabia o que era ser chique, sabe? O passeio durava horas, até quando o tocheiro vinha acender os lumes na rua. Aí, o povo buscava as suas residências para o retempero. Era deslumbrante! Sabe? Eu tinha, na loja, fregueses que falavam com muita saudade daquele tempo.

De acordo com Anselmo Gonçalves, o Carnaval da alta sociedade percorria a Rua do Rosário até a Rua São Francisco, passando pelas Ruas Sete, Subida do Carmo e Pereira Pinto, com “rabecas, violas e fantasias luxuosíssimas”. Antes do advento do samba, a folia era tocada ao ritmo de xotes, tangos, mazurcas e quadrilhas. No entanto, no final da Capixaba e na chamada Cidade de Palha, mais tarde Vila Rubim, acontecia um carnaval periférico, onde a alegria não raramente desembocava em confrontos entre grupos rivais, com direito a lutas corporais e penicos de urinas e fezes atirados sobre os adversários.

Esse cenário viria a mudar por volta de 1895, no momento em que o grupo intitulado Boêmios movimentou a cidade com ideias consideradas revolucionárias, entre as quais as críticas ao governo e à municipalidade e a saudação à fotografia, então uma novidade

tecnológica. Àquela altura, descreve o autor, o Carnaval capixaba contava com a cobertura do jornal *O Comércio do Espírito Santo*, dirigido por José Monjardim, o primeiro jornalista a dar destaque aos festejos, chamados sempre de “Deus Momo e Festa do Buliço”. Com a virada do século, vieram as batalhas de confetes, a inauguração do Parque Moscoso em 1912, a consolidação da República e a chegada dos primeiros automóveis a Vitória, com “as batalhas a pé” sendo progressivamente substituídas pelos “cursos”, com a passagem dos carros e de seus “passageiros” repletos de fantasias, confetes e correntes de serpentinas, ganhando aplausos da multidão que acompanhava o desfile na altura do Parque Moscoso.

Com a gravação do primeiro samba de que se tem notícia — “Pelo Telefone”, por Donga, em 1917 —, os sambas, maxixes e lundus passaram a dominar os festejos de Momo, seguindo a tendência irradiada pelo Rio de Janeiro, capital da República, o que veio a consolidar a influência africana sobre o Carnaval. Logo as marchinhas animariam os festejos com seu ritmo alegre e letras repletas de irreverência e duplo sentido. De comunicação imediata, esse gênero musical tipicamente brasileiro encontrou eco no rádio, que, desde a sua fundação, em 1922, pelo antropólogo Roquette Pinto, rapidamente se transformou em veículo de integração nacional. Anselmo Gonçalves identifica como um marco das marchinhas capixabas a composição “Bate papo”, escrita pelo médico, jornalista e professor Ciro Vieira da Cunha para o Carnaval de 1934:

Bate papo, bate papo,
Meu povo saia da frente
Nós somos língua de trapo
Falamos de toda gente

Durante a Segunda Guerra Mundial, os desfiles de cursos se tornaram inviáveis, pois a importação de combustível fora afetada

pelo conflito, e a solução para os foliões foi voltar ao chão por meio das batucadas. Chapéu de Lado, Centenário, Mocidade da Praia, Mocidade da Fonte Grande, Andaraí e Santa Lúcia, entre outras, apresentavam-se na Praça Oito e disputavam os votos do público através de cupons publicados no jornal *A Tribuna*. Coordenadas pela União das Batucadas e Escolas de Samba (Ubes), instituída em 1948, tendo o folclorista Hermógenes Lima da Fonseca como primeiro presidente, as batucadas foram o embrião das escolas de samba, como explica o autor. No livro, ele revela que a fundação da Unidos da Piedade surgiu de um desentendimento entre as batucadas Chapéu de Lado e Mocidade da Fonte Grande, ocorrido logo após o julgamento dos desfiles no Estádio Governador Bley, que teria dividido os moradores e deixado o bairro em estado de permanente tensão.

O protagonista da criação da Unidos da Piedade era um dos jovens componentes da batucada da Mocidade, Sebastião Rômulo Nascimento, o Rominho, que servira o Exército no Rio de Janeiro em 1954, onde teve a oportunidade de acompanhar os desfiles das escolas de samba fluminenses e de onde trouxe os instrumentos de percussão que pretendia utilizar junto à comunidade. O Bar do Rominho, nas imediações da Rua Maria Saraiva com a Graciano Neves, era o ponto de encontro no qual ele ensinava os primeiros rudimentos aos interessados em aprender a cadência do samba e a integrar a bateria da futura agremiação. Anselmo Gonçalves nos conta que o sonho de Rominho começou a ganhar forma quando Lord Coelho, dono de uma banca de jornais na Praça Oito, retornou de uma temporada no Rio ainda sensibilizado pelo “pega” que dividira os moradores da Fonte Grande. Ao recebê-lo em um dia chuvoso, Rominho contou-lhe a novidade: ele e Mário Reboco estavam empenhados junto a alguns amigos a montar uma escola de samba. O projeto corria à boca pequena, e por esse motivo Romi-

nho pediu segredo. Lord Coelho entusiasmou-se com a ideia — no período em que ficara distante de sua terra, ele sentia um misto de tristeza e saudade, e vislumbraava encontrar nas palavras de Rominho o esperado retorno da paz ao morro. Em meio a algumas batidas de ameixa, e antes de tomar a “saideira”, Rominho confidenciou as parcerias que estavam em curso para colocar a escola na rua:

As fantasias serão ofertadas por seu Jorge, de A Paulista; Natalino, o palhaço do parque de diversões, vai ajudar nos trabalhos de ornamentação e decoração; os megafones serão ofertados por seu Cardoso, da funilaria da Rua Duque de Caxias, e os sapatos já estão conseguidos com Suzano, no final da Rua Sete. As cores da escola, iremos discutir amanhã. Barduil e doutor Mário Nunes, seu irmão, prometeram ajudar e já fizemos até um livro de ouro — livro de ouro que foi aberto pelo desembargador — que vai correr a cidade. Será uma festa telecoteco. Do balacobaco.

Foi nesse clima de euforia, mas ainda em fase de organização e sem um nome definido, que a nova escola desceu o morro no primeiro dia do carnaval de 1955, inaugurando uma nova era no carnaval capixaba. Embora tenha sido criada oficialmente em 15 de janeiro de 1955 — data em que recebeu a permissão da Prefeitura de Vitória para desfilar nas ruas do morro e do centro da cidade —, a Unidos da Piedade só foi batizada de fato após a criação das concorrentes Estrela da Vila (da Vila Rubim, que logo se tornou Império da Vila, hoje Novo Império) e Acadêmicos do Moscoso (Parque Moscoso).

Ao longo das décadas, o carnaval capixaba passou por várias transformações, em uma história que se assemelha a um romance da vida real, repleta de glórias e fracassos, apogeu e declínio, mas, acima de tudo, impulsionada pelo amor e a dedicação de seus verdadeiros protagonistas, os carnavalescos, as baianas, passistas, percussionistas,

a velha guarda, os puxadores, destaques, mestres-salas e portas-bandeiras, figurinistas, costureiras, aderecistas, pintores, soldados e de todos os voluntários que destinam seu tempo e o suor para a construção desta que é a maior festa cultural do Estado do Espírito Santo.

Em 1985, ano que é o objeto desta resenha, segundo nos conta Anselmo Gonçalves, 10 escolas de samba faziam parte do Primeiro Grupo: GRES Mocidade Unida da Glória, GRES Unidos da Piedade, GRES Mocidade da Praia, GRES Imperatriz do Forte, GRES Pega no Samba, GRES Novo Império, GRES Independente de Boa Vista, GRES União Jovem de Itacibá, GRES Independentes de São Torquato e GRES Chegou o que Faltava.

A história reservou à Novo Império a primazia de conquistar o primeiro lugar no aclamado desfile dos 100 anos de Carnaval, realizado em uma Avenida Princesa Isabel lotada, no centro da cidade, puxada pelo samba-enredo “De lá pra cá”. Do segundo grupo figuravam GRES Vai Quem Quer, GRES Unidos da Penha, GRES Mocidade Serrana, GRES Andaraí, GRES Nossa Presença, GRES Amigos da Gurigica, GRES Originais do Contorno, GRES Unidos de Barreiros e GRES Santa Lúcia.

Muitas escolas de samba se transformaram, algumas deixaram de existir, outras nasceram, seguindo o percurso natural da vida. O importante é que o samba não morrerá jamais. Tudo o que vem do povo, que é verdadeiro, profundo, fruto do amor e da tradição, sempre haverá de superar as dificuldades em nome da alegria coletiva. Afinal, o samba é a identidade cultural do Brasil, e a história de uma nação não se apaga assim tão facilmente; pelo contrário, se renova e se revigora através dos tempos, em ritmos, versos e cores, para brilhar na avenida até quando o próximo carnaval chegar.

LUZ DEL FUEGO

*Aldo José Barroca**

As revistas vendidas no país eram imprensas no Rio de Janeiro, então capital do país. O Rio concentrava as elites política, social, artística e desportiva. A capital foi para Brasília, mas assim continuou por um bom tempo. Papai colecionava as revistas cariocas e comentava alguns assuntos com mamãe. Eu ouvia, atento.

Final da década de 1940 e início dos anos 1950. Eu, criança. Meus pais falavam sobre Dora Vivacqua. Embora conservadores, tinham admiração pela moça. Mamãe dizia ser uma capixaba corajosa. Vendo fotos dela nas revistas, rosto inocente, eu pensava que papai a admirava por sua candura. Alfabetizado, comecei a ler as revistas e observar melhor as fotos. Percebi como me enganei!

Dora Vivacqua nasceu em 21 de fevereiro de 1917, na madrugada de uma segunda-feira de carnaval, em Cachoeiro de Itapemirim-ES, décima quinta filha de José Antônio Vivacqua e Etelvina Souza Monteiro Vivacqua.

Temperamento rebelde, não acatava ordens e opiniões das quais discordava. Geniosa, não aceitava intromissões em sua vida. Abominando o uso de sutiã, caminhava pela praia de Marataízes-ES de calcinha, seios cobertos com lenços. Nos carnavais, fantasias curtas transparentes. Não gostava das convenções e ideologias conservadoras impostas.

Em 1920 a família mudou-se para Belo Horizonte-MG. Constituída de intelectuais e políticos, passou a residir no chamado Salão Vivacqua e realizava reuniões literárias com personalidades do modernismo brasileiro, como Carlos Drummond de Andrade e Pedro Nava. O serpentário do Instituto Ezequiel Dias era visitado por Dora.

* Pesquisador e escritor. Membro do IHGES.

Em 1929 voltaram para Cachoeiro. Em 19 de agosto de 1932 seu pai foi assassinado por pessoas expulsas de suas terras. A mãe retornou a Belo Horizonte com as filhas solteiras. Dora queria ir para o Rio, onde foi morar após um tempo, com seu irmão Attilio. Conheceu o famoso radialista César Ladeira, da Rádio Mayrink Veiga, que a introduziu no meio artístico e cultural, passando a frequentar a elite carioca.

Em 1934 Atillio foi eleito deputado constituinte capixaba. Bem jovem, Dora ingressou na equipe de um circo. Ele a mandou novamente para Belo Horizonte, temendo o envolvimento de seu nome em escândalos, prejudicando sua carreira política.

Foi morar com a irmã Angélica e seu esposo, Carlos. Em 1936, assediada pelo cunhado, foram flagrados. Carlos convenceu a esposa ser de Dora a culpa. Internada no Instituto Raul Soares como esquizofrênica, em dois meses teve alta, perdendo dez quilos. Preocupado, seu irmão Achilles aconselhou morar na fazenda do irmão Archilau.

Vestiu-se de “Eva” para o filho do responsável pela fazenda, segurando duas cobras, ostentando três folhas de parreira amarradas aos seios e à região do púbis. Agrediu o irmão, ao ser por ele advertida. Foi internada em clínica psiquiátrica, a Casa de Saúde Dr. Eiras, no Rio de Janeiro. Achilles novamente interveio a seu favor e, após deixar o local, ela foi viver com a irmã Mariquinhas, em Cachoeiro.

Em novembro de 1937, fugiu de volta para Rio. Conseguiu, com o auxílio do Ministro da Agricultura, ingressar em um aeroclube para adquirir um brevê e, pouco depois, começou a praticar paraquedismo, mais tarde abandonando. Matriculou-se em um curso de dança de Eros Volússia. Formou-se em Ciências e Letras.

Em 1944, atração do Circo Pavilhão Azul, sendo anunciada como “a única, a exótica, a mais sexy e corajosa bailarina das Américas: Luz Divina e suas incríveis serpentes”.

Amestrou serpentes. Nos espetáculos aparecia com um casal de ofídios (Cornélio e Castorina), enrolado em seu corpo quase sempre

nu. As apresentações a transformaram em uma das principais atrações do teatro nacional mesmo sendo, para os conservadores, uma ameaça aos bons costumes.

Em 1945, exibiu-se em casas de espetáculos pelo Panamá, pelo Uruguai e por Buenos Aires, na Argentina. Sucesso, citações na imprensa. Attilio eleito senador em 1946, ter irmã dançarina não era bom para a carreira política.

Em 1947 publicou seu diário com o título de *Trágico Black-Out* (no final da 2ª Guerra, havia treinamentos de apagões, que deixavam o bairro de Copacabana às escuras, preparando-se para imaginários ataques inimigos). Eram trechos comprometedores, como a sedução pelo cunhado e fatos que aludiam à prostituição. O irmão senador conseguiu adquirir, e queimar, mais da metade da edição. Na orelha da capa do livro, Dora divulgava novo lançamento com o sugestivo título de *Rendez-vous das Serpentes*. As autoridades deram sumiço no livro. A segunda edição foi vendida por reembolso postal. O dinheiro arrecadado serviria para a instalação de seu clube naturalista.

Desabafo da autora:

Ao publicar o meu primeiro livro, a minha sensação é a mesma de quando me desnudei diante do primeiro homem. É a voz do íntimo que cá se desnuda. Não é o “manto diáfano da fantasia” que pretendo oferecer ao leitor e sim aquilo que colhi dentro da vida, numa ampliação real dos que vivem e amargam sob um sensualismo incontido, e em volta do qual vibram numa inquietante inveja, numa constante ambição e num angustiioso duelo entre o Homem e o Dinheiro.

Em 1947, excursão por Nova Iorque, apresentando-se em danceterias noturnas por três meses. Passou uma temporada na América do Norte entre 1947 e 1948, aprimorando os estudos de dança moderna.

Descobriu os filósofos existencialistas e as colônias nudistas da Europa, aprofundando seus conhecimentos sobre os temas. Estampou a capa da revista americana *Life* e foi consagrada como uma das vedetes mais populares no Brasil. Repórteres da Revista de Copacabana escreveram: “Um dos nomes de maior evidência do mundo artístico brasileiro”. Recebeu propostas para apresentações em Las Vegas, Estados Unidos.

Por sugestão do palhaço Cascudo mudou o nome para “Luz del Fuego”, nome de um batom argentino lançado recentemente. Cascudo disse que o nome atrairia o público. E a imagem do fogo representava a opção de vida da dançarina.

Em 1948 publicou o segundo livro: *A Verdade Nua*, autobiografia expondo os ideais de sua filosofia e suas ideias naturalistas de nudismo e vegetarianismo. (Vegetariana, não fumava e não bebia). A primeira edição da obra foi apreendida pela polícia, mas uma segunda edição foi feita em 1950 e a venda dos exemplares se fez pelo reembolso postal; continha vinte fotos da autora e três das suas cobras. O livro tratava da teorização do movimento naturista brasileiro e defendia o nudismo das acusações de imoralidade.

Luz salvou vários circos da falência com seus espetáculos. Foi contratada pelo casal Juan Daniel e Mary Daniel, donos do Follies, um pequeno teatro em Copacabana. Nunca decorava suas falas, sob a responsabilidade do jovem Daniel Filho, ingressando na carreira artística. O espetáculo “Mulher de Todo Mundo” teve ótima frequência.

No final dos anos 1940 começou a divulgar seus ideais existencialistas, naturistas, em defesa dos direitos da mulher, da liberdade de expressão e de combate a preconceitos sociais.

Em 1949 iniciou uma série de espetáculos pelas danceterias do Norte e Nordeste do país, sendo impedida de apresentar-se pelas autoridades no Maranhão e submetida a restrições em Fortaleza. (Enfrentou forte repressão, sendo expulsa de algumas cidades e impedida de entrar em outras).

Embora não dominasse habilmente a dança nem a atuação, conquistou imensa popularidade com os seus espetáculos.

Ao analisar a sua ideologia, em 1949, um repórter do *Diário da Noite* declarou: “Luz del Fuego representa o protótipo da mulher moderna. Com ideias avançadas, querendo libertar-se de preconceitos sociais, idealiza e se joga à aventura, sem considerar as possíveis críticas”.

Em entrevista ao periódico *A Cena Muda*, em 1950, relatou: “Defenderei com destemor a causa da mulher brasileira, tornando realidade uma antiga e justa aspiração do povo brasileiro que os preconceitos sociais jamais permitiram!”

Luz e Elvira Pagã foram chamadas “as responsáveis por provocar verdadeiras explosões de gargalhadas” pelo *Diário da Noite*, em referência ao êxito de “Balança Mas Não Cai”.

Em 1950, começou a colocar em prática as ideias naturalistas de vegetarianismo e nudismo apresentadas em *Trágico Black-Out*. Declarou: “Nudista é a pessoa a acreditar que a indumentária não é necessária à moralidade do corpo humano. Não concebe que o corpo humano tenha partes indecentes a esconder”. Começou a tornar públicas suas ideias em um país onde não era aceito maiô de duas peças nas praias e culto ao corpo somente em concursos de Miss Brasil.

Defendia o estabelecimento de espaços públicos nos quais famílias pudessem criar uma relação harmoniosa com a natureza, totalmente despidos e seu slogan “Menos roupa e mais pão! Nosso lema é ação!” repercutiu em todo o país. A naturista o promovia em suas excursões pelo país, distribuindo panfletos com as escritas: “Para a fome, temos o pão. Para a sede, a água. Para a imoralidade, a nudez!”

Reunia pequeno grupo de amigas na praia de Joatinga, próximo à sua casa. Praia deserta, acesso difícil. Acompanhada de Domingos Risseto, Miss Gilda e Miss Lana (dois transformistas amigos de Luz), todos nus. Foram levados à delegacia. Luz percebeu no nudismo a garantia de evidência.

Na primeira metade dos anos 50 causava furor por onde passava. Famosa em todo o país, seus shows eram garantia de bilheteria certa, levando a plateia ao delírio. Tempo das grandes vedetes (teatro do rebolado): Mara Rúbia, Virgínia Lane, Dercy Gonçalves, Elvira Pagã.

Provocava escândalos, inclusive nas ruas, acusada de ocasionar congestionamento no trânsito e de assustar os transeuntes com suas cobras. Constantemente multada e detida para interrogatórios, proclamava em praça pública que o delegado, juiz ou prefeito era muito duvidoso para seu gosto, porque “homem que é homem aprecia a beleza do corpo feminino”. Era detida outra vez, por desacato à autoridade.

Seus irmãos se destacavam na política, no comércio e na área artística. Parentesco inoportuno, eles a perseguiram. Attilio comprava edições inteiras de revistas nas quais Luz aparecia. Perdeu as eleições para governador no Espírito Santo. Luz tirava proveito da situação e, quando necessitava de dinheiro, ameaçava dançar nua nas escadarias do Senado. Attilio a chamava de chantagista, mas ela alegava estar cobrando a parte que lhe surrupiaram da herança paterna.

Criou o PNB – Partido Naturalista Brasileiro, e conseguiu isto à custa de espetáculos gratuitos, seminua, nas escadarias do Teatro Municipal. Tentou candidatar-se a deputada federal, mas Attilio impediu o registro do partido. Declarou ao *Diário Carioca* que a luta pelos direitos da mulher, muito perseguida pelos preconceitos sociais, estava entre os principais objetivos de seu partido político.

Com a fundação do Partido Naturalista Brasileiro, como observou Ricardo Fernandez, do *A Cena Muda*, a atriz revolucionou a política, lutando contra os preconceitos sociais, que, nas palavras da própria, são empecilhos ao progresso de qualquer nação, e por um programa diferente destinado a libertar os oprimidos. Entre as propostas do partido: a abolição da restrição imposta à prática do espiritismo e das religiões de matriz africana, o direito ao divórcio e o estabelecimento de medidas efetivas de proteção aos animais.

Seduziu o ministro da Marinha, conseguindo a cessão da Ilha de Tapuama de Dentro, rebatizada de Ilha do Sol, onde fundou o Clube Naturalista Brasileiro.

Embora sendo uma das grandes atrações do Rio, a ilha não integrou os roteiros turísticos oficiais. Estrelas do cinema americano conheceram a ilha: Errol Flynn, Lana Turner, Ava Gardner, Tyrone Power, Glenn Ford, Brigitte Bardot e Steve MacQueen, que encerrou sua temporada de uma semana na ilha ao acordar com uma jiboia de Luz sobre seu peito. A loiríssima Jayne Mansfield e seu marido aportaram na ilha, mas foram proibidos de descer, pois Jayne não queria ficar nua.

Eram proibidas bebidas alcoólicas, palavras de baixo calão e a prática de relações sexuais, distinguindo nitidamente naturalismo de libertinagem. Também não era permitida a entrada de menores e, caso uma pessoa fosse comprometida, o parceiro tinha de estar ciente de sua visita à ilha. Luz promovia atividades esportivas, como vôlei, banhos de sol e mar, e exibia aos presentes peças teatrais e filmes, em geral documentários sobre as colônias nudistas europeias.

Por seu papel de destaque ao lado das atrizes Dercy Gonçalves e Linda Batista, Agnelo Macedo escreveu em sua coluna no *Correio da Manhã*: “Atração de bilheteria! Toda gente queria ver como era a moça das cobras”.

Em 1952 garantiu à *Revista do Rádio*: “Infelizmente, o Brasil ainda é um país onde poucos compreendem o nudismo. Mas é necessário que alguém desperte o povo brasileiro para que compreenda a natureza, assim como Moisés despertou os judeus para a liberdade”.

Por sua opção pelo nudismo, recebeu carta dos organizadores da Confederação Nudista da América do Norte, em 1952, parabenizando-a.

Foi tema de documentário em 1954, intitulado *A Nativa Solitária*, que hoje faz parte do acervo do Arquivo Público do Estado

do Espírito Santo (APEES), responsável pela restauração da obra em 2013.

Em 1955 a Federação Internacional de Naturismo reconheceu oficialmente o surgimento do movimento naturista no Brasil adicionando a Ilha do Sol e o Clube Naturista Brasileiro como um de seus afiliados. O local foi incluído nos registros da Federação Internacional Naturalista da Alemanha. Em 1964 foi entrevistada pelo correspondente brasileiro da revista alemã *Frieden Leden*. Convidada pela Federação Internacional de Nudistas para viajar à Alemanha e concorrer ao título de “Mais Bela Nua do Mundo”.

Atuação no teatro: *Tudo é Brasil; Cutuca Por Baixo; Festival de Danças Brasileiras; Eva no Paraíso; É Rei, Sim; Balança Mas Não Cai; A Fruta de Eva; A Verdade Nua; É Grande Rei; O que é que o bikine tem?; É Sopa no Mel; Esta Mulher É de Morte; Momo e Bambolê; Mulher Só Daquele Jeito; Carnaval da Ilha do Sol; Boas em Liquidação.*

Filmes dos quais participou: *No Trampolim da Vida; Não Me Digas Adeus; Folias Cariocas; Poeira de Estrelas; Saúde e Nudismo; A Nativa Solitária; Cururu, o Terror do Amazonas; Comendo de Colher; Tarzan e o Grande Rio.*

Com a paranoia anticomunista, veio o golpe de 1964. Por ser Dora contra ditadura, o clube da Ilha do Sol entrou em decadência, o que levou Luz del Fuego a fechá-lo. Porém, não abandonou o lugar e passou a viver com seu vigia e caseiro Edgar. Manteve relações com Júlio, pescador analfabeto. Seu último caso foi o guarda portuário Hélio Luís da Costa. Amigos alertavam quanto ao perigo do envolvimento com essas pessoas. Ela pedia que não se preocupassem: “Eu sou uma Luz que não se apaga”.

Em outubro de 1965, queixou-se à polícia da visita dos irmãos pescadores Alfredo Teixeira Dias e Mozart, o Gaguinho (eram malfeitores). Meses depois, os denunciou por ações criminosas, inclu-

sive pelo assassinato de outro pescador, tendo informado o local onde Alfredo estava.

Quarta-feira, 19 de Julho de 1967, os irmãos Alfredo Teixeira Dias e Mozart, para se vingarem, armaram emboscada, mataram Luz del Fuego e o caseiro Edgar, amarraram os corpos com pedras, jogaram no mar e saquearam a ilha.

O desaparecimento da artista repercutiu nos noticiários de todo o país e chegou a ser encarado como um golpe de publicidade por alguns meios de comunicação, hipótese descartada pelo delegado Rui Dourado, da Terceira Delegacia Distrital, ao encontrar, no dia 23, a residência da artista em desordem e verificar por meio de um levantamento o sumiço de objetos de valor.

Dia 25 a embarcação da dançarina foi encontrada por portuários próxima à Ilha do Braço Forte com manchas de sangue. Comunicaram às autoridades. Em buscas pelo mar, os policiais encontraram os corpos no dia 2 de agosto. A cerimônia fúnebre da artista ocorreu no dia seguinte, no cemitério São João Batista, e foi realizada por amigos e alguns familiares; Edgar foi sepultado no dia 4.

Foram detidos Agildo dos Santos, ex-funcionário da dançarina, e o portuário Hélio Luís dos Santos, ex-amante. Alfredo e Mozart também eram suspeitos. O crime foi desvendado duas semanas depois, a partir do depoimento de um coveiro aos jornais *O Dia* e *Última Hora*. Alfredo foi preso e confessou. Gaguinho escapou de forma espetacular, trocando tiros com a polícia. Foi preso depois de matar um policial. Cumpriu sua pena no manicômio judiciário do Rio de Janeiro.

Luz del Fuego, a capixaba Dora Vivacqua, jamais esquecida, é ícone para o movimento feminista brasileiro. Desde jovem lutava pela emancipação feminina, buscando amparar a mulher e torná-la independente, tirá-la do caos, dar-lhe altivez pelo trabalho, erguê-la pela honra e pelo direito que lhe cabe no seio da sociedade.

Como defende Milton Cunha, colunista do periódico *O Dia*, Luz del Fuego destacou-se por ser uma mulher muito à frente de seu tempo. Despida de preconceitos, a atriz pregava a volta à natureza e a liberdade de expressão. Foi a responsável por trazer ao Brasil movimentos que não existiam à época, como o ecologismo e o naturismo, sofrendo repressão e perseguição dos intitulados defensores da moral e dos bons costumes.

Jória Motta Scolforo, do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, reconheceu a contribuição de del Fuego para o movimento feminista: Luz del Fuego possui papel de destaque no Espírito Santo como uma das precursoras na busca por um espaço no qual a mulher pudesse se mostrar e agir conforme as suas convicções e vontades”.

Cristina Agostinho, escritora e biógrafa mineira, chamou-a “mulher de vanguarda, por desafiar os preconceitos da época”. Escreveu Luz del Fuego, *A Bailarina do Povo*, biografia que resgatou das sombras do preconceito e do esquecimento a vedete e nudista fundadora da primeira colônia de nudismo da América Latina. Com a biografia de Dora, a escritora iniciava seu projeto voltado para figuras femininas latino-americanas. Por meio de textos romaneados sobre a vida e a obra de mulheres cujas vozes já pertencem à cultura universal, mas não têm recebido o justo reconhecimento dos leitores brasileiros, ela quer contribuir para que o bloqueio cultural ainda existente entre o Brasil e os países hispano-americanos seja rompido. A escritora declarou: “Com talento ou sem talento, daqui a 50 anos ainda se lembrarão dela”.

Friedmann Wendpap, colunista do *Gazeta do Povo*, nomeou-a “sagaz” e afirmou que ela “transitava nas bordas da vanguarda”, prossequindo:

A vedete das vedetes fez do Rio o laboratório das suas inovações e ali encontrou a conjunção de pessoas que moldam o futuro; artistas, intelectu-

ais, loucos de todo gênero que reverberaram os arroubos de Luz del Fuego e os amaciaram para alcançarem a condição de modismos, de coisa prafrentex.

Luz del Fuego foi homenageada pela cantora Rita Lee, em 1975, em uma canção epônima na qual é chamada “uma mulher sem medos”.

Tema de filme que leva o seu nome, lançado em 1982, dirigido por David Neves e estrelado por Lucélia Santos. No Festival de Gramado de 1982, a produção venceu os troféus de “Melhor Ator” e “Melhor Atriz” entregues para Walmor Chagas e Lucélia, respectivamente. A família de Luz, no entanto, repudiou a produção por “deturpar a imagem da dançarina” e solicitou a sustação do filme. O roteirista Joaquim Vaz de Carvalho, em entrevista concedida ao *Jornal do Brasil*, considerou as acusações infundadas e recorreu à liberação da exibição da produção, afirmando que a família “sempre teve interesse em desprezar Luz del Fuego” e apenas objetivava “continuar a abafar qualquer referência a ela”. A biógrafa Cristina Agostinho também discordou da maneira como Luz foi retratada no filme, lamentando ter a obra cometido uma série de erros de informação e se pautou pela mitologia em torno da prostituta.

Os ideais naturistas da artista permitiram a instituição da primeira área oficial do gênero no país em 1983, na Praia do Pinho, Balneário de Camboriú, em Santa Catarina. (Reconhecida em 1986).

Em 1988, foi fundada a Federação Brasileira de Naturismo (FBrN), órgão responsável pela organização e controle das atividades naturistas no país e, em 1996, as Normas Éticas do Naturismo Brasileiro foram estabelecidas.

A única praia naturista do Espírito Santo é a Praia de Barra Seca, em Linhares, na região norte, desde 1999. Permite tomar banho de mar (um pouco bravo) e de rio. Homens desacompanhados ficam separados, mas podem ser convidados a se misturar.

Em 2010 a naturista foi incluída na lista “Musas que fizeram a história do Rio”, elaborada pelo *GI*.

Em 2011, na exposição “Brasil Feminino”, que narrava a trajetória social da mulher brasileira desde o período colonial, realizada durante o XVI Encontro Nacional do Programa Nacional de Leitura, na Biblioteca Nacional do Brasil, a dançarina foi nomeada uma das “Heroínas do século XX”.

Em 2012 uma repórter do jornal *Folha de São Paulo* mencionou-a como uma das mulheres históricas do Brasil por “erguer a bandeira do naturismo e zelar pela causa feminina até à morte”.

Em 2013, coluna do *Correio Braziliense* destacou que del Fuego, assim como a francesa Simone de Beauvoir, notabilizou-se por “mostrar que muitas das diferenças entre os gêneros são frutos mais de uma imposição cultural do que biológica”.

Em 2015, numa exposição da pintora pernambucana Nathália Queiroz, a atriz foi considerada, assim como Rita Lee, Nina Simone e a escritora Pagu, uma das representantes do empoderamento feminino.

Naquele mesmo ano, durante a exposição “Tarsila e Mulheres Modernas no Rio”, que apresentou mulheres que desempenharam papéis revolucionários em suas áreas entre o fim do século XIX e o término da Segunda Grande Guerra, realizada pelo Museu de Arte do Rio, del Fuego foi citada entre as mulheres que atuaram na desconstrução da vida puritana, questionaram a ordem patriarcal da sociedade e advogaram a emancipação da mulher”. E promoveram uma “biopolítica de corrosão do poder”.

Em 2016 a edição brasileira do site BuzzFeed a colocou em oitavo lugar no catálogo “14 mulheres brasileiras que fizeram história”.

Se Dora fosse jovem nos dias atuais, não seria empecilho à família, e sim orgulho. Afinal, o nudismo é saudável, várias artistas fazem sucesso com a nudez, e são bem aceitas na sociedade.

21 de fevereiro, data de seu nascimento, é Dia Nacional do Naturismo, homenagem à polêmica, ousada e revolucionária adepta da alimentação vegetariana, não fumava, não bebia, mulher muito à frente de seu tempo, sem preconceitos, prezava a liberdade de expressão e trouxe ao Brasil movimentos que não existiam, como ecologismo e naturismo, sofrendo repressão e perseguição por causa do então vigente conceito de moral e bons costumes.

Luz del Fuego, dançarina, naturista, atriz, escritora, feminista bem antes de ser o feminismo bandeira de luta. Fundadora do primeiro reduto naturista da América Latina, primeira nudista brasileira, contra repressão política nas ditaduras sem temer consequências, bailarina em época de preconceito contra dançarinas, adepta do nudismo antes de sua implantação, defensora do homossexualismo...

...A luz do fogo a conscientizar gerações!

Capixaba nascida na madrugada de uma segunda-feira de carnaval, sua vida foi uma folia, em todos os dias da semana, dia ou noite, com chuva, com sol ou com lua. Sua vida, uma primavera: florida. Sua morte, sem flores, atirada ao mar em sua Ilha do Sol...

Para muitos, mito, lenda, heroína. Para outros, talvez não!

E eu, criança, com a minha infantil pureza: achando que papai admirava a candura demonstrada no ar inocente da luz do fogo!

DISCURSOS
E
PRONUNCIAMENTOS

ELOGIO AOS ASSOCIADOS FALECIDOS*

Manoel Goes da Silva Neto

Boa noite a todos!

Dando prosseguimento à nossa Sessão Solene, passaremos a homenagear os nossos associados falecidos.

“O valor das coisas não está no tempo que elas duram, mas na intensidade com que acontecem. Por isso, existem momentos inesquecíveis, coisas inexplicáveis e pessoas incomparáveis, que a partir de agora homenagearemos”:

Affonso Heliodoro dos Santos

Associado desde 2002. Nascido em Diamantina, Minas Gerais, em 17 de abril de 1916. Falecido em Belo Horizonte, Minas Gerais em 20 de outubro de 2018, aos 102 anos. Também conhecido como “**Coronel Affonso**”, foi subchefe do Gabinete Civil da Presidência durante o governo Juscelino Kubitschek. **Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal até 2016, com 100 anos de idade.** Administrou o Memorial JK desde a sua construção de 1981 a 1996.

Aricy Curvello D’Avila

Associado desde 2001. Nascido em Uberlândia, MG, em 07 de maio de 1945. Falecido na Serra, ES, em 10 de janeiro de 2018 aos 72

* Discurso proferido pelo associado orador do IHGES na Sessão Solene de 103 anos de fundação deste instituto, em 12 junho de 2019.

anos. Poeta sensível e metódico, crítico perspicaz e leitor voraz. Publicou poucas obras, mas deixou um legado substancial. Além de poeta era ensaísta, tradutor e ativo interlocutor da produção poética. Correspondente da revista literária *ANTO* de Portugal, integrou o conselho Editorial da *Revista do Escritor Brasileiro* do Distrito Federal.

Cristóvão de Souza Pimenta

Associado desde 2006. Nascido em 13 de março de 1957. Faleceu em Vitória, ES, em 12 de março de 2019 aos 62 anos. Agraciado com a Comenda do Mérito Cultural Renato Pacheco. Juiz de direito, uma reserva moral da magistratura. Um homem de bem, sério, correto, íntegro, competente e excelente chefe de família. Foi juiz auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça. Um destaque na magistratura capixaba. Autor das obras *Juizado Especial Cível-Doutrina, Jurisprudência e Legislação* e *400 Perguntas e Respostas de Juizado Especial Civil*. Especialista em Direito Civil e Processo Civil.

Edivaldo Machado Boaventura

Associado desde 2013. Nascido em Feira de Santana, BA, em 10 de dezembro de 1933. Faleceu em Salvador, BA, em 22 de agosto de 2018 aos 84 anos. Membro do Pen Club do Brasil. Advogado e professor. Doutor em direito. Especialista em história da educação e história institucional, Doutor em direito e PHD em educação. **Filiado aos Institutos Históricos e Geográficos do Brasil, do ES, da Bahia e de Sergipe.** Foi Membro do Conselho de Educação da Bahia. **Foi Secretário de Estado da Cultura da Bahia.** Reitor da Universidade da Bahia. Grande oficial da Ordem do Mérito da

Bahia, dentre várias outras honrarias. Como escritor foi membro da Academia de Letras da Bahia e Academia Portuguesa de História. Uma extensa lista de obras literárias publicadas.

José Roberto Bonifácio

Nascido em Vitória, ES, em 01 de abril de 1978. **Falecido no Rio de Janeiro, em 30 de agosto de 2018, prematuramente aos 40 anos.** Associado desde 2012. Cientista político. Bacharel em Sociologia pela Universidade Federal do ES, UFES. Administrador, professor, pesquisador e palestrante. Consultor em: partidos políticos, eleições, elites políticas regionais, análise institucional e políticas públicas.

Luiz Alberto Cibilis

Nascido em Tapes, Rio Grande do Sul, em 04 de julho de 1919. **Falecido em Porto Alegre, RS, em 28 de fevereiro de 2019 aos 99 anos.** Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. Associado do IHGES desde 2002. Advogado, economista, historiador, procurador do Estado. Filho de uruguaios, mudou-se aos 11 anos para Porto Alegre, onde finalizou seus estudos. **Foi presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Um intelectual de destaque.**

Melchiades Costa

Nascido em 10 de dezembro de 1926. **Falecido em Vitória, ES, em 29 de janeiro de 2019, aos 92 anos. Agraciado com a Comenda do Mérito Cultural Renato Pacheco.** Associado desde 2006. Em-

presário de sucesso. Participou ativamente por 13 anos, aqui na Casa de Domingos Jose Martins.

Ulysses Gusman

Nascido em 06 de dezembro de 1938, em Guaçuí, ES. Falecido em Vitória, ES, em 24 de janeiro de 2019, aos 80 anos. Agraciado com o título de Cidadão Vitoriense em 2004, e a Comenda do Mérito Cultural Renato Pacheco. Associado desde 2007. Procurador de Justiça. Professor aposentado da UFES. Formado na Faculdade de Direito do Espírito Santo em 1968. Em 2003 foi chefe da Procuradoria de Justiça Criminal e eleito para compor o Conselho do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF. Aposentou-se em 2008, após 38 anos dedicados ao Ministério Público Estadual.

Dr. Luiz Buaiz

Nascido em 28 de agosto de 1921, em Vitória, ES. **Falecido em Vitória, ES, em 02 de março de 2019, aos 97 anos.** Agraciado com a Comenda do Mérito Cultural Renato Pacheco. Associado desde 2007. Médico, empresário e ex-deputado federal. Sempre bem-humorado, contador de piadas, incansável e sempre pensando no próximo. Viveu sempre para fazer o bem. Realizou com sucesso uma linda história, tanto na vida pessoal quanto profissional. Formado em Medicina em 1946, especialista em Dermatologia. **Um dos fundadores em 1958 do Conselho Regional de Medicina, sendo seu atuante presidente por 15 anos.** Foi candidato a prefeito de Vitória em 1992 e candidato a vice-prefeito da cidade em 1996. **Em 1994 elegeu-se Deputado Federal. Uma vasta biografia que aqui resumimos. Um grande capixaba.**

Gerson Camata

Ex-governador do Estado do Espírito Santo. Nascido em 29 de setembro de 1941, em Castelo, ES. **Falecido**, tragicamente como é de conhecimento de todos, em Vitória, ES, no dia 26 de dezembro de 2018, aos 77 anos.

Agraciado com o **título de Cidadão Vitoricense.**

Foi nosso confrade, por 35 anos, aqui na Casa da Domingos José Martins, no IHGES, desde 1983. Sua biografia é extensa e exemplar. Tomamos a liberdade de resumir, e pedimos desculpas pela omissão de possíveis informações relevantes.

Formado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), tornou-se conhecido como **radialista a partir de 1964.**

Sua vida pública teve início ao se eleger **Vereador** em Vitória no período de 1967/1971. **Deputado Estadual** de 1971 a 1975. **Deputado Federal** de 1975 a 1983. Foi eleito **Governador do ES em 1983 a 1986**, quando conheceu a sua esposa Rita de Cássia Paste, que passou assinar Rita Camata, também com uma biografia política de destaque. E eleito **Senador da República de 1987 a 2011.**

“Que descansem em paz, porque todos vocês merecem!”

CENTENÁRIO DO DR. SEBASTIÃO TEIXEIRA SOBREIRA HOMENAGEM AOS 100 ANOS DE NASCIMENTO*

Assunta Baliana Zamprogno

É dezembro de 2018.

Foi um ano de grandes mudanças.

Cada mês desde ano foi motivo de fortes emoções.

Caminhamos entre preocupações, diferenças que se pronunciavam de todas maneiras.

O amor e o ódio embora colados, marcharam muito próximos.

A política, as igrejas, as comunicações, os poderes lutavam pela sobrevivência.

Já podemos falar em povo brasileiro.

Observamos nossas origens ficarem nas raízes e crescer uma árvore misturada de todas as cores, raças, produzindo um povo que consegue trabalhar, pensar, escolher e decidir de forma pacífica.

A comunicação chegou à mão de todos.

No IHGES assistimos a tudo, como é nosso dever e embora discutíssemos ideias diversas o respeito sempre falou mais alto.

Nesse clima fui convidada a homenagear o Desembargador Sobreira por estar completando 100 anos.

Senti-me honrada, pois com ele convivi desde menina em Alfredo Chaves.

Lá socorreu meus pais, quando queriam acertar meu nome: minha certidão estava errada. Com seu jeito de paz, tranquilizou-os.

— Calma, Sr. Augusto, quando ela se casar acerta o nome.

Mais tarde voltou casado com Dona Maria José Campos Sobreira, professora e filha de fazendeiros.

* Discurso proferido no IHGES durante a Dezembro de 2018.

Moravam no hotel dos meus pais numa relação fraterna.

D. Dedé, como ele a chamava, trabalhou na sua profissão para ajudá-lo no começo da vida de casados e continuou como professora até aposentar-se.

Tiveram uma filha, Zelina Sobreira Gomes, casada com Elzir de Macedo Gomes.

Sempre formaram um casal alegre e participativo.

Após sua morte ela o homenageou no Sítio da Dedé.

O memorial Desembargador D.J.S. foi construído, organizado e inaugurado no dia 31 de julho de 2010.

Ali estão cuidadosamente expostos todos os diplomas, medalhas e demais títulos honoríficos que recebeu durante sua vida.

É aberto ao público e tem sido visitado por muitas escolas.

Na Justiça

O Desembargador Sebastião Teixeira Sobreira nasceu em Alegre E.S. no dia 26 de novembro de 1918. Faleceu em 08 de abril de 2007, aos 89 anos. Foi sepultado no Cemitério de Santo Antonio em Vitória.

Seu corpo foi velado no Tribunal de Justiça conforme a tradição pois todo o trabalho de sua vida foi a ela dedicado. Seu *curriculum vitae* é limpo.

Começou do 1º Degrau e galgou sua carreira com trabalho, esforço e muita capacidade. Atingiu os cumes.

Em 25 de julho de 1985 foi chefe de dois poderes ao assumir o Governo do Estado por cinco dias substituindo o governador Gerson Camata.

No IHGES

O Dr. Sobreira foi recebido no IHGES no dia 12 de novembro de 1981. Foi 2º vice-presidente no mandato de Miguel Depes Tallon, que faleceu em 1999.

Assumiu a presidência sucedendo Léa Brígida Rocha de Alvarenga Rosa, que tivera como 1º Vice-presidente o Dr. Sobreira.

Foi eleito presidente do IHGES e tomou posse em 12 de junho de 2005. Não completou o mandato. Faleceu em 08 de abril de 2007. Permaneceu na presidência por 1 ano, nove meses e 26 dias.

Nesse curto período:

- Reformou e ampliou o auditório;
- Colocou em exposição a Ata de Fundação do IHGES;
- participou dos festejos dos 100 anos do Porto de Vitória em 28 de março de 2006;
- Realizou as comemorações dos 90 anos do IHGES;
- Criou a medalha Renato Pacheco;
- Promoveu vários almoços para divulgar o IHGES e trazer associados pensando em garantir o futuro;
- Abriu a Biblioteca Augusto Lins ao público;
- Recebeu homenagens da Assembleia Legislativa e da Câmara Municipal de Vitória.

Sempre alegre comparecia em todos os lugares. Em tudo e acima de tudo, fazia questão de mostrar sua fé e obediência ao Cristianismo. Por esse motivo eu agradeço a Deus nos ter presenteado com o Dr. Sobreira e que sua memória e bons exemplos sejam por nós imitados.

DISCURSO DE POSSE*

Tiago de Matos Alves

Boa Noite a todos!

Cumprimento aos componentes da mesa diretora, presidente, vice-presidentes, membros do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES), pesquisadores, colegas e demais presentes neste dia especial.

Saúdo também os meus novos companheiros de IHGES que também serão empossados hoje: Giuliano Nader, advogado, com relevante atuação em cargos públicos no Governo do Estado do Espírito Santo e Leonêncio Nossa, jornalista, atualmente no jornal *O Estado de São Paulo*, autor de importantes livros de repercussão nacional.

É com imensa satisfação que recebi o convite vindo dos ilustres Presidente Getúlio Marcos Pereira Neves e vice-presidente Paulo Stuck Moraes, colegas de longa data e parceiros na pesquisa histórica. O IHGES é a instituição pioneira no Espírito Santo no estudo do nosso passado, da História e da Memória, agregando pesquisadores e pessoas interessadas, completando hoje 103 anos de muitas realizações, publicações de livros e a importante *Revista do IHGES*, publicada desde 1917, com 75 números.

O IHGES começou as suas atividades em 1916, 8 anos após a fundação do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES). Desde o início da sua inauguração os membros do IHGES consultam documentos do APEES. Estas pesquisas foram intensificadas com a criação da Universidade Federal do Espírito Santo

* Discurso de posse dos novos associados do IHGES, proferido na Sessão Solene realizada em 12 de junho de 2019.

(UFES), há 65 anos e, recentemente, com a criação do Mestrado (2003) e Doutorado (2011) no curso de História. Tenho o prazer de ter iniciado o Mestrado em História na UFES neste ano, sendo uma importante fase para produção acadêmica de artigos e, posteriormente, uma dissertação sobre o Porto de São Mateus na segunda metade do século XIX.

Trabalho desde 2011 na Sala de Consulta do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo e me sinto privilegiado em receber professores, pesquisadores e pessoas interessadas em conhecer a nossa história. Temos um acervo diversificado, com documentos textuais desde 1768, além de mapas, fotos, jornais e revistas que ajudam a contar o nosso passado. Pesquisas de diversos temas são realizadas, como imigração, escravidão, política, economia, cultura, reformas urbanas, etc. Alunos e Professores de História, Urbanismo, Ciências Sociais, Economia, Pedagogia e diversos outros cursos utilizam os documentos do APEES nas suas pesquisas.

Tão importante quanto à pesquisa e produção histórica é a mediação e difusão deste conhecimento. Desta forma, realizamos visitas guiadas com grupos de alunos e professores de ensino fundamental, médio e superior, onde apresentamos as possibilidades de pesquisa e ensino com os documentos do APEES. E tentamos despertar o interesse e a vontade de querer aprender sobre o nosso passado, a nossa memória. Receber as pessoas, conversar e aprender são tarefas que me proporcionam imenso prazer diariamente. É neste contato que se encontra o aprendizado e intensifica a minha paixão pela História.

A História será sempre permeada de novas abordagens, novos temas ou revisões historiográficas de assuntos já escritos. Mas isso deve ser feito com critério, método, leituras e análises de fontes e de autores anteriores. Além da própria passagem inexorável do tempo, que cria novos períodos a serem estudados. Assim, a fonte do co-

nhhecimento histórico nunca irá se esgotar. Sempre teremos o que aprender, ouvir e contar para as pessoas.

Além disso, eventos envolvendo palestra, exposição, teatro, música e atividades culturais são fundamentais para ampliação do público, como foi apresentado na semana passada no APEES, na III Semana Nacional de Arquivos. Temos que aproximar a história e a memória das atividades culturais e folclóricas. O desafio é grande. O Estado do Espírito Santo ainda não possui, por exemplo, um Museu de História, que seria importante para preservarmos objetos e artefatos, nosso Patrimônio Cultural Material e Imaterial, contando melhor a nossa História para os capixabas, os que aqui residem vindos de outros estados e para os turistas.

Desta forma, a integração entre Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, Universidade Federal do Espírito Santo, Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo é fundamental para a difusão da memória e da história capixaba. Instituições que preservam documentos e produzem conhecimento. Além dos convênios assinados, é necessário o contato e a boa vontade dos sujeitos envolvidos, pois as instituições têm tradições e regras, mas a ação das pessoas, dentro das possibilidades e limitações de cada um, é fundamental.

Espero que minha modesta colaboração, agora fazendo parte destas três renomadas instituições, possa contribuir de alguma forma para a sociedade.

Muito Obrigado!

Esta revista foi composta com a fonte Minion Pro corpo 11/16 no texto e 13/16 nos títulos. As legendas foram compostas na fonte ScalaSans corpo 9/11. A impressão do miolo foi feita sobre papel Offset 90g/m², e a impressão da capa sobre papel Cartão Triplex 250g/m².

Impresso na GSA, Vitória-ES, em Dezembro de 2019.

Tiragem: 200 exemplares.